**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

EVELYN PRISCILA SANTINON

**“Você não enxerga nada”: a experiência de mulheres vítimas de
violência doméstica e a Lei Maria da Penha**

**São Paulo
2010**

EVELYN PRISCILA SANTINON

**“Você não enxerga nada”: a experiência de mulheres vítimas de
violência doméstica e a Lei Maria da Penha**

Tese apresentada ao Programa Interunidades de
Doutoramento da Escola de Enfermagem e da Escola de
Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São
Paulo, como requisito para obtenção do título de Doutor em
Ciências.

Área de concentração: Enfermagem

Orientadora: Profa. Dra. Dulce Maria Rosa Gualda

**São Paulo
2010**

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Catálogo na Publicação (CIP)
Biblioteca “Wanda de Aguiar Horta”
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Santinon, Evelyn Priscila.

“Você não enxerga nada”. A experiência de mulheres vítimas de violência doméstica e a Lei Maria da Penha / Evelyn Priscila Santinon. – São Paulo, 2010.

242 p.

Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Dulce Maria Rosa Gualda.

1. Violência contra a mulher (legislação) 2. Violência doméstica (legislação) 3. Antropologia. I. Título.

Evelyn Priscila Santinon

“Você não enxerga nada”: a experiência de mulheres vítimas de violência doméstica e a Lei Maria da Penha

Tese apresentada ao Programa Interunidades de Doutorado da Escola de Enfermagem e da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Figura 1- Four girls, standing two and two, holding a wreath between them. Andersen HC

Este estudo é dedicado...

À minha mãe, pelo apoio incondicional em toda a minha vida. Te amo.

Ao meu padrasto, José Luiz, por fazer parte da minha vida.

*À minha querida avó Francisca, por me fazer uma pessoa melhor todos
os dias, com sua alegria constante.*

*Ao meu querido avô Sebastião Florentino (in memoriam), modelo de
competência, responsabilidade e amor.*

AGRADECIMENTOS

“A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe.” (Jean Piaget)

À minha orientadora, Profa. Dra. Dulce Maria Rosa Gualda, que com sua sabedoria iluminou meus caminhos para a construção desta tese.

"Grande professor será aquele que realiza o que ensina." (Columbano)

Ao Prof. Edemilson Antunes de Campos por todas as horas dispensadas na colaboração de meu estudo e preciosas contribuições em minha qualificação.

Às professoras doutoras da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, em especial para aquelas que acompanharam minha jornada, meu humilde agradecimento.

À Profa. Dra. Taka Oguisso pela valiosa contribuição em minha qualificação.

“A educação faz com que as pessoas sejam fáceis de guiar, mas difíceis de arrastar; fáceis de governar, mas impossíveis de escravizar.. (Peter Drucker).

À família Lee, pelo modelo de vida profissional e conduta sempre ética.

À Profa. Dra. Roselena B. Bergamasco, pelo aprendizado e apoio durante esta trajetória.

À Profa. Dra. Neide de Souza Praça, pela confiança e incentivo constante.

À Profa. Dra. Marta Maria Melleiro, pela amizade e confiança em meu potencial.

À Profa. Dra. Emília Saito, por acompanhar minha trajetória de vida.

À Profa. Dra. Beatriz Aparecida Ozello Gutierrez, pela amizade constante e apoio neste estudo.

À Profa. Dra. Dora M. S. Barrientos, por toda a contribuição e por compartilhar sua sabedoria no tema deste estudo.

A violência é sempre terrível, mesmo quando a causa é justa." (Friedrich Schiller)

Ao Centro de Cidadania da Mulher de Itaquera, instituição que me vivências inigualáveis em relação à vida e a violência contra a mulher.

À Cristina Caetano, do Centro de Cidadania da Mulher em Itaquera, pelo apoio em todas as horas de confecção deste estudo e pelo seu profundo saber. Sem sua colaboração este estudo seria impossível.

À Tia Lena, que com seu modelo de competência me ensinou a compreender os tortuosos caminhos da violência contra a mulher.

À toda a equipe da 7ª Delegacia de Defesa da Mulher, especialmente à Dra. Regina Célia Rissi, delegada, por franquear minha observação nesta instituição.

"Aprendemos quando compartilhamos experiências." (John Dewey)

As alunas do curso de graduação em Obstetrícia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, Sheylla, Shirley e Amanda, pela contribuição, apoio e comentários pertinentes no desenvolvimento desta pesquisa.

"Não há vida sem correção, sem retificação." (Paulo Freire)

À Profa. Dra. Marlene Assunção de Nóbrega, pela correção de português e pelos anos de amizade.

À Nadir Aparecida Lopes, pela contribuição na correção das referências.

Ao amigo Fernando Gómez, pela valiosa tradução para o espanhol.

"É espantosamente óbvio que nossa tecnologia excede nossa humanidade." (Albert Einstein).

À Jane Prado, por me fazer descobrir novas tecnologias.

"Cada ato generoso é um degrau acima em direção ao céu..." (Henry Ward Beecher)

À Silvana Maximiliano, pela sua disponibilidade e extrema atenção com todos os alunos da pós-graduação.

À Berenice de Paula Jarreta, por seu carinho e amizade.

À Diego, da Old Clam, pelo maravilhoso desenho representativo da violência.

"A alegria compartilhada é uma alegria dobrada." (John Ray)

Ao CNPQ, pelo financiamento do projeto.

À CAPES, pela bolsa concedida.

"A melhor parte da vida de uma pessoa está nas suas amizades." (Abraham Lincoln)

À todos os meus amigos do passado e do presente. Espero que façam parte de meu futuro.

À todos os meus novos amigos e colegas do doutorado, sucesso.
Aos meus colegas da FACIG, pelo apoio e amizade.

"Com o dom de ouvir vem o dom de curar." (Catherine de Hueck Doherty)

À Ângela Lago, por seu precioso dom de ouvir e curar.
À Felipe Lago, pelo apoio, compreensão e incentivo constante nesta caminhada.
À Dario Lago, pela paciência nas eternas discussões sobre o estudo.

"Uma das melhores coisas na vida são as maravilhosas surpresas que nos reserva." (Marlo Thomas)

À Tia Célia, Tio Valter e Thiago, meus familiares queridos.
À Fernando Anger, por fazer parte de minha família.

"As coisas mais importantes na vida não são coisas." (Anthony J. D'Angelo)

Ao Tio Moacir e família, pessoas importantes em minha vida.

"O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada, Caminhando e semeando, no fim terás o que colher." (Cora Coralina)

As mulheres que cederam seu tempo para compartilharem suas vivências e inquietações sobre a violência, obrigada!

À todos que de alguma forma contribuíram para que este momento fosse único e especial em minha vida.

RESUMO

Santinon EP. “Você não enxerga nada”: a experiência de mulheres vítimas de violência doméstica e a Lei Maria da Penha [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem, 2010. 242 f.

Este estudo buscou compreender a experiência das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A partir da clarificação desta questão central, buscou-se contribuir para a divulgação de meios jurídicos e jurisdicionais, melhorar a assistência integral à mulher vítima de violência doméstica na região leste do Município de São Paulo e viabilizar novas políticas públicas no tema violência contra a mulher. A opção foi pela pesquisa qualitativa, método etnográfico e conceitos da antropologia interpretativa. A pesquisa foi desenvolvida com oito mulheres, que vivenciaram situações de violência doméstica e/ou familiar e que tenham procurado auxílio no Centro de Cidadania da Mulher de Itaquera, localizado em São Paulo/SP. Adotou-se para a coleta de dados a observação participante e a entrevista semi-estruturada composta por questões norteadoras. Os dados foram apresentados na forma de narrativas. Os resultados se resumiram em seis categorias, agrupadas posteriormente em três grandes temas. A discussão teve seu eixo na violência simbólica descrita por Bourdieu. A violência simbólica fundamentada nas crenças sociais, caracterizada pela invisibilidade, por não enxergar, pela submissão encantada, vinculada a aceitação de um papel subalterno e passivo frente à uma força de dominação. O resultado deste estudo foi a expressão viva do sofrimento à recuperação, da baixa autoestima à reconstrução do “eu”, histórias de mulheres e sua experiência na violência vivida.

Palavras-chave: violência contra a mulher, antropologia, legislação.

ABSTRACT

Santinon EP. "You do not see anything": the experience of women victims of domestic violence and the Law Maria da Penha [thesis]. São Paulo: University of São Paulo, School of Nursing, 2010. 242 f.

The present study seeks to analyze the experience of violence for the women on the domestic and familiar situation. Throughout the clarification of this central point, the present aims to contribute for the disclosure of the legal and jurisdictional procedures, to improve the assistance to the woman victim of domestic violence at the east region of Sao Paulo city and to create public politics regarding this field. The option was to accomplish the qualitative way of search, ethnography method and the concepts of interpretive anthropology. The was developed with eight woman who passed through situations of domestic and/or familiar violence and had gone to the assistance of the "Centro de Cidadania da Mulher de Itaquera", located in São Paulo/SP. For this purpose, the method of participant observation has been applied to the data collection and guiding questions for the semi-structured interview. The data had been introduced as a form of narrative. The results of the present study resulted in six categories, subsequently grouped in three major themes. The discussion had its guide in the symbolic violence described by Bourdieu. The symbolic violence whose background was obtained from the social beliefs, characterized by invisibility, not by sight, by submission enchanted bound to accept a subordinate role and passive front of a force of domination. The result of this study is the live expression of live suffering to the recovery, of low self-esteem to the reconstruction of the "self", histories of women and their experience in the violence experienced.

Keywords: violence against women, anthropology, legislation.

RESUMEN

Santinon EP. "Usted no ve nada": la experiencia de mujeres victimas de violencia intrafamiliar y la Lei Maria da Penha [tesis]. São Paulo: Universidad de São Paulo, Escuela de Enfermería, 2010. 242 f.

Este estudio busca comprender la experiencia de las mujeres en situación de Violencia domestica e familiar. A partir de la clarificación de esta cuestion central, se busca contribuir para la divulgación de medios jurídicos jurisdiccionales, mejorar la asistencia integral a la mujer victima de violencia doméstica en la región oriente del municipio de San Pablo e viabilizar nuevas políticas em el tema violencia contra la mujer. La opción fue por la pesquisa qualificativa, método etnográfico y conceptos de la antropologia interpretativa. La pesquisa fue desenvolvida com ocho mujeres que vivieron situaciones de violencia domestica o familiar, e que hayan procurado auxilio en el centro de ciudadanía de la mujer de Itaquera, localizado en San Pablo/SP. Se adopto para la colecta de datos la observación de participante y la entrevista semi estructurada compuesta por cuestiones nortadoras. Los datos fueron presentados en la forma de narración. Los resultados se resumieron en seis categorías agrupadas posteriormente en tres grandes temas. La discusión tuvo su eje en la violencia simbólica descrita por Bordieu. La violencia simbólica se fundamenta en las creencias sociales, caracterizada por la invisibilidad, por no ver la sumisión encantada, vinculada y la aceptación de un papel subalterno e pasivo. Delante de una fuerza de dominación. El resultado de este estudio fue la expresión viva del sufrimiento a la recuperación de la baja autoestima y a la reconstrucción del "yo", historias de mujeres e su experiencia en la violencia vivida.

Palabras-clave: violencia contra la mujer, antropología, legislación.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	MINHA VIVÊNCIA	14
1.2	A VIOLÊNCIA ENQUANTO PROBLEMA SOCIAL	16
1.3	REVISÃO DE LITERATURA	20
1.4	A LEGISLAÇÃO E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	29
1.5	A LEI MARIA DA PENHA	32
2	OBJETIVOS.....	37
3	CAMINHO TEÓRICO METODOLÓGICO.....	39
3.1	REFERENCIAL TEÓRICO	40
3.1.1	Opção pela pesquisa qualitativa	40
3.1.2	Opção pela etnografia	41
3.2	AS COLABORADORAS	42
3.3	COLETA DE DADOS	43
3.3.1	Observação Participante	43
3.3.2	Entrevistas	44
3.4	ANÁLISE DOS DADOS.....	45
3.5	RIGOR METODOLÓGICO	47
3.6	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	48
3.7	O CENTRO DA CIDADANIA DA MULHER EM ITAQUERA: O CENÁRIO CULTURAL	49
3.8	A DELEGACIA DA MULHER.....	57
4	AS MULHERES E SUAS VIVÊNCIAS	59
5	AS CATEGORIAS CULTURAIS	125
5.1	A HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA	127
5.1	A HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA	128
5.1.1	Alcoolismo, drogas e violência	128
5.1.2	Sentimentos ambivalentes: justificando a violência sofrida.....	129
5.1.3	Um tapa não dói: minimizando a agressão.....	131
5.1.4	O ciclo da violência.....	132
5.1.5	O motivo para continuar o relacionamento	134
5.1.6	Sentimentos e filhos na violência.....	135
5.1.7	Baixa autoestima	137
5.1.8	Traição	138
5.1.9	Sentimentos vividos na violência.....	138
5.2	AS FACES DA VIOLÊNCIA.....	140

5.2.1	Abuso financeiro como forma de violência	140
5.2.2	Violência psicológica	141
5.2.3	Violência física	144
5.2.4	Violência Sexual	145
5.2.5	Violência familiar: agressão contra os filhos	146
5.3	O CAMINHO QUE PERCORRI	149
5.3.1	A trajetória após a violência	149
5.3.2	O atendimento nas instituições de proteção à mulher	150
5.3.3	Acolhimento no CCM	152
5.3.4	O entrelaçar da rede	153
5.3.5	Doenças da violência	154
5.4	JUSTIÇA	156
5.4.1	Meu primeiro contato: com que Lei eu vou?	156
5.4.2	A separação do casal, moradia e pensão dos filhos	157
5.4.3	A Lei Maria da Penha	159
5.4.4	O papel da Justiça na perspectiva das mulheres	160
5.4.5	O papel da mídia no conhecimento da Lei Maria da Penha	161
5.4.6	A lei é justa?	162
5.5	DEIXANDO A VIOLÊNCIA	164
5.5.1	O momento da virada	164
5.5.2	O motivo pelo qual deixei para trás a violência	165
5.5.3	Suporte na violência	167
5.5.4	A reestrutura do conceito de família	170
5.5.5	Independência financeira	170
5.5.6	Meu trabalho, minha vida	172
5.5.7	Encontrando o “eu”	173
5.6	SONHOS	174
5.6.1	Antes da violência: um sonho que não consegui realizar	174
5.6.2	Depois da violência: uma vida melhor	175
6	TEMAS CULTURAIS	176
6.1	VIVENCIANDO A VIOLÊNCIA	179
6.2	BUSCANDO AJUDA	183
6.3	RENASCENDO PARA A VIDA	188
7	AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA	191
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
	REFERÊNCIAS	210
	ANEXOS	226

1.1 MINHA VIVÊNCIA

O interesse em estudar o tema violência contra a mulher surgiu gradativamente em minha experiência profissional, acadêmica e familiar.

Minha família é composta de muitos advogados, excetuando minha mãe que é obstetriz, docente e grande modelo profissional e pessoal de minha vida.

Optei pela carreira jurídica, pois sempre pensei que estaria inserida em um contexto mais amplo, especialmente com relação ao auxílio ao próximo, bem como ajudaria minha compreensão sobre as relações humanas e o poder da justiça.

Quando aluna da graduação, tive a oportunidade de atuar como estagiária na Procuradoria de Assistência Judiciária e, a partir dessa experiência, meu interesse pelas minorias sociais, classes desprivilegiadas e vulneráveis passou a se tornar mais intenso.

Após o término da graduação, me interessei pela área relacionada às Relações Internacionais, cursando pós-graduação, pois sempre tive como crença que, certos direitos, principalmente aqueles relacionados às classes vulneráveis, teriam que ser defendidos por meio de ações globais.

Ao finalizar parte de minha pós-graduação na França, retornei ao Brasil decidida a cursar o Mestrado na área de Direito Internacional.

Como aluna do mestrado, meu interesse pela área relacionada à violência contra a mulher fortaleceu ao cursar uma disciplina intitulada “Direitos Humanos”, em que vários tópicos foram abordados, dentre eles as condições vulneráveis em que as mulheres ficam expostas em vários países do mundo.

Em paralelo, desenvolvia atividades de docência em uma faculdade privada localizada na Grande São Paulo, onde grande parte dos alunos pertencia a uma comunidade vulnerável, e, por muitas vezes, ouvi relatos de alunas sobre agressões, dos mais variados tipos, as quais eram submetidas no seio de sua própria família.

Ao finalizar o mestrado, percebi que minha convivência com a vulnerabilidade humana, principalmente com essas mulheres, tinha me transformado e senti necessidade de estudar o tema com maior profundidade.

Percebi que os relatos que ouvia não se relacionavam somente às questões judiciais e jurisdicionais, mas eram depoimentos permeados por dúvidas

sobre assistência social, amparo à saúde, acessos à Justiça, inseridos em um grande contexto cultural.

Outro fator que me influenciou foi a convivência contínua com o ambiente hospitalar e com os profissionais de saúde, acompanhando minha mãe. Passei a compreender, assim, a importância da interdisciplinaridade, os problemas que se apresentavam nunca eram resolvidos sob o olhar de uma única profissão.

Percebi que para a resolução das grandes questões era necessária uma mobilização maior, bem como a quebra do paradigma de que certas áreas de conhecimento não se misturam.

Com a aceitação de profissionais de outras áreas no programa de doutoramento Interunidades desta Instituição de Ensino, tive a oportunidade de ser orientada pela Prof. Dra. Dulce Maria Rosa Gualda, que aceitou o desafio de aprofundar o conhecimento na área.

Fui uma das primeiras alunas com formação em direito a ser aceita pelo programa, mostrando a aceitação deste novo desafio pela minha orientadora, que demonstrou interesse neste polêmico tema sob a ótica cultural, respeitando minha formação anterior.

Sendo assim, com a finalização de meu doutorado, espero trazer a visão que a violência contra a mulher deve ser analisada sob a ótica interdisciplinar, já que aborda questões sociais, econômicas, internacionais, humanas e de saúde.

1.2 A VIOLÊNCIA ENQUANTO PROBLEMA SOCIAL

A violência tem seu cunho centrado na problemática social da história da civilização onde importantes fatores se inter-relacionam, vinculando sua origem ao sistema familiar patriarcal, embalados pelas diferenças de gênero, educação, sociedade e mundo atual, permeados pela questão cultural.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o termo violência pode ser definido como

o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Brasil, 2005).

A violência contra a mulher, em especial a doméstica e familiar, é uma questão multidisciplinar, que abarca as áreas da saúde, das ciências humanas e sociais.

A prática desse tipo de violência remete aos tempos antigos, porém somente há alguns anos passou a ser considerada como um problema mundial, ligado às constantes tentativas da Organização das Nações Unidas (ONU) para sua erradicação.

Com a criação da ONU e a consagração dos direitos humanos, a violência contra a mulher passou a ser considerada como uma violação das liberdades fundamentais do indivíduo.

Um dos marcos históricos da atualidade foi a definição de violência contra a mulher pela Organização dos Estados Americanos (OEA), como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Brasil, 1994).

O Ministério da Saúde, Brasil (2005) ampliou o conceito de violência contra a mulher, passando a considerá-la como qualquer conduta, ativa ou passiva, de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato da vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou perda patrimonial.

Frente as diferentes formas de violência, aquela realizada contra a mulher passou a ser considerada como uma violação aos direitos humanos, a partir da

Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, devido à frequência e facilidade com que é praticada (Organização das Nações Unidas – ONU, 1993).

Interessante ressaltar que a violência contra a mulher pode ocorrer em qualquer espaço, seja ele público ou privado, mas é no seio da família que ela se torna mais perigosa e fatal.

As desigualdades sociais, econômicas e as políticas estruturais entre homens e mulheres, a diferenciação rígida de papéis, as noções de virilidade ligadas ao domínio e a honra masculina, comuns a essas sociedades e culturas, são fatores da violência contra a mulher e seu impacto vai além do âmbito individual, que implica em perdas para o bem-estar, a segurança da comunidade e os direitos humanos (Brasil, 2005).

Neste contexto, há uma relação de gênero entre homens e mulheres, as quais devem ser pensadas como uma forma de referência aos papéis próprios dos homens e das mulheres, criação de origem social e não biológica (Monteiro, Souza, 2007).

Sabe-se que há uma sobreposição no tema violência doméstica e violência contra a mulher, pois a maioria dos relatos de violência doméstica tem como protagonista não só o homem, no papel de companheiro ou familiar, mas a relação “pater familias” como afilhados, empregados, agregados, além dos filhos, pais, sobrinhos, cônjuges e outros.

Estudos recentes mostram a violência física praticada por parceiro íntimo, ao menos uma vez na vida, com variação de 21% na Holanda e Suíça, 29% no Canadá e 69% na Nicarágua. Estudo comparativo com 15 regiões de dez países, incluindo o Brasil, reitera a variação, as elevadas taxas de violência e o parceiro como principal agressor (Schraiber et al., 2007a).

Essa mesma autora relata, ainda, ser comum a superposição das violências física, sexual e psicológica que indica uma ação somatória e progressiva, evoluindo das formas mais moderadas às graves e de episódio inicial para sua recorrência.

Porém, a maioria dos estudos levantados tem como objeto apenas a violência física, geralmente mensurada por atos concretos, como tapas, socos e empurrões. Em 48 pesquisas de base populacional realizadas no mundo, entre 10% e 69% das mulheres relataram ter sofrido ao menos algum episódio de violência física pelo parceiro durante a vida (Schraiber et al., 2007b).

As violências sexuais e psicológicas cometidas por parceiro íntimo têm sido pouco investigadas e as informações são imprecisas. Vários fatores contribuem para que a violência sexual dentro de relações de parcerias estáveis seja de difícil reconhecimento e delimitação, tendo como exemplo disso as variadas denominações dos atos de agressão (violência, estupro, abuso e, por vezes, assédio), associado ao fato de prática sexual não consensual ser considerada em muitas culturas como dever da esposa.

Da mesma forma, a definição de violência psicológica varia amplamente entre mulheres e homens de diversas culturas, acarretando dificuldades em sua definição e conseqüente mensuração. Entretanto, as pesquisas indicam que a violência física é normalmente acompanhada pela psicológica; e de um terço à metade dos casos, também por violência sexual (Schraiber et al., 2007b).

Esse tipo de agressor costuma fazer uso de uma violência que se inicia de forma lenta e silenciosa, que progride em intensidade e conseqüências. O autor da violência, em suas primeiras manifestações, não lança mão de agressões físicas, mas parte para o cerceamento da liberdade individual da vítima, avançando para o constrangimento e humilhação, ao criar condições psicológicas para poder agredir fisicamente à mulher, baixando-lhe a auto-estima de tal forma que ela tolere, também, as agressões físicas (Silva, Coelho, Caponi, 2007).

As mulheres, quando questionadas sobre seus sentimentos, costumam falar em sofrimento, tristeza e medo. A compreensão vaga e mediana revela um aprisionamento e um enclausuramento em si mesmo. São mulheres que, de certa forma, deixam-se aprisionar. Este aprisionamento se faz no espaço do convívio social e são relatados por meio de situações em que passam a não ter relações de contato, seja com familiares ou amigos, isolam-se de tudo e todos, referindo perda do interesse social e da convivência com os outros. O espaço, além delas mesmas, reside no lar, na casa, nos filhos, no marido e na violência.

A indiferença com que essas mulheres são tratadas em casa contribui para que elas permaneçam na obscuridade. Além disso, existe outra forma de aprisionamento, que é aquela manifestada pela humilhação e vergonha que as mulheres sentem delas próprias por estarem se entregando à vivência da violência. O aprisionamento, tão profundamente arraigado, encobre em si mesmo sentimentos de negação, de submissão, de causa e de ocultamento, que reflete em uma autoestima fragilizada (Monteiro, Souza, 2007).

Toda vulnerabilidade física ou mental é potencial geradora de uma situação de violência. A invalidação dos códigos culturais e sociais acaba suprimindo a vivência destes indivíduos menos favorecidos, gerando cada vez mais situações de violência. Dessa forma, a sociedade tenta encaixar estes indivíduos em uma odisséia disciplinar, que produz os indivíduos dóceis (Foucault, 1979).

A reação do agressor é estimular cada vez mais a violência, por meio da virilidade e de atitudes que possibilitem demonstrar sua força e coragem.

Considerando estes elementos, vemos o homem como principal ator destas situações, já que a mulher, as crianças e os idosos, por terem menos chance de reagir, são consideradas vítimas em potencial destes agressores.

As relações sociais entre os sexos levam em conta a adequação das vítimas e dos agressores nos papéis sociais, interpretados pela ótica cultural (Corrêa, 1983; Ardaillon, Debert, 1987; Adorno, 1988).

Observa-se que as mulheres vítimas de violência descrevem dificuldades cotidianas, além da própria agressão sofrida, ressaltando o desequilíbrio de sua história de vida que não conseguem superar, necessitando, assim, de ajuda externa (Gregori, 1983; Soares, 1993).

Do ponto de vista estratégico, a maioria das ações de proteção voltadas para mulheres agredidas tem se desenvolvido de forma independente. Uma limitação de se focalizar exclusivamente uma ou outra corrente é o obscurecimento da totalidade do quadro, que, por sua vez, impede um entendimento mais completo das causas e consequências. Como resultado, este desmembramento inibe ações mais efetivas, reduzindo a capacidade de prover adequada segurança para todas as vítimas envolvidas (Reichenheim, 2006).

Pelo exposto, este estudo centra-se na premissa de que a adequação dos modelos comportamentais exigidos e atuais da sociedade não pode ser unicamente visualizado sob a ótica da categoria de gênero, propondo uma análise sob a égide da cultura.

1.3 REVISÃO DE LITERATURA

A violência contra a mulher é um problema global e antigo. Dados mundiais sobre a violência contra a mulher referem que mais de um bilhão de mulheres já foi agredida fisicamente, sexualmente ou já sofreu algum outro tipo de violência, quase sempre cometido por alguém próximo (Anistia Internacional, 2004).

Estudos feitos na América Latina também são preocupantes ao apontar uma variação de 30 a 60% de casos de violência contra a mulher na população (ONU, 2007).

A violência contra a mulher tem uma relação inquestionável com a questão do gênero, mesmo que este não tenha sido utilizado como categoria de análise neste estudo.

Segundo Scott (1990), conhecida historiadora feminista, gênero é um conceito cultural ligado à forma com que a sociedade percebe as diferenças entre os sexos, atribuindo *status* diferenciados para homens e mulheres.

O gênero então, pode ser definido como o “sexo social”, ou seja, o prisma social vinculado às diferenças sexuais.

Tal relação trata do conhecimento que estabelece a significação, permeada pela cultura, organiza socialmente uma diferença corpórea, ou seja, sexual. (Scott, 1988).

Já para Strathern (1988), antropóloga, gênero é uma nomenclatura utilizada na categorização de pessoas, momentos, artefatos e tudo aquilo que é definido em função da imagem sexual. O importante para esta autora é a percepção de como se tornam concretas as idéias de feminino e masculino, regulada pela sociedade. O gênero perpassa a questão do ser homem ou mulher, mas abrange a manifestação das relações internas e sua aceitação perante a sociedade.

Segundo Kofes (1992) quando se fala em gênero as categorias homem ou mulher abarcam um campo referencial mais restrito do que as categorias masculino e feminino. Desta forma “não há oposição, exclusão ou substituição, mas gênero seria um instrumento que mapeia um campo específico de distinções, aquele cujos referentes falam da distinção sexual”.

Pelo exposto em todos os prismas, o gênero está associado a uma vertente cultural.

Apesar de o significado de gênero não se referir somente à mulher, a violência de gênero é utilizada comumente como sinônimo para a violência contra mulher (Ângulo-Tuesta, 1997; De Ferrante, Santos, Vieira, 2009).

Para Lavinias (1997) a violência de gênero é um produto de um sistema social que subordina o sexo feminino e ocorre pelo simples fato de ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição.

A violência de gênero pode então ser definida como qualquer ato que resulta ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada, assim como castigos, maus tratos, pornografia, agressão sexual e incesto (Deslandes, Gomes, Silva, 2000; Kronbauer, Meneghel, 2005).

Estudo feito por Schraiber et al. (2009) qualifica a violência contra a mulher como um ato de intenção socialmente construído, diferenciando o conceito de agressividade que se refere à sobrevivência.

Com relação ao perfil das mulheres que sofrem violência, pesquisa realizada com trinta casais, cujas mulheres haviam registrado na Delegacia da Mulher de Florianópolis (Santa Catarina) duas ou mais queixas por agressão contra o parceiro demonstra que o tempo médio da relação conjugal entre os parceiros foi de 11 anos. A idade média das queixosas foi de 36 anos e dos homens denunciados de 40 anos. As mulheres entrevistadas apresentaram 43,3% de escolaridade do ensino fundamental, completo ou não. Apenas 20% apresentaram nível superior e, as outras, nível médio (Deeke, 2009).

Estudo realizado sobre a vitimização na cidade do Rio de Janeiro em 2005/2006 demonstrou que 67,7% das mulheres agredidas o foram por parentes e afins e 15,9% por desconhecidos. Dentre as mulheres agredidas 98,2% sofreram agressões por homens, destacando-se as mulheres na idade reprodutiva, que foram mais agredidas em toda a vida.

A mesma pesquisa revelou que a agressão física foi mais comum em negras de baixa escolaridade. Os homens revidam mais as agressões do que as mulheres, que tendem a nada fazer (Zalmar, 2008).

Grande parte da violência contra a mulher ocorre no âmbito doméstico (Heise, 1994; Hartigan, 1997).

Melo, Silva e Caldas (2009) expõem em seu estudo realizado na região metropolitana de Recife a perda da referência do espaço privado, como sinônimo de segurança, abrigo e apoio, onde 54% das vítimas foram agredidas no âmbito doméstico.

Segundo a classificação sugerida pelo Ministério da Saúde, Brasil (2005), a violência doméstica é aquela ocorrida em casa, no ambiente doméstico ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação, ou seja, nas relações entre os membros da comunidade familiar.

A formação destes vínculos familiares pode ser classificada como natural (pai, mãe, filhos, etc.), civil (marido, sogra, padrasto ou outros) por afinidade (por exemplo, o primo ou tio do marido) ou afetividade (amigo que more na mesma casa).

A maioria das agressões, no entanto, ocorre pelo vínculo civil ou de afetividade. Ou seja, por marido ou ex-parceiro, segundo dados da pesquisa da OMS (2001) desenvolvida no município de São Paulo e na região da mata Pernambucana, em que 27% das mulheres da cidade de São Paulo, e 34% das mulheres participantes da região da Zona da Mata Pernambucana relataram algum episódio de violência física cometida pelo parceiro ou ex-parceiro ao longo da vida. Foram estudadas 2.163 residências em São Paulo e 2.136 na região da Zona da Mata Pernambucana.

Estudos realizados em serviços de saúde, com periodicidade anual, demonstraram que 4 a 23% da prevalência das agressões foram realizadas pelo parceiro. Ainda estes estudos demonstraram que as mulheres, conforme a situação foi piorando, tiveram um aumento proporcional quanto à gravidade das lesões (Campbell, 2002; Garcia-Moreno, 2002; Kronbauer, Meneghel, 2005).

São vários os tipos de violência a que a mulher é submetida. As principais classificações de violência doméstica e familiar contra a mulher tem como base a recente Lei Maria da Penha, que as classifica em violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial (Brasil, 2006a).

Segundo a classificação do Ministério da Saúde, Brasil (2005), a violência física é caracterizada pela ação ou omissão que coloque em risco ou cause dano à integridade física de uma pessoa, podendo causar lesões internas, externas ou ambas.

Além da divisão em tipos de violência a Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (1998), juntamente com a Organização Mundial de Saúde (OMS), classificam os atos de violência física em:

- *Ato moderado*: ameaças, desde que não relativas a abuso sexual e sem uso de armas; agressões contra animais ou objetos pessoais e violência física na forma de empurrões, tapas, beliscões, sem uso de quaisquer instrumentos perfurantes, cortantes ou que gerem contusões;
- *Ato severo*: agressões físicas com lesões temporárias; ameaças com uso de arma, agressões físicas com cicatrizes, lesões permanentes, queimaduras e uso de arma.

Dados alarmantes indicam que pelo menos 6,8 milhões de mulheres brasileiras vivas já foram espancadas pelo menos uma vez, com a frequência de 175 mil espancamentos por mês ou 4 mulheres espancadas por minuto (Instituto Patrícia Galvão, IBOPE, 2006).

A mesma pesquisa apontou que dentre as mulheres agredidas fisicamente, aproximadamente um terço afirmou que isso aconteceu uma única vez, enquanto 4% afirmaram que esta violência ocorreu por toda a sua vida ou por mais de 10 anos.

Okada (2007) em sua dissertação em que estudou a violência doméstica em gestantes encontrou dados que demonstraram que 28,9% das mulheres estudadas sofreram violência física, com um aumento desse valor no período gestacional, passando a 34,7%.

Um outro tipo de violência é a psicológica, configurada pela ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação, à auto-estima ou ao desenvolvimento pessoal (Brasil, 2005).

A violência moral, pelo conceito da Lei Maria da Penha pode ser entendida como injúria, difamação e calúnia, basicamente tipos de violência psicológica (Brasil, 2006a).

A Secretaria de Vigilância em Saúde, Brasil (2005) exemplifica alguns modos de submeter à mulher violência psicológica e moral:

“Impedir de trabalhar fora, deixar a responsabilidade de cuidar e educar os filhos só para a mulher, ameaçar, privar de afeto, ofender, insinuar que ela tem um amante, desprezá-la, ofender a moral e de sua família.”

Dados da Fundação Perseu Abramo (2004), em pesquisa nacional sobre mulheres, com uma amostra de 2502 entrevistas pessoais e domiciliares, com mulheres com idade igual ou maior do que 15 anos nas 05 regiões brasileiras, residentes em 24 Estados, em 187 Municípios demonstrou que 27% das mulheres já sofreram violência psicológica.

A violência psicológica é uma agressão silenciosa, que trabalha com a própria percepção da violência. Em pesquisa realizada com 322 usuárias sobre agressões física, sexual e/ou psicológica, destaca-se que 69,6% declararam ter sofrido violência física, psicológica ou sexual. A violência psicológica foi a segunda colocada, depois da física e surgiu em 39,7% das entrevistadas (Scharaiber et al., 2003).

A mesma pesquisa demonstrou que 24,2% relataram agressão sexual do universo das mulheres que afirmaram sofrer violência.

Dados da pesquisa, Zalmar (2008) comprovaram que a agressão sexual mostrou independência quanto ao nível de escolaridade, estando negativamente relacionada com renda familiar e agressão física.

Em estudo realizado em três capitais brasileiras, Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre com base no inquérito populacional na etapa quantitativa da pesquisa Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil (GRAVAD), surgiu maior prevalência de coerção sexual no sexo feminino (16,5%). Dados demonstraram que fatores como baixa escolaridade e renda familiar estavam associados à maior incidência de coerção sexual. Ainda, dentro da coerção sexual sofrida, 25% das mulheres denotaram a ocorrência de estupro (Cordeiro et al., 2009).

Na violência sexual a vítima é obrigada a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se como violência sexual também

o fato do agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros. De acordo com o Código Penal Brasileiro (1940) a violência sexual pode ser caracterizada de forma física, psicológica ou com ameaça, compreendendo o estupro, a tentativa de estupro, a sedução, o atentado violento ao pudor e o ato obsceno (Brasil, 1940).

Em estudo da Fundação Perseu Abramo (2004), foi relatado que 6% das mulheres entrevistadas já sofreram abuso, forçadas a práticas sexuais indesejadas.

Outros dados interessantes são provenientes da OMS (2001), que demonstram a proporção de mulheres que relataram alguma tentativa ou que foram forçadas pelo parceiro íntimo a fazer sexo em algum momento de suas vidas, chegando à marca dos 10,1% das 941 mulheres entrevistadas no Brasil, considerada a cidade de São Paulo. Lidera o ranking o Peru, com 46,7%, em uma amostra de 1534 mulheres habitantes da cidade de Cusco, no mesmo ano.

Também frequente, a violência patrimonial encontra sua definição na Lei Maria da Penha, entendida como

“qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (Brasil, 2006a).

A preocupação da Lei Maria da Penha ao assegurar à mulher o direito ao seu patrimônio modificou muitas das legislações existentes; o que antes poderia ser abrandado pela aplicação do artigo 181 ou 182 do Código Penal, que dá imunidade aos cônjuges na constância da sociedade conjugal e dos ascendentes e descendentes, deixando o autor com uma pena mais branda ou até isento de pena, passa agora a figurar sem estes benefícios (Cabette, 2006; Dias, 2007).

Existem poucos artigos científicos sobre a violência patrimonial como forma de violência contra a mulher no Brasil.

Estudo realizado na Costa Rica demonstrou que dentre os diversos tipos de violência, a patrimonial ou econômica incidiu em 29% dos casos, sendo que a agressão física juntamente com a psicológica ocorreu em 48%, a sexual em 8% e somente a psicológica em 4% dos casos (Solano Porras, 2003).

Seja qual for o tipo de violência, ela deixa suas marcas. Problemas como depressão, síndrome do estresse pós-traumático, dificuldades de relacionamento, na

expressão da sexualidade são algumas das suas conseqüências (WHO, 1997; Faundes, Parpinelli, Cecatti, 2000).

Ainda a mulher vítima de violência costuma apresentar entre outros problemas, dores crônicas, incapacidade física, abuso de drogas, álcool além da depressão (Guimarães, 2005).

Doenças atribuídas à violência são mais incidentes em países em desenvolvimento como o Brasil, quando comparados a países desenvolvidos (Ribeiro et al., 2009).

No Brasil, o desenvolvimento de transtornos mentais em vítimas de violência conjugal física ou psicológica aumentou em duas vezes se comparada com mulheres que não sofreram violência (Patel et al., 2006).

Um dos maiores problemas é que as conseqüências da violência não acabam nestas mulheres. Geralmente o agressor estende as agressões à mulher para toda família.

As conseqüências físicas da violência nas crianças e adolescentes deixam marcas principalmente na pele ou no sistema ósteo-articular, bem como cortes, queimaduras e rompimento de órgãos (Schraiber, D'Oliveira, 1999). Já as conseqüências psicológicas nem sempre são passíveis de avaliação efetiva, já que a violência doméstica resulta de processos complexos onde interagem múltiplas adversidades (Milani, Loureiro, 2008).

Mas nem só a violência direta afeta as crianças e adolescentes. Sabe-se que as crianças que são negligenciadas, vivendo uma história de violência familiar, são mais suscetíveis a acidentes dentro ou fora da residência, podendo apresentar traumas leves ou até sua morte (Reichenheim et al., 1999).

Além disso, indivíduos que receberam educação severa ou foram vítimas de maus tratos na infância e na adolescência podem repetir esta experiência com seus próprios filhos (Belsky, 1980; Patterson, Capaldi, 1991; Simons et al., 1991, Cecconello, De Antoni, Koller, 2003).

Deste modo a violência contra a mulher acaba atingindo toda a família e por isso é tão preconizado seu combate.

No Brasil, os serviços de apoio mais procurados pelas mulheres vítimas de violência são em 79% as DDM, seguido de 29% serviços de atendimento à mulher, 23% amigos e família, 14% associações e grupos de mulheres, 11% hospital e posto de saúde, 7% igreja ou líder religioso, 6% Central de Atendimento telefônico

número 180 e 2% não opinaram, segundo pesquisa realizada com 2.002 entrevistas pessoais, representativas da população brasileira com mais de 16 anos, em todas as Capitais do Brasil (Instituto Patrícia Galvão, IBOPE, 2006).

O local mais adequado para buscar orientações sobre o atendimento de vítimas de violência, bem como proteger-se do agressor é o número telefônico “180”, criado por força da Lei nº 10.714, de 13/08/2003 (Brasil, 2003). O número telefônico funciona 24 horas por dia, todos os dias durante a semana, fins de semana e feriados desde 19 de abril de 2005. O serviço foi criado tanto para obter dados estatísticos sobre a violência contra a mulher em todo o Brasil, quanto para orientação.

Dados estatísticos apontam que a Região Sudeste (44,20%) é líder absoluta nas ligações atendidas pela Central de Atendimento à Mulher¹ (Brasil, 2010).

Em 2009, a Central de Atendimento à Mulher registrou 401.729 atendimentos. Foi constatado um aumento de 49% em relação ao ano de 2008 (269.977).

Ainda segundo o mesmo levantamento, 40.857 relatos foram de violência pelos companheiros. Destes 22.001 foram de violência física; 13.547 de violência psicológica; 3.595 de violência moral; 817 de violência patrimonial; 576 de violência sexual; 120 de cárcere privado; 34 de tráfico de mulheres; 8 de negligência; e 154 outros. Das denúncias recebidas 70% relataram agressões diárias.

Observa-se uma mudança no panorama da impunidade expressa pela pesquisa Instituto Patrícia Galvão, IBOPE (2006), em que 60% dos entrevistados disseram que, quando as mulheres denunciam, nada acontece ao agressor, principalmente na região Sul e Sudeste. Após o advento da Lei Maria da Penha, em 2006, novos dados demonstraram uma mudança neste contexto.

Quando da promulgação da Lei, a mesma pesquisa demonstrou que o impacto da mídia no conhecimento da Lei Maria da Penha fez que nove em cada dez mulheres referissem memórias sobre campanhas com este tema (Instituto Patrícia Galvão, IBOPE, 2006).

¹ Proporção das ligações atendidas pela Central de Atendimento à Mulher, por Grandes Regiões. Central de Atendimento à Mulher: 2006. Nota: (1) Os dados referentes ao mês de abril se referem ao período de 18 a 30 de abril de 2006. Os dados aqui apresentados dizem respeito a dois períodos distintos: a). Dados de 25 de novembro de 2005 a 17 de abril de 2006 - referem-se ao período de implantação da Central de Atendimento à Mulher, quando o sistema contava com quatro atendentes e funcionava de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h40; b). Dados de 18 de abril de 2006 em diante - a Central de Atendimento à Mulher passou a funcionar diariamente, com 20 atendentes por turno, durante 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana e feriados.

Dados mais recentes, coletados em 2008, apontaram que a busca de informações sobre a Lei Maria da Penha registrou 171.714 atendimentos na já referida Central Telefônica, contra 117.546, em 2008, crescimento de 47% em relação ao ano anterior (Brasil, 2010).

Outra pesquisa realizada em 2008 mostra panoramas mais agradáveis no combate da violência contra a mulher, dois anos após a promulgação da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006a). O conhecimento da Lei Maria da Penha foi apontado por 68% dos entrevistados, destes 82% acreditam que a Lei evita ou diminui a violência contra a mulher de alguma forma.

Quanto às perspectivas da aplicação da Lei, a maioria dos entrevistados acha que ela “ajuda” ou “mais ajuda do que atrapalha” nos casos de violência doméstica, em um total de 83% de entrevistados com percepção positiva. (Themis, 2008).

Apesar dos índices positivos que contribuem para o conhecimento dos meios possíveis para ajudar no combate a violência, deixar a violência está geralmente ligado com as opções disponíveis desta mulher. São diversos os motivos alegados para continuar no relacionamento como medo, perda de apoio financeiro, preocupação com os filhos e com a família (Okada, 2007).

Apesar disso, muitas delas conseguem deixar para trás a violência. As mulheres mais jovens abandonam a violência mais rápido. Porém ao se separar do agressor correm mais risco de homicídio (Day et al., 2003).

A permanência das mulheres na situação de violência, a tomada de decisão para saída e a manutenção destas fora deste contexto, pode ser compreendida pelo fato de

“não só o conflito, mas as trocas, a aliança e a interação em geral constituem a própria vida social por meio da experiência, da produção e do reconhecimento explícito de interesses e de valores diferentes” (Velho, 2003).

Os dados presentes na revisão da literatura científica demonstraram que o fenômeno da violência contra a mulher abrange inúmeras perspectivas, necessárias para a compreensão da violência contra a mulher, objetivo deste estudo.

1.4 A LEGISLAÇÃO E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O tema da violência contra a mulher encontra-se intimamente ligado aos direitos humanos. O Brasil é signatário de vários tratados e conferências internacionais sobre o tema, destacando-se a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, a Conferência Mundial de Direitos Humanos (ONU, 1948, 1993), Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (ONU, 1994), Conferência sobre a Mulher (ONU, 1995), Conferência Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher, que foi sediada no Brasil (Brasil, 1994).

No âmbito brasileiro, a carta maior do nosso país, que estabelece os princípios básicos a serem seguidos por toda a legislação brasileira, estabelece em seu artigo 5º, I, que todos somos iguais perante a lei, homens e mulheres têm os mesmos direitos e as mesmas obrigações. Assim, qualquer tratamento que vá contra o previsto neste artigo, configura a discriminação pelo fato de ser mulher (Brasil, 1988).

Ainda, para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a Constituição Federal do Brasil, é clara ao afirmar em seu parágrafo 8º, art. 226, que: “O Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações”.

O Código Penal Brasileiro, Brasil (1940), foi pioneiro na caracterização da agressão física do marido contra a mulher como passível de punição.

A Lei n.º 10.886, de 17/06/2004, Brasil (2004), acrescentou ao art. 129 do Código Penal, Brasil (1940), os parágrafos 9 e 10, ao criar a tipificação para a denominada "Violência Doméstica", prevendo pena de seis meses a um ano de prisão para esse crime. Se a agressão resultar em lesões graves ou morte a pena é aumentada em um terço. Este diploma legal torna-se importante pela tipificação, pela primeira vez, exclusivamente de violência doméstica, que anteriormente, eram tratados como lesão corporal, resultando na aplicação de penas alternativas, como por exemplo, o pagamento de cestas básicas.

O tema do afastamento do agressor foi delineado pela primeira vez na Lei n.º 10.455, de 13/05/02, Brasil (2002), que define, em caso de violência, que o juiz pode determinar como medida cautelar, o afastamento imediato do mesmo do local de convivência com a vítima, muitas vezes, do lar do casal.

Em 2003, com o objetivo de combater os crescentes números da violência contra a mulher, foi instituída a central telefônica “180” (número telefônico) pela Lei nº 10.714, de 13/08/03 (Brasil, 2003a). Neste número telefônico, as mulheres podem obter informações sobre a violência contra a mulher em todo o Brasil, orientações de como proceder em caso de violência e efetuar sua denúncia.

Outro diploma legal relevante sobre violência doméstica e familiar contra as mulheres é o projeto de lei da Câmara n. 37, de 2006, Brasil (2006b), que tem como principal escopo a criação de medidas integradas de prevenção, tratando tanto dos procedimentos para o tratamento da vítima, como o seu atendimento policial e multidisciplinar e de tutelas emergenciais para afastamento imediato do foco agressor. Projeto similar é o Substitutivo de Projeto de Lei (PL) sobre Violência Doméstica, o PL 4559/04, de autoria da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) (Brasil, 2004a).

Em 2006, foi criado um marco para a defesa das mulheres, a Lei ordinária federal 11.340, promulgada em 07/08/2006, conhecida então, por “Lei Maria da Penha” que passou a prever penas mais duras para agressões contra mulheres, aumentando os mecanismos de proteção delas e alterando o previsto no Código Penal, ao permitir flagrante criminal e a decretação da prisão preventiva do agressor (Brasil, 2006a).

Ainda, extinguiu as penas pecuniárias que estabeleciam cestas básicas ou multas. A pena máxima também foi aumentada de um para três anos de detenção. Ainda, de acordo com esta lei, os órgãos públicos devem contar com juízes capacitados e uma rede de apoio formada por assistentes sociais, profissionais da saúde, educação, trabalho e habitação. Tal tema, por sua relevância, será tratado em tópico próprio.

No âmbito municipal - São Paulo, podemos destacar o Decreto Municipal (SP) nº. 48.495, de 5 de julho de 2007, São Paulo (2007), que tem como objetivo a articulação de mecanismos de proteção da mulher referente à violência doméstica e familiar, em um projeto de ações conjuntas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e outras entidades não-governamentais. O Decreto institui o Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, objetivando promover políticas públicas efetivas e integradas para a prevenção, o atendimento e o acompanhamento dos casos de violência doméstica e familiar contra mulheres.

O Programa tem caráter assistencial e protetivo, direcionado à mulher em situação de violência doméstica e familiar, através da previsão de várias medidas, como a articulação de entidades envolvidas no combate da violência à mulher, no âmbito doméstico e familiar, a criação de novos centros de atendimento integral e atuação operacional integrada com o Poder Judiciário.

Ainda, baseia-se na percepção multidisciplinar do tema, atacando em frentes como educação e tomada de consciência na prevenção contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, na capacitação de profissionais especializados para o atendimento às vítimas, apoio a estudos e pesquisas sobre o assunto, bem como assistência médica, psicológica e orientação jurídica imediata e prioritária às vítimas.

Na área de saúde, é importante citar a Lei Federal n. 10.788, de 24 de novembro de 2003, que institui a obrigatoriedade da notificação compulsória nos casos de violência contra a mulher, ocorrida em qualquer ambiente (Brasil, 2003).

Para viabilizar o funcionamento desta Lei, foi instituída a Portaria n.2.406, de 05 de novembro de 2004, do Ministério da Saúde, que aprovou a ficha de notificação compulsória em todo o Brasil (Brasil, 2004b).

Existe também o sistema VIVA, criado para diagnosticar casos de menor gravidade, não ligados à internação ou morte dos pacientes vítimas de violência, mapeando assim os tipos de acidente e violência mais comuns no país, permitindo implementação de diretrizes para combate e prevenção da violência. O programa foi focado em dois componentes, um para vigilância contínua de violência doméstica, sexual, e/ou outras violências interpessoais e autoprovocadas (VIVA Contínuo); e outro como uma vigilância sentinela de violências e acidentes em emergências hospitalares (VIVA Sentinela).

Tal sistema teve origem no Decreto n. 5099, de 3 de Junho de 2004, Brasil (2004c), criado com o objetivo de notificar compulsoriamente os casos de violência contra a mulher, definidos na já citada Lei 10.778 de 24 de novembro de 2003, Brasil (2003), porém foi ampliado com a criação do Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes (SIVVA), tendo ainda como respaldo as Portarias n.1356, de 23 de junho de 2006, e n. 1.384, de 12 de junho de 2007, que instituíram incentivo financeiro para a implantação da vigilância epidemiológica de violências e acidentes (Brasil, 2006c, 2007).

O SIVVA é vigente em todo o município de São Paulo e tem como finalidade proporcionar a produção de “informação para o diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação das ações de enfrentamento das violências e acidentes”. Sua criação foi estipulada através da Portaria 1.328/2007 da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo/SP, em 28 de Agosto de 2007 (São Paulo, 2007).

Oguisso e Schmidt (1999) valorizam por parte dos profissionais de saúde, em especial os enfermeiros, o conhecimento das normas jurídicas que possibilitam a atuação dentro dos parâmetros legais e sociais, tornando-se parte de uma sociedade mais justa e eqüitativa.

Desta forma, procuramos situar o leitor nos principais diplomas jurídicos ligados à violência contra a mulher na atualidade.

1.5 A LEI MARIA DA PENHA

A institucionalização de respostas públicas ao problema da violência contra a mulher se pauta pela perspectiva da cidadania e dos direitos humanos, expressa no plano normativo-legal, que por sua vez orienta a formulação de políticas públicas na direção da defesa dos direitos da mulher. Tal orientação se choca com o recorrente apelo à ordem familiar, como instância hierárquica e de subordinação da mulher, pelos atores institucionais envolvidos na atenção às vítimas, seja na polícia ou nas instâncias jurídicas subseqüentes. A desqualificação da violência contra a mulher pela instituição policial ou jurídica, no sentido de minimizar seus efeitos, que impulsiona a interrupção dos procedimentos legais, por meio de “suspensão” ou arquivamento de inquéritos, no período anterior à Lei nº 9.099/95 ou do favorecimento da renúncia ao direito de representação contra o acusado, nas audiências de conciliação dos Juizados Especiais Criminais permanecem como obstáculos à efetivação de direitos assegurados às mulheres (Brandão, 2006).

A Lei Maria da Penha (Anexo A) surgiu da história de Maria da Penha Maia, uma vítima de agressão doméstica e familiar, que lutou por mais de 25 anos para ter seu agressor condenado. Seu marido, professor universitário, tentou matá-la duas vezes, na primeira com um tiro que resultou na paraplegia da vítima e depois eletrocutada. A investigação do caso começou rapidamente, mas a denúncia ao

Ministério Público Estadual foi apresentada em 1984, porém em 1998 não havia decisão definitiva no processo e o acusado permanecia em liberdade.

Inconformada, Maria da Penha juntamente com o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), formalizou denúncia para a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA (2001), que abriu o caso número 12.051.

A OEA foi pioneira ao acatar a denúncia de um crime de violência doméstica e responsabilizou o Brasil por omissão, tolerância e negligência recomendando, entre observações do caso, melhores políticas públicas prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher, Informe nº 54 (OEA, 2001).

Interessante ressaltar a aplicação da Convenção de Belém do Pará, Brasil (1994) no caso de Maria da Penha, fato de que nunca havia acontecido anteriormente. Tal aplicação contribuiu para culminar na prisão do agressor em 2002, que cumpriu pena até 2004 e encontra-se, hoje, em liberdade.

Pela implicação do caso no cenário internacional e frente às novas políticas públicas instauradas, em 07 de agosto de 2006 foi promulgada a Lei ordinária 11.340, intitulada “Lei Maria da Penha” (Brasil, 2006a).

Após a explicação das legislações anteriores, procuramos tecer uma análise crítica dos principais avanços da Lei Maria da Penha.

No artigo 5º da citada Lei, é disposto que “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

A inovação vem da aplicação desta Lei no âmbito da violência física, sexual, moral ou patrimonial. Quanto ao local que a Lei preceitua para sua aplicação estão às violências na esfera doméstica, familiar ou em qualquer relação íntima de afeto (artigo 5º, I, II, III), independente de orientação sexual.

Atualmente, para oferecer a denúncia, de acordo com o artigo 12, parágrafo um, a própria vítima pode formular um pedido, que será tomado a termo pela autoridade policial e já escolher as medidas protetivas mais convenientes ao seu caso. Além disso, a autoridade policial deverá tomar as seguintes medidas no atendimento à vítima: garantia policial para a vítima se necessário; encaminhamento ao Instituto Médico Legal (IML) ou a Unidade Básica de Saúde (UBS); transporte

para a vítima e seus dependentes para um lugar seguro, quando houver risco de vida; acompanhamento policial para a retirada dos pertences da vítima do local de ocorrência ou do domicílio, bem como informar a vítima todos os seus direitos relativos a esta Lei e onde buscar apoio (art. 11).

A nova Lei fixa várias medidas de urgência que podem ser aplicadas contra o agressor ou agressora quando for constatada a prática de violência doméstica, como o afastamento do lar, restrição ou proibição de contato com a agredida, seus dependentes e familiares, prestação de alimentos provisionais ou provisórios e outras elencadas no capítulo II “DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA”, Seção II, da referida Lei.

A Lei também altera o previsto no Código Penal, Brasil (1940) para possibilitar a decretação de prisão preventiva e a prisão em flagrante. A prisão preventiva é uma medida especial, determinada pelo Juiz quando a liberdade do acusado cria riscos para o processo. Já a prisão em flagrante deve ser aplicada na hipótese de iminência ou prática da violência (artigo 10). Também pode ser aplicada nos casos em que o acusado não cumpra as medidas protetivas estabelecidas em Juízo.

Outra inovação é que a mulher também será notificada dos atos processuais, principalmente quando da soltura da prisão de seu agressor (artigo 21), bem como a obrigatoriedade de um advogado para acompanhá-la durante o processo. Se ela não puder pagá-lo o Estado nomeará um (artigos 27 e 28).

A pena do crime tipificado como Violência Doméstica contra a mulher foi aumentado, podendo variar de 3 meses a 3 anos, ficando proibida a aplicação de penas pecuniárias ou multas, de acordo com o artigo 17.

Tais inovações trouxeram inúmeras reflexões no meio jurídico, ocasionando pontos de discussão sobre a aplicação da Lei:

a) Constitucionalidade da Lei: Com a vigência e aplicação da Lei Maria da Penha surgiram questionamentos acerca de sua constitucionalidade, como o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS), Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). A alegação da inconstitucionalidade da Lei surge da alegação de ferir o princípio da isonomia, previsto pela Constituição Brasileira (1988), de igualdade entre homens e mulheres, já que estabelece tratamentos especiais para as mulheres. O posicionamento atual, no entanto, pede pela constitucionalidade de Lei,

frente aos inúmeros dados que demonstram a disparidade social entre homens e mulheres. Assim, por razões sociais, trata-se de uma medida afirmativa a promoção dessas mulheres no campo social e jurídico. Atualmente encontra-se em curso ação direta de constitucionalidade (ADC), para pedir a declaração de constitucionalidade da Lei Maria da Penha. Tal ação foi proposta pelo Presidente da República, na pessoa do Advogado Geral da União, diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Ainda, existem jurisprudências recentes que denotam a aplicação de medidas protetivas em favor do homem, como o Proc. 20900006004 (Comarca de Crissiumal) e n.70031408305 Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2004, 2005).

b) Competências das Varas Criminais e de Família: Há inúmeras dúvidas sobre a competência relativa às ações relacionadas ao direito de família. Todas as ações relativas aos direitos de família (como separação, união estável, alimentos) deveriam ser requisitadas em Varas de Família e Sucessões. Porém, a dúvida é se a Lei Maria da Penha não prevê o processamento nas varas criminais, já que as medidas denominadas protetivas são de competência da vara criminal.

c) Retratação pela vítima: Trata-se ao trecho mais polêmico da Lei Maria da Penha. Ocorre que não é mais possível à mulher “retirar a queixa”, como usual nas Delegacias de Polícia, mesmo se o crime for público condicionado à representação², devendo ser ofertada denúncia de ofício pelo Ministério Público. O Juiz, então convocará para a audiência prevista no artigo 16 da Lei Maria da Penha e só ali a vítima poderá dizer se oferta ou não sua representação. Porém, jurisprudências recentes preconizam a aplicação do sistema da ação pública incondicionada³ mesmo em lesões corporais leves, o que caracterizaria crime público condicionado a representação (tema de recurso especial⁴ nº. 1097042, em tramite perante o Superior Tribunal de Justiça).

² O Ministério Público (promotores) tem por ordem constitucional a iniciativa para interposição da ação penal pública, mas neste caso, ela fica condicionada à representação do ofendido para ter seu procedimento, podendo não ter prosseguimento se o ofendido não oferecer a representação. Exemplos: perigo de contágio venéreo (art.130 do Código Penal, 1940), ameaça.

³ Ação pública incondicionada refere-se ao artigo 129,I da Constituição Federal (1988) que dispõem que o Ministério Público (promotores) devem privativamente promover uma ação penal pública, através de denúncia de ofício, dessa forma este tipo de ação pode ser promovida pelo Ministério Público sem nenhuma outra condição para seu início, ou seja, irrelevante a vontade da vítima. Exemplos: casos de homicídio.

⁴ Recurso especial é um recurso encaminhado para o Superior Tribunal de Justiça que tem como objetivo manter a hegemonia e autoridade das Leis Federais, previsto no artigo art. 105, III, "a", "b", "c" da Constituição Federal (1988).

Apesar das inúmeras dificuldades de aplicação da Lei, a Lei Maria da Penha é um marco histórico na luta da violência contra a mulher, fundamentada de acordo com os preceitos internacionais e do mundo global civilizado, no qual estamos inseridos.

O objetivo desta pesquisa foi compreender a experiência das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

A partir da clarificação desta questão central, buscou-se contribuir para a divulgação de meios jurídicos e jurisdicionais, melhorar a assistência integral à mulher vítima de violência doméstica na região leste do Município de São Paulo e viabilizar novas políticas públicas no tema violência contra a mulher.

3 CAMINHO TEÓRICO METODOLÓGICO

O labor científico caminha sempre em duas direções: no primeiro, elabora teorias, métodos, princípios e estabelece resultados; em uma segunda direção, inventa, altera o caminho, abandona algumas vias e segue no sentido de situações privilegiadas (Minayo, 2004).

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO

A violência é uma experiência humana, que pode ser percebida e interpretada de várias formas por seus indivíduos. Segundo Kleinman (1980), a realidade social é construída ou criada com base em vários significados por comportamentos legitimados enquanto outros não o são. O indivíduo internaliza e constrói a realidade com base no processo social, que ocorre na família, na educação, na profissão e em outros rituais.

Este indivíduo, inserido no contexto social, se encontra mergulhado em sua cultura, amarrado as teias de significado que ele mesmo teceu.

A interpretação de cultura neste estudo deve ser vista como uma ciência interpretativa, que procura compreender o significado da violência para essas mulheres.

A semiótica aplicada à cultura é analisada por um conjunto de sistemas, chamado de teia de significados, englobando religião, artes, moda, hábitos sociais e o próprio ser, repleto de signos (Geertz, 1978).

3.1.1 Opção pela pesquisa qualitativa

A escolha pela abordagem qualitativa tornou-se inerente com a escolha do tema e dos objetivos propostos. Tais questionamentos não poderiam ser respondidos com base em medições e análises entre variáveis, essencialmente numéricos, foco da pesquisa quantitativa.

Em uma rápida análise do objeto deste estudo, notamos sua inserção dentro do campo das ciências sociais e da interdisciplinaridade.

O campo de exploração nas ciências sociais é pautado pela “possibilidade concreta de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios, enquanto seres humanos, somos agentes” e também tem como pressuposto traçar uma “identidade entre o sujeito e objeto”. (Minayo, 2004).

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa é, em si, um grande campo de investigação que interliga os campos de educação, trabalho social, comunicação de psicologia, saúde, história, estudos organizacionais, antropologia e sociologia, tecendo uma grande e complexa rede de conceitos, suposições e termos.

Por todo o exposto, optou-se pelo uso da metodologia qualitativa, construída junto às mulheres vítimas de violência doméstica, atendidas pelo Centro de Cidadania da Mulher em Itaquera (CCMI) e tendo como método a etnografia, pelo fato deste ter como base a descrição da experiência humana.

3.1.2 Opção pela etnografia

A etnografia serve de base para esta perspectiva, pois favorece a interpretação de fatos sociais, fortemente entrelaçados e apoiados no papel da cultura, entendida na construção coletiva e individual. Ela tem, como uma das principais características, a busca pelo significado do evento, a partir do ponto de vista dos sujeitos. Ao utilizar a etnografia como método de pesquisa, o pesquisador passa a procurar as respostas fornecidas pelos sujeitos da pesquisa, colocando-os à disposição do estudo que passa a participar efetivamente do evento como parte de sua cultura pessoal, em um trabalho de imersão. (Geertz, 1989).

Dessa forma, esses comportamentos são explicados conforme o contexto social onde ocorrem (Gualda, 2003; Silverman, 2004).

A etnografia cria condições para que sejam contempladas as particularidades dos fatos em momentos únicos, por sua base estar centrada na cultura, demarca as diferenças e propicia contestações e questionamentos (Geertz, 1989).

A violência contra a mulher é parte de uma formação social com configuração específica pautada pela historicidade. Tem como característica o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, na constante batalha entre o que foi vivido e o que está sendo construído. (Minayo, 2004).

A perspectiva deste estudo está fundamentada na compreensão da experiência de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e, por esta via, o entendimento das interpretações frente aos filtros culturais as que estão submetidas.

O referencial teórico utilizado foi a antropologia interpretativa, em um grupo cultural definido, no caso as mulheres vítimas de violência atendidas no Centro de Cidadania da Mulher em Itaquera.

A antropologia tem seu cerne nos múltiplos aspectos da existência cultural e biológica do homem em toda a sua história de vida (Herskovits, 1963).

A antropologia interpretativa é a única que compreende a hierarquia de significados de uma determinada cultura pela própria visão que os “nativos” tem de si mesmos. (Geertz, 1989).

Assim, o método etnográfico propicia um caráter descritivo das sociedades humanas com base no conhecimento antropológico (Gualda, 2003).

3.2 AS COLABORADORAS

Fizeram parte desta pesquisa mulheres vítimas de violência, escolhidas aleatoriamente quando da vivência da pesquisadora no CCMI, as quais demonstraram interesse em participar da pesquisa sobre o tema, relatando sua experiência e sua trajetória de vida. Tal participação foi realizada em caráter voluntário.

Inicialmente a coleta de dados seria feita por meio do desenvolvimento de grupo focal, porém foi impossível a sua concretização com componentes fixos, pela rotatividade nas faltas das colaboradoras em outros grupos existentes no CCMI. Por este motivo, optou-se pelo uso de entrevistas individuais.

Em observação participante realizada no CCMI, vinte mulheres manifestaram o interesse em participar da pesquisa. Posteriormente, elas foram contatadas para confirmação do interesse em realizar a entrevista. Porém, dentre as contatadas inicialmente, apenas oito colaboradoras fizeram parte da pesquisa.

Vários motivos foram alegados para justificar a recusa na participação da pesquisa. Algumas relataram retorno ao relacionamento, outras manifestaram medo de represálias por parte do marido e da família e, principalmente, despreparo psicológico para abordar o tema, mesmo sob a alegação que seriam mantidos todos os pressupostos éticos de sigilo e proteção das informações.

O critério de inclusão utilizado foi a eleição de mulheres, maiores de 18 anos, que tenham sofrido qualquer tipo de agressão doméstica ou familiar, ou que

estejam em situação de violência doméstica e familiar, que tenham procurado auxílio no CCMII, e que se disponibilizaram voluntariamente a participar das entrevistas.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada através da observação participante e das entrevistas com as colaboradoras.

3.3.1 Observação Participante

A observação participante foi utilizada, em um primeiro momento, como método para coleta dos dados. Desta forma, buscamos uma aproximação frente às mulheres pesquisadas, bem como o acompanhamento de suas trajetórias, possibilitando assim a exploração do contexto, o conhecimento do modo de vida dessas mulheres e o favorecimento de um relacionamento amistoso.

Para tanto, foi seguido o modelo OPR (Observation, participation, reflexion) de Leininger (1991).

Na fase de observação proposta pela autora, houve uma aproximação com a equipe do CCMI, local frequentado por mulheres vítimas de violência. Por seis meses convivemos e observamos as atividades desenvolvidas nesse centro, como cursos de aprimoramento profissional, atendimento jurídico e assistencial para mulheres vítimas de violência, palestras, cursos e reuniões diversas.

A segunda fase, observação e participação, juntamente com a terceira, unicamente participação, misturam-se entre si, sendo que, paulatinamente, a pesquisadora (observadora) passou a participar ativamente das atividades desenvolvidas no CCMI, inclusive ministrando cursos de cidadania e direitos para as mulheres da comunidade. Tal fato trouxe uma aproximação significativa da pesquisadora com o universo das colaboradoras, que chegavam, muitas vezes durante os cursos, a relatar situações de violência por elas vividas.

A última fase, de reflexão, teve seu início quando do agrupamento do material coletado e com a leitura cuidadosa deles. Nesse momento, ao obter dados parciais, foi valorizada a validação dos mesmos junto às colaboradoras. Procuramos complementar os dados encontrados em conversas informais com outros membros

que trabalhavam junto à mesma comunidade, como pastores evangélicos, policiais civis e componentes da equipe do CCMI.

3.3.2 Entrevistas

Com relação às entrevistas realizadas, o registro dos dados da pesquisa seguiu o proposto por Cauhé (1995).

A escolha das colaboradoras, totalizando oito mulheres, conforme já exposto, foi feita de maneira aleatória, voluntária e pelo interesse demonstrado por elas para participação na pesquisa.

As entrevistas foram realizadas no período de Outubro de 2009 à Janeiro de 2010, em local de escolha da própria entrevistada, sendo que somente duas colaboradoras optaram pela realização do relato no CCMI, as demais preferiram que a entrevista fosse realizada em seu próprio domicílio, em horário e data por elas estipulados.

O tempo das entrevistas foi variável, com uma média de duração em torno de 45 a 60 minutos.

A condução da entrevista se deu baseada nos preceitos descritos por Cahué (1995), que define entrevista como “a técnica, dentro da metodologia qualitativa, que se utiliza para se obter informação verbal de um ou vários sujeitos, a partir de um questionário ou guia”.

Segundo o mesmo autor, os elementos mais importantes da entrevista estão relacionados ao entrevistador, pois há necessidade da criação de um clima favorável à confissão, mostrando-se tranqüilo, aberto, respeitoso e nunca julgando o discurso do entrevistado.

A orientação foi altamente relevante, frente ao foco da pesquisa ser a violência contra a mulher, que por si só é um assunto delicado e privado.

A elaboração de um roteiro adequado para a abordagem do assunto foi cuidadosamente pensado, conforme as características das entrevistadas, todas residentes na periferia da zona leste de São Paulo, para que fosse utilizada uma linguagem coloquial, próxima a realidade delas.

Outro fator considerado foi com relação às condições para realização das entrevistas.

Apesar da limitação do local escolhido pelas participantes, procuramos ajustar o mobiliário para que tivesse um posicionamento adequado para contato não verbal, diminuir o máximo possível os ruídos e alertar a colaboradora para que fossem evitadas interrupções por outras pessoas, durante o relato.

O tipo de entrevista realizado foi semiestruturado, sem questionário, em que foi utilizado um roteiro prévio com os temas que deveriam ser abordados durante o decorrer da entrevista (Cahué, 1995).

Todas as entrevistas foram individuais e gravadas com aparelho digital de pequeno porte, com ciência da colaboradora, em que tomou-se o cuidado de mantê-lo fora de seu alcance visual durante todo o decorrer da narrativa, evitando assim possível inibição por parte das entrevistadas.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A interpretação ocorreu em todos os momentos do estudo, da leitura dos relatos, buscando resguardar seu pleno significado, mas interpretado através desta pesquisadora, que não passou pela experiência descrita por essas mulheres.

Todos os elementos da cultura analisada foram compreendidos à luz destes relatos, sob a ótica cultural (Geertz, 1989).

Sob o prisma da etnografia utilizei a narrativa como elemento conceitual e metodológico que fundamentalmente interfere na construção do conhecimento antropológico da violência contra a mulher.

Os estudos nesta seara procuram revelar a complexidade da experiência da violência, buscando na etnografia a descrição do processo sob forma de narrativa daqueles que compartilham a experiência de vivenciar, explicar e interpretar os eventos.

As narrativas remetem ao tempo e ao espaço necessários para a compreensão das experiências, dentro de um contexto relacional de sujeitos, acontecimentos e relações sociais como suporte para entendimento dos fenômenos relacionados ao viver humano (Rabelo, Alves, Souza, 1999).

Pela ótica etnográfica, as narrativas não são consideradas apenas como respostas as perguntas formuladas pelo entrevistador. A narrativa é, principalmente,

uma história, uma experiência de vida narrada, amarrada por critérios autobiográficos, sendo necessário um ouvinte atento (Cortazzi, 2001).

Para o tratamento dos dados procurou-se seguir o proposto por Janesick (1994). Em um primeiro momento foram localizadas nas narrativas das colaboradoras frases ou afirmativas que se relacionavam ao fenômeno. No segundo momento, realizamos a interpretação dos significados das frases. No terceiro momento, validamos a interpretação junto às mulheres, retomando a pertinência das categorias culturais e dos temas culturais individualmente. No quarto e último momento verificamos os significados para verificar sua revelação sobre os aspectos essenciais e recorrentes do fenômeno.

Após realizar a análise temática que possibilitou o descobrimento do sentido atribuído a narrativa, segui o proposto por Minayo (2004) em seu método hermenêutico-dialético, fundamentado em dois níveis de interpretação. O primeiro é o das determinações fundamentais, com a análise da conjuntura econômica, social e política pela qual faz parte o grupo estudado, sua história e de todo o contexto que o cerca, e o segundo nível que compreende o encontro dos fatos obtidos na investigação, pelas entrevistas em si, das observações das condutas e costumes, análise de situações e instituições.

Além disso, segui os três passos propostos pela mesma autora para a operacionalização desta análise:

- a. Ordenação dos dados: por meio de um mapeamento de todos os dados obtidos no trabalho de campo, compostos aqui pela transcrição das gravações, releitura do material, organização das narrativas e dos dados obtidos pela observação participante.
- b. Classificação dos dados: realizada pela leitura exaustiva e repetida das narrativas para identificação dos pontos relevantes. Com base nestes pontos elaborei as categorias específicas e após os grandes temas.
- c. Análise final: nesta fase estabeleci articulações entre os dados obtidos e os referenciais teóricos propostos, respondendo às questões da pesquisa com base nos objetivos.

3.5 RIGOR METODOLÓGICO

Quanto ao rigor metodológico foi seguido o preconizado por Baztán (1995), que enumera os seguintes passos para o uso do método etnográfico:

- a. Demarcação do campo, por meio da eleição de uma comunidade observável e delimitada, redação de um projeto definido e definição de um pressuposto.

O projeto então foi definido e aprovado dentro dos princípios éticos de pesquisa em seres humanos, com o objetivo de compreender a experiência das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

- b. Preparação e documentação, por meio do uso de documentação bibliográfica e de arquivo, fontes orais, preparação mental.

Nesse contexto, foi feito um levantamento bibliográfico significativo, com abrangência do tema violência contra a mulher por meio de livros, artigos, periódicos científicos, fontes governamentais, grupos de organizações não governamentais (ONG) e atualidades veiculadas pela internet, desde que com fontes fidedignas. Foram também pesquisadas as principais legislações sobre o tema, bem como jurisprudências atuais e discussões legais abrangendo o assunto.

Com relação às fontes orais, foram coletados relatos sobre o funcionamento do CCM de Itaquera, bem como de outros serviços de atendimento à mulher (DDM de Itaquera), contextualizados na pesquisa em questão.

A preparação mental foi realizada por meio da imersão no contexto da realidade vivenciada pelas mulheres vítimas de violência, com o objetivo de compreender o tema sob a ótica da antropologia cultural. Nesse ínterim, a figura do observador e a do observado chegou a se confundir, momento em que a pesquisadora acabou por ser reconhecida como parte deste processo.

- c. Investigação, realizada pela chegada no campo de estudo, informantes, registro de dados e observação participante.

O trabalho de pesquisa de campo teve seu início no momento em que foi feito o primeiro contato junto ao CCM de Itaquera. Tal fato foi narrado no diário de campo e as impressões registradas no tópico relativo ao CCM.

Nessa fase, houve necessidade de entrosamento da pesquisadora frente à comunidade em estudo através de uma relação próxima com as colaboradoras (Spradley, 1979).

Segundo Praça e Gualda (2000), as colaboradoras podem ser definidas como “membros da sociedade em estudo, que pode contar ao pesquisador sobre suas próprias ações, crenças e sobre os padrões de comportamento que envolvem uma determinada situação cultural.”

A concretização dessa pesquisa só foi possível após a vivência e reconhecimento da pesquisadora junto à comunidade pesquisada, por meio de trabalhos de observação realizados no CCMI, em um trabalho contínuo que perdurou por seis meses, antes do início da coleta de dados.

d. Conclusão, através da ruptura e do abandono do campo.

O momento da ruptura foi determinado pela saturação dos conteúdos contidos nas narrativas das mulheres.

Obviamente, apesar da saturação dos dados, nas palavras de Baztán (1995), “uma tese de doutorado se não limitada, pode ser interminável, pois a investigação se enriquece progressivamente e gera novas hipóteses”.

Uma vez finalizada a pesquisa, há que se dar retorno à comunidade, incluído nesse contexto todos que contribuíram para a construção da mesma ou que dela possam usufruir.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A condução deste estudo está em consonância com as normas previstas na resolução 196/96, e demais, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Tal estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (ANEXO B).

Nesse sentido, todas as participantes da pesquisa foram convidadas a colaborar voluntariamente, após serem informadas sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, sua relevância social e seus benefícios.

Com o objetivo de garantir a consideração de todos os interesses envolvidos neste trabalho de pesquisa, cada entrevistada recebeu e assinou um

termo de consentimento livre e esclarecido, em duas vias, uma para o pesquisador e outra para a colaboradora (ANEXO C).

Encaminhamos para atendimento psicológico uma das colaboradoras, que manifestou desejo, após a narrativa, de acompanhamento nesse campo. O encaminhamento foi feito com base na rede de parcerias do CCMI.

Para a elaboração deste estudo em consonância com o previsto na legislação de direitos autorais, as figuras e pinturas utilizadas são consideradas de domínio público, obtidas através de página na internet governamental, intitulada Domínio Público (2010) e fotos do acervo pessoal da autora, com exceção da gravura para representação gráfica da violência, a qual foi realizada especialmente para este trabalho.

3.7 O CENTRO DA CIDADANIA DA MULHER EM ITAQUERA: O CENÁRIO CULTURAL

O Centro de Cidadania da Mulher (CCM) foi criado pela Coordenadoria Especial da Mulher, no âmbito da Secretaria Especial para participação e parceria (SEPP), da Prefeitura de São Paulo, como parte do programa desenvolvido pela Urban Regional Aid Programme (URB-AL) da Comissão Européia.

Na cidade de São Paulo foram criados 05 (cinco) Centros de Cidadania da Mulher, na subprefeitura de Parelheiros, Capela do Socorro, Santo Amaro, Perus e Itaquera.

Foi com base nos indicadores sociais e dados demográficos da cidade de São Paulo, como índice de escolaridade, cor, violência, renda, trabalho, número de filhos por mulher, mulheres como chefe de família, equipamentos públicos existentes e movimentos organizados, que foram apontadas estas cinco regiões.

O Centro de Cidadania da Mulher em Itaquera foi criado pelo Decreto número 49.135, de 15 de Janeiro de 2008 (São Paulo, 2008). Este decreto estabeleceu Centros de Cidadania da Mulher, vinculando-os às subprefeituras de Parelheiros, Itaquera, Perus, Capela do Socorro e Santo Amaro.

A ação desenvolvida no Centro tem suas diretrizes definidas pela Coordenadoria da Mulher, que também realiza o monitoramento técnico e o acompanhamento destas atividades.

Na verdade, o Centro de Cidadania da Mulher pode ser definido como um “espaço de referência em busca da igualdade entre mulheres e homens na região onde se situem, bem como da articulação da sociedade civil para o exercício da cidadania ativa da mulher, visando à ampliação dos seus direitos sociais, econômicos, políticos e culturais e das políticas de gênero para a melhoria da qualidade de vida da mulher, sua autonomia e participação na sociedade” (art.2º do Decreto) (São Paulo, 2008).

O bairro de Itaquera está localizado no extremo leste do município de São Paulo, seus limites prolongam-se da Avenida Jacu-Pessêgo, na porção meridional confrontando-se com o Município de Guarulhos na porção setentrional, abrangendo os distritos de Itaquera, Cidade Líder, José Bonifácio e Parque do Carmo, totalizando 54,3Km (Prefeitura do Município de São Paulo, 2007), conforme mapa abaixo.

Figura 2- Mapa do Município de São Paulo. São Paulo, 2010

Figura 3- Fotografia do Centro de Cidadania de Itaquera. Acervo pessoal da autora

A subprefeitura de Itaquera registra altos índices de pobreza e condições precárias de habitação, composta por 52 favelas, 40 destas em área municipal. A população é composta por 525.337 habitantes sendo que com base em dados de 2005, 261.661 são mulheres (Fundação SEADE, 2008).

A renda mensal média de Itaquera é de R\$ 864,00 reais, sendo que a educação dos chefes de família é, em sua maioria, composta pelo ensino fundamental completo (43,42%), sendo a média em anos de estudo de 6,63 (São Paulo, 2004).

O interesse pelo desenvolvimento deste estudo na área de Itaquera ocorreu frente ao levantamento prévio que demonstra a vulnerabilidade social e econômica da região.

Em dados obtidos pelo Movimento Nossa São Paulo (2009), o número de mulheres internadas de 20 a 59 anos, por causas relacionadas a possíveis agressões, chega a 145 por 100.000 mulheres nessa faixa etária.

O CCM de Itaquera atende pessoas de toda a zona leste de São Paulo, sendo um centro-referência de atendimento nessa região.

O objetivo do CCM é promover a igualdade de forma a exercer sua cidadania e autonomia. Na prática percebemos que o foco principal é a eliminação da desigualdade focada no gênero. Tais objetivos são alcançados por meio do estímulo às políticas públicas envolvendo as mulheres, bem como o engajamento da “rede”.

A rede é um vocábulo constantemente utilizado pelas funcionárias e participantes do CCM.

Segundo Castells (1999), “a difusão do uso de novas tecnologias fornecem hoje material para a impregnação em toda a estrutura social de uma lógica de redes”. A rede de integração é considerada um instrumento para estabelecer a relação com as pessoas, grupos e instituições em torno de objetivos comuns constituindo-se em um sistema aberto e altamente dinâmico.

Pela observação participante verificamos o funcionamento da rede. Esta, então, significa a articulação das políticas públicas já existentes na região e criação de novos vínculos. Hoje, é considerada a forma mais prática e poderosa de alcançar os objetivos prestados pelo CCM.

Para sustentar este processo é necessário que a rede esteja baseada em princípios da “cooperação, confiança, complementaridade, solidariedade e co-

responsabilidade”. As redes são marcadas por “trocas, conflitos e cooperação, considerando os diferentes saberes e competências dos atores envolvidos”, bem como que para ela se consolide é necessário “intenção, vontade, compromisso e estratégia” (São Paulo, 2004).

No CCM, através da rede articulam-se os atendimentos às mulheres vítimas de violência, juntamente com a Delegacia da Mulher da Região, Unidades Básicas de Saúde e outros locais de assistência à mulher vítima de violência.

Além disso, há recente convênio para prestação de serviços jurídicos com a Procuradoria do Estado de São Paulo, possibilitando assim, a prestação desses serviços na própria planta física do CCM.

O papel da rede é muito maior ao notarmos que ela também busca, mesmo que de uma maneira indireta, novos focos de violência, pela busca ativa de focos de articulação na região.

Finalmente, a rede contribui também para o conhecimento do CCM como um centro de apoio à mulher e de contribuição à cidadania pela comunidade e arredores, que através de outras instituições, tomam conhecimento da existência do mesmo na região.

Apesar de extremamente importante e central para viabilizar o trabalho desenvolvido no CCM, a rede não é a única maneira de atingir os objetivos propostos.

Para fomentar o contato entre o CCM e a comunidade, são convocadas reuniões regulares para a participação dos principais representantes da comunidade e impulso das políticas públicas da região.

No diário de campo narro uma destas reuniões e nosso primeiro contato com o CCM:

“Hoje é dia 07 de maio de 2008. É minha primeira visita ao Centro de Cidadania da Mulher em Itaquera. Logo que cheguei notei a rua, muito tranqüila e um aglomerado de pessoas na porta, pois se tratava de um evento com o objetivo de estimular as políticas públicas da região.

Ao entrar, fomos recebidos como estivéssemos em uma casa, é um ambiente predominantemente familiar, com pessoas extremamente amáveis.

O centro fica em um local tranqüilo, em uma casa de alguns cômodos, que foi estruturada para esse objetivo.

Logo que entrei, observei a sala ampla e iluminada, com vários desenhos e quadros de mulheres na parede, inclusive negras. Meu sentimento foi de inteiro acolhimento.

Fui recebida amavelmente pela diretora do Centro, a “Tia” Lena (como faz questão de ser chamada), e pela funcionária do CCMI, Cristina. Após os cumprimentos, fui conduzida para outra sala, onde estava montada uma mesa de café, com bolo, iogurte e frutas. O clima era informal, as pessoas que estavam no evento se serviam com os guardanapos e comiam em pé ou sentadas em cadeiras de plástico brancas.

Na entrada do evento, todas as pessoas eram identificadas por crachás, escritos à mão com o prenome ou o apelido como preferiam ser chamadas.

O público era predominantemente feminino, mas havia alguns homens da comunidade.

O contato foi fácil, logo que fui apresentada para Cristina começamos a discussão sobre as atividades do CCMI, em que eu, explicando meu projeto de doutorado, questionava sobre a Lei Maria da Penha. Várias pessoas começaram a participar e ouvir atentamente nossos comentários, e se apresentaram como da Região de Guaianazes e da casa Cidinha Kopcap.

Fomos interrompidas com a chamada para o evento, voltando, então, para a sala maior.

O evento demonstrou uma profunda articulação entre os representantes de cada Secretaria, pois todos se chamavam pelo nome e pareciam ser conhecidos entre si.

Foi formada uma mesa de representantes daquele evento e cada um falou sobre os principais projetos das unidades que representavam, bem como das dificuldades.

Logo depois, foi proposta, pela própria Cristina, a formação de grupos de discussão sobre os seguintes temas: Saúde, Educação e Violência contra a mulher.

Inseri-me no grupo de violência contra a mulher. Apresentei-me e começamos a debater. Havia outras pessoas neste grupo, alguns estudantes de graduação da USP, que estavam realizando um trabalho de pesquisa no local e dois assistentes sociais responsáveis por um projeto chamado GURI.

Discutimos vários pontos que pensamos ser críticos no combate a violência contra a mulher na região Leste, bem como as dificuldades encontradas na profissão de cada uma de nós, com relação ao tema. Depois, fui escolhida pelo grupo para representá-los na exposição dos pontos debatidos por cada grupo.

Os expositores formaram um grande círculo e cada um começou a expor os pontos encontrados pelo grupo, em que, com a concordância dos demais vão ser encaminhados para os planos para as mulheres da região.

Minha primeira impressão foi de acolhimento por parte das funcionárias e da comunidade e também de profundo envolvimento destas pessoas com o trabalho que desenvolvem na Zona Leste de São Paulo.”

Com a convivência e observação participante que a partir deste relato teve início, notamos cada vez mais o envolvimento profundo e o papel relevante do CCM na região, em diversas ocasiões.

Pelo relato de uma funcionária e da diretora do CCM, buscamos clarificar as questões relativas às atribuições do CCM e sua interligação com o combate à violência contra a mulher.

“O CCM não foi criado com o foco na violência doméstica, no início trabalhávamos com o desenvolvimento da cidadania, críticas e engajamento no controle social.

Com o convênio da Prefeitura de São Paulo com a Defensoria Pública, em março de 2008, passamos a ter o atendimento direto das mulheres vítimas de violência. Passamos por uma formação dentro da Coordenadoria da Mulher com pessoas de notório saber na questão da violência.

No início eram poucos atendimentos, pois não havia propaganda. Mas o atendimento foi crescendo com a divulgação na região, entre as DDM, dos serviços que fazem parte da rede. Passaram a ver o CCM como uma referência no atendimento, em especial para o atendimento jurídico.

É feito o acolhimento dessa mulher e encaminhamento, no caso, para a Defensoria, já com a lista de documentação.

Nossas primeiras experiências com mulheres vítimas de violência já aconteciam antes mesmo do convênio. Quando abrimos o CCM não tínhamos muito encaminhamentos, a não ser para os núcleos de atendimento da mulher, na Casa Cidinha Koplicack, localizada em São Mateus, e a na casa Viviane dos Santos, localizada em Guaianazes.

No começo encaminhávamos os casos, mas não havia formação e nem capacitação de nossa parte para prestar este atendimento. Após o trabalho de formação, passamos a entender o ciclo da violência, os fatores que são propulsores ou inibidores da mulher sair da situação de violência. Isto tornou nossa fala mais objetiva, orientada para essa mulher.

Quando esta mulher procura o CCM, ela está buscando uma saída, ela ainda não encontrou, provavelmente já passou muitos anos de violência, todo o tipo de violência. A violência pode ser psicológica, sexual, moral, patrimonial, para depois chegar na violência física, tudo isso dentro da própria casa.

Passamos a entender que quando esta mulher vem procurar o CCM ela está buscando uma saída, provavelmente já procurou informações entre amigas, igreja, ou já tinha ido à Unidade Básica de Saúde reclamar das consequências, das sequelas da violência, porém nem sempre era atendida pelo protocolo preconizado em casos de violência.

Outros serviços da rede não enxergam a violência doméstica que a mulher sofre todos os dias, às vezes nem a assistente social. Muitas vezes a mulher vai procurar uma cesta básica, ou vai procurar pagar uma conta de luz ou de água que está cortada, mas ninguém sabe o motivo, ninguém pergunta.

Quando a mulher passa por um distúrbio psicológico, ela chega na UBS reclamando com o médico que não conseguiu dormir, de crises de choro, ou seja, com um processo depressivo. Nem o

médico consegue detectar que isso ocorre, muitas vezes, porque ela tem um marido que fica a ameaçando a noite toda.

Vários processos de violência que essas mulheres passam não são detectados pela sociedade. Quando surge um atendimento e quando ela entra numa DDM ela sabe objetivamente o que aquela delegacia tem a oferecer pra ela, todo mundo que entra em uma UBS quer um atendimento médico e todo mundo que entra em uma DDM quer o atendimento do profissional especializado, e muitas vezes a pessoa até nesse momento, que está procurando uma porta de saída, é barrada: “Você não tem prova!”, “Mas isso é assim mesmo”, “Mas eu sei que depois você vai perdoar” e uma série de valores que são de preconceitos, inibidores para que ela volte à situação de violência e permaneça por mais algum tempo.

Geralmente quando essa mulher chega ao CCM, já vem com histórico de outras violências nesse relacionamento.

Oferecemos orientação, alternativas para que essa mulher saia dessa situação e criamos o vínculo de confiança com o trabalho do CCM. A parte mais importante que dá sustentação para nosso trabalho é o reconhecimento das mulheres que já foram atendidas e que acreditam que aqui, elas vão encontrar um caminho pra sair dessa situação.

É um apoio de amigos, de solidariedade. Ela vai encontrar um ambiente para que possa participar de outras atividades e se fortalecer até que consiga encontrar essa saída por si mesma e com nossa ajuda.

Ela vem para cá após ter procurado outros caminhos, como a família, os amigos, a Igreja, e aqui é a porta de saída. Muitas vezes somos o último recurso. Temos nos deparado com um numero grande de mulheres que vem em busca de assistência social, sem dinheiro para pagar a ida até o fórum, até a DDM. Não há recursos materiais dessas mulheres para buscar alternativas.

Aqui elas não encontram só o recurso financeiro, mas encaminhamento, orientação, o conhecimento de que existem serviços próprios para isso.

Nosso pacto aqui é ninguém sair sem resposta. Nenhuma mulher que vem procurar alternativa sai sem a orientação.

Quanto ao perfil, não existe um único perfil de mulheres atendidas. Encontramos mulheres de todos os tipos, não importando etnia, grau de escolaridade, de onde elas vêm.

Aqui passam desde analfabetas até universitárias, senhoras de 70 anos e jovens de 16, 17 e 18 anos que vem com a família, com a mãe e com o pai porque ela está violêcia de um ex-namorado, do pai do filho delas...

Temos atendido brancas, negras, mestiças, bolivianas.

Tenho visto um aumento da procura por mulheres da religião evangélica, estamos procurando saber o motivo. Há também um aumento do número de jovens, de 16 a 30 anos. Observamos que as mulheres mais velhas permanecem na violência por mais tempo, podendo explicar isso por razões culturais, sociológicas.

A formação escolar tem ajudado muito, percebemos que quanto mais jovem, mais escolaridade elas tem e que isso tem uma relação com a saída mais rápida da violência, pois o mercado de trabalho é mais receptivo para ela.

As mulheres de cor branca ou parda vêm em maior número, realmente muito maiores do que as negras, ou aquelas que se dizem realmente negras.

A adesão também é muito grande das idosas nas nossas atividades de apoio, elas têm mais dificuldade de sair da situação de violência, mas buscam o apoio social, das colegas, das amigas. Elas permanecem na situação de violência, mas estão fazendo atividades físicas no CCM, se fortalecendo para enfrentar a situação que elas estão vivendo faz muito tempo.

Há relatos de mulheres que depois de um longo tempo de atividades físicas aqui, vieram conversar e expor a situação de violência que elas viviam. Depois de muita conversa consecutivas, percebemos que é muito difícil. Mas ela está se fortalecendo, para poder se manter, está segurando uma família que ela considera muito forte e muito importante na vida dela. Sendo assim, ela busca compensações nas relações de amizade, nos passeios. Ela compensa o que passa em casa com uma vida mais independente, autônoma, ainda que não financeiramente, mas tenta fazer essa compensação através de relações externas”. (Relato de funcionária do CCM)

Abaixo transcrevemos a entrevista da diretora do CCM de Itaquerá, Sra. Marilena Batista, conhecida por “Tia Lena”.

“O CCM surgiu de um projeto da União Européia desenvolvido em conjunto com a Prefeitura de São Paulo. A partir daí o mesmo foi desencadeado para as subprefeituras e em Itaquerá foi montado esse centro. Há cinco centros no município de São Paulo, quatro na zona sul e só um na zona leste. Foi algo muito bom que veio para cá, para que pudéssemos trabalhar com as mulheres, porque este é um espaço para lutar pela igualdade e para que possamos, realmente, trabalhar a cidadania ativa da mulher. Trabalhamos a mulher como um todo, a mulher vitimizada. Aqui as mulheres chegam muito depressivas e nós fazemos o seu acolhimento, fortalecemos essa mulher para que ela possa sair dessa condição de vida em que vive sofrendo anos e anos de violência.

Daqui tomamos as medidas necessárias, seja um encaminhamento psicológico, de saúde ou jurídico, aqui damos todo o atendimento a essa mulher.

A história das mulheres que freqüentam o nosso centro é sempre de sofrimento, a maioria não possui renda e dependem, única e exclusivamente, do companheiro. Não é regra geral, têm muitas que tem renda, mas também vivem essa vida de violência e é difícil sair desse círculo da violência, só depois de muito trabalho, de muita conscientização, de muito esclarecimento, de muito fortalecimento é que realmente essa mulher consegue tomar uma atitude definitiva na sua vida.

Os motivos dessa submissão à violência e da dificuldade dessa mulher para sair do ciclo da violência é porque ela fez um projeto de vida quando conheceu seu companheiro, ele é o “príncipe

encantado” dela e, de repente, esse príncipe encantado se torna o próprio agressor, mas é também o pai do seu filho. Então é difícil.

O que a mulher vitimizada quer? Quer que ele mude, não quer a separação, quer que ele deixe de ser agressivo, deixe de beber, deixe essa vida tumultuada que estão vivendo. Ela tem esperança. Esse é o porquê da mulher retirar a sua queixa: esperança de que um dia ele (companheiro) vai mudar.

Ela quer ter uma vida normal, junto com seu companheiro. Essa esperança ela só perde quando dá uma, duas, três, quatro, cinco, até seis vezes a oportunidade ao companheiro para refazer o lar. “Aí ela acaba por perder a esperança, é o momento em que ela acaba tomando uma atitude definitiva, a separação.” (Relato de Tia Lena)

Por todo o exposto, percebe-se a função do CCM como principal protagonista da rede de apoio às mulheres vítimas de violência na região de Itaquera.

3.8 A DELEGACIA DA MULHER

Em meados de 1980, foi criada a Delegacia da Mulher (DDM), com o objetivo de facilitar e especializar o recebimento de denúncias sobre os agressores, pois apesar de possível, é comum que as mulheres agredidas fiquem envergonhadas ou inibidas, ao recorrer a uma delegacia tradicional para denunciar estas práticas de violência. O atendimento policial neste local é feito exclusivamente por profissionais do sexo feminino, especializadas na investigação de crimes ligados à violência contra a mulher e na orientação das vítimas.

As DDM são órgãos jurisdicionais especializados da Polícia Civil. A primeira DDM foi criada em 06 de Agosto de 1985, na capital do Estado de São Paulo, fruto de políticas públicas de combate e prevenção da violência contra a mulher e do conseqüente momento histórico de criação de outras delegacias especializadas para a defesa de minorias marginalizadas.

A primeira DDM foi criada através do Decreto número 23.769/85, tendo como principais competências a apuração e investigação de delitos de lesão corporal, ameaça de constrangimento ilegal, atentado violento ao pudor, adultério e atualmente todos os crimes relacionados à Lei Maria da Penha (São Paulo, 1985).

É praxe no direito brasileiro a especialização das delegacias em determinados tipos de crimes, exemplificado pela delegacia do Idoso, delegacia de crimes para consumo e outros. Segundo Pasinato e Santos (2008), a DDM constituiu uma novidade já que até o surgimento da mesma, a especialização do trabalho policial não tinha como critério a vítima.

A DDM, na cidade de São Paulo, contexto de nosso estudo, é subordinada a um órgão especial de assessoria e coordenação das DDM, sendo tal órgão responsável pela infra-estrutura, recursos humanos e financeiros.

O atendimento da DDM segue a rotina de um atendimento de uma delegacia comum. Uma das características da DDM é o oferecimento de serviços não policiais, garantia dada pelo Decreto que a criou, cujo serviço é normalmente disponibilizado através da rede de apoio.

Hoje existem 124 DDM no Estado de São Paulo, sendo que 9 estão localizadas na Capital do Estado de São Paulo.

Na prática, o atendimento à mulher vítima de violência funciona a partir de uma triagem inicial, para identificação da região de moradia da mulher.

Caso ela resida em região distinta àquela da DDM procurada, a mulher é informada sobre a localização da DDM mais próxima de sua residência. A opção pelo atendimento na DDM mais próxima de sua residência se faz devido à instauração de processo criminal no fórum de referência regional, onde serão ouvidas as testemunhas e o processo será conduzido.

Se necessário atendimento imediato, a vítima deve ser ouvida a termo (por escrito) na própria DDM de origem, com posterior encaminhamento, via malote, para a delegacia de referência da região da moradia da mulher.

Em casos mais graves, além do procedimento anteriormente descrito, que é padrão, percebe-se na prática que a mulher recebe uma atenção maior por parte da autoridade policial (delegada), que rotineiramente realiza contato telefônico com a colega responsável pelo atendimento de referência e avisa do encaminhamento do caso, disponibilizando os dados principais pelo sistema “on line” de ligação entre as DDM e posteriormente encaminha os documentos via malote. Este dado foi confirmado pessoalmente pela pesquisadora em observação participante junto à DDM referência do bairro de Itaquera, na cidade de São Paulo.

4 AS MULHERES E SUAS VIVÊNCIAS

JUNCO

Figura 4- Night - after Millet de Vincent van Gogh

52 anos, é costureira e possui uma pequena oficina de produção de roupas infantis em sua própria residência. Atualmente está separada do marido. Foi casada por 22 anos, em situação de violência por 14 anos. É católica, mas não praticante.

“Se ele voltar, eu vou me sentir bem também, porque eu sei que eu sou uma vencedora perante tudo o que eu já passei sozinha.”

Agendamos nosso encontro em sua residência, situada em um bairro anexo à Itaquera. Quando cheguei, toquei a campainha e aguardei. Um adolescente forte e sem camisa atendeu ao chamado, gritando pela mãe e abrindo o portão de ferro.

Ela desceu as escadas do sobrado inacabado e foi logo permitindo a entrada. Os trajes eram simples e limpos, compostos de uma camiseta tipo regata, uma bermuda e chinelos estilo havaianas. Os belos cabelos pretos e compridos e suas unhas com esmalte davam um contraste com o lugar, totalmente em reforma. E é isso que ela explicava, enquanto mostrava uma pequena confecção de roupas, em

que vários adolescentes (que depois fui saber que eram filhos) trabalhavam. Junco pergunta se a entrevista pode ser na oficina, mas ela mesma balançou a cabeça e afirmou que era melhor “subirmos” para a casa dela, enquanto justificava a reforma e a casa em construção.

Seguimos pelo corredor inacabado e sem luz, até um cômodo em que jazia uma cama de casal. Havia um garoto lá, que ela explicou ser seu filho que não tinha “ido para a escola hoje”. Ela pediu para que ele nos deixasse sozinhas, pois tinha uma entrevista.

Então estica o lençol para sentarmos, ao fundo uma televisão ligada em uma emissora passa desenhos, ela liga um ventilador antigo e empoeirado. Senta-se, encosta na parede, põe a perna direita em cima da cama e segura um telefone celular que lá estava.

Durante a entrevista permanece com o telefone celular nas mãos. Parece segura ao começar a contar sua história. Gesticula bastante ao falar. Ao abordar a questão da denúncia, sua respiração muda e sua voz também, ficando esganiçada. Nessa hora, ela brinca com o celular, passa-o de uma mão para a outra, às vezes toca o cabelo e a cabeça. Ao contar que respondia ao agressor, aponta o dedo indicador, como se estivesse diante dele. No relato da agressão desvia o olhar, como se as cenas viessem em sua mente, fica pele do rosto fica vermelha e sua voz baixa, principalmente ao falar da outra mulher. Descarrega sua energia no telefone que ainda está em suas mãos.

Após o encerramento da entrevista, chega a comentar que gostaria de acreditar na mudança dele, orgulha-se pelo fato de ele gostar dela e que sua pretensão é aceitá-lo novamente ou permanecer sozinha (Diário de Campo).

A narrativa de Junco

“Eu sou casada há 22 anos com esse rapaz, só que antes eu não tinha muita experiência sobre violência, sofria todo tipo de ameaça, mas eu nunca tive iniciativa de procurar porque eu tinha medo, muito medo. Ele falava para mim que se eu o denunciasse que se ele fosse preso, que poderia ser preso, mas ia ser solto rápido, porque não tinha antecedentes. Então eu tinha muito medo de denunciar e depois ele se soltar e me matar ou matar meu filho, acontecer alguma coisa.

Eu nunca fui procurar até que um dia... Eu tenho um filho que é de meu outro relacionamento, sabe? Eu casei com ele, meu filho mais velho tinha 8 meses de idade. Mas ele assumiu, o menino o chama de pai e tudo, só não era registrado no nome dele.

Ele casou comigo numa boa, nós casamos, não juntamos porque eu achei que não era legal. Naquela época se fosse para juntar, eu preferia continuar sendo mãe solteira sem casar.

No início ele aceitou numa boa, mas depois que o menino cresceu, ele começou a espancar o menino. Eu sempre trabalhei fora e ele dificilmente trabalhava, eu sempre assumi. De vez em quando ele trabalhava como temporário, parava e eu nunca parei a minha atividade fora, sustentava tudo.

Eu chegava do serviço e ele estava bêbado no bar e já começava a brigar comigo, às vezes tinha batido no moleque, eu chegava no outro dia no serviço, contava para as minhas colegas. Eu chegava chorando, chateada, triste.

Eu saía de madrugada, só chegava à noite, meus filhos ficavam praticamente sós. Então ele poderia fazer qualquer coisa. Eu tenho outros dois filhos, que são os filhos dele mesmo, tenho esse rapazinho e a moça que está trabalhando lá embaixo.

Até que um dia minha colega falou assim: “se você não tomar uma atitude contra o seu marido, eu vou tomar, eu vou denunciar você e ele, porque você está o deixando maltratar seus filhos, você é dona da casa, você não toma atitude”. Eu falava que eu tinha medo, ela falou assim: “pois você vai ter que tomar atitude”.

E o moleque crescendo, hoje ele já tem 22 anos.

Um dia eu cheguei em casa e o moleque estava machucado, ele levou uma surra, levou um murro que abriu um buraco na cabeça dele com a cinta, com a fivela da cinta, nesse dia eu tive que tomar uma atitude. Peguei no braço dele e falei: “Eu quero falar com você!”. Nós morávamos em um só cômodo lá nos fundos, eu falei assim: “Eu quero falar com você agora!”, ele falou assim: “Não, depois, eu vou descer ali no bar e depois eu volto”. Eu falei: “Não, eu quero falar com você agora!”. Peguei no braço dele e fechei a porta, pensei comigo, o que acontecer vai acontecer agora, porque eu estou decidida a tomar uma atitude.

Ele falou “O que aconteceu?”, olhou para mim com cara de medo, de susto. Acho que ele pensou assim “Ela mudou, por quê?”

Eu falei “Olha, a partir de hoje se você relar o dedo no meu filho eu vou te entregar para a polícia, porque isso aqui é crime, se eu te denunciar você vai preso, porque você não tem o direito de ficar fazendo isso com o meu filho, eu fico trabalhando o dia inteiro para sustentar você, a casa e os meus filhos e você não tem o direito de fazer isso!”.

Ele respondeu “Tá, eu fiz e faço de novo, se ele fizer algo errado eu vou fazer de novo”.

Respondi “Se você for homem, você rela o dedo nele... porque eu sou a mãe dele, trabalho para sustentar ele. Você não tem o direito de fazer isso”.

Ele disse “Tá bom”. A partir deste dia ele pensou “Realmente ela vai ter coragem de fazer”.

Eu senti que ele tinha estranhado a minha atitude, a partir desse dia eu comecei a tomar atitude. Eu falei: “Se você não mudar, você sabe o que vai acontecer? Eu vou pegar os meus filhos, porque eu não dependo de você e vou cair fora”.

Quando foi um belo dia, era setembro, eu sabia que ia entrar de férias em dezembro. Eu trabalhava com costura em uma fábrica muito grande, ganhava bem, graças a Deus. Eu sempre fui uma boa profissional, aluguei uma casa em Guaianazes sem ele saber. Fui lá, limpei a casa, contratei um carro que era de lá, porque eu não podia contratar daqui, porque ele iria descobrir. Ele não sabia o meu endereço de trabalho, eu pensei assim: Se um dia eu quiser fugir dele, eu vou fugir, porque ele não vai me achar.

Eu peguei, aluguei uma casa, aluguei um carro lá. Até hoje ele tira sarro de mim, porque eu aluguei o carro da melancia. Toda vida que passa um carro da melancia (risos) ele dá risada, ele: “olhe o carro da melancia vai passando”. Peguei meus filhos e joguei algumas coisas dentro, não levei tudo sabe? Na época eu podia, eu comprei outros móveis novos e fui embora. Coloquei meus filhos dentro do carro e fui embora para essa casa.

Entrei de férias no serviço, ele não podia nem sequer me procurar, ele não ia me achar se ele tentasse descobrir pelo holerite. Eu tenho holerite, ele podia me procurar e achar. Troquei o endereço do banco para não chegar carta, peguei e fui embora.

Ele ficou louco. Começou a me ameaçar. Eu só tinha telefone celular, foi na época de fim de ano, ele gastou o 13º todinho ligando para mim! Comprando cartão (telefônico) e ligando. Falando que me amava, falando que não queria me perder, mas ao mesmo tempo ele fazia ameaças: “Se eu te pegar, você vai ver!”. Eu falei: “Não adianta, porque a polícia já está no seu encalço (eu nem tinha denunciado ele ainda) na hora que você tentar me matar, você está ferrado”. Ele foi na minha conversa, eu inventei.

Tinha uma colega minha que falou que ele estava louco, desesperado, me procurando, tinha me procurado com todas as pessoas que ele conhecia, mas não tinha me achado, ninguém falava onde que eu estava.

Ela falou: “tu não pisa pro lado de cá, porque se ele te achar vai ser fatal”. Aí eu não dei notícia para cá, minha colega falou assim: “Vai na delegacia da mulher”, que era lá na Vila Jacuí, perto do Cemitério da Saudade... “Vai lá”.

Eu estava chorando muito, com medo, apavorada. Ele falou que ia me denunciar por abandono de lar, que eu ia perder a causa, que eu ia perder todos os direitos. Fui me informar e minha colega falou: “Vai na Delegacia da Mulher, denuncia ele por ameaça, faz o boletim de ocorrência, porque se acontecer já está ciente”.

Tomei coragem e fui. E os colegas dele só estavam falando para ele para ele dizer que eu tinha abandonado a casa. Eu o denunciei, fui à delegacia da mulher, fui muito bem recebida, ela falou assim: “Não adianta a senhora se apavorar, porque você não vai perder nada, primeiro porque se você saiu de casa tinha algum motivo, você não saiu sozinha, você levou seus filhos, seus três filhos, algum motivo tinha...”. É algum motivo tinha para eu sair, levar meus filhos e deixar só ele.

A família dele também me apoiou pelo o que eu sofri.

A Delegacia mandou uma intimação para ele comparecer lá, ele foi. Eu falei assim: “Mas como eu vou entregar essa intimação, se eu não posso encontrar com ele?”. Fui entregar, ele marcou para me encontrar, eu falei “Encontro com você se for num lugar que tem alguém da sua família”. Marquei na casa de um primo dele lá de Guaianazes, ele falou: “Não vou fazer nada com você, eu já sei que você foi à delegacia”. Eu falei “E você sabe que a polícia pode te prender se você fizer alguma coisa comigo? Que ela está no seu pé”, ele falou: “Eu sei disso, por isso eu não vou fazer nada com você, eu amo você, eu não quero perder a minha família”. Então concordei em marcar.

Eu marquei, ele chorava, pedia perdão, falou que me queria de volta com as crianças. Chamei meu filho e falei: “Olha, quem vai dar o parecer agora, por incrível que pareça é quem você tanto maltratou!”.

Chamei meu filho mais velho, falei: “Filho, o seu pai quer voltar, falou que vai parar de beber, falou que vai viver tudo bem agora e ele quer viver com a gente, vai depender de sua resposta se você falar não, a resposta vai ser não”.

Ele respondeu que “Pai, é o seguinte, se você cumprir com o que você está prometendo, eu lhe aceito de volta”. Ele prometeu que sim.

Nós voltamos e eu disse: “Só volto para casa se você arrumar a casa”. É que era só um cômodo, não tinha banheiro direito, era tudo bagunçado. Era de telha, ele pegou e acertou.

Nós continuamos o casamento. Passamos muito tempo em uma boa. Quando foi um belo dia ele voltou a beber. Ai começou a me ameaçar de novo. Um dia eu fui à casa da minha colega, ele foi atrás de mim, chegou lá ele pegou no meu braço com bastante força. Eu falei: “Aperta para deixar marca! Tu sabes o que te acontece”. É que ele já tinha tido audiência, eu falei que não ia arquivar o processo, que ia ser aberto.

Ele ficou com medo, que ele sabia que se ele me machucasse ia ser pior para ele, que a juíza falou na hora. Nós vivemos bastante tempo juntos, bem, mas quando foi ano passado eu viajei para a casa da minha mãe, que fez a cirurgia da hérnia e nós estávamos construindo e ele falou: “é melhor você ir viajar para a casa da sua mãe, porque está muito cheio de pó”, nós derrubamos a casa todinha, colocamos o forro de laje, que era de telha.

Viajei para a casa da minha mãe, em abril do ano passado, quando eu voltei as coisas estavam todas diferentes. Tínhamos um bom dinheiro, nós tínhamos dois pontos (comerciais) eu vendi o meu e ele vendeu o dele para conseguirmos fazer a casa, nós dois juntos.

Mas quando eu voltei estava tudo transformado, ele arranhou outra mulher, mudou tudo, desmoronou. Gastou o dinheiro todo, que tínhamos juntado para construir a casa, a casa não tava nem na metade da construção, faltava bater laje, faltava tudo.

Eu acho que a mulher cresceu os olhos, era uma mulher de dentro da minha casa, minha comadre. Ele se embelezou por esta mulher e parece que ficou louco.

Começaram as agressões de novo, a me inibir. Falou que eu tinha que ficar com ele, que eu era esposa dele. Que nem que ele ficasse com outra, eu tinha que aceitar ele.

Eu disse: “Não, não é assim”.

Um dia ele me agrediu, meus filhos estavam viajando, ele confiou que estava só eu e minha filha, pois ele tem um medinho do meu filho mais velho, já que ele é bem grande, bem mais forte do que ele e ele já tentou contra ele e ele levou desvantagem.

Meus filhos estavam viajando, ele chegou bêbado e falou que eu tinha que ficar com ele, mesmo ele ficando com a outra eu tinha que aceitar ele, porque eu era a esposa dele.

E eu disse que não. Eu disse que ia dormir lá embaixo, que ia me separar dele. Ele falou: “Você não vai! Você tem que ficar comigo!”. Foi nesse dia que ele me agrediu, me pegou nos dois braços e disse que ia me enforcar se eu tentasse sair.

Chamei a polícia, fiz ocorrência. Meu filho chegou de repente, os dois começaram a brigar lá embaixo.

Meu filho estava disposto a matar ele, pois quando ele me viu chorando e a minha filha, ficou revoltado e disse “Pode mexer com qualquer um, mas não mexe com minha mãe não, porque está mexendo comigo”.

A polícia veio, falaram que eu tinha que ir à Delegacia da Mulher, fazer boletim de ocorrência contra ele, eu fui, fiz o Boletim de ocorrência. Fui fazer corpo de delito. Na delegacia da mulher eles me deram um papelzinho do Centro de Cidadania da Mulher – Itaquera.

Lá no CCM eu cheguei muito nervosa, porque eu não queria... ficar sofrendo. Eu gostava muito dele... (interrompe por alguns segundos) eu não gostava, mas a convivência, vinte e dois anos. Ele tinha a confusão dele, mas ele mudou muito, até porque aprendeu muito comigo, sabe?

Fui (no CCM) para conhecer, fui muito bem recebida lá, me explicaram tudo o que eu tinha que fazer. A doutora (procuradora) me atendeu muito bem, do processo todo de separação. Fui à audiência, ele pediu por tudo para que eu o perdoasse que ele não queria separar de mim, que ele ia mudar que essa mulher não significava nada na vida dele.

No dia da audiência eu falei para o Juiz que eu queria que tirasse ele de dentro de casa, que ele falava que nenhum Juiz no mundo o tirava de dentro de casa. Por causa dessa agressão que ele fez comigo, o Juiz conseguiu tirar ele.

A doutora falou assim: “vamos ver se nós não vamos tirar ele!”. O tirei de dentro de casa, ele foi morar na casa da irmã dele que mora aqui perto, na mesma rua. Ele sofreu bastante, porque disse que a casa dele podia ser pobre do jeito que fosse, mas ele tinha liberdade, ele tinha um lugar para ficar, que gostava de mim, que ele não queria ficar com ela.

No dia da audiência eu aceitei reconciliar, ele voltou, mas não foi muita vantagem, porque ele nunca deixou a mulher. Quando foi um belo dia, eu descobri que eles estavam na mesma safadeza, se encontrando. O mandei embora de casa, ele falou que não ia, porque a polícia não ia tirar ele de dentro de casa. Eu falei: “mas você vai sair, agora vai!”.

Ele alugou uma casa, não sei para onde, mas está arrependido que nem um cachorro, todo dia ele liga para mim, pede perdão, pede para perdoar, que não quer mais ela, que não dá certo, que quer a família dele, que me ama que descobriu que não ama ela.

Deixa ele ficar sofrendo um pouquinho lá, quem sabe tu não aprende, está fora daqui.

Lá no CCM mesmo eu voltei e uma advogada me acompanhou a assistente social também, eu vi cada caso um diferente do outro. Você pensa que o seu caso é o único e no

final, quando você vai para essas reuniões, que eu fui a várias reuniões lá, para tomar a decisão certa, vi que tem caso pior do que o meu. A gente vê todo dia na televisão também, passa esses problemas, de morte... Ele falou assim que nunca que ia ter coragem de me matar, porque ele me ama muito e que pode acontecer o que aconteça, disse que jamais ia fazer isso, sabe que eu tenho coragem de fazer o que eu prometo, entendeu?

Desde aquele dia que eu fui embora só com as crianças e o deixei sozinho, ele falou: “É, você é doida mesmo, você é capaz de fazer mesmo” (risos), já foi processado, por causa de que ele me agrediu. Ele falou assim: “Você já fez coisa comigo, hein!”, eu falei: “Ainda bem que eu reagi, porque se eu não tivesse reagido até hoje eu estava sofrendo”, sofrendo as ameaças dele.

Agora está sossegado, estou levando a minha vida, sossegada, não dependo dele para nada, depois que ele saiu de casa minha vida sempre foi melhorando entendeu?

E eu estou conseguindo arrumar minha casa aos poucos, eu saio duas horas da manhã para trabalhar fora, chego dez horas da manhã, já passo na loja, compro tecido, já risco, já corto, já deixo para costurar, é assim... Eu trabalho na feirinha da madrugada e trabalho na oficina, eu mesmo fabrico as minhas próprias coisas de vender.

Eu estou levando a minha vida assim, mas ele não está feliz não, falou que nunca mais foi feliz longe de mim. Eu falei: “Que bom!”.

As agressões começaram mesmo há 12 anos atrás. Hoje o meu filho já é homem, graças à Deus, tem muita responsabilidade no trabalho, nunca se envolveu com coisa errada, porque ele é um menino bom também, tem o coração bom, sabe?

Porque o que aconteceu era para ele ter... porque a menina tem 20 anos, a menina é mais nova que ele dois anos, é filha dele mesmo e é mais revoltada com ele do que o menino. Um dia deu um murro nela, ela bateu a cabeça no trinco da porta, ele estava bêbado e ela nunca esqueceu, ela tinha cinco anos nessa época.

Eu nunca deixei que ele batesse nas crianças, por ser mais violento, tem a mão mais pesada, eu nunca, nunca deixei isso acontecer, preferia eu apanhar. Em mim ele nunca bateu, só nesse dia que ele apertou meus braços.

Ele fazia mais ameaças, como pegar uma faca, disse que ia me matar. Um dia eu estava me preparando para ir embora com as crianças, já tinha até falado na firma que eu ia para Fortaleza, meu irmão já tinha até arranjado casa para mim lá, escola para as crianças, ele falou: “Venha para cá, porque aqui eu não tenho ninguém”, eu, Deus e meus filhos, somente. Não tenho ninguém da minha família, toda lá de Fortaleza. Meu irmão já tinha acertado para irmos, ele ouviu meu irmão falando comigo no telefone, e falou assim: “Se

você acha que vai sair daqui viva está enganada, eu vou matar você e os seus três filhos, vai sair quatro caixões, que eu não vou deixar nem um só vivo”. Fiquei com medo, ele matar eu e as crianças.

Acho que ele ameaçava muito, mas fazer mesmo... Depois que eu descobri a delegacia da mulher e aquele CCM eu não deixei mais que ele tomasse conta, entendeu?

Eu sempre tomei atitude. E também minha colega lá do serviço, que no dia que ela falou que se eu não tomasse atitude que ela ia tomar por mim.

Agora eu me sinto bem, graças a Deus. Até mesmo se um dia ele voltar, eu me sinto mais eu, entendeu?

Se um dia ele voltar, porque as crianças não querem que ele volte, mas eu acho assim, que filho você tem, você cria para o mundo, porque depois que eles crescem eles não querem saber de você, se você está bem, se você vai ficar sozinha, se você vai ficar acompanhada.

Meu filho já tem 14 anos, ele vai para a baladinha, chega meia noite, uma hora. A menina tem namorado, vai para a casa do namorado, não quer saber com quem que eu vou dormir o meu filho também tem namorada, vai para a casa da namorada, chega outro dia, às vezes. Final de semana para praticamente só, com os gatos e os cachorros, os filhos vão cada um para o seu lado.

Não tenho mais saco de me dividir entre os filhos, eles não querem mais sair com a gente, não tem mais programação que combine comigo e com eles. Eu falo para eles, se ele realmente mudar, que ele disse que mudou, que agora acredito que essa missão foi melhor, ele disse assim: “Eu já fiz muita besteira na minha vida, mas essa foi a pior... foi uma das piores que eu já fiz”, que foi morar com esta mulher. A mulher que ele está. Ele quer voltar e ela não deixa. Deixa acontecer. Eu falei: “É bom provar que mulher inteligente não é só aquela que sabe fazer sexo, tem umas que são mais do que isso”.

Que se ele quer deixar ela e quer voltar para mim, porque alguma coisa tem. Eu não me importo. Eu chego dez horas da manhã, todo mundo olhando para a minha cara, olhando para mim como quem diz: “é, ele saiu, mas ela continua”. Então me sinto feliz, pelo o que eu fiz com ele, ele aprendeu.

Fico feliz porque continuo levando minha vida, independente. Nem pensão do menino eu pedi. E vou levando. Eu falei: “Mulher não é só aquela que se sente orgulhosa de ser mulher, porque é mulher, não. Tem que ser mulher e ser inteligente também para trabalhar e saber assumir o seu lugar”. Eu não dependo de ninguém, nem dos meus filhos, nem do marido, nem de ninguém, minha vida financeira é independente de qualquer coisa. Eu

vou lá, contrato o pedreiro para fazer alguma coisa, eu que vou pagar, eu que vou. Eu me sinto bem. Se ele voltar, eu vou me sentir bem também, porque eu sei que eu sou uma vencedora perante tudo o que eu já passei sozinha, sozinha sem minha família, sem ninguém. Se ele realmente mudou, porque ele disse que mudou que seja feita a vontade.

Eu não pretendo arranjar mais ninguém, porque já não tenho mais idade de garotinha, para ficar em balada, mas eu fico orgulhosa de ter descoberto a maneira certa de agir, a hora certa e o caminho certo.

Se eu tivesse agido com as próprias mãos, violência gera violência, meus filhos queriam tomar atitude e eu não deixei. Falei: “Não, é problema meu, então eu que vou correr atrás”.

E depois eu fui ao fórum de novo querer reabrir o processo, mas agora começa o final de ano, eu estou muito cheia de serviço, essa noite eu vou trabalhar, porque só tenho esse mês para ganhar dinheiro. Ano todo você espera pelo mês de dezembro, nós, que trabalhamos com vendas, então temos que aproveitar dia e noite, tem dias que eu vou dormir assim, cega de sono, mas estou em pé.”

ROSA

Figura 5- Lady in black skirt with yellow pattern,
green stockings and a red heart de Hans
Christian Andersen

42 anos, natural da capital do Estado de São Paulo, não trabalha. É casada faz 20 anos, sofre agressões há 10 anos. Tem quatro filhos. Atualmente vive com o marido, aguardando o recebimento da intimação do processo pelo Oficial de Justiça. É católica, mas não praticante.

“Eu penso em resolver logo o problema, para depois eu seguir minha vida”.

Foi em uma tarde quente e no CCM de Itaquera que iniciamos a entrevista. A escolha do local foi feita por Rosa, por telefone, quando marcávamos nosso encontro, pois ela ainda habita na mesma residência do agressor, o que faz que leve o processo e a entrevista em segredo.

As funcionárias do CCM escolhem uma sala para que eu faça a entrevista de modo privativo e nos oferecem água.

A aparência de Rosa é simples, roupas sem decotes ou adereços. Sua blusa é de tricô, rosa como seu nome. Sua fala é cheia de pausas e sua voz baixa.

Durante o início da entrevista tem a voz tranqüila que, complementa com gestos com a mão direita. Conforme o relato vai evoluindo, tenta refrear os olhos cheios de lágrimas, olhando para cima.

Após algum tempo, começa a chorar, o corpo tremendo. Suas mãos, em vão, tentam secar suas lágrimas.

Ao final da entrevista relata que muitos não acreditam na história que me contou, pois seu marido aparenta ser uma pessoa muito calma. Pergunta se o gravador está desligado e diz que se esqueceu de contar um fato: que ao chegar na DDM reparou que as profissionais não chamavam as mulheres pelo nome e sim pelo caso. Também relata que uma funcionária da DDM chegou a desencorajá-la quando tentou registrar uma queixa contra seu sogro, pois segundo ela “ele já era idoso”, mas diz que isso já é outra história. (Diário de Campo).

Narrativa de Rosa

“Sou casada faz 20 anos, de um tempo para cá começamos as brigas e ele chegou a me agredir. Então eu peguei, fui até a Delegacia da Mulher, fiz a ocorrência, eles pegaram e me encaminharam para cá (CCM). Deram até o processo de separação, tudo.

Eu sou de São Paulo mesmo, da capital. Eu o conheci porque ele morava no mesmo lugar que eu morava, na mesma rua. Conhecemos-nos, namoramos um pouco, nove meses, foi de namoro ao casamento. Depois de um tempo, quando as crianças começaram a crescer, começaram as brigas, porque ele não teve estudos (refere-se à escolaridade). Os pais dele são analfabetos, então ele acha que a pessoa não deve estudar. Na cabeça dele ele pensa assim. Se estudar é porque não quer trabalhar.

Ele começou a querer que eu tirasse as crianças da escola, para colocar as crianças para trabalhar. Começaram as brigas e cada vez foi piorando. A situação cada vez

agravava mais. E foi agravando mais, mais briga, conforme as crianças foram crescendo, ele foi ficando mais nervoso.

Depois de um tempo ele fez uma casa para os pais dele, então eles ficaram na minha casa, passaram um tempo lá, piorou a situação ainda. E cada vez foi piorando.

Dessa última vez teve uma briga também, o pai dele entrou no meio, não gostou, porque no dia que aconteceu o fato da agressão eu chamei uma viatura. O pai dele sempre bebeu. Na Delegacia fizeram o boletim.

Os policiais que foram lá e falaram para eu ir à Delegacia da Mulher no outro dia, já que o fato ocorreu no domingo, então estava fechada. Eu fui lá, fizeram o boletim e só isso. E me encaminharam já para cá.

O que aconteceu na briga é que ele me pegou, me deu umas tapas, pegou, bateu minha cabeça no portão. E ele já tinha feito isso outras vezes, mas eu não chamei polícia das outras vezes. Só nessa vez mesmo que eu cheguei a chamar uma viatura e ir até uma Delegacia.

Mas eles foram lá, mas praticamente não fizeram nada. Porque eles falaram que eu tinha que ir à Delegacia da Mulher, no dia seguinte eu fui sozinha.

Com tudo isso eu me senti mal. De ter que ir até lá, aguardar, porque demora. O atendimento lá é demorado, não é rápido.

Mas de falar, ele sempre falava mesmo. Porque ele também é assim, ele acha assim: a mulher casou a mulher não pode sair de casa... Não tenho direito a mais nada, entendeu?

Só no começo estava tudo bem. Ele não quer que eu trabalhe, ele quer que as crianças trabalhem. Ele tem uma fábrica de lajes, de materiais de construção. Ele quer que eles trabalhem pegando peso, como ajudantes. Mas eu acho que se não estudar, não dá! Sem estudar para ir trabalhar.

E eu, acho que para mim, quando a pessoa chega a um ponto não dá mais. Porque eu acho que não tenho nem mais liberdade.

(Quando questionada sobre o esclarecimento da legislação na Delegacia da Mulher).

Eles não falaram nada, simplesmente fizeram o boletim. Eu fui encaminhada para um exame no (bairro) Arthur Alvim, mas eu não fui fazer. Porque eu foquei mais na separação. Corri atrás de separar logo. Mas estamos morando juntos ainda. Estou aguardando, ele não sabe que eu fiz isso. É sigiloso.

Medo eu não sinto muito. Eu tenho mais receio, dele me bater novamente. O meu menino, quando acontecia, ele já achava que estava tudo normal. Tenho medo que aconteça com o meu menino (choro).

Então, a minha preocupação foi isso, quando meu filho chegou em casa, que ele viu que ele tinha me batido de novo, ele chegou e já falou assim: “nossa mãe, de novo?”, no que ele falou eu já senti que ele já estava achando que era uma situação normal. Um homem bater numa mulher e ficar por isso mesmo.

Eu fico envergonhada devido à situação que estava acontecendo, sem tomar nenhuma atitude. Agora eu estou mais tranqüila.

Ele não quer a separação. Nada. Ele quer que eu saia de casa com as crianças e não pegue a pensão, não pegue nada, ele quer que eu saia, ele quer assim. Porque ele falou, que se eu chegar a pedir mesmo uma separação oficial, ele ia me matar. Tanto é que ele até falava isso na frente das crianças. Eu sentia que faltava apoio para chegar em uma decisão.

Um incentivo que eu tive, de dizer que eu tinha condição de fazer foi mais aqui no CCM. Só quem sabe é minha mãe, que mora na rua da minha casa. Só que ela faz tratamento com quimioterapia, radioterapia. Cheguei a ir para a casa deles, ficar lá um pouco.

Mas a minha preocupação mais é mais com os meus filhos. Comigo eu penso em resolver logo o problema, para depois eu seguir minha vida. Trabalhar, viver normalmente.”

LICHIA

Figura 6- Fotografia de Coração. Acervo pessoal da autora

39 anos, auxiliar de limpeza. Natural de uma pequena zona rural no Ceará, mora há treze anos na cidade de São Paulo. Tem dois filhos e uma filha, com 19, 18 e 16 anos. A filha e o filho mais velho estão cursando nível superior. Foi casada por 20 anos, sofreu inúmeras violências desde o início do relacionamento. Fez sua primeira denúncia em 1997, mas faz um mês que efetivamente que abandonou a residência do casal. Atualmente vive na casa de um irmão.

“Ah, como tive sonhos!”

“Eu estou nessa situação desde a mocidade, sonhos não realizados...”

A entrevista foi realizada no CCM por vontade de Lichia, que assim preferiu.

Trata-se de uma jovem senhora, de aparência frágil, roupas simples e discretas, cabelos presos. Suas unhas reluzem um esmalte de cor neutra. Está acompanhada da irmã, que a acompanha na sala privativa e assiste a entrevista atentamente, às vezes manifestando concordância ou negação com gestos.

Lichia tem a fala pausada e natural, com muitos erros de português. Em alguns trechos, chega a esboçar um sorriso. Gesticula bastante e mantém contato visual.

No decorrer da entrevista, quando narra à agressão ao seu filho mais velho sua voz fica alta, quase um grunhido. Mas quando relata à violência contra a filha do casal sua voz fica baixa, embargada de choro, o rosto contraído, mostrando as linhas de expressão.

Das colaboradoras, Lichia foi a que mais questionou a finalidade do estudo e o uso da entrevista. Pergunta como seria feita a minha tese e se a história dela poderia ajudar em algo.

Ao ser questionada sobre o nome de flor que escolheria diz que não gosta de nenhuma flor, mas que adora uma fruta chamada Lichia.

Ao finalizar a entrevista mostra-se impaciente, apertando a toalha da mesa entre os dedos e explica que está atrasada para entrar em seu emprego, finalizando a entrevista. (Diário de Campo).

A narrativa de Lichia

“Minha historia de vida não é fácil, é um pouquinho complicada, me casei com o sonho que até hoje não consegui realizar. Seria ter uma família, muito completa, muito educada, cidadãos bons, não que meus filhos hoje não sejam pessoas boas, com certeza são... só que eu me casei com uma pessoa mal estruturada... Eu esperei ser uma pessoa, mas depois veio outra.

Sou casada há 20 anos e quando eu fui ver não era isso que eu queria para mim. Quando eu descobri foi muito tarde e agora eu tenho que ir para a luta para sair da situação em que vivo. No meu relacionamento familiar tive um marido que não olhou bem meus filhos, nem meus filhos como filhos e nem eu como mulher, mas sim como empregada.

Um casal eu acho que deveria ser marido, companheiro, amigo, tudo. Mas isso eu não consegui, apenas tinha um homem que me ensinava um pouco de violência e o resto era resto, um homem que não se preocupava com o futuro dos nossos filhos, que dizia: “Eu não estudei para que vou querer meus filhos estudando? Não preciso de estudo para trabalhar porque vou ensinar meus filhos a ter estudo para poder trabalhar?”.

Sempre foi assim, eu batalhei muito, tive sonhos... ah, como tive sonhos! Eu vou conseguir, vou ficar velha junto do meu marido, eu quero acabar do lado dele. Porque quando me casei meu sonho era muito grande, como todas as mulheres têm. Eu venho de uma

estrutura muito diferente de São Paulo, as meninas que moram no Nordeste têm uma estrutura diferente das meninas que moram na capital de São Paulo. Nossa estrutura é chegar a um casamento, dar continuidade a ele. Nossos pensamentos são totalmente outros. Minha filha hoje pode pensar: “Eu vou me casar, se não der não deu”. Eu não, eu não pensei isso.

Eu pensei vou me casar e vou viver como viveu minha avó, minha avó viveu com meu avô, ficou com meu avô. Nós viemos de uma outra estrutura e isso faz com a mulher seja muito sofrida nas relações na vida que eu estou presenciando, ou melhor, que estou saindo.

Meu marido nunca quis olhar meu filho quando fui trabalhar, nunca buscou na escola, isso foi acabando com meu casamento.

São Paulo me ensinou muito, eu vim para São Paulo, tive meus filhos pequenos na roça, no Nordeste, vim para ter uma vida melhor, quero meus filhos estudados porque eu não consegui estudar. Meu sonho era estudar e ser uma pessoa muito inteligente. Não consegui, mas eu vou conseguir, sou nova, mas até agora eu estou nova, vou fazer quarenta, eu vou estudar.

Eu vim para São Paulo atrás de uma vida bem melhor, para trabalhar e também para dar estudo para meus filhos.

O meu filho mais velho quando eu vim para cá tinha 7 ou 8 anos, agora ele está com 20 anos, quando eu cheguei aqui que vi que tinha escola, tinha aquilo que não tive quando era jovem, que eu queria dar para os meus filhos. Eu tentava conversar com meu marido para irmos atrás, nossos filhos precisam, falava que a gente não queria criar nossos filhos como a gente foi criado. Viemos para buscar isso, ter uma condição de vida melhor. Dar uma estrutura boa, mas ele recuava e falava que se ele não tinha estudado...

Vim disposta para São Paulo, porque eu quero trabalhar, eu quero viver minha vida, mudar de vida, isso da parte do meu marido eu já não tive, eu fui vendo as coisas caindo, tudo se acabando! Ele pensava que era casado, tinha uma família, mas não pensou na família dele, pensou no amigo da festinha, ele pensou no amigo do bar, fica o tempo inteiro com o amigo do bar. Enquanto isso a família precisando, ir à reunião da escola, precisando conversar com o filho para saber o que aconteceu durante a semana na escola, nada dele me ajudar com nada disso.

Ele não sabe o mundo de São Paulo como é. Eu venho de lá, mas aprendi muito. Lá não tem dois mundos. Se eu não seguir pelo bom não posso seguir pelo mal. Lá de qualquer jeito tem que ser pelo bom, porque lá era a roça, agora aqui em São Paulo, aqui tem dois caminhos.... Ou você ensina seus filhos que esse caminho é melhor, o outro está

disponível, ele pode seguir... Meu marido não viu isso, para poder resgatar os nossos filhos... Então o que é que eu fui resgatando sozinha, fui buscando sozinha, orientando sozinha, cuidando sozinha, me preocupando sozinha, para que vou querer um esposo dessa forma?

Financeiramente também, ele era assim: hoje eu trabalho e amanhã não. E os nossos filhos iam comer só hoje? Ele não queria saber, se você é a mãe e colocou em casa está bom, dá para mim...e seus filhos? Vou para o bar, bebo, o tempo inteiro fico bebendo no bar e me divertindo com meu colega de bar, e os filhos vão aprender o mesmo? Filho de gato, gatinho é. Ficam vendo beber, beber, beber, meu marido chega às 3 da manhã.

Cada vez que ele sai à noite e volta, vou te falar uma coisa (dirige-se seriamente à entrevistadora) eu não sei se é bem bêbado. É uma coisa que passa pela sua vida que você não sabe, não consegue descobrir se é mesmo bebida, você olha, deve ser... Tem cheiro de bebida, mas é tão esquisito que você não sabe se é, será que ele bebeu ao ponto de fazer isso? Não parece, pois está de pé, sobe escada. Se você está bêbado consegue subir escada? Não, não consegue subir escada. E seguir você com uma faca na mão? Você está bêbado? Você, você como uma esposa, vai ficar martelando, trocando as bolas da cabeça.... O que será que está acontecendo? E a violência continua não é só com você, tem mais jovens, crianças. E aí?

Ele me dava empurrões violentamente (neste momento a irmã complementa que ele quebrou a geladeira). Pega uma marreta, quebra a geladeira, pega uma faca, fala que vai me matar, corre atrás e não deixa mais eu entrar pelo portão, enquanto a polícia não vai lá e me ajuda. Eu e os três.

Durante os vinte anos algumas vezes aconteceram mais mansas, mais calmas, quando o tempo foi passando a agressividade aumentou. Primeiramente ele me deu um tapa, depois me deu um chute na cara na frente da minha mãe, um chute na cara que bati minha cabeça na parede e ainda estava com meu filho mais novo no colo. Na época ele tinha um seis, sete, oito meses por aí, ele ainda não andava, então estava com meu filho no colo. E ele bêbado, eu fiquei assim (demonstra a posição sentada, com um nenê no colo), no saco de feijão e botei um vestido. Fui para a roça coloquei o nenê no colo (repete a demonstração). Ele veio e me deu um chute, pegou na minha cara o chute, eu bati a cabeça na parede porque eu estava encostada no saco, na parede. Foi violentamente. Larguei o menino no chão e rasguei a cara dele com minha unha, acabou ferindo e depois eu fiquei três dias fora da minha casa porque ele me ameaçou, porque eu tinha arranhado ele, mas ele chutou a minha a cara e bati a cabeça na parede na frente da minha mãe.

Logo depois disso, viemos para São Paulo, meu filho mais velho estava com cinco anos.

Ainda na roça, outro dia na mãe dele, aí eu morava perto da mãe dele, começamos a discutir lá, eu sei que depois ele me deu um monte de tapas na cara, eu não sei... Não lembro direito dessa briga não (neste momento suspira e faz um rosto impassível). Ele começou a rasgar minha roupa, a porta estava fechada, só estava eu e as crianças. Começou a rasgar minha roupa e meu cabelo... eu não cuidava do meu cabelo, ele estava bem grande assim (demonstra uma medida perto dos seios) e ficou feio assim, depois que ele me derrubou no chão e me bateu. Deu umas porradas na minha cara, bem na minha cara, porque ele conseguiu me dominar ficou em cima de mim. Me deu três tapas na minha cara e eu fiquei gritando. A mãe dele ouviu os gritos lá da casa dela e veio correndo. Tentou quebrar a porta. Estávamos grudados, os dois se matando. A mãe dele tentou quebrar a porta e ele saiu de cima de mim e abriu a porta. A mãe o tirou de lá, eu não queria mais viver, traumatizou bastante, foi um trauma muito grande, depois disso ele voltou para casa, pois eu morava junto com a família dele, a minha família não me ajudava lá onde morava, então não tinha muita saída também. Ele chegou, voltei para a casa, eu não tinha conhecimento de nada.

Depois dessa briga aí ele veio para São Paulo, depois eu vim e trouxe as crianças.

Em um outro dia ele chegou fedendo cachaça pegou tudo que tinha e jogou nas minhas pernas. Esta foi uma das primeiras brigas aqui em São Paulo. Ele bebeu uma cachaça e tinha um som, ele pegou as duas caixas e também o som e jogou rumo as minhas pernas. Eu me afastei rapidamente e caiu. Quebrou tudo, se tivesse pegado nas minhas pernas com certeza teria quebrado, fui para a vizinha, ele me bateu na frente da vizinha, não totalmente, mas me deu um monte de empurrão na frente dela.

E eu só pensando, vou separar, vou separar, falava para mim mesma. Eu vou sair dessa vida, não vou viver nessa vida, mas passou e ele continuou a beber, beber... Com essa situação de vida eu fui baixando a cabeça? Fui gostando desta idéia? Lógico que não, eu fui porque até aí eu era igual, eu fui na cara dele (referindo-se à revidar a violência), mas depois eu vi que eu não deveria mostrar isso para meus filhos. Pensei: assim, não... eu vou sair da vida dele, mas quando chegar a hora... eu vou conseguir sair da vida dele, quando da última vez que ele bateu, me empurrou na vizinha eu não fiz nada. Eu baixei minha cabeça. Voltei para a casa, deixei ele na boa. Ele gostou, fez várias e várias vezes, muitas vezes, acabo nem lembrando direitinho, só vou lembrando com o tempo.

De 04 anos para cá piorou a situação. Ele bebeu, foi para rua, não ficou mais dentro de casa, o negócio dele é amigo e sair para cá e para lá. Não quer saber da família.

A agressividade não era só física, mas também moralmente, ele não tem respeito, não tem respeito moralmente... é terrível. Agressividade moral... (se dirige à entrevistadora) você deve saber você quer saber um pouco mais? Agressividade moral para mim é não ter respeito com a outra pessoa, é falar da sua própria intimidade na frente de seus filhos. Agredir você intimamente, estou falando sexualmente, está entendendo? Agredir você na relação sexual, isso é um crime! Para mim é crime, porque é dor! Dói. Você acabou de dar um tapa na cara e você que ter uma relação sexual comigo depois de um grande tapa? Isso é escravidão.

Eu não sei como se chama essa agressividade, eu não sei se você vai me lembrar (dirige-se à entrevistadora com ar de dúvida), as meninas falam de uma agressividade que a moça falou outro dia é....acho que psicológica? É como que chama mesmo? Psicológica, agressão psicológica, ameaça, pressão psicológica, fica falando coisas para te deixar com medo ou te deixar receosa. Isso mesmo, ele deixa viu, filha... (se dirige à entrevistadora), ameaçando e falando coisas que você fica se sentindo péssima. É, é péssima! Você não tem mais vontade de viver, você passa a ter depressão, eu tive depressão, não sei bem qual é o tipo da depressão que eu tive, eu não procurei saber qual era o tipo de depressão. Fiz tratamento com psicólogo e com psiquiatra durante esses sete anos, tomei remédio controlado. A depressão que eu tive foi muito complicada, pelos medos que ele me fazia, a ameaça de me matar, ameaçava fazer isso.

Uma dor que eu senti nesse relacionamento de 20 anos é ele querer transar... mas se eu se estou menstruada, eu não vou transar... eu estou menstruada. Ele obriga, agride com palavras. Diz: “Vai sim, eu vou te matar e vou fazer meu serviço”.

Relações de família são muito complicadas, por isso que eu te falo... as famílias da gente quando acontecem estas coisas que estão acontecendo na minha vida, as famílias não sabem das intimidades do casal, muitas vezes eu tenho coisas em mim que eu só falei para você e que eu nunca falei para ela. Ela pode ser minha mãe, mas eu nunca falei para ela. São coisas íntimas, que ninguém nunca me ensinou que deveria conversar. Hoje eu converso com a minha mãe, mas ela que mora na roça nunca vai chegar para mim e vai falar sobre relação sexual... jamais. Agora eu que cheguei aqui em São Paulo já aprendi que eu posso falar em relação sexual, eu não tenho mais vergonha, eu sofri, o tempo inteiro agressividade em relação ao sexo e também sofri a vida inteira agressividade física e moral.

O que me motivou a procurar o CCM foi eu ter a certeza que vivo sem ele. Porque cada um tem um organismo diferente, eu não sei se estou errada... cada pessoa tem um organismo diferente. Então enquanto eu vi que sentia amor pelo meu marido tive que agüentar sofrimento, tentei sair, mas depois eu voltei. Saí, mas eu voltei, e agora?

Agora eu tenho a certeza que eu vivo, pois antes minha cabeça falava que eu não vivia sem ele, eu gostava dele. Se eu gostava dele, eu não via mais ninguém... só ele, eu não me amava. Mudei depois que eu olhei para mim. Enquanto eu olhava para o meu marido eu não me via.

Eu me sentia derrubada, sem forças, ninguém, muitas vezes eu pensei em me matar quando estava com depressão muitas vezes eu pensei em me matar. Tentei fugir, mas para onde fugir, se eu tenho três filhos? Eu não tenho condições de vida para seguir, então é...hoje eu tenho a certeza que eu quero distância.

Eu vim aqui hoje (no CCM) para o advogado me ajudar. Saí lá da minha casa, porque meu marido falou que vai matar os meus filhos. Estou na casa do meu irmão, não queria mais ficar em casa, pois ele fala assim: “Quando você chegar do serviço você vai achar um assassino aqui”. Eu falei: “Não vou!” e ele disse que eu ia sim.

Tudo já vem dos outros processos, porque de 1997 para cá, parece que ele já tem dois ou três processos, cada ataque que ele me dá eu corro na Delegacia. Depois daquele dia lá, ele falou um monte de coisa, conversou comigo, pediu para vendermos a casa, porque nosso relacionamento já não estava bem, para mim já tinha acabado dessa última vez.

Pedi ajuda na Delegacia e ele disse que eu tinha que ter testemunha, que não fosse familiar... ficou complicado e eu quis ficar fraca de novo, me abati de novo. Fiquei em um quarto e meu marido no outro. Enquanto isso combinamos de vender a casa, mas ele começou a falar: “Se não vender eu vou matar os meninos! Eu mesmo criei eu mesmo como”. Pensei: quem? meus filhos? Você criou, você vai comer, não te pertence em nome de Jesus. Ele deve estar com o demônio. Falo mesmo porque já pensou você criar seus filhos, você tem certeza que é teu filho, teu filho é teu sangue, teu filho é você... a vida é individual, mas filho não deixa nunca de ser filho, então você não vai comer ele, você criou ele não te pertence, ele pertence à Deus. Mas ele dizia: “Vou sim, passo um tempo preso e depois me solto”.

Eu pensei: quer saber? Vou sair dessa casa, esperei dois dias porque eu trabalho meus filhos comigo. Esperei dois dias e depois em uma noite levei uma cama para dormir, deixei minhas coisas em casa, nós saímos só com o corpo...

Eu estou nessa situação desde a mocidade, sonhos não realizados... mas eu estou seguindo forte, pois eu me amo, vou cuidar dos meus filhos, vou educar o máximo que eu puder. Deixa a vida do meu marido para lá.

A primeira vez que eu fui à Delegacia da Mulher demorou muito, muito mesmo, até dormi na cadeira, porque tinha um monte de gente. Depois fui em outra e demorou um pouco, quando é para você dar queixa demora. Tem monte de gente na fila.

Eles me atenderam e chamaram uma moça. Eles pedem para falar o que é, o motivo, o que eu estou querendo. Falei que estava querendo a ajuda deles, no início eu não conhecia nada mesmo, em relação à Delegacia da Mulher. Ela perguntou o que é que eu queria e tudo... eu falei: “Moça eu quero ajuda de vocês, porque meu relacionamento não dá mais e eu corro risco, estou em uma família que está desestruturada”. Ela falou que tudo bem, era só contar o que ele fez. Falei tudo. Ela perguntou: “O que é que você quer?” e eu respondi: “Quero que a Justiça me ajude para eu ter um lar e ficar com meus filhos mas não com meu marido”. Ela fez o boletim e eu assinei. Ela me deu uma folha, ficou com outra, disse para eu ir à Casa de Cidadania, que é esta aqui. Disse: “Vai lá e conversa com eles para eles te darem uma orientação”. Infelizmente ela viu que eu não estava por dentro de nada, estava buscando ajuda para sair de uma situação e precisava de alguém.

Aí vim para cá e fui muito bem recebida aqui no primeiro dia. Fiquei pensando que eu nunca tinha passado por isso e que atendimento que eles tem... não consegui entender porque fui tão bem recebida, você me entende? Aqui nessa Casa eles falaram que iam me ajudar o máximo que pudessem e se era isso mesmo que eu queria.

Eu sei que demorei um pouco, mas eles me ajudaram de todas as formas, até me deram atendimento no psicólogo. Com a situação de vida que eu já tinha passado com os meninos, eu achei legal, muito legal. Mas é desde que eu queira, porque você sabe que quando você pede uma ajuda, hoje chama Lei Maria da Penha, quando você parte para essa você primeiro tem que saber se é isso mesmo que você quer, não é bem uma brincadeira, tenho isso na minha cabeça, os advogados que estão aqui... eles já estão se doando para me ajudar, eu não vou pagar, porque condições não tenho, eu já venho atrás porque não tenho condições, então não é uma brincadeira, eles não estão aqui para me atender hoje e amanhã deixar o caso como se fosse uma brincadeira. Eu só venho desde que é isso que eu quero, porque se não eu vou acabar brincando com a turma que não está para brincar, eles me atenderam muito bem e eu espero que tudo vá para frente direitinho, que eu possa conseguir algo com a ajuda do pessoal daqui.

Sabe, quando eu sofri agressão eu fui ao Posto de Saúde, mas nunca declarei o caso, ficou tudo guardado. Eu nunca mostrei para ninguém, só queria que me dessem um remédio.

O do meu filho sim, eu e meu filho mais velho, quando tinha nove anos de idade. Eu saí para trabalhar e meu marido deu uma surra violenta nele. Quando eu cheguei de noite eu tive que levar meu filho para o hospital, ele estava com uma mancha no olho (faz uma mímica de um desenho redondo no olho).

Não agüentei mais. Eu tomava remédio de depressão, sofri muito nessa época, então eu levei o menino, ele trancou a porta. Eu queria conservar meus filhos, não queria que meus filhos fossem amanhã o que o pai é hoje. O que aconteceu é que meu marido foi lá na caixa de remédio que eu tomava pegou não sei quantos comprimidos (faz um gesto de muitos comprimidos), me deu, tomei, dopei. Era remédio controlado, mas minha mente estava boa. Eu pensava: quando eu levantar eu vou, ainda era noite. Antes de eu me dopar, quando cheguei em casa vi o menino naquela situação e os outros dois assustados, deu febre no menino, deu tudo, porque manchou o olho dele, ele bateu violentamente no menino: chutou, bateu com o pé no pescoço, na cabeça, com o pé e com um cabo de vassoura. Eu não estava. Minha filha de sete anos que contou direitinho: “Olha meu irmão, mãe. O olho do meu irmão mãe está com sangue”. E eu, que já tomava remédio para acalmar o coração, vivia com o coração acelerado, tentei abrir a porta. Queria levar o menino no hospital, ia pedir ajuda lá no hospital.

Falei para meu marido: “Vou pedir ajuda no hospital, porque se não você vai matar meu filho”. Aí ele trancou a porta, disse que eu não ia levar porque se não ia prejudicar ele, eu falei que ia. Ele trancou a porta, tirou a chave, eu peguei a janela, que nesse tempo não era de alumínio, era de ferro e peguei para quebrar tudo. Eu era descontrolada mesmo, já tomava os remédios. Queria quebrar para passar e levar o menino para o hospital, pois ele estava com febre e com sangue, pensei que ia cegar o olho do menino, porque tinha sangue. Ele não deixou me deu os remédios. Eu deitei na minha cama, ele me deu remédios fortes, fiquei ruim, ele ficou com medo e me deu leite.

Quando amanheceu o dia e o remédio passou, levantei e pedi para ele dar café para as crianças. Nesta hora ele estava bom, sabe, porque sabia que ia complicar. Pedi para ele dar cafezinho para os dois, eram cinco da manhã, ele perguntou aonde eu ia. Eu disse: “Vou ali”. Ele disse: “Você vai ao hospital?”. E eu “Não, vou ali, compara r pão com o moleque”.

Saí e levei o moleque no Hospital Santa Marcelina chegou lá e a moça perguntou qual era o problema. Eu disse que era consulta e que eu não sabia de nada, que o pai bateu nele e que era para olhar o olho dele, não queria que ele ficasse cego, ele era tão inocente! Eu estava com o coração limpo, não estava defendendo meu marido. Eu disse que tinha sido o pai dele, aí começou a fazer uma consulta diferente, foi para uma sala que tinha um monte de gente que não era enfermeira. Era assistente social. Foi lá e me chamou, fui com o menino na sala e a moça falou: “Esta daqui é a consulta, o pai que bateu”. A médica disse vem aqui para a moça e deu uns papéis, disse para ir à Delegacia e para um homem fazer um negócio lá.

Ele bateu nos meus filhos, mais no mais velho, na menina ele não bateu muito quando era pequena. Depois de grande ele bateu acho que duas vezes, ele batia mais nos meninos, quando eu não estava.

A menina teve uma vez, que ela chegou da escola e estava com uma mancha roxa na perna, ele bateu, ela tinha treze anos de idade. O mais novo ele não bateu muito, bateu pouco que não machucou. No mais velho a coisa foi mais séria, porque antes desse negócio do olho, ele chutava o menino na rua, batia, quebrava vassoura nas costas do moleque.

Agora faz 30 dias que eu saí, fico triste porque eu não tenho casa no momento, mas pedi para o rapaz (advogado) e ele vai me ajudar. Eu pedi ajuda porque eu saí da minha casa e chorei muito e cada dia eu fui buscando um colchão, porque eu trabalho sábado, domingo e feriado. Todos os dias. Não tive tempo para pegar os móveis, o colchão, eu não tirei nada da minha casa, a minha casa é grande.

Agora eu tenho nada na casa do meu irmão, mas eu levei o colchão, passei a me organizar melhor, até quando eles vão me ajudar?

Ela disse que ia mandar para o fórum, chamou meus três filhos na Delegacia da Mulher, agora converso com meus filhos e conto as coisas. Ela chamou meu marido também que eu sei, ele foi lá. Mas não me contou o que aconteceu com ele, foi no dia 09.

Mas eu estou bem, não tomo mais remédio controlado depois que desisti dele. Só vou dizer uma coisa:: “Tem casamento que não é casamento, você pensa que é mas quando você descobre que não é, é a maior decepção do mundo. Descobri em mim uma coisa, quando eu vivia com meu marido eu sentia um negocio que não sabia o que é que era... uma dor, assim dor de doente? Não, não era uma dor de doente, era a dor de um sonho não realizado, dor de agressão, dor de você contar com alguém que não é realidade. Que você não pode contar. Então um casamento, filha, você sabe, vocês que são estudantes, quem sou eu para falar... só estou falando que não é fácil, pense bem, pois não é fácil, tudo bem que

minha historia é diferente, pois eu venho da roça, a historia da roça não é igual a da Capital. É outra vida, mas dói e muito.. e como. Porque destrói você e ainda corre o risco de destruir todas as sementinhas dentro de vocês. E depois a dor maior não é você sofrer na carne. É você deixar seu filho sofrer, criar uma pessoa indefesa, porque eles são indefesos. Apesar de ter um filho de 19, eu olho e acho ele indefeso, meu filho mais velho, os três mudaram, mas o mais velho ainda mais, porque ele sofreu muita agressão com o pai”.

JASMIM

Figura 7- Still Life with Bible de Vincent van Gogh

35 anos, faxineira. Natural de São Paulo, no Estado de São Paulo. Tem três filhos, com 4, 8 e 14 anos respectivamente. Foi casada por 17 anos. Sofreu agressões por oito anos. Encontra-se separada do marido faz quatro meses. Vive em sua antiga residência, junto com os filhos. É evangélica, assídua freqüentadora da Igreja Assembléia de Deus.

“Deus não permite essas coisas”.

O caminho foi longo para chegar até à pequena viela no bairro de Guaianazes. O dia está muito quente. Pergunto para dois senhores, sentados em um bar próximo, como acessar a casa de Jasmim. Eles apontam um caminho próximo só passível de acesso a pé e indicam onde eu poderia parar o veículo para que ambos “cuidassem” dele.

Jasmim, alheia a tudo isso, acena para facilitar a identificação da casa. Sua filha mais velha está me esperando no portão de madeira simples.

Após uma pequena pausa para prender o cão bravo da família, me convida para entrar. Ao entrar, seguindo Jasmim, dirijo-me à cozinha. A casa tem poucos cômodos, de cores diferentes, mas a cor predominante é rosa.

A cozinha é limpa e arrumada. Em cima da mesa está um bule e alguns biscoitos. Várias frases religiosas estampam a geladeira e há uma Bíblia em cima do aparador.

A filha mais velha se apressa ao puxar uma cadeira para que eu sente enquanto fala com a irmã mais nova para permanecer no quarto, brincando com suas bonecas.

Jasmim transmite seriedade, limpeza e meiguice. Seu sorriso não é fácil, mas sai várias vezes durante a entrevista. A voz é calma e tranqüila. Os olhos se movem com total graciosidade, é uma mulher bonita, sem dúvida. Seu visual é arrumado, porém simples. Não usa maquiagem, mas o cabelo meticulosamente preso denuncia seu cuidado com a aparência.

Durante a entrevista, a filha mais velha permanece o tempo todo do lado da mãe e, por vez ou outra, olha por cima do meu ombro e complementa uma ou outra afirmação, com um gesto ou balbuciando expressões.

Ao final da entrevista, Jasmim me oferece um chá com biscoitos e diz que ficará triste caso eu não aceite. Aceito de bom grado e tomo o chá delicioso, o clima é de total tranqüilidade. (Diário de Campo).

A narrativa de Jasmim

“Vivi um casamento de 17 anos. Dezessete anos de muito sofrimento. Desde o início do casamento eu venho sofrendo. O meu marido bebe muito e depois de nove anos de casada, eu comecei a sofrer com a violência.

Ele está me batendo. Não só batendo, ele também me humilha verbalmente. Até mesmo chegou um momento que me violentou sexualmente. E me batia muito. Batia na frente das crianças, inclusive as crianças presenciavam muito isso.

Passei necessidade, ele deixou o trabalho por causa da bebida também. É, passei uma situação muito difícil.

Sempre vivi aqui em São Paulo, desde que eu nasci. Quando a minha filha tinha quatro anos construímos uma casa. E foi com muito sacrifício não só da parte dele, como também da minha, porque os dois trabalhavam.

Chegou um momento que ele vendeu a casa, tivemos que ir pro Nordeste, porque ele é de Pernambuco. Ficamos lá um ano e meio.

Lá também sofri muito na mão dele, apanhava e ninguém me dava apoio. E é isso. Sofri muito, muito mesmo.

A minha filha que está aqui já tem 14 anos, ela presenciou até essa última agressão que eu tive que já faz aproximadamente três meses. Foi a última, depois de tanto tempo apanhando, sendo humilhada por qualquer coisa.

O que ele queria era que eu estivesse sempre na rédea. Nas mãos dele, que é isso que ele quer.

Nós que somos servas de Deus não temos que aceitar esse tipo de coisa. Nenhum de nós, nem a gente, nem aquele que não está na presença de Deus. Deus não permite essas coisas.

Eu sempre fui fazendo burrice, sempre colocando meu ombro para ele chorar e na hora que eu mais precisava ele me escoraçava.

Chegou um dia que ele não estava nem bêbado, ele estava são, que ele pegou uma faca para me furar. Era mais ou menos meia noite, entre meia noite e meia noite e meia... Peguei e liguei para a polícia. A polícia demorou e aí não veio.

Tive que sair daqui para ir para dormir na casa da minha vizinha, foi onde minha vizinha ligou para a polícia umas 9 horas da manhã.

Ele ficou gritando aqui na rua, dizendo que ia me arrebentar, que aquele dia seria o meu último dia de vida. Dizia que ia me quebrar todinha e se possível até me matar na frente de todo mundo.

Meus filhos presenciaram tudo, a vizinhança inteira viu. Foi onde tomei uma atitude. Cansada de ser humilhada, de estar apanhando, pensei: não, vou dar um basta nisso.

Ele sempre falava “Para mim não tem justiça, a justiça sou eu que faço”.

Então aproveitei que a vizinhança ligou mesmo para a Polícia e por causa disso fomos encaminhados para a Delegacia. O delegado conversou com ele lá na 680 Delegacia (68º Distrito Policial).

Isso foi no dia de Finados, 2 de Novembro, não tinha como eu ligar para a Delegacia da Mulher porque no feriado eles não atendem.

O delegado conversou com ele, mas entrou por aqui e saiu por ali... O delegado disse que ele tinha que parar com isso, deu os maiores conselhos para ele, mas o delegado viu que ele é cabeça dura e que com ele não tinha negócio. E o delegado falou assim “olha, é o seguinte, eu vou liberar você”.

Porque na verdade não tive coragem de fazer um boletim de ocorrência para ele ser preso. Se eu fizesse o boletim de ocorrência, ele ia ser encaminhado para Suzano, Guarulhos, para detenção. Eu fiquei com medo também pelos meus filhos, porque eles nunca viram esse tipo de coisa. A gente chegar a ir à Delegacia. Temi pelos meus filhos, não por mim.

Mas aí o delegado conversou com ele, conversou comigo. Perguntou se eu já tinha tomado às devidas providências e eu falei que sim, que eu já tinha procurado a Delegacia da Mulher, que já tava tudo encaminhado. E até então daquele exato momento ele não sabia de nada, que eu tinha tomado às devidas providências.

É que na verdade eu já tinha tomado às providências, conversei com ele, falei assim “Olha, nossa situação está desse jeito, então eu quero que você tome uma atitude. Você melhore a sua situação, porque senão a gente vai se separar.” Porque até esse meio tempo ele não havia tomado posição de ficar melhorar ou não.

Porque eu tinha ido antes desse dia na Delegacia da Mulher porque ele tinha me agredido, eu tinha comparecido por causa das agressões.

Lá na Delegacia da Mulher eu expliquei tudo o que tinha acontecido. Naquele dia eles fizeram o boletim de ocorrência, não precisei fazer exame de corpo de delito, porque ele me agrediu e não me machucou. Não me deixou marcas. Porque ele é esperto, ele me batia, mas não me deixava marcas. Ele me dava tapas na cara, empurrões, esse tipo de coisa. Ele falava assim “eu não vou te machucar porque se eu deixar hematoma eu vou ser preso”, só que aí ele estava enganado. Porque hoje em dia não há necessidade de ser machucada.

Ele não tinha conhecimento disso. Lá na Delegacia da Mulher de Itaquera, conversei a delegada e ela me orientou... O atendimento foi de primeira, só que pouquinho demorado. Elas me trataram muito bem. Me orientaram e me mandaram para o Centro De Cidadania da Mulher. Foi onde eu fui.

Lá fui bem orientada, consegui arrumar uma advogada para entrar com um processo de separação e de pensão das crianças.

Mesmo assim permaneci com ele, mais uns dois meses vivendo na mesma casa. Mas o comportamento dele não mudou de maneira alguma, ficou até pior. Eu queria que ele

saiisse da casa, porque essa casa não é minha, é alugada. No momento eu não tinha como estar procurando outra casa e deixar ele aqui.

E, com o decorrer do tempo, ainda sendo humilhada por ele e apanhando, chegou o feriado e ele me agrediu novamente. Só que ele não estava bêbado, estava são.

Foi a primeira vez que foi são e foi aí que ele veio para me furar com a faca. Eu gritei pela minha filha. Foi onde que, graças a Deus, claro que foi Deus que não permitiu isso... que me livrou...aí foi onde eu chamei a polícia e resolvi fazer todo esse processo...

Antes, no outro dia, depois que o delegado conversou com ele, me liberaram primeiro e eu vim na frente. Ele foi liberado depois, mas o comportamento ficou a mesma coisa.

Aí ele voltou para casa. Eu aproveitei um momento em que ele saiu, peguei as minhas coisas, peguei meus filhos e fui para casa do meu pai, fiquei durante uns sete dias lá. Ele viu que realmente eu não ia voltar para cá, que ia ter que ficar na casa do meu pai porque com ele eu não ficaria de maneira alguma... e ele teve que sair daqui.

Ele acabou saindo por livre e espontânea pressão, porque como a gente mora aqui numa área que tem pessoas que lidam com (faz um gesto de fumo, indicando drogas)... entendeu? Então o pessoal aqui não gosta de certas bagunças, eles não apóiam esse tipo de atitude. Eles falaram com ele “você sai daqui e a deixe na casa.” Foi aí que ele tomou a atitude de sair de casa.

Mas mesmo assim ele continua me ligando. Onde ele passa, continua me ameaçando... Inclusive, hoje é sexta feira, não é? Quarta-feira passada tive que pegar umas coisas na casa da irmã dele, que ele está morando com a irmã dele. E nesse dia ele tornou a me ameaçar de morte.

Nesse dia eu falei assim “olha, essa vai ser a última vez que você vai me ameaçar, porque se você me ameaçar vou ser obrigada a tomar outra atitude. Eu não queria ter que fazer isso com ele. Mas se for necessário, eu vou ter que tomar outras atitudes.

Na verdade, eu não tinha conhecimento dessas coisas, da Lei Maria da Penha, só mesmo das coisas que a gente vê sempre na televisão, mas assim por escrito, detalhadamente, não. Elas, da Delegacia e do Centro de Cidadania, que me orientaram...

Lá no Centro de Cidadania o atendimento também foi ótimo. Elas chegaram com um relatório, que eu assinei, elas me fizeram umas perguntas e me orientaram direitinho. Depois de um mês e meio, elas me chamaram, retornaram a ligação para que eu fosse conversar com uma advogada.

Nessa conversa eu descrevi todo o depoimento que eu tinha falado lá na Delegacia da Mulher e passei para ela. Levei os documentos e foi onde ela começou a entrar com a ação de divórcio e ação para a pensão das crianças.

Porque agora eu tenho certeza que quero me divorciar. Sem sombra de dúvida, porque esses três meses que estamos separados, ele continua na mesma situação, bebendo até o dobro do que ele estava bebendo antes. Continua trabalhando, mas está sempre bebendo. Não vi mudança nenhuma.

Eu trabalho de faxineira na Estação de Guaianazes, antes eu trabalhava como autônoma, de diarista. Foi Deus que preparou esse emprego para mim, registrado e tudo. Isso é que tem me ajudado.

Ele batia em mim, mas nunca bateu nas crianças, mas ela, a mais velha, ele maltratava muito, muito, muito. Ele não chegava a bater, nunca bateu neles. Nunca. Mas verbalmente, sim. Maltratava muito, xingava muito.

Então, agora, eu sinto que eu nasci de novo, sabe? Eu não tinha liberdade para nada, entendeu? Porque...a gente tem a nossa casa...tanto homem como mulher tem a liberdade de mandar e desmandar, tem que ter autoridade dentro da sua casa. E isso eu não tinha, entendeu? E graças a Deus, agora tenho liberdade de mandar dentro da minha casa, tenho liberdade de poder trabalhar, coisa que eu não podia. Ele estava me prejudicando até no trabalho.

Na verdade, eu não faltava, mas estava meio perturbada... desnorteada...fiquei muito fragilizada, mas o Deus que eu sirvo é o médico dos médicos e foi Deus que me ajudou nessa parte.

Porque a igreja me ajudou muito, muito, muito. Na verdade tem uma irmã que congrega comigo, que mora até aqui em frente, e eu sempre contava para ela o que acontecia e ela me ajudou muito. A Igreja também, eu sempre fui dessa igreja e é importante ter um apoio. Mas primeiramente o apoio de Deus. Primeiramente... Porque ele é lindo, não só na minha vida que sou serva de Deus, mas na vida de qualquer um, porque que ele ama a todos nós.

Mas é importante a gente ter também uma pessoa para conversar, pelo menos um ombro para gente desabafar, chorar um pouco. A oração dos membros da minha igreja também é importante. Agora, minha vida melhorou muito, minha família está melhor, apesar que eu digo que minha família são meus filhos. Porque minha mãe já é falecida, eu só tenho meu pai. Meu pai também é viciado em bebida. Então não tenho muita ligação com família, é

mais difícil, eu não tenho muita ligação. Tenho uma irmã e um irmão, eu sou a mais velha, mas não tenho contato com eles.

Agora a convivência com meus filhos melhorou muito. Porque antes eu vivia muito nervosa. Cheguei ao ponto de ser até agressiva com meus filhos, porque não tinha cabeça para nada. Qualquer coisa que falavam, eu já explodia.

Apesar de que, a partir desse mês, eu vou ter que assumir o aluguel. Porque até então ele me ajudava, com intenção de voltar para casa. Mas como deixei bem claro para ele que eu não voltaria mais, ele me abandonou de vez. Nem as crianças ele está vindo ver mais. Mas, fazer o quê? Sou eu e Deus agora, e eles, meus filhos.

Porque você vê, no início, quando eu casei, tudo era mil maravilhas. No começo de todo casamento tudo sempre é um mar de rosas. Depois de certo tempo, eu creio... oito ou nove anos... ele começou com a agressão verbal e depois a me bater.

No início, eram só agressões verbais, eram para me deixar para baixo mesmo. Porque eu sempre trabalhei, mas não tinha aquele dinheiro fixo, para poder ajudar. Então eu sempre dependi dele em certas coisas. Por isso ele me humilhava. Era nessa parte. Como eu não obtinha sucesso, não conseguia.

Depois é que vieram as agressões físicas, quando eu já tinha a mais velha e também o do meio. Ele só começou com a agressão após o meu segundo filho.

Antes ele já agredia por voz, assim, verbalmente. Ele falava coisas assim que não deveria falar. Foi aí que fiquei deprimida. Só Deus mesmo para reverter esse quadro comigo. Porque eu era uma pessoa tão doce... E isso tudo ele tirou de mim.

Agora, com essa Lei Maria da Penha, que protege a gente desse tipo de agressão, ficou bom... Essa mulher se chama Maria da Penha, é isso? Parece que ela sofreu um tipo de violência, eu creio que até pior do que eu passei, não é? E... eu agradeço muito a Deus por essa pessoa, não sei se ela ainda está viva...

Agradeço a Deus por ela ter feito essa lei, porque é como meu marido falou, não existe lei para o homem. Só que ele estava enganado... é isso que eu tenho para falar. Eu tenho que agradecer muito essa Lei, porque não é só para mim, que eu agradeço também, mas por outras mulheres também. Que outras mulheres também tenham a atitude que eu tive de não ter medo de nada. Tocar a bola para frente porque é para isso que serve a justiça.

Quanto ao Centro de Cidadania, estou satisfeita com todo atendimento. Com relação à Delegacia da Mulher, eu queria relatar o seguinte: o funcionamento é de segunda a sexta. Então não só ao meu favor, mas a favor de outras mulheres que necessitam, o atendimento deveria ser de segunda a segunda. Vinte e quatro horas, porque eles (maridos)

passam a semana inteira bons, chega o sábado e o domingo enchem a cara, aí é onde começam as agressões. Na segunda-feira a delegacia está lotada. Eu observei esse ponto porque foi numa segunda-feira que eu fui lá e observei.

Durante a semana eles estão trabalhando, não tem tempo. No final de semana, eles descontam tudo. Ele ficava só nos barzinhos daqui nos finais de semana, não usava drogas, mas bebia.... Más amizades. O que afundou ele foram às amizades, porque os amigos também bebiam, foram eles que afundaram ele por completo.

Eu nunca contei para ninguém da saúde (sobre as agressões) porque eu tinha medo. Eu tinha medo dele. Embora eu tenha tomado essa atitude de denunciar, eu tinha muito medo dele. Muito medo. Não vou mentir. Tinha muito medo. Não temia tanto por mim, mas temia mais pelos meus filhos.

Eu falei para ele, você pode fazer o que quiser comigo, mas não toque nos meus filhos, porque de maneira alguma eu vou permitir. Ele agredia, mas só verbalmente.

O problema era só comigo mesmo. Depois que comecei a trabalhar, ficou bem pior, porque arrumei serviço à noite, então ele também me xingava muito por causa disso. Até hoje ele me xinga com palavras que só Deus...

É que no meu serviço, a maioria é do sexo masculino. Então ele alegava que tinha ciúmes, coisa que ele nunca teve: ciúmes. Nunca teve.

Mas quando eu trabalhava como diarista, ele também tinha o mesmo comportamento, então não vejo diferença.

Ele não queria que eu trabalhasse, queria que eu tivesse aquela dependência. Ele não queria. Ele fez de tudo para que eu sáísse desse serviço. De tudo.

Esses dias ele andou atrás de mim no serviço. Ele sempre bebeu, me bateu, até traição. Até me trair ele traiu, com outras mulheres. E eu descobri. Então quem faz não quer ser atingido também. É isso que eu tinha para contar.”

MARGARIDA

Figura 8- O nascimento de Vênus de Sandro Botticelli

45 anos, babá e vendedora de produtos Avon. Natural de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha. Teve quatro filhos, os dois mais velhos faleceram. Foi casada por 26 anos. Sofreu agressões desde o início do relacionamento. Encontra-se separada do marido. Vive em sua antiga residência, fruto de um mutirão, junto com os filhos. É católica não praticante.

“Nasci de novo!”

Faltavam poucos dias para o Natal quando fiz a visita à casa de Margarida, local escolhido para a entrevista. Ao tocar a campainha, ela atende prontamente e me convida para ir à cozinha da casa.

Ao passar pela sala em direção à cozinha, vejo seus filhos brincando no sofá, rindo e conversando.

Sua humilde casa é toda colorida e bem decorada. Os enfeites de natal e brinquedos estão por toda parte, mas em completa ordem. Há comida espalhada pela cozinha, em cima do fogão, perto da pia.

Ao chegar à cozinha, local escolhido para iniciar a entrevista, dispuo espaço com um aquário de peixes. No quintal veem-se gaiolas de pássaros e também um cachorro.

O fundo musical da entrevista fica por conta do filho, que na sala, coloca um *cd* de música rap.

Volto minha atenção para Margarida, que se diz ansiosa para começar. Esta se apresenta com roupas humildes, rasgadas. Seus pés estão calçados com chinelos. Suas unhas são compridas e vermelhas, pintadas em um tom da moda verão.

Sua voz é firme e alta. Durante quase toda a entrevista ela chora, mas diz não querer interromper o relato. Sua voz sobe alguns tons.

Desde o começo da entrevista manuseia um garfo, que hora o entorta, hora o equilibra e, algumas vezes, serve como estilingue.

No final da entrevista, abandona o garfo, enquanto agradeço a atenção dispensada. (Diário de Campo).

A narrativa de Margarida

“Cheguei a ir à Delegacia da Mulher uma vez, aquela que tem aqui, acho que é São Miguel, perto do Cemitério da Saudade. Mas a moça que me atendeu disse que eu tinha que chegar lá com o braço quebrado, cega, isso foi o que ela me falou... eu ainda falei para ela “minha filha, se é o meu caso, se tem que ser como você está falando, eu já tinha que ir direto era para o Cemitério”. Tinha que chegar lá do jeito que ela falou que era, então desisti de ir lá. É, aquela ali não me atendeu de jeito nenhum.

Aí passei a ir até um lugar que tinha lá em Itaquera, que também atende esses assuntos, mas tinha que agendar com seis meses. Agendei seis meses antes, não deu, tinha que esperar passar o carnaval, tinha que espera passar outras coisas e foi agravando o assunto e no meu caso não dava mais para esperar.

Aí minha vizinha, que também foi atendida lá no CCM (Centro de Cidadania da Mulher), me falou de lá. E então deu tudo certo, ela me deu o endereço e eu fui. Fui, corri atrás e consegui. Graças a Deus, para mim foi o melhor lugar, foi muito bom.

Fui lá pela primeira vez dia 28 de abril de 2009, foi quando comecei os processos, indo direitinho, ela (procuradora) pedindo todos os documentos e eu fui levando, daqui a pouco ela me marcou lá em Itaquera com o Juiz de lá, não sei se ele é Juiz.

O Juiz me deu um prazo, quando foi no dia 05 de julho, o Oficial de justiça veio em casa e tirou ele de casa. Para mim foi tudo de bom.

A minha historia é longa. Fui casada 26 anos, casada no papel, com padre de lá inclusive. Casei lá em Minas, que eu sou do Vale do Jequitinhonha. Tinha 17 anos na época. Tivemos quatro filhos, os meus dois mais velhos morreram. Enquanto eu morava em Minas, tive a minha filha mais velha. Como ela nasceu morta lá, fiquei com medo e vim para cá, ganhei o meu mais velho aqui, e aqui fiquei, não voltei mais.

Quando eu casei ele já bebia, não há desculpa de falar que não, mas ele bebia socialmente.

Em 1980 nós viemos para São Paulo. Depois que a gente mudou aqui em SP, que viemos para cá, ele começou a beber, beber e beber; nunca me bateu, mas me agredia muito com palavras horríveis, não gostava de trabalhar, o caso dele era só beber, jogar e “encher o saco”. Fui agüentando, os meninos eram pequenos. Faz nove anos atrás eu perdi o meu filho mais velho, foi quando a vida dele piorou, o pessoal achava que era por causa do menino que morreu, mas nada a ver, porque eu não bebia e porque ele tinha que beber?

Meu filho estava com 14 anos de idade quando morreu. Sofri muito com essa historia. Para mim, foi o fim da historia, mas levei a vida. Ele morreu afogado na praia. Foi passar o final de semana e não voltou. O dia da morte dele eu estava com nove meses, grávida da minha mais velha, da minha novinha agora. Tudo isso mexeu, foi muito ruim, foi muito difícil. Na época, achei que com a morte do meu filho, ele ia melhorar, mas pelo contrário, ficou ainda pior, muito pior mesmo.

Fiquei só com dois filhos, uma de 9 anos e esse de 19 anos de idade. O mais velho começou a trabalhar muito cedo, com 15 anos ele já começou a trabalhar. E do ano passado para cá ele começou a agredir o menino, eu não, mas ele, porque ele sabia que ele se me falasse alguma coisa, o menino já vinha para cima.

Eu saía para trabalhar e quando chegava do serviço, o menino estava do lado de fora, com a bolsa nas costas, porque ele não deixava entrar. Só entrava quando eu chegava. O menino trabalhava para pagar tudo e ele dentro de casa “enchendo o saco”.

Quando foi em abril, acho que lá pelo dia 15 de abril, ele pegou a faca, pegou uma faca para o meu filho. Nesse momento eu falei “agora não dá mais”. Foi onde procurei ajuda para tirar ele de casa, foi por isso.

Ele falava que não saia, só morto, que daqui ele não saia, da casa dele ele não saia. E Se saísse, ele voltava para me matar e matar o meu filho.

Fiquei com muito medo, procurei de novo a Delegacia e ninguém fez nada.

E lá no CCM, Graças a Deus, a partir daquele dia que eu fui, o rapaz que me atendeu falou “não ele não vai ficar....logo você vai ver, logo ele sai”.

Na verdade, eu não acreditava, juro que eu não acreditava, que até advogado particular eu tinha colocado para tirar ele de casa e não tiraram. O advogado falou para mim que como ele era alcoólatra, e alcoolismo é doença, tinha que se tratar. Falou que ninguém tirava ele de casa.

Mas, Graças a Deus, não foram dois meses, acho que dois meses e pouco, o oficial de justiça veio e tirou. Nunca mais ele me “encheu o saco”, nunca mais apareceu, desse dia para cá, para mim, foi só paz e sossego, muito bom, muito bom mesmo.

Aconselho a todo mundo que vá lá nas meninas (CCM), porque só lá resolve, lá resolve de verdade.

Eu também ficava preocupada por causa da menina pequena, porque ela gosta muito do meu filho, e ele brigando com meu filho, minha filha começou a ir mal à escola, só chorando, tudo ficando muito ruim. No dia que ele pegou a faca para o meu filho, a menina acabou tendo que ficar internada.

Na verdade, ele brigava com o menino porque sabia que se brigasse com ele eu também ia para cima ou, às vezes, ele discutia comigo para que meu filho viesse para cima. Eu tentava evitar as brigas, mas às vezes meu filho chegava e nós estávamos discutindo, tudo por causa de cachaça e jogo, meus filhos falava “mãe, o que o pai estava falando?”

Eu sempre evitava esses assuntos, mas quando ele ia para cima do meu menino, não dava para evitar. O menino não faz nada, trabalha de domingo a domingo em um mercado, agora mesmo ele já está saindo para trabalhar.

Então era muito difícil, o menino não podia atender um telefone, não podia ligar a televisão, não podia nada. Ele querendo que o menino saísse de casa, dizia que o filho que tinha de sair. Mas não tem condições, como eu vou por o meu filho maravilhoso para rua? E se meu filho se revolta e vira alguma coisa no mundo, a culpa é minha? Porque ele falava que ele não saia.

Ele me agredia com palavras, me xingava muito, dizia que eu não prestava, que eu era isso que eu era aquilo. Arranjou uma namorada aqui de frente a minha casa, teve uma amante, aí, na frente de minha casa. Eu me sentia um lixo, tendo que trabalhar para sustentar a casa, sustentar ele, e ter que passar por este tipo de humilhação. Isso é muito ruim, isso foi há 9 anos atrás, eu devia ter tomado providências e não tomei.

Eu achava que....não sei, para falar a verdade nem sei porque não fiz nada. Discuti com a mulher na época, foi horrível, fomos para a delegacia e tudo, porque eu bati nela.

Ele tem um filho com essa mulher, ele tem, diz ela que é dele, eu não sei, se for também não me interessa, hoje vive esse coitado sem pai, sem mãe, não sei nem onde vive esse coitado, porque a mulher morreu. Primeiro ela mudou daqui e depois que ela mudou, morreu. É... passei por tudo isso. Muito... foi muito difícil a minha vida.

E o problema era que ele batia muito no meu filho, batia muito quando era pequeno, ainda até os seus 14 anos ele batia muito nele.

E esse ano, quando ele foi bater no menino, o menino falou “eu não vou apanhar mais, eu não vou mais apanhar”. Ele queria bater no menino por causa de um chinelo. Nesse dia, ele chegou bêbado, deitou no sofá e falou para a minha filha “vai pegar o meu chinelo”. Minha filha, quando está perto do irmão, “cria asas”. Ela respondeu “vai e pega você, você é folgado”. Falei a ela, vai e pega o chinelo para o seu pai. Ela buscou e falou “eu vou colocar o chinelo aqui, mas eu não vou pegar mais não”, “na próxima eu não pego mais”; aí ele deitado ali, falou para a F. “dá o controle aí”, ela foi e deu o controle na mão dele.

Nisso, o telefone tocou, ele não queria que ninguém atendesse, porque ia fazer barulho e ele estava assistindo televisão. Era para o meu filho. A menina pegou o telefone e levou lá para cima e meu filho atendeu.

Ele virou e disse “quero água”. F. veio e pegou a água. Ele continuou “quero gelada”, aí a menina falou “nossa pai, como o senhor é folgado, porque você não vai pegar?”

Aí ele partiu para bater na menina e o meu filho falou “na F. você não vai bater não, por que o senhor vai bater na F. ? Bate em mim.” Ele respondeu “vou bater mesmo, você é meu filho, vou bater em você mesmo.”

Levantou, deu um empurrão no meu filho, o menino caiu sentado no sofá e levantou. E eu sentada ali onde está aquela cadeira, que eu não conseguia sair do lugar, comecei a tremer e ali fiquei. Eu só chorava e falava que eles eram pai e filho.

Ele gritava, aos berros “Mas eu vou matar o seu filho, eu vou matar.” E o menino respondia: “Como seu filho, não sou seu também?”. Ele respondia: “Você não é mais meu filho, vou tirar o meu nome do seu”.

Foi quando meu filho deu um empurrão nele e como ele estava bêbado, ele caiu. Quando caiu. Ele levantou, veio aqui na cozinha e pegou uma faca. Aí eu não vi mais nada.

Quando acordei, eu estava no hospital, porque meus vizinhos tinham me socorrido. Acordei querendo o meu filho, achava que ele tinha feito alguma coisa, a menina já estava ruim porque ela tem um problema de alergia, quando fica nervosa, começa a se coçar. Ela já estava tomando soro por causa da alergia.

Nessa ocasião falei “não tem mais condição de viver numa vida dessas.” Quando cheguei aqui conversei com ele, falei “Olha não vai dar”.

Ele me respondeu que da casa ele não sairia. Tentei conversar, falei que não era justo eu sair com os meninos. Na época meu filho ainda era de menor, agora é que ele fez 19 anos.

Ele voltou a falar que não iria sair, que era então para eu vender a casa e dar a parte dele.

Respondi que ia ver se tinha que ser assim mesmo, porque nossa casa é de Prefeitura, nós que fizemos a casa num mutirão. Eu fui à COHAB ver se era isso mesmo e lá me falaram que não, que a casa é da mulher, principalmente quando não é paga, que ele tinha que sair.

Para eu ter essa casa, tive que ir em reuniões durante seis anos e três para construir. Eu trabalhava na Guilherme Jorge na época. Trabalhava a semana inteira e aos sábados, domingos e feriados tinha que vir trabalhar aqui, trabalhei grávida desse meu filho, depois trabalhei com criança pequena. Quando ele nasceu, tive que levar o menino para Minas para ficar com a minha mãe, porque eu trabalhava e não tinha quem cuidasse dele. E ele (marido) não fazia nada da vida, então foi tudo eu quem fez. Tudo eu.

O dia que cheguei do hospital com esse menino, ele pediu a conta do serviço, meu filho fez 19 anos, ou seja, 19 anos que ele não trabalha registrado.

Apesar dele não trabalhar, mas é um bom pedreiro, porém se você o chama para trabalhar, ele trabalha até meio dia, se você der a ele R\$ 10,00, a tarde ele não volta mais para trabalhar. Então, dentro de casa, eu casada com um pedreiro, mas tudo que ele tinha que fazer na casa, eu tinha que pagar para ele fazer.

No ano passado, eu moro aqui há 19 anos, meu banheiro estava horrível. Meu filho começou a trabalhar e falou “mãe, vamos arruma esse banheiro?” Concordei e perguntei para o meu marido “quanto você cobra para arrumar o banheiro?”. Porque ele não arrumava e não deixava ninguém arrumar. Ai ele falou “porque é para vocês eu cobro R\$500,00, vocês pagam R\$500,00 que eu arrumo”.

Nesse intervalo, meu irmão arrumou para ele um serviço em São José do Rio Preto, ele ia e só voltava de 15 em 15 dias, foi quando a gente arrumou um pedreiro

rapidinho, e ainda faltava colocar o gabinete e o boxe quando ele chegou e não deixou o pedreiro colocar e ainda queria quebrar tudo, pegou o martelo, disse que ia quebrar tudo. A coisa ficou feia. Eu falei “Você pode quebrar, só que se você quebrar eu vou chamar a polícia”. Tanto ele fez que o rapaz não conseguisse voltar para colocar as coisas que faltavam. Tive que pedir ao vizinho que colocasse as coisas no banheiro.

Tudo era muito complicado, se a torneira quebrou “Você me dá R\$10,00 que eu arrumo”, se o chuveiro queimou, “Me dá R\$20,00 que eu arrumo”.

Como você fica casado com um tipo desses? Que não faz nada e tudo que faz você tem que pagar? Não dá, não dá, Deus me livre. Agora estou bem, graças a Deus, graças a Deus mesmo! Até outro dia ele falava que eu tinha que vender a casa e dar a parte dele, mas ele não tem direito porque a nossa casa é mutirão, é coisa de prefeitura e como a gente não pagou nada, ele não tem direito.

E ele sempre dizendo que não saía da casa, mas nem morto. Que eu podia chamar a polícia, fizesse o que quisesse, mas ele não saía e quem começasse a falar daquele dia em diante ia apanhar. Que se mulher, filho, vizinho, quem se intrometesse ia morrer no pau.

Ele chegou a comprar um estilete, uma coisinha bem fininha, uma lâmina estranha, fininha, que você empurra assim e vai. Até levei a nota para o juiz. Era um tipo de canivete automático, você apertava o botão e a lâmina sai. É uma ferramenta de trabalho, mas muito feia. Você faz assim para frente e ela vai aumentando. Ele nunca foi de comprar essas coisas, mas comprou e deixou dentro de casa, eu peguei o recibo e levei para as meninas do CCM e tudo isso foi no meu processo.

Agora eu não sei como a gente vai ficar, porque até agora ainda não veio carta nenhuma, veio uma essa semana passada que eu não gostei.

Não achei justo o juiz dar o direito a ele de ficar com a menina. Agora, nessas férias, ele pode ficar com a menina e ela tem que ficar com ele o final de semana, tem que passar com ele. Mas eu não quero porque ele é um alcoólatra, não tem endereço. Como vou deixar minha filha viver com um homem desses? Ainda falei, a minha filha ficando com ele, vai ser mais uma Isabela jogada pela janela. Eu não quero.

Minha filha tem 9 anos. Ele é um alcoólatra, não trabalha, não faz nada da vida. No dia que eu conversei com o juiz, ele me disse que eu tinha que ter pensão e que ele teria que pagar pensão à menina. Eu falei que não queria, mas eu já não queria por causa disso, para ele não ter direito a levar a menina, mas a carta chegou e ele tem que levar a menina agora nas férias, até nem sei onde é que ele está morando. Ele saiu daqui e foi morar na casa

dos meus irmãos, mas discuti lá com o meu irmão e não sei agora onde ele está. Minha filha falou que ele ligou ontem e disse que no final de semana estava vindo buscá-la. Vai ter briga, porque eu não vou deixar. Não sei onde ele mora, não sei com quem mora e eu vou deixar minha filha ir com um homem desses? Não vou deixar...

A primeira vez que fui à Delegacia da Mulher foi há cinco anos atrás, porque ele já tava ficando muito agressivo com o meu filho, não comigo, mas com o meu filho. Eu fui até lá porque ele bateu nele, machucou. Foi quando me falaram que não tinha nada a ver se ele tinha machucado meu filho, porque ele tinha que me machucar, só que em mim ele nunca bateu.

Pensei na época que eu deveria me jogar da escada e me quebrar, aí eu poderia ir?

Acabei deixando isso de lado e ele começou de novo, o menino começou a trabalhar, não sei se ele tinha ciúmes, não sei o que era. O ano passado ele (filho) me deu essa geladeira, ele (marido) não queria deixar o rapaz entregar a geladeira, foi aquela bagunça. Procurei o advogado particular que me falaram que era muito bom, ele (advogado) é lá da Casa Verde. Fiz todo aquele processo, aquele monte de documento, um monte de coisa, no final ele me ligou falando que não tinha condições de tirar o meu marido de casa. Nem particular eu consegui, não tirava de jeito nenhum, foi onde eu comecei a procurar lá a casa das meninas.

Ele nunca me bateu, mas me chamava de vagabunda, e eu e meu filho trabalhando para sustentar a casa e ele dizia que eu era vagabunda, que eu era doida, que eu era isso e que eu era aquilo. Ele sabia me machucar muito com essas palavras. Era muito ruim isso tudo.

Além disso, ele também me ameaçava. Dizia que qualquer dia ia chegar e por fogo na casa, que ia me matar dormindo. Nós já não dormíamos juntos há nove anos, desde quando minha filha nasceu que a gente não dormia mais junto. Então ele vivia me ameaçando, que ia me bater, que ia me matar dormindo. Eu tinha muito medo desse negócio. Como ele era bêbado, eu tinha muito medo que isso acontecesse, mas graças a Deus, não esperei acontecer e foi isso.

Na verdade eu nasci de novo! Eu me sinto muito bem, porque é a paz, é a paz que você tem dentro de casa, só eu e meus dois filhos. É muito bom, muito bom mesmo, eu vendo Avon, vendo lingerie, trabalho fora. Mas antes era assim, se chegasse uma pessoa para comprar e ele chegava, ele apagava as luzes, eu tentava fazer a pessoa comprar logo, porque

ele chegava e xingava as pessoas. Quando estava perto dele chegar, eu dizia aos meus filhos, abaixa o som, desliga a televisão.

Então era muito difícil, hoje não, não é que minha casa virou bagunça, mas graças a Deus só eu e meus dois filhos, meu filho pode receber um amigo se ele quiser. Antes a namorada do meu menino não podia vir no portão que ele tocava a menina, dizia que ela era vagabunda, era isso, era aquilo. Eu não podia receber visita, era muito ruim. Hoje não, hoje é muito bom, nossa, maravilhoso. Meu filho trabalha, me ajuda, eu também trabalho, mas quem mais mantém a casa é ele, sustenta de tudo em casa e está muito bom.

Agora eu peço a Deus que fique assim para sempre, porque é muito bom. Posso dormir sossegada. Antigamente eu não podia dormir, porque ele deixava as panelas pegando fogo. Ele chegava bêbado e colocava as panelas no fogo. Não desligava e acabava dormindo, ou dormíamos de porta aberta, porque ele entrava e não trancava.

Eu tinha que esperar acordada para ele entrar e eu poder fechar a casa. Ele não tinha horário para dormir, porque não trabalhava mesmo, então dormia o dia todo. Três horas da manhã levantava e saía procurando bar que tivesse aberto para beber, não deixava mais ninguém dormir, acendia a luz e deixava tudo aceso. Era muito difícil, muito ruim mesmo. Agora é só sossego, graças a Deus.

Eu continuo trabalhando, meu trabalho é sossegado porque eu sou babá, cuido de duas crianças, saio de minha casa tarde, chego cedo. Mas mesmo assim, enquanto ele estava aqui eu tinha aquela preocupação com a minha filha e com o meu menino.

Hoje minha filha fica sozinha, porque eu deixo a chave com ela, deixo chave também com as minhas vizinhas. Minhas vizinhas olham minha filha. E com ele dentro de casa, as vizinha não cuidavam já que o pai estava em casa.

Às vezes, quando ele estava em casa eu ligava para minha filha e ela chorava. Eu pedia calma, para esperar ele dormir. Tudo para não ter briga, para não ter conversa.

Com tudo tão ruim, fiquei com pressão alta, fiquei com tudo que se pega. Porque ele só me deixava estressada e nervosa. Depois que ele saiu daqui, até um monte de remédio que eu tomava, deixei de tomar. Que graças a Deus... Fui muitas vezes na UBS, com a pressão alta direto, passando muita angústia, muito ruim. Cheguei até a faltar do trabalho um monte de vezes. Quando eu estava muito alterada, muito ruim, eu deixava de ir ao trabalho. Ficava preocupada de deixar a menina para ir trabalhar. Muitas vezes a levei comigo no serviço. Hoje não, hoje está tudo bem, graças à Deus.

BROMÉLIA

Figura 9- Desenho realizado pela filha de Bromélia

22 anos, trabalha e cuida da filha. Natural de São Paulo, capital do Estado de SP. Voltou a morar com os pais após o término de seu casamento. Tem conseguido se reestruturar com o apoio de sua família. É evangélica, freqüentadora faz pouco tempo da Igreja Congregação Cristã do Brasil.

“Em alguns momentos o que sobra para gente é fé e a família.”

Estamos em um dia quente de verão, apesar de ainda cedo, o sol surge quente e forte.

Avisto a casa amarela, com portão branco, situada em um bairro de difícil localização da zona leste.

Ao chegar, fui recebida pela mãe de Bromélia, que solicitou que eu aguardasse alguns minutos até que ela se organizasse para me receber.

Um cão preto e manso me recebe ao entrar na garagem da casa, juntamente com a pequena filha de Bromélia, que alegremente me rodeia.

Na casa residem os pais e o irmão de Bromélia e desde a separação, ela e a filha.

Sabendo da entrevista os pais de Bromélia saem da sala para nos deixar à vontade, enquanto preparam um delicioso café para a recepção.

A residência mostra sinais de uma boa edificação. A casa é limpa e bem distribuída, além de bem localizada no bairro.

Trata-se de um sobrado, porém o acesso se restringiu ao pavimento inferior.

A cozinha se localiza em um cômodo ao lado da sala, onde permaneceram os familiares de Bromélia durante toda a entrevista.

Flores artificiais fazem um arranjo ajeitado no vaso e dois sofás grandes compõem a sala de visita, que contém também uma mesa de jantar.

Uma cortina azul, na sala, dá a impressão de cobrir uma janela, mas na realidade divide o ambiente para mais um quarto.

No início da entrevista, com a presença de sua pequena filha, Bromélia mostra-se contida em suas falas, até que com a saída da criança da sala, passa a discorrer com muitos detalhes sua vivência.

Durante toda a entrevista não há alterações aparentes no comportamento de Bromélia, que relata sua história com a voz pausada e baixa. As mãos ficam relaxadas sobre seu colo, enquanto permanece sentada no sofá da sala.

Os olhos são agitados e muitas vezes, movem-se para à esquerda ou se fecham, quando esta faz a tentativa de lembrar-se de algum ponto da história.

Ao final, tomamos um café juntas e sou presenteada com um desenho feito pela filha de Bromélia. Ao nos despedirmos, Bromélia pede que o desenho seja colocado na tese. (Diário de Campo).

A narrativa de Bromélia

“Bom, eu conheci o meu ex-marido aqui em casa mesmo, porque por coincidência é amigo do meu irmão até hoje.

E aí começamos a nos gostar, começamos a namorar e depois de três a quatro anos de namoro decidimos nos casar, casei com 16 anos, comecei a namorar com doze anos, muito cedo. E com dezesseis anos casei e fui morar num apartamento lá em Guaianazes.

Fiquei casada por quase seis anos, fui casada durante cinco anos e dez meses, onde tive como fruto a minha filha L.

E... foi assim, durante o casamento, foi tudo bom e tal, até eu engravidar. Depois que eu engravidei minha vida virou um martírio, ele não aceitava, ficou revoltado, achava que era muito cedo e isso, nossa, fez da nossa vida um inferno, praticamente.

E aí depois que a L. nasceu, as coisas meio que melhoraram, porém ainda continuamos com dificuldades, tanto no relacionamento, quanto... assim..., na vida pessoal, na vida financeira, tudo juntando, tudo acumulando. Porém, eu o amava, eu queria levar aquele casamento adiante, então por isso permaneci no casamento e tudo, só que quando foi no 4º ano de relacionamento, aí começaram... eu comecei a me magoar muito, com muitas palavras ditas durante o casamento e também naquele decorrer do 4º ano de casamento.

E aí nós tivemos uma separação breve, três meses, isso aconteceu em dezembro, entre o quarto e o quinto ano de casamento, voltamos depois de três meses e, assim, completamos o quinto ano de casamento. Só que quando nós voltamos ficou tudo bom, tudo bem, mil maravilhas, lua de mel, só que depois de uns seis, sete meses aconteceu a primeira agressão, que aí eu fui procurar a delegacia, porque ele me agrediu, eu abri o boletim de ocorrência, só que eu voltei para minha casa. Na verdade eu fiquei uma semana na casa da minha mãe e depois de uma semana eu voltei para minha casa, ele se arrependeu completamente, chorou, enfim, jurou mil perdões, jurou que nunca mais isso iria acontecer e eu acreditei, quis tentar novamente um relacionamento.

Só que aí quando foi em maio aconteceu a primeira agressão. Aí eu conheci, na verdade, o Centro (Centro de Cidadania da Mulher – CCM). E eu conheci através da recepcionista do AMA (Assistência Médica Ambulatorial), do Glória, ela me indicou e falou: “olha, vai lá, procura por direito, se você quiser separar. Se você não quiser, lá tem psicólogos, tudo” e aí eu fui, fui lá, conheci tudo, conheci o projeto deles, só que até então eu estava disposta a tentar o meu casamento.

Quando foi na segunda e última agressão, na verdade não ocorreu uma agressão física, mas ocorreu uma ameaça, eu já estava disposta a separar. Eu falei: “não, não dá mais, não adianta eu querer tentar levar um casamento e ele continuar desse jeito”, ou seja, eu estou sofrendo, e a minha filha por tabela, porque ela está vendo tudo isso, está vendo meu sofrimento e conseqüentemente está virando uma bola de neve.

Eu cheguei nele e falei: “olha, eu vou querer a separação, não dá mais, não dá mais pra gente continuar junto” e ele falou que não queria a separação, que queria manter o casamento, que me amava e eu falei que não, que eu já tinha dado diversas chances para ele, diversas oportunidades para o casamento, porém não é só de uma parte que tem que ser um casamento, se você ama, dá certo, acho que um completa o outro e vice-versa. Ele falou que

se eu continuasse com aquela história, ele iria me matar. Que ele ia enfiar uma faca na minha garganta e na frente dela.

Ou seja, tudo o que acontecia era na frente dela, por isso que eu falo, ela sofria de tabela. E assim, quando ele falou isso eu falei: “olha, se você continuar com isso, continuar com essa ameaça, eu vou à delegacia e vou abrir o boletim de ocorrência”, quando ele levantou, ele estava na mesa... nossa... super bravo, quase me bateu e falou: “se você continuar com essa história eu vou te matar. Eu falei: “tá bom”.

Aí eu peguei a mala, coloquei umas roupas minhas e da L. e saí para a delegacia novamente, abri o boletim de ocorrência, não nessa delegacia onde eu tinha tomado um chá de canseira, fui lá na delegacia de... acho que 64º...fica ali perto, lá na Cidade Tiradentes. Fiquei lá durante uma hora e meia, mais ou menos.

Essa era uma Delegacia normal, onde eu abri o primeiro boletim de ocorrência de agressão. Quando eu cheguei falaram para esperar o delegado. E assim, eu fiquei esperando... o delegado chegou, o delegado saiu, o delegado chegou, o delegado saiu e daí foi quando ele resolver olhar pra mim, ele falou: “o que você está fazendo aqui ainda?”, eu falei: “então, eu estou na tentativa de abrir um boletim de ocorrência contra ameaça”. Isso meu ex rodeando a delegacia, ele estava super revoltado. O delegado falou: “não, você vai ter que abrir esse boletim de ocorrência na Delegacia da Mulher” e foi o que eu fiz, eu saí da delegacia super revoltada, super nervosa, vim para cá, para a casa da minha mãe e no outro dia eu fui para a Delegacia da Mulher, lá no Artur Alvim.

Na primeira vez chamei a Polícia quando teve a agressão e eles me levaram na delegacia, era dia de semana, eles me levaram lá na Delegacia, abri o boletim de ocorrência e depois fui fazer corpo de delito no Artur Alvim também. No IML de Artur Alvim. Foi o meu primeiro boletim de ocorrência.

O segundo boletim de ocorrência, como foi só ameaça e não teve agressão física, então não precisou fazer corpo de delito. O atendimento foi razoável... tomei um chá de banho... um chá de canseira, faz você pensar. Demorou muito. Nossa. A sorte é que deixei minha filha em casa.

Porque tanto no primeiro, quanto no segundo boletim de ocorrência, eu procurei não levar ela, porque ela já viu todas as cenas e ainda isso... procuro poupar ao máximo o que posso. Mas lá na Delegacia da Mulher, no Artur Alvim, quando eu fiz o segundo boletim de ocorrência, de ameaça, eu passei por uma psicóloga e a psicóloga perguntou se eu tinha filho... Perguntou se a criança presenciou, eu falei que presenciou.

Falaram que eu poderia abrir um processo contra ele, por causa da Lei da Maria da Penha. Eu não tinha conhecimento dessa Lei, sabia, assim, pela televisão, mas nada a fundo. Não tinha prestado atenção, não sabia detalhes.

Foi difícil para minha família aceitar isso. Da minha mãe, do meu pai. Porque eles queriam a todo modo, que eu já saísse de lá, não voltasse mais, porque eu sou a única filha mulher, irmã caçula e tal. É o bibelô, ninguém vai fazer mal.

Às vezes eu ficava com medo dele. Mas eu procurava não demonstrar. Pensava muito na minha filha. A decisão foi por mim e por ela. Antes de eu sair, eu pensava muito nela. “Meu Deus, eu vou sair daqui, o que vai ser da minha filha?”. “Como que eu vou criar minha filha sem o pai?” Na casa da minha mãe... enfim, tudo passa na cabeça. Então isso me segurou muito.

Mas depois, também, quando eu tomei a decisão eu falei: “não, eu tenho que tomar essa decisão, por mim e por ela”, porque ela está sendo afetada por isso. Ela estava ficando assim: toda vez que a gente discutia, ela já começava a chorar. “Não, não, você não vai bater na minha mãe, você não vai bater na minha mãe”, então aquela cena da agressão ficou na cabecinha dela. Então, é... às vezes ela... às vezes não, sempre, ela tem um certo ciúme, um certo cuidado comigo, não deixava ele se aproximar de mim, em hipótese alguma. Mas ele nunca foi agressivo com ela.

Desde que eu fiquei grávida ele começou a falar, denegrir minha imagem pessoal. Na época eu não trabalhava. Falava coisas para me deixar para baixo... me desmoralizar. Falava para todo mundo, muito mal. Na frente dos amigos, na frente da família, na família dele... da minha família... porém graças à Deus eu sou uma pessoa bem transparente no meu jeito de ser. Então a família dele já me conhecia, a minha família me conhece, então ele falava na frente... eles falavam: “não, isso não é dela....”.

Começou primeiro com essas agressões psicológicas, com essa agressão que é uma agressão, como que eu digo? Uma agressão de palavras, para depois evoluir para uma outra agressão.

Mas com relação à L. ele nunca foi rude. Até para chamar a atenção dela, ele me chamava. Ele não chamava a atenção dela diretamente, não exercia a função de pai. Se ela fizesse alguma coisa errada: “Bromélia, ó, ó a L. está fazendo isso”, eu falei: “ué, você não está vendo que ela está fazendo isso?”... “Estou, mas ela não me obedece, não adianta falar com ela, ela não me obedece”.

Então por isso que eu falo, nunca teve uma agressão dele com a minha filha. Ao contrário, a minha filha manda nele até hoje.

Depois disso tudo, movi o processo de separação, já saiu a minha separação e a pensão da menina, foi pela procuradoria. Me indicaram para o procurador, que é da advocacia. Aqui em Itaquera. Foi rápido, até. Porque, assim, direto na Defensoria demora em torno de uns três a quatro meses.

O atendimento que eu recebi é um amparo para a mulher. Porque muitas vezes a mulher quando passa por isso, por essa situação, se sente sozinha. Por mais que tenha família, por mais que tenha amigos, as pessoas, ela se sente sozinha, é uma situação bem delicada e é constrangedora para a mulher.

Na Delegacia tem outros casos, outras mulheres, cada uma numa situação... e é aquela coisa... troca de casos, uma pergunta para a outra o que aconteceu.

Eu preferi buscar atendimento direto, pois eu sabia mais ou menos dos meus direitos. Depois me instruíram e me falaram que eu teria direito a tudo perante a lei e aí eu fiquei um pouco mais tranqüila.

Passei na psicóloga também, só na delegacia. Me ofereceram (através da rede) por diversas vezes, mas eu falei: “ah não, não vou”, porque até então não estou vendo tanta necessidade.

É um pouco difícil, mágoas e tudo não se apagam. Mas estou bem. Estou bem, Graças a Deus.

É uma vivência, uma experiência de vida que a gente tem. Graças a Deus, estou bem. Estou me recuperando, estou feliz. Do que eu passei aqui, o que eu vivi...

Mas, apesar disso tudo, nunca cheguei a faltar do meu trabalho por causa das agressões. Mesmo porque na realidade eu só sofri uma agressão. Fui embora depois da ameaça, por vários motivos. Igual eu falei, meu casamento foi desgastando, eu fui vendo que eu estava sofrendo, eu estava querendo manter um casamento que na verdade não existia, então o meu amor foi morrendo, chegou um dia que eu falei: “nossa, o que eu estou fazendo aqui?”. Uma pessoa que não me ama, que eu não estou amando mais.

Na verdade... quando eu o conheci, eu já conheci ele usando droga, porém...eu sabia, era maconha. Porém ele usava mais quando estava na companhia dos amigos. E desses amigos eu falei: “ou eu, ou os seus amigos” e ele se afastou dos amigos.

Na maioria das vezes que a gente discutia ele estava completamente sóbrio ou estava alcoolizado. Ele bebia, mas não como um alcoólatra. Eu também bebia cerveja, em casa, no final de semana... sempre fazendo churrasco, chamava os amigos, mas nada além da conta. E assim, ele se tornava um pouco agressivo. Mas não fisicamente, fisicamente ele me agrediu uma vez.

A primeira vez ele me agrediu foi porque eu sou um pouco estourada também. Eu não me lembro agora o motivo exato, mas eu me lembro que na discussão ele me mandou calar a boca e eu falei que não, que eu não ia calar a boca jamais, que eu não abaixo a cabeça nem para o meu pai e não vou abaixar a cabeça para um homem. Ele veio completamente agressivo e começou a agressão, me empurrou... não ao ponto de ficar toda roxa. Não. Mas, enfim, fiquei um pouco inchada, mas não ao ponto de machucar.

Mas com relação à minha filha ele nunca agrediu. Eu não sei se é pelo fato de durante a gravidez ele ter tido rejeição. Ela tem um pouco de rejeição com ele, ela não tem aquele amor, aquele afeto com ele. Nossa, no começo, quando ela era bebê, eu fazia de tudo pra que ela tivesse um carinho de filha para pai e foi difícil.

Hoje me sinto mais mulher, mais capaz. Hoje eu vejo: “caramba, eu tenho capacidade, eu posso”. Basta eu me esforçar, eu consigo.

Hoje vejo que não é nada daquilo que ele falava, ele falava que eu não era capaz, que eu não ia ser capaz. E eu ficava super para baixo. Teve uma época que eu entrei em depressão. Meus amigos, a minha mãe, minha família me tiraram disso. Eu até pensei em acabar comigo. É bem complicado. Às vezes eu ainda me vejo em uma situação meio depressiva, mas aí eu me apego muito em Deus, me apego a minha família, na minha filha. Minha mãe vai na Congregação (Congregação Cristã do Brasil) e eu, é difícil ir, mas quando eu vou, não vou em outra, que é lá que eu me sinto bem, é lá que eu gosto. Porém estou naquela fase de rebeldia. E você se sente melhor lá. É bom que tenha alguma coisa. Em alguns momentos o que sobra para gente é fé e a família. É a única coisa que a gente tem no final.”

VIOLETA

Figura 10- Menina. Silhueta como vista atrás da névoa azul. Domínio Público.

37 anos, exerce profissão remunerada. Natural da cidade de São Paulo, nascida no bairro da Mooca. Conheceu o ex-marido no local onde trabalhava. Namoraram quatro anos e permaneceram 13 anos casados. Sofre violência desde o início do relacionamento. Dessa união, tiveram uma filha, que hoje está com oito anos de idade. Vive em uma casa alugada junto com a filha.

“Você não enxerga nada”.

O dia da entrevista de Violeta foi marcado pelo calor excessivo. Violeta requereu que a coleta fosse realizada em sua casa, no bairro da Vila Formosa.

Depois de utilizar o transporte público e perguntar diversas vezes aos passageiros a localização da rua onde mora Violeta, finalmente cheguei até o endereço indicado.

Observo que as casas da rua são muito bonitas e grandes. Verifico mais uma vez o número da casa. Toco a campainha e não obtenho resposta. Decido telefonar.

Violeta atende no primeiro toque. Confirmo o endereço fornecido e ela diz que o número está errado. Digo minha localização e ela pede que eu aguarde.

Violeta é uma mulher que ainda guarda a beleza da juventude. Magra, pele branca, olhos castanhos, seus cabelos estão soltos. São compridos, negros e lisos. Está vestida com uma calça jeans, uma blusa decotada de cor roxa. Ela me chama pelo nome, enquanto a acompanho até uma casa na mesma rua.

A casa é composta de várias divisões. Violeta reside na primeira casa dos fundos. A parte interna é toda pintada de verde claro. Ela me apresenta sua filha.

Quando questionada sobre a entrevista, Violeta pede que a filha permaneça na sala, assistindo televisão e pede que a acompanhe até a cozinha.

Sentamos à mesa de jantar. Há frutas da época por todo o recinto. Violeta me oferece suco ou café. Recuso e conversamos um pouco sobre amenidades.

Durante toda a entrevista noto a ausência de erros de português e as frases formatadas corretamente. Sua voz é calma e baixa. As mãos permanecem apoiadas em cima da mesa, de forma relaxada.

Modifica a expressão facial quando aborda a questão da violência física. Baixa o olhar, suas faces ficam vermelhas, mas sua voz permanece inalterada.

Violeta interrompe a entrevista várias vezes para oferecer suco ou água. Ao final da entrevista, serve-se de um suco de laranja. Finalizamos a entrevista e nossa conversa com o comentário de Violeta sobre o tempo “aí vem chuva” (Diário de Campo).

A narrativa de Violeta

“Fiquei conhecendo o CCM (Centro de Cidadania da Mulher) através da Delegacia da Mulher. Eu estava separada do meu marido, meu ex-marido, faz três anos.

Nestes três anos a gente ficou um ano morando aqui nessa casa, depois ele saiu e foi morar em outra casa, só que eu não sei o que aconteceu lá, porque ele foi morar com amigos e eles tiveram que entregar a casa. Então ele pediu para ficar morando aqui novamente, porque não tinha para onde ir e porque estava desempregado. Eu concordei, porque afinal de contas eu tinha uma menina (com ele) e para ela seria melhor.

Só que continuamos discutindo e em uma dessas discussões ele me bateu, como já não era a primeira vez, tinha sido a terceira vez, eu falei “agora chega!”

Além de eu estar dando abrigo, porque a pessoa fala que não tem para onde ir, ainda tenho que ficar ouvindo palavrão. A menina está sentada aí, como você (aponta a entrevistadora) e ele ali por trás fazendo gestos, me mandando tomar naquele lugar e um monte de coisas assim.

Então eu falei para ele: “Olha, você sai da minha casa porque eu não quero você aqui, você pode sair porque eu não quero você aqui”. E ele falou: “Não vou sair”. Respondi: “Você vai, se você não vai sair por bem, você vai sair por mal”.

Liguei para a polícia, 190. Até então eu não tinha tido agressão física, ele só estava xingando, falando palavrão. Quando eu liguei e falei que queria que tirasse ele de dentro da minha casa, a pessoa perguntou para mim: “Mas ele está sendo agressivo?” Eu falei que não, então disseram que eu deveria aguardar um pouco. Esperar... que a polícia chegue até aí. Com isso ele pegou e me bateu e quando a polícia chegou, ele não estava mais lá, tinha ido embora. Tudo isso foi na sexta à noite e no sábado e domingo a Delegacia (Delegacia da Mulher) não funciona.

Tive que esperar até a segunda-feira para poder ir lá. Eu liguei lá e eles me informaram que de uma perto da Avenida Rebouças, porque eu trabalhava lá perto, queria uma Delegacia lá. Eles me informaram que não, que eu teria que ir à uma Delegacia do meu bairro.

Foi na Delegacia da Mulher que me falaram da Lei Maria da Penha, falaram do CCM, que lá a gente poderia ter um acompanhamento, se eu queria... Eu falei que sim.

Fui para a DDM (Delegacia da Mulher), fiz o boletim e depois fui lá ao CCM e fiquei conhecendo o serviço, passei uns meses indo, a moça que me atendia lá saiu de férias e acabei não indo mais. Como mudei de emprego depois disso, não poderia ficar faltando.

Meu ex-marido sempre foi grosso, queria discutir, queria brigar, porque eu sempre trabalhei, desde os meus 14 anos.

Quando eu casei ele queria que eu desse satisfação de tudo o que eu fazia e então eu vi que eu não trabalhava para mim, era para ele. Porque eu tinha que ajudar em casa, eu ajudava a pagar o aluguel, ajudava a comer e não sobrava nada para mim.

Ele trabalhava, mas quando eu comprava uma coisa diferente para mim ele dizia que eu gastava demais. Aí fui desgostando, não era isso que eu queria para mim.

Sempre foi assim, mas conforme vai passando o tempo, vai desgastando. Você pensa: “Poxa!” Eu trabalho, saio de casa cedo, chego tarde... Por quê? Para nada e depois

que eu tive minha filha as coisas pioraram. Eu queria dar tudo para ela e ele não queria. Foi piorando, piorando, até que chegou uma hora que não agüentei mais.

Eu nem me lembro quando foi a primeira discussão que ele me bateu, mas foi por causa de dinheiro, sempre por causa do dinheiro, dinheiro para ele parecia... Ele acordava vendo os cifrões nos olhos.

Na primeira vez como tinha sido a primeira... deixei para lá. Até tem um amigo meu que fala: “Nossa Violeta, você é uma pessoa tão esclarecida e como deixou isso acontecer?” Mas parece que fiquei cega, coloquei uma venda nos olhos e assim você não enxerga nada. Na segunda foi do mesmo jeito da primeira, a gente brigou, ele me bateu, ficamos um tempo sem se falar. Voltamos e ficamos um tempo, eu nem tinha minha filha.

Na terceira eu tomei atitude porque, na verdade, eu não queria que ele ficasse mais aqui, na minha casa. A gente não era casado, eu estava dando abrigo para ele e eu não queria mais. Ele me xingou, me bateu e eu ainda tinha que aturar isso aqui? Eu não era mais casada com ele.

A agressão foi numa sexta-feira à noite, eu liguei para a Polícia, mas foi só eu desligar para eu sofrer. Demorou mais ou menos umas 3 horas para a viatura chegar aqui. Não gostei do atendimento, não gostei mesmo, porque não é assim, parecia que a errada era eu mesma. Ele falou: “Ah, se a Senhora já estava separada dele, por que a Senhora deixou ele voltar pra casa?” De forma à dizer que eu tinha uma culpa, disse que agora eu não poderia fazer nada, a não ser que eu fosse em uma Delegacia normal, que ele não aconselhava, pois não iria ser bem atendida. Ele disse que eu fosse a uma DDM, mas no final de semana eu não ia conseguir, porque não funciona.

Na segunda-feira eu fui e me senti bem, porque procurei primeiro o telefone. Sempre faço assim, tudo que vou fazer ligo antes para saber onde é, como fazer, para não bater com a cara na porta, então se eu não tivesse ligado, realmente eu ia bater com a cara na porta, porque eu ia procurar a Delegacia mais perto de onde eu trabalhava e não ia adiantar nada. A moça me informou, eu procurei o número na lista telefônica e achei, ela me deu um telefone, mas não era daquela.

A escrivã que estava de plantão na DDM disse que eu poderia dar queixa, porque depois ela encaminharia para a Delegacia da Mulher do meu bairro e foi o que aconteceu. Fui fazer o corpo de delito, no bairro da Liberdade, aí fui mandada para a DDM que deveria ter ido na primeira vez, que a moça do telefone não soube informar.

No dia que fui não tinha muita gente, não demorou. Demorou só na segunda vez. Para fazer o corpo de delito eu achei que demorava também, mas foi muito rápido.

Nesses lugares você fica assustada, você nunca foi e aí se sente sozinha, fica meia assim. Eu fui sozinha, minha irmã queria ir comigo, mas eu falei deixa, deixa eu que eu me viro sozinha. Na segunda vez eles mandaram a intimação para que eu fosse lá dar encaminhamento no processo. Demorou muito, umas três horas, mas o atendimento foi bom, não tenho nada a reclamar.

No CCM o pessoal foi muito atencioso, a gente passa por uma triagem, fala com uma moça que é assistente social, marcaram uma psicóloga, porque só de falar e já chorava. Um dia fui na DDM, no outro fiz o corpo de delito, na quarta fui no CCM e na quinta marcaram para eu falar com a psicóloga.

A psicóloga me ajudou muito, porque comecei a ver as coisas de uma outra forma. Que eu sou independente, que não dependo de ninguém, que trabalho, me sustento, sustento a minha filha. Mas às vezes você fica só, fica naquele mundo que você não conhece nada mais. Conversando com a psicóloga, ela me disse que eu tinha demorado para perceber como funcionavam as coisas. Que agressão não é aquela agressão física, mas tem a agressão verbal, às vezes a pessoa te xinga, te maltrata e não é nada de físico, só o emocional. Você fica transtornada. Isso é verdade, porque às vezes a gente pensa que só pode denunciar a pessoa se for agressão física e não é, tem outras maneiras.

Ela me encaminhou para um advogado, para a Defensoria, esta advogada é que encaminhou meu processo de divórcio, de separação, de tudo o que tem direito.

Neste momento eu já sabia exatamente o que eu queria, que era me separar no papel legalmente, dar entrada na pensão da menina. Porque até então ele nunca deixou de dar a pensão, mas depois disso eu achei melhor deixar tudo certo. A visita eu tinha falado para ele que eu não queria mais que ele viesse aqui. Então ficou certo que ele iria visitar conforme o Juiz determinasse. Quando eu cheguei para dar entrada no processo de separação, de pensão e de tudo, eu já estava mais aliviada, tranqüila, sabia bem o que ia fazer.

Na realidade, nos separamos por desgaste, porque o fato era sempre a mesma coisa, o dinheiro. Como eu disse, sempre trabalhei, na verdade eu não dependia dele para nada, porque eu trabalhava e mesmo assim tinha que dar satisfação de tudo para ele, tudo que fazia.

Chegou uma hora que eu vi que não era isso que eu queria. Eu trabalho, tenho minha vida e não tenho porque ficar dando satisfação para uma pessoa. Eu não dependo dele, porque se eu fosse mulher que ficasse dentro de casa cuidando de casa e de filhos, aí

tudo bem! Mas eu saia cedo e ele falava que eu só trabalhava. Será que ele queria dizer que eu não podia mais trabalhar? Complicado....

Fizemos a separação primeiro, a gente se separou “de corpos”, porque ele continuou morando aqui e também continuaram as brigas. Nestas brigas ele sempre me xingava, mas nunca me ameaçava. Nunca fez isso na frente da minha filha. Mas eu nunca escondi nada dela, ela sabe das coisas. Ela vê tudo o que acontece. Porque na verdade, sou só eu e ela.

Acho que dói na cabecinha dela, é constrangedor, é desagradável, mas ela tem que saber. Porque um dia ela pode passar pela mesma situação e falar não, que a mãe já viveu isso e eu não quero isso para mim. Eu acho que ela tem que saber tudo. A gente conversa de tudo.

Quando ele saiu daqui foi a melhor coisa, eu me senti mais aliviada, então vivi minha vida. Porque eu comprava o que eu queria, a hora que eu queria, fazia o que eu queria e não tinha ninguém para falar isso não pode.

Deus escreve certo por linhas tortas, foi até melhor ter acontecido isso mesmo, porque eu não ia suportar ele aqui dentro. Eu não ia poder ter minha liberdade. Eu já estava em outro rumo, sabe quando você não se sente mais a vontade dentro da sua própria casa? Eu não me sentia à vontade com ele, então foi bom, porque ele já saiu logo de uma vez e eu não tive que ficar suportando ele aqui, enchendo minha paciência.

Depois disso, esta casa aqui é onde moro, pago aluguel e tudo, mas a tia dele mora aqui (são várias casas divididas na propriedade). A chave da porta eu troquei, porque aqui dentro ele não entra, mas do portão para cá ele entra, porque a casa é da tia dele, ele tem a chave e não era eu que ia falar para ele devolver a chave, então ele continua freqüentando aqui, pois mora a prima dele, a tia, tudo no fundo, então quer dizer que ele tem a chave, que ele entra aqui no quintal na hora que quer, mas aqui dentro ele não entra mais.

Ele falou que tinham coisas dele aí no computador e estes dias ele veio aqui porque eu não estava, estava trabalhando. Minha irmã veio acompanhar ele, porque ele queria tirar umas coisas do computador e ficou desde março, desde então está a confusão, porque ele queria tirar as coisas. Eu disse: “Eu não mandei você colocar as coisas no computador, mandei? Você não morava mais aqui, então porque deixar as coisas aqui? Traga seu disquete, seu CD, que eu copio”. Ai ele disse: “Ah, mas está com senha!”. Eu disse: “Se está com senha vai ficar lá”. Nestes dias pensei, então está bem, vai lá, tira suas coisas e me deixa em paz, que era melhor do que ficar no meu ouvido. Ai ele veio, minha

sogra estava, minha irmã, só que ele não conseguiu também e disse que vai voltar outro dia, mas não vai voltar outro dia porque eu não quero. Eu não sou obrigada, a casa é minha!

Estou me sentindo mais aliviada agora. Porque eu já dei entrada na minha separação. Até então eu não era separada, mas já dei entrada na separação, a pensão dela agora é pela Lei, pela Justiça, estas coisas todas. A gente se sente mais amparada. Ele sabe que agora está sendo assistido, porque eu fiz a denúncia. Ele sabe que fez, então o nome dele está registrado, qualquer coisa que ele faça...”

GIRASSOL

Figura 11- A Virgem dos Rochedos de Leonardo Da Vinci

44 anos, é faxineira. Natural do Estado de Ceará. Reside na cidade de São Paulo faz sete anos, onde esperava uma vida melhor. Viveu em união estável e tem uma filha. Sofreu agressões desde o primeiro ano do casamento. É católica fervorosa. Vive na mesma casa do casal, alugada, com a filha.

“Meu futuro é só cuidar da minha filha, ter o meu trabalho e procurar dar o melhor para ela... em primeiro lugar Deus e em segundo a minha filha.”

Ao chegar à casa de Girassol, local escolhido para realizar a entrevista, logo vejo um crucifixo imenso.

A casa alugada é composta por dois cômodos. Está localizada acima de um salão de cabeleireiro e divide o terreno com outra casa. Para a chegada na casa é preciso subir uma escada grande, bastante irregular, dividida por três portões. Apesar de simples, é também pouco organizada, com roupas espalhadas sobre a

máquina de costura, louça para lavar sobre a pia, paredes descascadas e riscadas com caneta.

A janela da cozinha encontra-se quebrada (devido a uma panela jogada pelo ex-marido), o muro ao lado da escada é de tijolo sem reboque. Objetos religiosos encontram-se espalhados pelo local: um pequeno altar com Nossa Senhora Aparecida no portão de entrada da casa, à beira da escada; um crucifixo na porta antiga de madeira, com alguns buracos tapados por outras madeiras; um enfeite de natal; um quadro na Santa Ceia em destaque na parede da cozinha; uma Bíblia aberta em cima do armário, junto com orações.

Ao lado da casa existe um bar, local onde o ex-marido de Girassol costumava freqüentar, segundo ela mesma relata ao subirmos as escadas.

Girassol é cuidadosa, e ao mostrar a cozinha, local onde coletei a entrevista, passa um pano úmido pela mesa desarrumada.

Antes de iniciar o relato, diante da presença da filha, pede para que ela vá assistir à televisão e não fique prestando atenção na conversa dos adultos.

Durante a entrevista, Girassol mantém a voz suave, mas mexe continuamente nas unhas, alisando suas próprias roupas. Na mão, um anel com crucifixo. Possui uma postura curvada, pois seus ombros ficam mais para frente. É muito religiosa, relatando ser freqüentadora assídua da igreja católica. A filha estuda em uma escola católica, localizada em frente à residência de ambas.

Nos trechos que narra a violência, Girassol treme e a voz fica embargada, enquanto ela chora.

Ao final ela me agradece e oferece um café. Eu faço o mesmo, enquanto tomo o café. (Diário de campo).

A narrativa de Girassol

“Eu sou do Ceará, Fortaleza, sou de lá. Vim para São Paulo porque eu tinha um sonho, todo mundo que vai na televisão, o pessoal chega lá e diz “estou vivendo bem aqui em São Paulo, estou ganhando dinheiro, ganhando bem”. Vim com aquele sonho, chegando aqui não era nada disso, eu estava morando com a minha prima, achei que eu não ia me sentir bem lá morando na casa dela.

Conheci meu ex-marido porque ele ia muito lá (na casa da prima). Vi que eu não estava me dando bem e que ele morava sozinho, então me juntei com ele. Só que ele bebia pouco, não tinha essa violência.

Passamos a maior dificuldade, ele saiu da padaria onde trabalhava por justa causa; eu estava grávida, nesse tempo eu estava grávida da minha filha, foi a maior dificuldade que passamos. Ele não bebeu, porque não tinha condições de beber, vivemos numa boa. Completando um ano, nossas condições melhoraram, ele arrumou um emprego, quando melhorou... Ele não pode ficar com dinheiro no bolso que ele bebe.

Foi o começo, a gente morava em outra casa, aí mudamos para essa. Ele já viu que era perto do bar, de final de semana... Ele é uma pessoa maravilhosa, uma pessoa boa, mas só tem esse problema que quando ele bebe...

Ele ia ao mercado, na feira, comprava as coisinhas que estavam faltando, mas só o básico, o resto do dinheiro ele ficava bebendo no bar com os amigos dele. Quando ele chegava, estava em casa com a menina assistindo televisão, vendo um DVD, mas ele chegava e queria assistir jogo, se ele estava lá embaixo porque não ficava com os amigos dele e me deixava aqui mais a menina na cama assistindo televisão?

Ele chegou querendo mudar para o canal do jogo, eu disse “não, deixa terminar o filme que eu aluguei para assistir com ela”, aí ele “não, é já”, mas a gente estava empolgada, já estava perto de terminar. Ele me empurrou a J. queria assistir o resto do filme e eu também. Ele me empurrou e eu fui falando “você não me bate, porque se você me bater você vai preso”. Aí ele falou “eu não sei de nada disso”. Ele começou a me xingar, a me esculhambar e me bateu, deu um murro no meu olho aqui (mostra o olho), no esquerdo, ficou roxo, eu dei duas mochiladas na cabeça dele. Ele disse que ia embora, comecei a arrumar minhas coisas, a J. disse que ia também e ele disse que eu não ia levar ela.

Me acalmei, pedi que ela se acalmasse e fiquei aqui. Ele dormiu, eu dormi, mas aquele sono que você dorme e acorda com medo. De manhã, fui a Delegacia e quando cheguei mandaram que eu fizesse um exame, corpo de delito. Me mandaram para Arthur Alvim, eu não conheço nada mais fui, com o endereço eu fui.

Depois voltei na Delegacia, deixei o papel do exame, perguntei se ia demorar, disseram que ia demorar. Me deram o cartãozinho lá do centro de.... das mulheres lá, o CCM.

Fui a pé para Itaquera, no CCM, quando cheguei falei com elas, elas falaram comigo, tinha até um advogado. Perguntei “Se eu sair, perco o direito? Porque essa casa é

de aluguel, não é minha, não é dele. Falaram que era melhor eu ficar, se não eu perdia o direito e tal.

Fiquei na casa, porque eles funcionam de segunda à sexta, fiquei por aqui e ele nem olhava na minha cara. Eu estava tentando arrumar as coisas porque desse jeito não ia dar, eu tinha que sair de qualquer maneira, nem que eu perdesse tudo.

Comecei a arrumar as coisas da cozinha e a minha filha assim “mãe, e essas bolsas?”. Eu disse “Filha, quando a mamãe chegar amanhã. Hoje estou aqui arrumando a cozinha, quando eu chegar amanhã a mamãe arruma essas bolsas, tá?”.

Na verdade minha intenção já era sair fora, passei a noite da segunda e quando foi na terça, eu já tinha ligado uma vez, mas cheguei ao meu trabalho e liguei novamente para ela: “Amanhã você vem que tem um advogado e ele conversa com você”. Fui e o advogado me explicou tudo e a moça também me explicou que “A casa não é sua nem dele, você não vai perder o direito não”.

Eu liguei então para minha colega, ela disse que estava com uma casa vaga que eu poderia ir passar uns dias lá, porque ela estava para vender a casa e disse “Você pode passar uns dias aqui, mas só não deixa você ficar aqui porque estou para vender a casa, quando o meu inventário sair, você vai ter que sair”. Eu falei “Está certo, só enquanto eu me arrumo”. Fui para lá e fiquei.

Ele ficava no bar falando que eu estava com namorado, perguntando para minha filha se eu estava com novo namorado, e eu não tenho namorado. Ele ficava dizendo que eu tinha namorado e que eu não tinha direito a nada dentro de casa, de maneira nenhuma, nem eu nem a menina, a menina vinha pegar os brinquedos dela e começava a chorar. Aí eu pensei se é assim, então está bem. Conversei com o advogado e ele disse “o que você quer?”, eu disse “quero que ele saia da casa, porque eu estou na casa da minha colega e a qualquer momento eu posso sair. A gente não está bem, a menina fica chorando, nervosa, está indo ruim na escola. Ela está muito nervosa, estou achando que ela está com manchas no corpo, não está legal para ela. Se ele me bateu quem vai para o meio da rua é ele, não eu. Eu tenho a menina”. E ele disse que ia falar com o Juiz.

O Juiz deu tudo e mandou que ele saísse. A Defensoria Pública veio com a Polícia e ele saiu, ela mandou ele me dar a chave, ele saiu só com as roupas, com uma mochilinha cheia de roupas e eu fiquei com a casa.

Agora a minha filha está mais feliz, porque ela gosta de ficar brincando, quando ela levanta assiste o desenho dela, e quando não fica em casa assistindo televisão, vai para a laje, leva os brinquedos dela e fica lá brincando.

E eu estou bem, porque só faltava morrer de pressão, quando chegava sábado e domingo eu já ficava nervosa sabendo que ele ia beber.

Acho que a família é assim, tem que ter diálogo. Eu tentava conversar com ele, dialogar e ele não aceitava minhas opiniões. No começo ele aceitava, a gente ia bem, mas quando ele não estava mais aceitando...

Eu sou uma pessoa muito religiosa, tenho muita fé em Deus e ele já chegava com as cachaças dele e só falava no nome do Cão, isso eu não gosto. Eu dizia “Não, aqui nessa casa só tem Deus, Nossa Senhora e o Menino Jesus, então não tem isso aí que você está falando”. Ele começava a me esculhambar e ficava me dando homem.

Pior coisa era isso, só vivo do meu trabalho, quem me conhece aqui vê. Eu saio de manhãzinha, 15 para as oito, deixo a menina aqui na escola em frente, vou para meu trabalho que é lá em frente a do Carmo. Uma escola que eu faço faxina, que eu trabalho lá. Sou faxineira, saio de lá cinco horas, já passo aqui, pego a menina, subo e tranco o meu portão, só saio lá fora se alguém me chama, para atender alguém, fico fazendo as minhas coisas aqui e finais de semana eu faço faxina, passo roupa para quem me chama.

Quando vim pra São Paulo, morei em Ferraz e arranjei um emprego na fábrica de bolsa, mas eu fui acidentada quando caí lá na estação e torci o pé. Como eu estava em estágio, três meses de experiência, logo com cinco dias eu quebrei o pé e já peguei uns 15 dias, eles não me aceitaram. Passei só os três meses de experiência e me mandaram embora, penso que foi porque “Logo a mulher chegou e já se acidentou, pegou atestado...”

Sabe, no começo nossa relação era muito boa, a gente ia para a missa, eu levei ele à missa, porque ele não andava na igreja, eu sou católica, eu levava ele à igreja e ele ia.

Ele trabalhava a semana todinha, só tinha folga um dia no meio da semana, mas a gente quase não passeava, porque não dá para passear no meio da semana, mas a gente ia a algum canto, uma churrascaria.

A gente não estava indo muito bem quando ele se juntou com os amigos, quando ele começou a trabalhar no Aricanduva, junto com os amigos, ele ficou assim.

Meu pai adoeceu e tive que ir lá para Fortaleza, visitar meu pai, deu um AVC, teve que fazer um cateterismo nele. E meu irmão falou “Girassol se você quiser ir maninha.... se você quiser ir para visitar o papai antes que ele.. a gente não sabe se ele pode morrer ou não, se quiser eu faço um esforcinho e venha. Traga a J. para ele conhecer a neta dele”. Então ele bancou toda a minha passagem, eu não estava trabalhando, estava fazendo os meus biquinhos aqui de borda, porque ele não queria que eu trabalhasse. Mas eu fui para Fortaleza, passei dois meses lá com a minha filha, meu pai a conheceu, quando eu fui a gente

já estava em crise, antes de eu ir eu disse “Eu vou para o Ceará e você vê se tu para pensar. Vê a dificuldade da tua vida, sem mim e sem a tua filha”.

Neste tempo todo dia ele me ligava, todo dia, ele ligava daqui para Fortaleza, que é no Ceará, ele me ligava, todo dia, todo dia, todo dia... Só queria falar com a J., mas lá ela é solta, é uma cidade pequena e todo mundo se conhece. Ela levantava de manhãzinha já estava na rua, estava brincando com os meus primos, com as minhas sobrinhas de lá, que são da idade dela, todo mundo brincando e ele ficava doidinho por causa disso. Ele ligava para ela e ela não queria falar: “Ah pai, depois eu falo, estou ocupada” e jogava o telefone e saía correndo para brincar. Ele achava que eu estava colocando coisas na cabeça dela, mas não era, é que criança gosta de viver com criança, brincando! Enquanto isso eu lá com o meu pai e meu irmão, não ia para canto nenhum, só ia para a casa de alguns parentes mesmo e quando eu voltei, o negócio piorou mesmo.

As agressões já tinham sido três, porque uma, ele me encostou na parede, na hora que eu abri a geladeira, a menina tinha saído. Eu nunca a deixo sair, só deixo com uma amiguinha que tem do outro lado, que é justamente na casa onde eu morava. Ela foi para um aniversário e aí chamou a J. para ir fazer companhia à outra. Eu deixei e fiquei a noite em casa, justamente costurando, esperando ela chegar.

Ele saiu lá debaixo bêbado e veio comer, foi dormir. Quando acordou, deu uma cochiladinha, quando deram 11 horas o relógio cantou e ele perguntou: “Cadê a J.?”, eu disse “Ela está chegando, a colega já chegou e já ligou, falando que não me preocupasse que ela já está vindo”. Aí ele “C...(palavrão), uma hora dessas é hora da menina estar saindo?”, e eu respondi “Porque ela foi em um aniversário e termina tarde, de criança”. Ele começou a me esculhambar, dizendo que eu deixava ela sair com qualquer um. Eu disse: “Ela não está saindo com qualquer um não, ela está saindo com a amiguinha dela e você sabe que ela só sai com ela, também tem que se divertir, se a gente não pode, tem que deixar ela se divertir com as amiguinhas dela”. Aí ele queria me socar na parede, só falei: “Bate, bate”. Antes eu já tinha ido à Delegacia da Mulher uma vez porque ele também queria me bater.

Uma vez ele me deu um empurrão nos peitos, deu um chute nos peitos. Fiquei calada, foi a primeira vez. No outro dia ele chegou para mim, pediu desculpas e eu perdoei. A primeira vez a gente sempre... a segunda vez ele bateu de novo, aí eu fui..., não agüentei, a coisa que mais me dói é que ele fica me dando homem sem eu ter, só vivo do meu trabalho para a casa, e ele ficava me dando. Dizia que eu tinha caso com o meu compadre. O meu compadre é o segundo pai da minha filha e eu tenho como se fosse meu cunhado. Eu disse: “Olha, eu não tenho ninguém, eu não tenho ninguém”.

Na primeira vez que fui à Delegacia, foi no dia em que ele me empurrou na televisão. Chamei a vizinha, eu gritei “S. chama a Polícia”. Eu não sabia o número, não sabia como ligava para lá. Falei: “Chama a Polícia que o meu marido está me batendo”. Esta vez foi quando ele me jogou na parede e deu um murro na minha cabeça, no dia que a menina saiu para o aniversário. Quando eu falei de chamar a Polícia, ele correu e se deitou novamente, ficou caladinho, bem caladinho... Era um dia de sábado, quando eu gritei para a vizinha ela disse: “Sim”, mas na verdade ela não chamou, deixou ele se acalmar. Disse: “Sim, está certo, vou ligar”. Ela viu que acalmou e não chamou.

Quando foi na segunda-feira eu fui trabalhar e quando saí, fui a Delegacia da Mulher, eu fui a última ser atendida, mas fui, fiz um B.O. Fiz tudinho.

O atendimento lá na Delegacia foi bom, eu gostei, ela falou: “Isso aqui se você quiser processar ele, se quiser fazer não sei o que mais, você vem aqui com esse papelzinho que a gente chama ele”. A moça lá da recepção me falou sobre a Lei Maria da Penha, me deu um papelzinho para ir lá na Defensoria, onde eu fui e conversei. Sempre assistia na televisão sobre a Lei Maria da Penha e eu avisava: “Esse programa é bom para você assistir”. E ele falava: “Não”. Ia dormir, eu ficava assistindo, porque gosto de ficar informada. Porque isso é uma coisa muito importante.

Nesse dia, cheguei em casa mais de oito horas, pedi para a mãe da minha colega pegar minha filha na escola e levar para lá. Depois ela me ligou no celular e disse “Não, Girassol, o pai foi pegar ela e como é pai, ele tem todo o direito”. Eu disse: “Então está bom”. Mas quando cheguei, disse para ele: “Olha, eu cheguei tarde porque eu não estava com homem, como é de seu costume você dizer que eu estava namorando, atrás de homem, eu estava atrás do boletim, está aqui, fui a Delegacia da Mulher porque você me bateu e eu não sou saco de pancada. Na primeira eu dei chance e perdoei, mas agora você fez a segunda e está aqui, qualquer coisinha que você fizer eu já abri a ocorrência lá, qualquer coisinha que acontecer você vai preso”. Avisei a ele, eu fui boa, porque avisei: “Qualquer coisinha que você fizer, você sabe que é só eu ligar para a Polícia que ela vem te buscar e você já desce”. Ele ficou o final de semana pensativo, passou um mês e como abri o boletim em abril, em julho eu peguei.

E foi como aconteceu, ele chegou em casa e estava o maior frio. Eu fui à igreja, não queria levar a menina porque estava frio e pedi para que ele ficasse com ela. Ele disse que não ia ficar, pois tinha um monte de coisa para fazer. Eu nem fui, porque estava muito frio e não tinha roupa de frio para a menina. Quando ele chegou das compras eu disse: “Fica com a menina, que eu vou ao shopping comprar uma bota para ela e outra bota pra

mim, porque ela não tem calçado de frio para sair”. Ele disse que tinha muita coisa para fazer, desceu, foi para o bar beber e eu fui lavar roupa. Estava lavando roupa na mão, porque a máquina estava quebrada. Depois, tomei banho, banhei minha filha, fiz um lanche, fomos assistir televisão, que eu tinha alugado uns filmes para assistir com ela e foi na hora que ele começou.

Eu pensei: Acabou... a primeira chance eu dei, a segunda também e toda minha vida ele me ameaçou, chegava bêbado e ele me ameaçava, me ameaçava.

Me chamava de vagabunda, ficava me dando homem, falava que eu não fazia nada, mas ele sabe o quanto eu fazia.

Uma vez ele foi lá embaixo, foi comer, foi com o macarrão e com a panela na televisão e eu disse “Olha que eu estou assistindo a novela mais a J. ”. Ele ficou com raiva e jogou a panela de macarrão que quebrou o vidro ali (mostra o vidro). Falei: “Já começou, vai querer me bater? Olha o que eu te falei, já fui na Delegacia, estou com o papel aqui e se eu der uma ligadinha a Polícia chega e leva você direto”. Ele saiu e começou a xingar. A minha filha olhando, eu disse: “Olha a J. em casa” e ele: “Eu vou matar você”. E foi para o bar. A minha filha: “Mãe, ele tacou a panela de macarrão no vidro e quebrou o vidro, o que a gente faz?”. Respondi: “Isso é um problema dele, quer bater na gente”.

Mas ele nunca bateu nela. Nela não. Ele adora essa menina, gosta demais dela. Que quando ele era solteiro ficava chorando que queria ter uma família, que queria ser pai, que ninguém queria ele. E depois, com um ano de confusão, eu cheguei e disse: “Vamos parar com isso, com as confusões, brigas, vamos parar. Isso é uma família, você não queria uma família? Você tem uma família agora, olha a nossa filha como ela é linda, ela é inteligente, é uma menina muito esperta, está indo bem na escola, você precisava fazer um negócio desses para tentar separar? Vamos fazer às pazes!”. Foi no mesmo dia que ele me bateu e deixou meu olho roxo, eu tinha falado isso de manhãzinha, antes dele ir para o bar.

Ele trabalha de segunda a sábado e no domingo fica de folga, eu disse: “Domingo vamos no parquinho, a gente não tem dinheiro, vai no Parque do Carmo, deixa ela brincar, deixa ela correr, nós ficamos à vontade, na hora que der a gente vai embora, só para ela ficar mais livre, porque fica só em dois compartimentos”. Ele não queria, eu falei: “Vamos no parquinho, vamos no aquário, você dá um dinheirinho e bota ela nos brinquedos para rodar lá e depois a gente vem embora, a gente fica lá brincando e conversando”. Mas ele só queria saber de bar.

Agora eu sei que ele daqui foi para a pensão, da pensão ele alugou uma casa aqui em frente, do porteiro da escola, está lá em dois cômodos só, ontem mesmo ele veio

pegar a J. Eu vinha da casa da madrinha dela, como agora ela está de férias fui e a busquei na casa da madrinha, mas ela perguntou: “E meu pai?”. Eu disse: “Dá benção a seu pai”. Ela disse: “Mas mãe, posso ficar com meu pai?”. Eu disse que sim, a deixei com ele e vim para cá.

A verdade é que é muito difícil, está sendo muito difícil, mas eu tenho muita força, tenho muita garra, em primeiro lugar eu tenho Deus dentro de mim e dá para levar. Agora dá.

Ela é muito apegada a ele, muito mesmo. Às vezes ela ainda está revoltada e eu falo: “Filha, você acha que foi a mamãe que quis isso? Você não viu o que aconteceu com o meu olho?”. Ela diz: “Não mãe, foi o meu pai”, eu digo: “Então pronto, para que essa revolta toda comigo?”.

Eu falo para ela não gritar comigo, eu não quero gritar com ela, somos só nós duas e temos que nos entender, conversar. Se ela quer algo, eu faço na medida do possível.

Agora por mim, não sinto mais nada por ele, só dó. Dó pelo que ele está passando, porque ele quis e não porque eu quisesse. Deus sabe que não era isso que eu queria para ele, eu queria o melhor pra ele. Meu futuro é só cuidar da minha filha, ter o meu trabalho e procurar dar o melhor para ela, o melhor do que eu tiver para ela, só penso nela, em primeiro lugar Deus e em segundo a minha filha.

Hoje eu sinto é paz, agora eu tenho paz, que antes aqui dentro eu não estava tendo. Minha pressão subia, eu tenho problema de pressão desde que ela nasceu, ela nasceu de oito meses e a minha pressão subiu, por isso ela nasceu, não deu para esperar e ela nasceu de oito meses. Estou calma, tomo o meu remédio de pressão porque tenho que tomar mesmo, não era como eu estava tomando antes, exageradamente, eu chegava aqui eu já me sentia mal, minha pressão voltava a estourar.

Apesar disso, nunca faltei no meu trabalho, procuro me organizar, eu ia trabalhar mesmo doente, nunca faltei no trabalho, porque o dia que eu falto é um dia a menos, diminui o meu dinheiro e diminuindo meu dinheiro é ruim para mim e para ela. Tenho minhas contas para pagar e gosto das minhas coisas todas direitinho.”

Após coletar os dados, foram realizadas leituras exaustivas e repetidas das narrativas, com a finalidade de familiarizar, compreender e extrair os pontos mais relevantes para este estudo.

A criação das categorias é o momento propício para a compreensão da realidade, que retrata o rigor científico, que qualifica e confirma a análise realizada (Victoria, Knaut, Hassin, 2000).

As categorias culturais foram elaboradas à luz da análise temática proposta por Minayo (2004). Segundo a autora, a análise temática consiste no descobrimento do sentido que o autor deseja dar a uma determinada mensagem, sendo que sua operacionalização abarca as seguintes etapas:

- 1) *Pré-análise*: onde são determinadas as unidades de registro, palavras chave ou frases, recortes, unidades de contexto, forma de categorização e conceitos teóricos que servirão de diretrizes para orientar a análise, levando-se em conta o objetivo da pesquisa;
- 2) *A exploração do material*: ocorre a transformação dos dados iniciais, com a finalidade de compreender o texto a partir do seu sentido central, procedendo a um recorte do texto em unidades de registro, bem como a classificação e agrupamento dos dados.
- 3) *Tratamento dos resultados obtidos*: faz-se a interpretação dos dados obtidos, categorizados, com o referencial teórico que fundamenta o estudo.

As categorias culturais buscaram compreender a realidade destas mulheres, sua experiência, seus anseios e sua própria jornada pelo pesquisador, da forma mais fiel e rigorosa possível.

A apresentação dos métodos está presente no capítulo “Caminho Metodológico”.

A categorização cultural resultou em seis categorias culturais, divididas da forma abaixo:

Figura 12- Fluxograma das Categorias Culturais

5.1 A HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA

5.1.1 Alcoolismo, drogas e violência

A relação entre álcool, drogas e violência é presente em todas as narrativas dessas mulheres.

Junco e Jasmim associam o excesso de bebida à violência física propriamente dita:

“Eu chegava do serviço e ele estava bêbado no bar e já começava à brigar comigo, as vezes tinha batido no moleque...” (Junco).

“O meu marido bebe muito. E depois de nove anos de casada, eu comecei a sofrer violência... Passei necessidade, ele deixou o trabalho por causa da bebida também. É... passei uma situação muito difícil”. (Jasmim).

O abandono da família, tanto no âmbito sentimental quanto no âmbito financeiro encontram-se descritos nos relatos de Girassol e Lichia:

“Ele ia no mercado, na feira, comprava as coisinhas que estavam faltando, mas só o básico, o resto do dinheiro ele ficava bebendo no bar com os amigos dele”. (Girassol).

“Ele pensava que era casado, tinha uma família, mas não pensou na família dele, pensou no amigo da festinha, ele pensou no amigo do bar, fica o tempo inteiro com o amigo do bar”. (Lichia).

“Ele não pode ficar com dinheiro no bolso que ele bebe. Foi o começo, a gente morava em outra casa aí mudamos para essa. Ele já viu que era perto do bar, de final de semana...” (Girassol).

É comum a embriaguez nos finais de semana pelos parceiros, quando então ocorrem as agressões, como no caso de Jasmim:

“Durante a semana eles tão trabalhando, não tem tempo. No final de semana, eles descontam tudo. Ele ficava só nos barzinhos daqui nos finais de semana.... não usava drogas, mas bebia....” (Jasmim).

A preocupação da visualização da conduta alcoólatra do pai pelos filhos é presente na fala de Lichia:

“Vou para o bar, bebo, o tempo inteiro fico bebendo no bar e me divertindo com meu colega de bar, e os filhos vão aprender o mesmo? Filho de gato, gatinho é. Ficam vendo beber, beber, beber, meu marido chega às 3 da manhã.” (Lichia).

O uso de drogas cumulada com o excesso de bebida e as más companhias é uma combinação “agressiva”, segundo Bromélia:

“Na verdade... quando eu o conheci, eu já conheci ele usando droga, porém...eu sabia, era maconha. Porém, assim, ele usava mais quando ele estava na companhia dos amigos. E E desses amigos, eu falei: “ou eu, ou os seus amigos” e ele se afastou dos amigos. Na maioria das vezes que a gente discutia ele estava completamente sóbrio, ou estava alcoolizado. Ele bebia, mas não como um alcoólatra. E eu também bebia cerveja, em casa, no final de semana... sempre fazendo churrasco, chamava os amigos e tal, mas nada além da conta. E assim, ele se tornava um pouco agressivo” (Bromélia).

Margarida tem conhecimento da relação anterior de seu ex-marido com a bebida, mas após o casamento verifica que além do alcoolismo outros vícios estão associados:

“Quando eu casei ele já bebia, não há desculpa de falar que não, mas ele bebia socialmente...ele começou a beber, beber e beber...o caso dele era só beber, jogar e “encher o saco”. (Margarida).

5.1.2 Sentimentos ambivalentes: justificando a violência sofrida

Bromélia justifica a violência física sofrida à sua personalidade forte e as suas réplicas na discussão que antecedeu à agressão:

“A primeira vez ele me agrediu foi porque eu sou um pouco estourada também. Eu não me lembro agora o motivo exato, mas eu me lembro que na discussão ele me mandou calar a boca e eu falei que não, que eu não ia calar a boca jamais, que eu não abaixo a cabeça nem pro meu pai e não vou abaixar a cabeça pra um homem”. (Bromélia)

Lichia justifica a conduta agressiva por causa da vida mal-estruturada que o ex-marido estaria exposto. Porém, era esperançosa de uma outra postura por parte dele:

“Só que eu me casei com uma pessoa mal estruturada... Eu esperei ser uma pessoa, mas depois veio outra”. (Lichia).

O mesmo acontece com Rosa, que em seu relato afirma que o agressor não teve oportunidades de estudo e isso justificaria sua conduta frente à negativa dos filhos permanecerem na Escola, motivo das discussões entre ela e o marido:

“Daí depois de um tempo, quando as crianças começaram a crescer, começaram as brigas, porque ele não teve os estudos. Os pais dele são analfabetos, então ele acha que a pessoa não deve estudar. Na cabeça dele ele pensa assim. Se estudar é porque não quer trabalhar.” (Rosa).

Margarida não identifica a violência psicológica, afirmando que o excesso de bebida seria provocado pela falta do filho que morreu. Mas ao mesmo tempo questiona sobre sua própria conduta frente à morte do filho:

“...nunca me bateu, mas me agredia muito com palavras horríveis...o pessoal achava que era por causa do menino que morreu, mas nada a ver, porque eu não bebia e porque ele tinha que beber?” (Margarida).

Os relatos de Jasmim e Girassol atribuem às amizades inadequadas o comportamento agressivo de seus ex-maridos, apesar de afirmações de que o relacionamento já não era bom:

“A gente não estava indo muito bem quando ele se juntou com os amigos, quando ele começou a trabalhar no Aricanduva, junto com os amigos, ele ficou assim”. (Girassol).

“...Desde o início do casamento eu venho sofrendo....Más amizades, entende??? O que afundou ele mais foram as amizades, porque os amigos também bebiam.... foram eles que afundaram ele por completo.” (Jasmim).

Junco relata sua vontade de dar uma chance a seu ex-marido, mas condiciona o retorno à seu filho, que foi agredido pelo mesmo por diversas vezes:

“Chamei meu filho e falei: “Olha, quem vai dar o parecer agora, por incrível que pareça é quem você tanto maltratou!”. Chamei meu filho mais velho, falei: “Filho, o seu pai quer voltar, falou que vai parar de beber, falou que vai viver tudo bem agora e ele quer viver com a gente, vai depender de sua resposta se você falar não, a resposta vai ser não”. Ele respondeu que “Pai, é o seguinte, se você cumprir com o que você está prometendo, eu lhe aceito de volta”. (Junco).

Na entrevista de Girassol afirma que a conduta agressiva só ocorre quando o marido está embriagado:

“Ele é uma pessoa maravilhosa, uma pessoa boa, mas só tem esse problema que quando ele bebe.” (Girassol).

O relato de Lichia justifica a conduta agressiva a alguma outra coisa fora de seu entendimento, talvez o “Demônio”:

“Cada vez que ele sai à noite e volta, vou te falar uma coisa (dirige-se seriamente à entrevistadora) eu não sei se é bem bêbado. É uma coisa que passa pela sua vida que você não sabe, não consegue descobrir se é mesmo bebida, você olha, deve ser... Tem cheiro de bebida, mas é tão esquisito que você não sabe se é, será que ele bebeu ao ponto de fazer isso? Não parece, pois está de pé, sobe escada. Se você está bêbado consegue subir escada? Não, não consegue subir escada. E seguir você com uma faca na mão? Você está bêbado? Você, você como uma esposa, vai ficar martelando, trocando as bolas da cabeça.... O que será que está acontecendo? E a violência

continua, não é só com você, tem mais jovens, crianças. E aí?.... Ele deve estar com o demônio.” (Lichia).

5.1.3 Um tapa não dói: minimizando a agressão

Bromélia e Junco contam da agressão sofrida em seus relatos, diminuindo seu poder:

“Ele veio completamente agressivo e começou a agressão, me empurrou... não ao ponto de ficar toda roxa. Não. Mas, enfim, fiquei um pouco inchada, mas não ao ponto de machucar.” (Bromélia)

“Em mim ele nunca bateu, só nesse dia que ele apertou meus braços.” (Junco).

A conduta com relação aos filhos também é levantada como forma de diminuir a conduta agressiva do ex-marido contra si mesma, presente das narrativas de Jasmim e Bromélia:

“Mas com relação à minha filha ele nunca agrediu... Então por isso que eu falo, nunca teve uma agressão dele com a minha filha. Ao contrário, a minha filha manda nele até hoje.... Mas com relação à L. ele nunca foi rude. (Bromélia).

“Ele batia em mim, mas nunca bateu nas crianças... Ele não chegava a bater, nunca bateu neles. Nunca.” (Jasmim).

Junco afirma, apesar das agressões, que o ex-marido progrediu e que ela teria trazido mudanças positivas:

“Ele tinha a confusão dele, mas ele mudou muito, até porque aprendeu muito comigo, sabe?” (Junco).

“Ele alugou uma casa, não sei para onde, mas está arrependido que nem um cachorro, todo dia ele liga pra mim, pede perdão, pede para perdoar... Deixa ele ficar sofrendo um pouquinho lá, quem sabe tu não aprende, está fora daqui.” (Junco).

5.1.4 O ciclo da violência

As relações afetivas nos casos de violência apresentados nos depoimentos são permeados por idas e vindas, provocando momentos de esperança e violência, em uma tentativa de salvar o relacionamento, que pouco depois é desestruturado pela violência, como um círculo perverso que nunca acaba.

Os depoimentos de Bromélia e Junco identificam exatamente como ocorre o ciclo de violência, permeado de idas e voltas do agressor ao seio familiar, além de novas agressões:

“E aí nós tivemos uma separação breve, 3 meses, isso aconteceu em dezembro, entre o quarto e o quinto ano de casamento, voltamos depois de três meses e, assim, completamos o quinto ano de casamento. Só que quando nós voltamos ficou tudo bom, tudo bem, mil maravilhas, lua de mel, só que depois de uns 6, 7 meses foi quando aconteceu a primeira agressão... Na verdade eu fiquei uma semana na casa da minha mãe e depois de uma semana eu voltei pra minha casa, e tudo, ele se arrependeu completamente, chorou, enfim, jurou mil perdões, jurou que nunca mais isso iria acontecer e então eu acreditei, quis tentar novamente um relacionamento...” (Bromélia)

“ Ele chorava, pedia perdão, falou que me queria de volta com as crianças... Nós voltamos... Passamos muito tempo em uma boa. Quando foi um belo dia ele voltou a beber. Ai começou a me ameaçar de novo.” (Junco).

“No dia da audiência eu aceitei reconciliar, ele voltou, mas não foi muita vantagem, porque ele nunca deixou a mulher.” (Junco).

“Mesmo assim permaneci com ele, mais uns dois meses vivendo na mesma casa...Mas o comportamento dele não mudou de maneira alguma, ficou até pior... E, com o decorrer do tempo, ainda fui sendo humilhada por ele e apanhando, até que chegou o feriado e ele me agrediu novamente.” (Jasmim).

O ciclo de violência mostrou ter continuidade no tempo, como no caso de Rosa e Bromélia, que afirmam que as agressões ocorreram sucessivas vezes:

“...que eu já tinha dado diversas chances pra ele, diversas oportunidades pro casamento, porém não é só de uma parte que tem que ser um casamento, se você ama dá certo, acho que completa o outro e vice-versa” (Bromélia).

“E ele já tinha feito isso (agressões) outras vezes, mas eu não chamei polícia das outras vezes.” (Rosa).

“Tudo já vem dos outros processos, porque de 1997 para cá, parece que ele já tem dois ou três processos, cada ataque que ele me dá eu corro na Delegacia.” (Lichia).

“Só que continuamos discutindo e em uma dessas discussões ele me bateu, como já não era a primeira vez, tinha sido a terceira vez...” (Violeta).

“No outro dia ele chegou para mim, pediu desculpas e eu perdoei ele. A primeira vez a gente sempre... a segunda vez ele bateu de novo...” (Girassol).

Junco demonstra em seu relato esperança e amor, acreditando no arrependimento de seu agressor:

“Se ele voltar, eu vou me sentir bem também, porque eu sei que eu sou uma vencedora perante tudo o que eu já passei sozinha, sozinha sem minha família, sem ninguém. Se ele realmente mudou, porque ele disse que mudou, que seja feita a vontade.” (Junco).

“Eu falo para eles, se ele realmente mudar, que ele disse que mudou, que agora acredito que essa missão foi melhor, ele disse assim: “Eu já fiz muita besteira na minha vida, mas essa foi a pior... foi uma das piores que eu já fiz”. (Junco).

Com o tempo, as fases de tensão presentes no ciclo podem ser agravadas, como no caso relatado por Lichia:

“Durante os vinte anos algumas vezes aconteceram mais mansas, mais calmas, quando o tempo foi passando a agressividade aumentou.” (Lichia).

“Quando da última vez que ele bateu, me empurrou na vizinha eu não fiz nada. Eu baixei minha cabeça. Voltei para a casa, deixei ele na boa. Ele gostou, fez várias e várias vezes, muitas vezes, acabo nem lembrando direitinho, só vou lembrando com o tempo.” (Lichia).

Em suas entrevistas, Margarida e Violeta não conseguem compreender suas atitudes frente às agressões:

“Isso é muito ruim, isso foi há 9 anos atrás, eu devia ter tomado providência, e não tomei. Eu achava que....não sei, pra falar a verdade nem sei porque não fiz nada.” (Margarida).

“Na primeira vez como tinha sido a primeira... eu deixei para lá. Até tem um amigo meu que fala: “Nossa, Violeta, você é uma pessoa tão esclarecida e como deixou isso acontecer?”. Mas parece que fiquei cega, coloquei uma venda nos olhos e assim você não enxerga nada. Na segunda foi do mesmo jeito da primeira, a gente brigou, ele me bateu, ficamos um tempo sem se falar. Voltamos e ficamos um tempo, eu nem tinha uma filha”. (Violeta).

5.1.5 O motivo para continuar o relacionamento

Uma das inquietações freqüentes na violência é razão da manutenção do relacionamento. Esta subcategoria aborda estas inquietações, por meio das palavras destas mulheres.

O amor ao marido foi o que levou Bromélia a permanecer no casamento, mesmo com as constantes agressões:

“Porém, assim, eu o amava, eu queria levar aquele casamento adiante, então por isso que eu permaneci no casamento e tudo.. eu estava disposta a tentar o meu casamento, tentar salvar o casamento.” (Bromélia)

Ainda, Bromélia afirma que os filhos, bem como a preocupação com a desestruturação familiar, foram os outros motivos que a fizeram permanecer no relacionamento:

“Antes de eu sair, eu pensava muito nela. “Meu Deus, eu vou sair daqui, o que vai ser da minha filha?”. “Como que eu vou criar minha filha sem o pai?” Na casa da minha mãe... enfim, tudo passa na cabeça. Então isso me segurou muito.” (Bromélia).

Lichia, Violeta e Margarida confirmam o depoimento anterior, quando afirmam:

“E eu só pensando, vou separar, vou separar, falava pra mim mesma. Eu vou sair dessa vida, não vou viver nessa vida, mas passou e ele continuou a beber, beber... Com essa situação de vida eu fui baixando a cabeça? Fui gostando desta idéia? Lógico que não, eu fui porque até aí eu era igual, eu fui na cara dele, mas depois eu vi que eu não deveria mostrar isso para meus filhos. Pensei: assim, não... eu vou sair da vida dele, mas quando chegar a hora...” (Lichia).

“...fui aguentando, os meninos eram pequenos, há 9 anos atrás eu perdi o meu filho mais velho...” (Margarida).

“Nestes três anos a gente ficou um ano morando aqui nessa casa, depois ele saiu... então ele pediu para que ficasse morando aqui novamente, ele não tinha pra onde ir e porque estava desempregado. Eu concordei, porque afinal de contas eu tinha uma menina (com ele) para ela seria melhor”. (Violeta).

O medo de que algo aconteça com os filhos também foi um dos motivos apontados, no relato de Junco:

“Eu nunca tive iniciativa de procurar, porque eu tinha medo, tinha muito medo, porque ele falava para mim que se eu denunciasse ele, que ele fosse preso, que ele poderia ser preso, mas ele ia ser solto rápido, porque não tinha antecedentes. Então eu tinha muito medo de denunciar e depois ele se soltar e me matar ou matar meu filho, acontecer alguma coisa”. (Junco).

A conveniência e a cultura da manutenção do casamento são apontadas como causas de permanência no relacionamento, como nos relatos de Junco e Lichia:

“Eu gostava muito dele... (interrompe por alguns segundos) eu não gostava, mas a convivência, vinte e dois anos...” (Junco).

“Minha filha hoje pode pensar: “Eu vou me casar, se não der não deu”. Eu não, eu não pensei isso. Eu pensei vou me casar e vou viver como viveu minha avó, minha avó viveu com meu avô, ficou com meu avô. Nós viemos de uma outra estrutura e isso faz com a mulher seja muito sofrida nas relações na vida que eu estou presenciando, estou saindo, né?” (Lichia).

Já Junco deseja permanecer com seu ex-marido, porque se sente abandonada pelos filhos:

“Se um dia ele voltar, porque as crianças não querem que ele volte, mas eu acho assim, que filho você tem, você cria para o mundo, porque depois que eles crescem eles não querem saber de você, se você está bem, se você vai ficar sozinha, se você vai ficar acompanhada. ” (Junco).

5.1.6 Sentimentos e filhos na violência

Bromélia faz uma identificação entre seu sofrimento e o da filha:

“... eu estou sofrendo, e a minha filha por tabela, porque ela está vendo tudo isso, está vendo meu sofrimento e consequentemente está virando uma bola de neve”. (Bromélia)

“Às vezes eu ficava com medo dele. Mas eu procurava não demonstrar. Pensava muito na minha filha.” (Bromélia)

Junco, Rosa, Lichia e Jasmim assumem papéis de proteção das crianças, mesmo quando em situação de violência, enfrentando muitas vezes o agressor quando necessário para defender os filhos:

“Eu nunca deixei que ele batesse nas crianças, por ser mais violento, tem a mão mais pesada, eu nunca, nunca deixei isso acontecer, preferia eu apanhar...Eu saía de madrugada, só chegava à noite, meus filhos ficavam praticamente sós. Então ele poderia fazer qualquer coisa”. (Junco).

“Ele quer que as crianças trabalhem, que ele tem uma fábrica de lajes, de materiais de construção. Ele quer que trabalhe pegando peso, como ajudantes. Mas eu acho que se não estudar não dá! Sem estudar para ir trabalhar”. (Rosa).

“ Um homem que não se preocupava com o futuro dos nossos filhos, que dizia: “Eu não estudei pra que vou querer meus filhos estudando? Não preciso de estudo para trabalhar porque vou ensinar meus filhos a ter estudo para poder trabalhar?” (Lichia).

“É outra vida, mas dói e muito.. e como. Porque destrói você e ainda corre o risco de destruir todas as sementinhas dentro de vocês. E depois a dor maior não é você sofrer na carne, mas algumas de vocês é mãe? É você deixar seu filho sofrer, criar uma pessoa indefesa, porque eles são indefesos”. (Lichia).

“Tinha muito medo. Não temia tanto por mim, mas temia mais pelos meus filhos. Eu falei para ele, você pode fazer o que quiser comigo, mas não toca a mão nos meus filhos, porque de maneira alguma eu vou permitir...” (Jasmim).

Este trecho da narrativa de Bromélia demonstra sua preocupação da presença da filha nas cenas de violência:

“Porque tanto no primeiro, quanto no segundo boletim de ocorrência, eu procurei não levar ela, porque ela já viu todas as cenas e ainda isso... eu procuro poupar ao máximo o que eu posso...eu passei por uma psicóloga também e a psicóloga perguntou se eu tinha filho... perguntou se a criança presenciou, eu falei que presenciou” (Bromélia).

A preocupação de que a violência se torne uma cena normal para os filhos e que eles não sofram o mesmo tipo de violência é fala corrente nos relatos de Rosa, Girassol e Violeta:

“O meu menino, quando acontecia, ele já achava que estava tudo normal. Tenho medo que aconteça com o meu menino (choro). Então, a minha preocupação foi isso, quando meu filho chegou em casa, que ele viu que ele tinha me batido de novo, ele chegou e já falou assim: “nossa mãe, de novo?”, no que ele falou eu já senti que ele já estava achando que era uma situação normal. Um homem bater numa mulher e ficar por isso mesmo.” (Rosa).

“Agora a minha filha está mais feliz, porque ela gosta de ficar brincando, quando ela levanta assiste o desenho dela, e quando ela não fica em casa assistindo televisão ela vai para a laje, leva os brinquedos dela e fica lá brincando”. (Girassol).

“Acho que dói na cabecinha dela, é constrangedor, é desagradável, mas ela tem que saber. Porque um dia ela pode passar pela mesma situação e falar não. Que a mãe já viveu isso e eu não quero isso para mim. Eu acho que ela tem que saber tudo.” (Violeta).

A medo de repetição do comportamento e da aceitação da violência não é a única preocupação destas mulheres, mas também o receio que os filhos desenvolvam problemas psicológicos, sociais e mesmo físicos em decorrência da violência:

“Ela é muito apegada à ele, muito mesmo. As vezes ela ainda está revoltada e eu falo: “Filha, você acha que foi a mamãe que quis isso? Você não viu o que aconteceu com o meu olho?”. Ela diz: “Não mãe, foi o meu pai”, eu digo: “Então pronto, para que essa revolta toda comigo?”. (Girassol).

“Se eu fizesse o boletim de ocorrência, ele ia ser encaminhado para Suzano, Guarulhos, para detenção. Eu fiquei com medo também pelos meus filhos, porque eles nunca viram esses tipos de coisa. A gente chegar a ir à delegacia. Temi pelos meus filhos, não por mim.” (Jasmim).

“Eu também ficava preocupada por causa da menina pequena, porque ela gosta muito do meu filho, e ele brigando com meu filho, minha filha começou a ir mal na escola, só chorando, tudo ficando muito ruim. No dia que ele pegou a faca para o meu filho, a menina acabou tendo que ficar internada.” (Margarida).

5.1.7 Baixa autoestima

A baixa autoestima é o reflexo do ciclo de violência e das características dos relacionamentos das mulheres entrevistadas, que duram vários anos e dificultam a tomada de decisões contra as agressões sofridas.

O sentimento de dúvida, desamparo e perda de identidade estão presentes nas falas seguintes:

“Nossa meu, o que eu estou fazendo aqui?”, uma pessoa que não me ama, que eu não estou amando mais”. (Bromélia).

“No meu relacionamento familiar tive um marido que não me olhou...como mulher, mas sim eu como empregada”. (Lichia).

“Se eu gostava dele, eu não via mais ninguém... só ele, eu não me amava. Mudei depois que eu olhei pra mim. Enquanto eu olhava para o meu marido eu não me via.” (Lichia).

“Eu me sentia um lixo, tendo que trabalhar pra sustentar a casa, sustentar ele, e ter que passar por este tipo de humilhação.” (Margarida).

Nestes trechos das narrativas, Bromélia, Lichia e Jasmim chegaram ao ponto crítico da depressão:

“Hoje vejo que não é nada daquilo que ele falava, ele falava que eu não era capaz, que eu não ia ser capaz. E eu ficava super para baixo. Teve uma época que eu entrei em depressão.” (Bromélia).

“Você não tem mais vontade de viver, você passa a ter depressão, eu tive depressão, não sei bem qual é o tipo da depressão que eu tive, eu não procurei saber qual era o tipo de depressão.” (Lichia).

Além da depressão, a mudança de personalidade é exposta por Jasmim:

“Foi aí que fiquei deprimida. Comecei a.... não sei... só Deus mesmo para reverter esse quadro comigo. Porque eu era uma pessoa tão doce... E isso tudo ele tirou de mim...na hora que eu mais precisava ele me escoraçava.” (Jasmim).

5.1.8 Traição

A infidelidade conjugal é presente nos relatos a seguir, como no caso de Junco, Jasmim e Margarida, que desconfia que o ex-marido possa ter um filho fora do casamento.

“Mas quando eu voltei estava tudo transformado, ele arranhou outra mulher, mudou tudo, desmoronou... Eu acho que a mulher cresceu os olhos, era uma mulher de dentro da minha casa, minha comadre. Ele se embelezou por esta mulher e parece que ficou louco” (Junco).

“Ele sempre bebeu, me bateu, até traição... até me trair ele traiu, com outras mulheres. E eu descobri.... Então quem faz não quer ser atingido também... Não quer ser atingido...” (Jasmim).

“Arranhou uma namorada aqui de frente a minha casa, teve uma amante, aí, na frente de minha casa... Ele tem um filho com essa mulher, ele tem, diz ela que é dele, eu não sei, se for também não me interessa, hoje vive esse coitado sem pai, sem mãe, não sei nem onde vive esse coitado, porque a mulher morreu. Primeiro ela mudou daqui e depois que ela mudou, morreu.” (Margarida).

5.1.9 Sentimentos vividos na violência

O sentimento de solidão é presente no relato de Bromélia, que também expressa dificuldade em superar as agressões que sofreu:

“Por mais que tenha a família, por mais que tenha os amigos, as pessoas, ela se sente sozinha, é uma situação bem delicada e é constrangedor para a mulher.” (Bromélia).

“É um pouco difícil, mágoas e tudo não se apagam. Mas estou bem. Estou bem, Graças à Deus.” (Bromélia).

Em seu relato, Violeta se sente sozinha e também assustada com os procedimentos que deve seguir após a agressão:

“Nestes lugares (delegacias), você fica assustada, você nunca foi e aí se sente mais sozinha, fica meia assim”. (Violeta).

Jasmim, Junco e Girassol demonstram medo de novas agressões em seus relatos:

“Eu tinha medo dele. Embora eu tenha tomado essa atitude de denunciar, eu tinha muito medo dele. Muito medo. Não vou mentir. Tinha muito medo.” (Jasmim).

“Eu tinha muito medo desse negócio. Como ele era bêbado, eu tinha muito medo que isso acontecesse (que ele me matasse), mas graças a Deus, não esperei acontecer e foi isso.” (Margarida).

“Fiquei com medo, ele matar eu e as crianças”. (Junco).

“Ele dormiu, eu dormi, mas foi aquele sono que você dorme e na hora acorda com medo.” (Girassol).

Os trechos seguintes das entrevistas de Lichia e Jasmim demonstram que as agressões geraram sentimento de perturbação e fragilidade:

“...eu estava meio perturbada...desnorteadada...fiquei muito fragilizada...” (Jasmim).

“Eu me sentia derrubada, sem forças, ninguém, muitas vezes eu pensei em me matar.” (Lichia).

Após a agressão, o sentimento é o da dor de um sonho não realizado, como diz Lichia:

“Descobri em mim uma coisa, quando eu vivia com meu marido eu sentia um negócio que não sabia o que é que era... uma dor, assim dor de doente? Não, não era uma dor de doente, era a dor de um sonho não realizado, dor de agressão, dor de você contar com alguém que não é realidade.” (Lichia).

Junco buscava apoio em colegas de trabalho, traduzindo seus sentimentos como tristeza e choro após a violência. Já Rosa sente vergonha da situação:

“eu chegava no outro dia no serviço, eu contava para as minhas colegas. Eu chegava chorando, chateada, triste.” (Junco).

“Eu fico envergonhada devido a situação que estava acontecendo, sem tomar nenhuma atitude. Agora eu estou mais tranqüila.” (Rosa).

5.2 AS FACES DA VIOLÊNCIA

5.2.1 Abuso financeiro como forma de violência

A violência de cunho financeiro contra a mulher tem diversas modalidades. As mulheres, de boa-fé sofrem decréscimo patrimonial ou privação de seu próprio dinheiro.

Junco diz em seu depoimento que além de pagar todas as despesas da casa sozinha, sofreu desvio de dinheiro pelo marido que utilizou todo o dinheiro guardado para a reforma da residência com a amante e bebidas:

“De vez em quando ele trabalhava como temporário, parava e eu nunca parei a minha atividade fora, sustentava tudo.” (Junco).

“Mas quando eu voltei estava tudo transformado... Gastou o dinheiro todo, que tínhamos juntado para construir a casa, a casa não tava nem na metade da construção, faltava bater laje, faltava tudo”. (Junco).

A privação e controle do dinheiro por parte do agressor é também uma forma de violência, conforme o depoimento de Violeta:

“Quando eu casei ele queria que eu desse satisfação de tudo o que eu fazia e então eu vi que eu não trabalhava para mim, era para ele. Porque eu tinha que ajudar em casa, eu ajudava à pagar o aluguel, ajudava a comer e não sobrava nada para mim. Ele trabalhava, mas quando eu comprava uma coisa diferente para mim ele dizia que eu gastava de mais.” (Violeta).

“Eu nem me lembro quando foi a primeira discussão que ele me bateu, mas foi também por causa de dinheiro, sempre por causa do dinheiro, dinheiro para ele parecia... ele acordava vendo os cifrões nos olhos”. (Violeta).

Os agressores em nada contribuíam para as despesas da casa, juntando e acumulando dívidas, como no caso de Bromélia e Margarida. No caso de Lichia, que sempre trabalhou, a falta de ajuda financeira comprometeu a renda familiar, gerando preocupação com relação ao seu futuro e o dos filhos:

“E aí depois que a L. nasceu, as coisas meio que melhoraram, porém ainda continuamos com dificuldades, tanto no relacionamento, quanto... assim, na vida pessoal, na vida financeira, tudo juntando, tudo acumulando”. (Bromélia)

“...tendo que trabalhar pra sustentar a casa, sustentar ele, e ter que passar por este tipo de humilhação”. (Margarida).

“Financeiramente também, ele era assim: hoje eu trabalho e amanhã não. E os nossos filhos iam comer só hoje? Ele não queria saber, se você é a mãe e colocou em casa está bom, dá para mim...” (Lichia).

No trecho seguinte, Margarida relata que pagava, com seu próprio salário e o do filho para arrumar as coisas dentro da própria moradia, apesar do ex-marido ser pedreiro:

“Apesar que ele não trabalha, mas é um bom pedreiro, mas se você chama ele pra trabalhar, ele trabalha até meio dia, se você der a ele R\$ 10,00, a tarde ele não volta mais para trabalhar. Então, dentro de casa, eu casada com um pedreiro, mas tudo que ele tinha que fazer na casa, eu tinha que pagar para ele fazer. No ano passado, eu moro aqui há 19 anos, meu banheiro estava horrível. Meu filho começou a trabalhar e falou “mãe, vamos arrumar esse banheiro?” Concordei e perguntei para o meu marido “quanto você cobra para arrumar o banheiro?”. Porque ele não arrumava e não deixava ninguém arrumar. Aí ele falou “porque é para vocês eu cobro R\$500,00, vocês pagam R\$500,00 que eu arrumo”. (Margarida).

A proibição expressa do ingresso da parceira no mercado de trabalho pelo agressor estão presentes nos relatos de Rosa e Girassol:

“Então ele (o meu irmão) bancou toda a minha passagem, eu não estava trabalhando, estava fazendo os meus biquinhos aqui de borda, porque ele não queria que eu trabalhasse”. (Girassol).

“Mas de falar, ele sempre falava mesmo. Porque ele também é assim, ele acha assim: a mulher casou, a mulher não pode sair de casa... não tenho direito a mais nada, entendeu?... ele não quer que eu trabalhe.” (Rosa).

5.2.2 Violência psicológica

Lichia, Violeta e Jasmim demonstraram conhecimento nos conceitos de violência psicológica e agressão moral:

“A agressividade não era só física mas também moralmente, ele não tem respeito, não tem respeito moralmente... é terrível. Agressividade moral... você deve saber, você quer saber um pouco mais? Agressividade moral para mim é não ter respeito com a outra pessoa, é falar da sua própria intimidade na frente de seus filhos.” (Lichia).

“Eu não sei como se chama essa agressividade, eu não sei se você vai me lembrar (dirige-se à entrevistadora com ar de dúvida), as meninas falam de uma agressividade que a moça falou outro dia é....acho que psicológica? É como que chama mesmo?, Psicológica, agressão psicológica, ameaça, pressão psicológica, fica falando coisas para te deixar com medo ou te deixar receosa. Isso mesmo, ele deixa viu, filha..., ameaçando e falando coisas que você fica se sentindo péssima. É, é péssima!” (Lichia).

“Que agressão não é aquela agressão física, mas tem a agressão verbal, as vezes a pessoa te xinga te maltrata e não é nada de físico, só o emocional. “Você fica transtornada. Isso é verdade, porque as vezes a gente pensa que só pode denunciar a pessoa se for agressão física e não é, tem outras maneiras”. (Violeta).

“No início, eram só agressões verbais... eram para me deixar para baixo mesmo. Porque eu sempre trabalhei, mas não tinha aquele dinheiro fixo, para poder estar ajudando. Então eu sempre dependi dele em certas coisas. Então era nisso que ele me humilhava. Era nessa parte. Como eu não obtinha sucesso, não conseguia... Antes ele já agredia por voz, assim...verbalmente. Ele falava coisas assim que não deveria falar.” (Jasmim).

Violeta aponta o uso de palavrões como forma de agressão:

“Além de eu estar dando abrigo, porque a pessoa fala que não tem pra onde ir, ainda ter que ficar ouvindo palavrão. A menina está sentada aí, como você (aponta a entrevistadora) e ele ali por trás fazendo gestos, mandando eu tomar naquele lugar e um monte de coisas assim”. (Violeta).

Bromélia, Junco e Rosa relatam ameaças constantes de agressão e de homicídio, direcionada a elas e aos filhos do casal, na frente de outras pessoas:

“Ele falou assim, que se eu continuasse com aquela história, ele iria me matar. Que ele ia enfiar uma faca na minha garganta e tal, e na frente dela” (Bromélia).

“ Começou a me ameaçar. Eu só tinha telefone celular, foi na época de fim de ano, ele gastou o 13º todinho ligando pra mim! Comprando cartão e ligando. Falando que me amava, falando que não queria me perder, mas ao mesmo tempo ele fazia ameaças: “Se eu te pegar, você vai ver!”. (Junco).

“Ele fazia mais ameaças, como pegar uma faca, disse que ia me matar”. (Junco).

“Se você acha que vai sair daqui viva está enganada, eu vou matar você e os seus três filhos, vai sair quatro caixões, que eu não vou deixar nem um só vivo” (Junco).

“Ele quer que eu saia de casa com as crianças e não pegue pensão, não pegue nada, ele quer que eu saia, ele quer assim. Porque ele falou, que se eu chegar a pedir mesmo uma separação oficial, ele ia me matar. Tanto é que ele até falava isso na frente das crianças.” (Rosa).

“Ele ficou gritando aqui na rua, dizendo que ia me arrebentar, que aquele dia seria o meu último dia de vida. Dizia que ia me quebrar todinha e se possível até me matar na frente de todo mundo. Meus filhos presenciaram tudo, a vizinhança inteira viu.” (Jasmim).

“Mas mesmo assim ele continua me ligando, né? Onde ele passa, continua me ameaçando... Inclusive, hoje é sexta feira, não é? Quarta-feira passada tive que pegar umas coisas na casa da irmã dele, que ele está morando com a irmã dele. E nesse dia ele tornou a me ameaçar de morte.” (Jasmim).

No caso de Junco, os costumes arcaicos e valores relacionados ao casamento deveriam ser aplicados mesmo em casos de infidelidade:

“Começaram as agressões de novo, a me inibir. Falou que eu tinha que ficar com ele, que eu era esposa dele. Que nem que ele ficasse com outra, eu tinha que aceitar ele”. (Junco).

Segundo Bromélia, o objetivo do agressor é destruir a imagem pessoal através da agressão de palavras:

“Desde que eu fiquei grávida ele começou a falar, denegrir minha imagem pessoal...Falava coisas para me deixar para baixo... me desmoralizar. Falava para todo mundo, muito mal. Na frente dos amigos, na frente da família, na família dele... da minha família... porém graças à Deus eu sou uma pessoa bem transparente no meu jeito de ser. Então a família dele já me conhecia, a minha família me conhece, então ele falava na frente... eles falavam: “não, isso não é dela...”. Começou primeiro com essas agressões psicológicas, com essa agressão que é uma agressão, como que eu digo? Uma agressão de palavras, para depois evoluir para uma outra agressão. (Bromélia).

Os ciúmes infundados foi o motivo segundo Girassol para a violência psicológica que se seguiu, através de “dar homens a ela”, o que significaria a infidelidade conjugal:

“Ele ficava no bar falando que eu estava com namorado, perguntando para minha filha se eu estava com novo namorado, e eu não tenho namorado. Ele ficava dizendo que eu tenho namorado e que eu não tinha direito a nada dentro de casa, de maneira nenhuma, nem eu nem a menina, a menina vinha pegar os brinquedos dela e começava a chorar.” (Girassol).

“Ele começava a me esculhambar e ficava me dando homem. Pior coisa era isso, você só vive do meu trabalho, quem me conhece aqui vê.” (Girassol).

“Me chamava de vagabunda, ficava me dando homem, falava que eu não fazia nada, mas ele sabe o quanto eu fazia”. (Girassol).

Margarida e Junco sofreram todos os tipos de agressões psicológicas, que passaram pela ameaça, exposição e palavrões:

“...me agredia muito com palavras horríveis....Ele nunca me bateu, mas me chamava de vagabunda, e eu e meu filho trabalhando para sustentar a casa e ele dizia que eu era vagabunda, que eu era doida, que eu era isso e que eu era aquilo. Ele sabia me machucar muito com essas palavras. Era muito ruim isso tudo. Além disso, ele também me ameaçava. Dizia que qualquer dia ia chegar e por fogo na casa, que ia me matar dormindo, que qualquer dia.... Então ele vivia me ameaçando, que ia me bater, que ia me matar dormindo.” (Margarida).

“Eu não tinha muita experiência sobre violência, sofria todo tipo de ameaça”. (Junco)

5.2.3 Violência física

A violência física pode ser manifestada através de empurrões, pontapés, tapas, enforcamentos.

Em seu depoimento, Jasmim narra quando a violência física começou:

“Depois é que vieram as agressões físicas... quando eu já tinha a mais velha e também o do meio. Ele só começou com a agressão após o meu segundo filho”. (Jasmim).

A violência física através de empurrões são presentes nos casos de Bromélia e Girassol:

“Ele veio completamente agressivo e começou a agressão, me empurrou...” (Bromélia).

“Uma vez ele me deu um empurrão nos peitos, deu um chute nos peitos. Fiquei calada, foi à primeira vez.” (Girassol).

No relato de Junco, a violência física é manifestada na frente de outras pessoas e na forma de apertos no braço:

“Um dia eu fui na casa da minha colega, ele foi atrás de mim, chegou lá ele pegou no meu braço com bastante força” (Junco).

“ Ele chegou bêbado e falou que eu tinha que ficar com ele, mesmo ele ficando com a outra eu tinha que aceitar ele, porque eu era a esposa dele. E eu disse que não. Eu disse que ia dormir lá embaixo, que ia me separar dele. Ele falou: “Você não vai! Você tem que ficar comigo!”. Foi nesse dia que ele me agrediu, me pegou nos dois braços e disse que ia me enforcar se eu tentasse sair”. (Junco).

A violência física direcionada principalmente ao rosto é constante nos relatos de Rosa, Girassol e Lichia:

“O que aconteceu na briga é que ele me pegou, me deu uns tapas, pegou, bateu minha cabeça no portão.” (Rosa).

“Ele me empurrou e eu fui falando “você não me bate, porque se você me bater você vai preso”. Ai ele falou “eu não sei de nada disso”. Ele começou a me xingar, a me esculhambar e me bateu, deu um murro no meu olho aqui (mostra o olho), no esquerdo, ficou roxo, eu dei duas mochiladas na cabeça dele.” (Girassol).

“Primeiramente ele me deu um tapa, depois me deu um chute na cara na frente da minha mãe, um chute na cara que bati minha cabeça na parede e ainda estava com meu filho mais novo no colo. Na época ele tinha um seis, sete, oito meses por aí, ele ainda não andava, então estava com meu filho no

colo. E ele bêbado, eu fiquei assim (demonstra a posição sentada, com um nenê no colo), no saco de feijão e botei um vestido. Fui para a roça coloquei o nenê no colo (repete a demonstração). Ele veio e me deu um chute, pegou na minha cara o chute, eu bati a cabeça na parede porque eu estava encostada no saco da parede. Foi violentamente.” (Lichia).

Conforme os relatos de Lichia, Jasmim e Girassol, objetos também eram utilizados para a violência física ou como maneira de reduzir seu potencial de fuga:

“Ele me dava empurrões violentamente (neste momento a irmã complementa que ele quebrou a geladeira). Pega uma marreta, quebra a geladeira, pega uma faca, fala que vai me matar, corre atrás e não deixa mais eu entrar pelo portão, enquanto a polícia não vai lá e me ajuda. Eu e os três.” (Lichia).

“Em um outro dia ele chegou fedendo cachaça, pegou tudo que tinha e jogou nas minhas pernas. Esta foi uma das primeiras brigas aqui em São Paulo. Ele bebeu uma cachaça e tinha um som, ele pegou as duas caixas e também o som e jogou rumo as minhas pernas. Eu me afastei rapidamente e caí. Quebrou tudo, se tivesse pegado nas minhas pernas com certeza teria quebrado, fui pra vizinha, ele me bateu na frente da vizinha, não totalmente, mas me deu um monte de empurrão na frente dela.” (Lichia).

“...ele pegou uma faca para me furar.” (Jasmim).

“As agressões já tinham sido três, porque uma ele me encostou na parede, na hora que eu abri a geladeira ele me encostou, a menina tinha saído”. (Girassol).

5.2.4 Violência Sexual

A violência sexual juntamente com a agressão física é presente nos relatos de Lichia e Jasmim:

“Ele começou a rasgar minha roupa, a porta estava fechada, só estava eu e as crianças. Começou a rasgar minha roupa e meu cabelo... depois que ele me derrubou no chão e me bateu. Deu umas porradas na minha cara, bem na minha cara, porque ele conseguiu me dominar ficou em cima de mim. Me deu três tapas na minha cara e eu fiquei gritando. A mãe dele ouviu os gritos lá da casa dela e veio correndo. Tentou quebrar a porta. Estávamos grudados, os dois se matando. A mãe dele tentou quebrar a porta e ele saiu de cima de mim e abriu a porta. A mãe tirou ele de lá, eu não queria mais viver, traumatizou bastante, foi um trauma muito grande” (Lichia).

Neste trecho Lichia se sente escravizada, frente à dor que sentiu ao ser vítima de estupro pelo próprio marido:

“Agredir você intimamente, estou falando sexualmente, está entendendo? Agredir você na relação sexual, isso é um crime! Para mim é crime, porque é dor! Dói. Você acabou de dar um tapa na cara e você que ter uma relação sexual comigo depois de um grande tapa? Isso é escravidão.” (Lichia).

A agressão psicológica precede o estupro neste relato de Lichia:

“Uma dor que eu senti nesse relacionamento de 20 anos é ele querer transar... mas se eu se estou menstruada, eu não vou transar... eu estou menstruada. Ele obriga, agride com palavras. Diz: “Vai sim, eu vou te matar e vou fazer meu serviço”. (Lichia).

Jasmim demonstra inquietação ao falar do tema, pois a filha está na sala, mas expõem que o ex-marido a violentou sexualmente:

“Até mesmo... chegou um momento que... me violentou sexualmente. E... me batia muito.” (Jasmim).

5.2.5 Violência familiar: agressão contra os filhos

Para Bromélia, a violência contra a filha vem em forma de rejeição e agressão psicológica por parte do ex-marido e pai da criança:

“Eu não sei se é pelo fato de durante a gravidez ele ter essa rejeição, ela tem um pouco de rejeição com ele, ela não tem aquele amor, aquele afeto com ele. Nossa, no começo, quando ela era bebê, eu fazia de tudo pra que ela tivesse, assim, um carinho de filha para pai e foi difícil... Ele não chamava a atenção dela diretamente, não exercia a função de pai.” (Bromélia).

“Ela estava ficando assim: toda vez que a gente discutia, ela já começava a chorar. “Não, não, você não vai bater na minha mãe, você não vai bater na minha mãe”, então aquela cena da agressão ficou na cabecinha dela. Então, é... às vezes ela... às vezes não, sempre, ela tem um certo ciúme, um certo cuidado comigo, não deixava ele se aproximar de mim, em hipótese alguma” (Bromélia).

O sofrimento psicológico com as brigas e agressões da mãe estão presentes nos relatos de Girassol e Jasmim:

“Ele saiu e começou a xingar. A minha filha olhando, eu disse: “Olha a J. em casa” e ele: “Eu vou matar você”. E foi para o bar. A minha filha: “Mãe ele tacou a panela de macarrão no vidro e quebrou o vidro, o que a gente faz?”. Respondi: “Isso é um problema dele, quer bater na gente”... Mas ele nunca bateu nela. Nela não. Ele adora essa menina, ele gosta demais dela.” (Girassol).

“E... me batia muito. Batia na frente das crianças, inclusive as crianças presenciavam muito isso.” (Jasmim).

A violência psicológica também é direcionada aos filhos de Jasmim:

“...mas ela, a mais velha, ele maltratava muito, muito, muito. Ele não chegava a bater, nunca bateu neles. Nunca. Mas verbalmente, sim. Maltratava muito, xingava muito”. (Jasmim).

Junco relata as agressões físicas contra seu filho do primeiro casamento, que tratava o agressor como pai:

“Eu casei com ele, meu filho mais velho tinha 8 meses de idade. Mas ele assumiu, o menino chama ele de pai e tudo, só não era registrado no nome dele...Ai nós casamos, no início ele aceitou numa boa, depois que o menino cresceu ele começou a espancar o menino” (Junco).

“Um dia eu cheguei em casa e o moleque estava machucado, ele levou um surra, levou um murro que abriu um buraco na cabeça dele com a cinta, com a fivela da cinta...” (Junco).

Nos trechos relatados, Junco e Margarida descrevem que os filhos já a defenderam, bem como à sua outra filha, que já tinha sofrido agressões físicas anteriormente:

“Um dia deu um murro nela, ela bateu a cabeça no trinco da porta, ele estava bêbado e ela nunca esqueceu, ela tinha cinco anos nessa época... Meu filho estava disposto a matar ele, pois quando ele me viu chorando e a minha filha, ficou revoltado e disse “Pode mexer com qualquer um, mas não mexe com minha mãe não, porque está mexendo comigo.” (Junco).

“...falou para a minha filha “vai pegar o meu chinelo”. Ele virou e disse “quero água”. F. veio e pegou a água. Ele continuou “quero gelada”, aí a menina falou “nossa pai, como o senhor é folgado, porque você não vai pegar?” Aí ele partiu para bater na menina e o meu filho falou “na F. você não vai bater não, por que o senhor vai bater na F. ? Bate em mim.” Ele respondeu “vou bater mesmo, você é meu filho, vou bater em você mesmo.” Levantou, deu um empurrão no meu filho, o menino caiu sentado no sofá e levantou...foi quando meu filho deu um empurrão nele e como ele estava bêbado, ele caiu...ele levantou, veio aqui na cozinha e pegou uma faca.” (Margarida).

Em seu relato, Rosa diz que o marido não quer que os filhos estudem:

“Ele começou a querer que eu tirasse as crianças da escola, para colocar as crianças para trabalhar. Já começaram as brigas. E cada vez foi piorando. A situação cada vez agravava mais. E foi agravando mais, mais briga, conforme as crianças foram crescendo mais, ele foi ficando mais nervoso”. (Rosa).

“Ele disse que ia embora, comecei a fazer minhas coisas, a J. disse que ia também e ele disse que eu não ia levar ela não. Eu me acalmei, pedi para ela se acalmar e fiquei aqui.” (Girassol).

Lichia relata o abandono do ex-marido com relação aos filhos:

“Enquanto isso a família precisando, ir na reunião da escola, precisando conversar com o filho para saber o que aconteceu durante a semana na escola, nada dele me ajudar com nada disso.” (Lichia).

Neste relato Lichia conta da pressão que o ex-marido fez para que ela venda a moradia familiar, ameaçando os filhos do casal de morte:

“Ele disse: “Se não vender (a casa) eu vou matar os meninos! Eu mesmo criei eu mesmo como”. Pensei: quem? meus filhos? Você criou, você vai comer, não te pertence em nome de Jesus. Ele deve estar com o demônio. Falo mesmo porque já pensou você criar seus filhos, você tem certeza que é teu filho, teu filho é teu sangue, teu filho é você... a vida é individual, mas filho não deixa nunca de ser filho, então você não vai comer ele, você criou ele não te pertence, ele pertence à Deus. Mas ele dizia: “Vou sim, passo um tempo preso e depois me solto”. (Lichia).

Lichia e Margarida narram as agressões físicas sofridas pelos filhos:

“E do ano passado para cá, ele começou a agredir o menino, eu não, mas ele, porque ele sabia que ele se me falasse alguma coisa, o menino já vinha para cima. Eu saía para trabalhar e quando chegava do serviço, o menino estava do lado de fora, com a bolsa nas costas, porque ele não deixava entrar. Só entrava quando eu chegava. O menino trabalhava para pagar tudo e ele dentro de casa “enchendo o saco”...ele pegou a faca, pegou uma faca para o meu filho.” (Margarida).

“E o problema era que ele batia muito no meu filho, batia muito quando era pequeno, ainda até os seus 14 anos ele batia muito nele. E esse ano, quando ele foi bater no menino, o menino falou “eu não vou apanhar mais, eu não vou mais apanhar”. Ele queria bater no menino por causa de um chinelo.” (Margarida).

“Ele bateu nos meus filhos, mais no mais velho, na menina ele não bateu muito quando era pequena. Depois de grande ele bateu acho que duas vezes, ele batia mais nos meninos, quando eu não estava. A menina teve uma vez, que ela chegou da escola e estava com uma mancha roxa na perna, ele bateu, ela tinha treze anos de idade. O mais novo ele não bateu muito, bateu pouco que não machucou. No mais velho a coisa foi mais séria, porque antes desse negócio do olho, ele chutava o menino na rua, batia, quebrava vassoura nas costas do moleque.” (Lichia).

5.3 O CAMINHO QUE PERCORRI

5.3.1 A trajetória após a violência

Logo após a violência há um caminho a ser percorrido. Inúmeras estradas cruzam esse caminho, levando a mulher a optar por aquele que lhe parece mais seguro, próximo ou o único de seu conhecimento. Estes relatos procuraram demonstrar a trajetória percorrida por estas mulheres.

Bromélia narra sua primeira experiência, quando chamou a polícia que a encaminhou para a Delegacia e, posteriormente, compareceu ao IML para exame de corpo de delito:

“ Na primeira vez chamei a polícia quando teve a agressão e eles me levaram na delegacia, era dia de semana, eles me levaram lá na delegacia, tudo, e aí eu abri o boletim de ocorrência e depois para fazer corpo de delito no Artur Alvim também. No IML de Artur Alvim. Foi o meu primeiro boletim de ocorrência.” (Bromélia)

Em seu relato, Bromélia, em um segundo atendimento, retorna a Delegacia de Polícia, onde fez seu primeiro boletim de ocorrência, com a finalidade de lavrar um boletim de ocorrência de ameaça, porque não foi ouvida pelo Delegado plantonista, que a encaminhou para a DDM:

“...saí para a delegacia novamente...quando eu cheguei falaram para esperar o delegado. E assim, eu fiquei esperando... o delegado chegou, o delegado saiu, o delegado chegou, o delegado saiu e daí foi quando ele resolver olhar pra mim, ele falou: “o que você está fazendo aqui ainda?”, eu falei: “então, eu estou na tentativa de abrir um boletim de ocorrência contra ameaça”. Isso meu ex rodeando a delegacia, ele estava super revoltado. O delegado falou: “não, você vai ter que abrir esse boletim de ocorrência na Delegacia da Mulher” e foi o que eu fiz, eu saí da delegacia super revoltada, super nervosa, vim para cá, para a casa da minha mãe e no outro dia eu fui para a Delegacia da Mulher, lá no Artur Alvim” (Bromélia).

Girassol descreve sua trajetória, a ida na DDM e o exame de corpo de delito:

“De manhã eu fui na delegacia e quando cheguei na delegacia mandaram eu fazer um exame, corpo de delito. Me mandaram no Arthur Alvim, eu não conheço nada, mas com o endereço eu fui.” (Girassol).

Rosa foi encaminhada da DDM diretamente para o CCM:

“Então eu peguei, fui até a delegacia da mulher, fiz a ocorrência, eles pegaram e me encaminharam para cá (CCM). Deram até o processo de separação, tudo”. (Rosa).

Violeta conta que em um primeiro momento, buscou a ajuda da Polícia Militar, pelo telefone 190 (Emergência), mas a agressão não esperou a Polícia chegar:

“Liguei para a polícia, 190, até então eu não tinha tido agressão física, ele só estava xingando, falando palavrão. Quando eu liguei e falei que queria que tirasse ele de dentro da minha casa, a pessoa perguntou para mim: “Mas ele está sendo agressivo?”. Eu falei que não, então disseram que eu deveria aguardar um pouco. Esperar... que a polícia chegue até aí. Com isso ele pegou e me bateu e quando a polícia chegou ele não estava mais lá, tinha ido embora.” (Violeta).

5.3.2 O atendimento nas instituições de proteção à mulher

Ponto negativo exposto pelas mulheres foi o fato da DDM encontrar-se fechada aos finais de semana e feriados, quando, segundo elas, ocorre a maioria das agressões:

“Tudo isso foi na sexta à noite e sábado, domingo a delegacia não funciona. Tive que esperar até à segunda-feira para poder ir lá...” (Violeta).

“No dia que aconteceu o fato da agressão eu chamei uma viatura. Na delegacia fizeram o boletim. Os policiais que foram lá e falaram para ir lá à Delegacia da Mulher, no outro dia, que o fato ocorreu no domingo, então estava fechada. Eu fui lá, eles fizeram o boletim e só isso.” (Rosa).

“Com relação à Delegacia da Mulher...eu queria relatar o seguinte...o funcionamento é de segunda a sexta. Então, não só ao meu favor, mas a favor de outras mulheres que necessitam, o atendimento deveria ser de segunda a segunda. Vinte e quatro horas, porque eles (maridos) passam a semana inteira bons, chega o sábado e o domingo enchem a cara, aí é onde começam as agressões. Na segunda-feira a delegacia está lotada. Eu observei esse ponto porque foi numa segunda-feira que eu fui lá e observei.” (Jasmim).

Outro fator negativo apontado por Margarida no atendimento da DDM foi o atendimento exclusivo a ela e não ao seu filho, que tinha sofrido a agressão:

“A primeira vez que fui à Delegacia da Mulher foi há cinco anos atrás...eu fui até lá porque ele bateu nele, machucou. Foi quando me falaram que não tinha nada a ver se ele tinha machucado meu filho, porque ele tinha que me machucar, só que em mim ele nunca bateu.” (Margarida).

Em outro momento, Margarida procura novamente o apoio da Delegacia, que lhe foi negado:

“Ele falava que não saía só morto, da casa dele. E se saísse, ele voltava para me matar e matar o meu filho. Fiquei com muito medo, procurei de novo a Delegacia e ninguém fez nada”. (Margarida).

O atendimento da Polícia Militar foi questionado por Violeta, que se sentiu discriminada e sem encaminhamento devido:

“O que aconteceu no dia da agressão que foi na sexta-feira à noite, eu liguei para a polícia, mas foi só eu desligar para eu sofrer. Demorou mais ou menos umas 3 horas para a viatura chegar aqui. Não gostei do atendimento, não gostei mesmo, porque não é assim, parecia que a errada era eu mesma. Ele falou: “Ah, se a Senhora já estava separada dele, porque que a Senhora deixou ele voltar pra casa?”. De forma à dizer que eu tinha uma culpa, disse que agora eu não poderia fazer nada, a não ser que eu fosse em uma Delegacia normal, que eu não aconselho, pois não vai ser bem atendida.” (Violeta).

Rosa reforça o relato de Violeta com relação ao atendimento policial e descreve sua demorada trajetória na DDM:

“Mas eles (os policiais) foram lá, mas praticamente não fizeram nada. Porque eles falaram que eu tinha que ir na delegacia da mulher, aí no dia seguinte eu fui sozinha. Com tudo isso eu me senti mal, assim... de ter que ir até lá, aguardar, porque demora. O atendimento lá é demorado, não é rápido”. (Rosa).

Jasmim relata a tentativa de homicídio que não foi atendida pela Polícia Militar:

“Chegou um dia, e ele não estava nem bêbado, ele estava são, ele pegou uma faca para me furar. Era mais ou menos meia noite, entre meia noite e meia noite e meia... Peguei e liguei para a Polícia. A Polícia demorou e aí não veio.” (Jasmim).

As narrativas descrevem o atendimento demorado da DDM:

“O atendimento foi razoável... tomei um chá de banho... um chá de canseira, faz você pensar. Demorou muito. Nossa. A sorte é que deixei minha filha em casa.” (Bromélia)

“Depois eu voltei na Delegacia, deixei o papel do exame (de corpo de delito), perguntei se ia demorar, disseram que ia demorar.” (Girassol).

“A primeira vez que eu fui à Delegacia da Mulher demorou muito, muito mesmo, até dormi na cadeira, porque tinha um monte de gente. Depois fui em outra e demorou um pouco, quando é para você dar queixa, demora.” (Lichia).

Assim como os relatos anteriores, a demora no atendimento da DDM encontra-se presente, porém a qualidade com que o mesmo é feito é ressaltada:

“Na segunda vez eles mandaram a intimação, para que eu fosse lá dar encaminhamento no processo. Demorou muito, umas 3 horas, mas o atendimento foi bom, não tenho nada o que reclamar.” (Violeta).

“O atendimento foi de primeira, só que um pouquinho demorado. Elas me trataram muito bem.” (Jasmim).

Os relatos das mulheres ressaltam o bom atendimento recebido na DDM, encontrando apoio em suas tomadas de decisão:

“Fui na delegacia da mulher, fui muito bem recebida, ela falou assim: “Não adianta a senhora se apavorar, porque você não vai perder nada, primeiro porque se você saiu de casa tinha algum motivo, você não saiu sozinha, você levou seus filhos, seus três filhos, algum motivo tinha...”. É, algum motivo tinha para eu sair, levar meus filhos e deixar só ele.” (Junco).

“Quando foi na segunda-feira eu fui trabalhar e quando saí fui na Delegacia da Mulher...o atendimento lá foi bom, eu gostei, ela falou: “Isso aqui se você quiser processar ele, se quiser fazer não sei o que mais, você vem aqui com esse papelzinho que a gente chama ele”. (Girassol).

5.3.3 Acolhimento no CCM

O CCM é apontado como um centro de amparo à mulher vítima de violência, sendo ressaltada sua alta qualidade de atendimento.

A sensação de acolhimento e apoio no CCM é presente nos relatos seguintes:

“O atendimento que eu recebi vi que é um amparo para a mulher. Porque muitas vezes a mulher, quando passa por isso, por essa situação, se sente sozinha.” (Bromélia).

“Eu sentia que faltava apoio para chegar a uma decisão. Um incentivo que eu tive, de dizer que eu tinha condição de fazer, foi mais aqui no CCM.” (Rosa).

Lichia e Violeta relatam seus atendimentos no CCM como um apoio completo, composto por várias etapas:

“Aí vim para cá e fui muito bem recebida aqui no primeiro dia. Fiquei pensando que eu nunca tinha passado por isso e que atendimento que eles tem... não consegui entender porque fui tão bem recebida, você me entende? Aqui nessa Casa (CCM) eles falaram que iam me ajudar o máximo que

pudessem e se era isso mesmo que eu queria. Eu sei que demorei um pouco, mas eles me ajudaram de todas as formas, até me deram atendimento no psicólogo. Com a situação de vida que eu já tinha passado com os meninos, eu achei legal, muito legal.” (Lichia).

“No CCM o pessoal foi muito atencioso, a gente passa por uma triagem, fala com uma moça que é assistente social...” (Violeta).

Margarida relata sua ida ao CCM e excelência do atendimento:

“Aí minha vizinha, que também foi atendida lá no CCM, me falou de lá.... e eu fui lá. Fui, corri atrás e consegui, Graças a Deus, para mim foi o melhor lugar, foi muito bom... aconselho a todo mundo que vá lá nas meninas (CCM), porque só lá resolve, lá resolve de verdade.” (Margarida).

O atendimento jurídico prestado no CCM, pelo convênio firmado com a Procuradoria de Assistência Judiciária, foi ressaltado como excelente nos seguintes relatos:

“Fui (no CCM) para conhecer, fui muito bem recebida lá, me explicaram tudo o que eu tinha que fazer. A doutora (procuradora) me atendeu muito bem, do processo todo de separação.” (Junco).

“Lá (no CCM) fui bem orientada, consegui arrumar uma advogada (procuradora) para estar entrando com um processo de separação e de pensão das crianças... Lá no Centro de Cidadania o atendimento foi ótimo.” (Jasmim).

5.3.4 O entrelaçar da rede

As mulheres conseguiram qualidade no atendimento por meio da indicação de outros serviços fornecidos pela rede. Essa rede é composta pela articulação das políticas públicas existentes na região e a criação de novos vínculos.

Bromélia descreve como conheceu o CCM, através da indicação feita por pessoas vinculadas à rede:

“Em maio aconteceu a primeira agressão. Aí conheci...o CCM. Conheci através da recepcionista do AMA (ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIAL), do Glória, que ela me indicou, ela trabalha lá, falou: “olha, vai lá, tal, procura, por direito, se você quiser separar, se você não quiser, lá tem psicólogos, tudo” e aí eu fui... conheci o projeto deles...” (Bromélia)

Relata, ainda, os serviços que lhe foram oferecidos, mesmo que não tenha demonstrado interesse:

“Passei na psicóloga também, só na delegacia. Me ofereceram por diversas vezes, mas eu falei: “ah não, não vou”, porque até então não estou vendo tanta necessidade.” (Bromélia).

A DDM também foi um importante propagador do trabalho realizado pelo CCM:

“Foi na Delegacia da Mulher que me falaram da Lei Maria da Penha, falaram do CCM, que lá a gente poderia ter um acompanhamento, se eu queria... Eu falei que sim.” (Violeta).

“Me orientaram (na DDM) e me mandaram para o CCM. Foi onde eu fui.” (Jasmim).

5.3.5 Doenças da violência

A correlação entre a violência e a saúde pode ser percebida nos relatos seguintes.

Girassol e Margarida relatam a melhora nos níveis de sua pressão arterial após a cessação da violência:

“Estou calma, tomo o meu remédio de pressão porque tem que tomar mesmo, não era como eu estava tomando antes, exageradamente, eu chegava aqui eu já me sentia mal, minha pressão voltava a estourar.” (Girassol).

“Com tudo tão ruim, fiquei com pressão alta, fiquei com tudo que se pega. Porque ele só me deixava estressada e nervosa. Depois que ele saiu daqui, até um monte de remédio que eu tomava, deixei de tomar. Que graças a Deus... Fui muitas vezes na UBS, com a pressão alta direto, passando muita angústia, muito ruim.” (Margarida).

O desenvolvimento da depressão levou Lichia a procurar atendimento médico especializado e a tomar remédios controlados:

“Fiz tratamento com psicólogo e com psiquiatra durante esses sete anos, tomei remédio controlado. A depressão que eu tive foi muito complicada, pelos medos que ele me fazia, a ameaça de me matar, ameaçava fazer isso”. (Lichia).

A procura do serviço de saúde nem sempre tem sua história diretamente vinculada à violência. Como nos casos de Lichia e Jasmim, que apesar de

freqüentarem regularmente os serviços de saúde, nunca relataram a agressão sofrida:

“Sabe, quando eu sofri agressão eu fui no Posto de Saúde, mas nunca declarei o caso, ficou tudo guardado. Eu nunca mostrei pra ninguém, só queria que me dessem um remédio.” (Lichia).

“Não...não, nunca contei para ninguém da saúde, porque eu tinha medo. Eu tinha medo dele.” (Jasmim).

Lichia narra, com detalhes, o atendimento especial ao qual o filho foi submetido após violência imputada pelo pai:

“Eu saí para trabalhar e meu marido deu uma surra violenta nele. Quando eu cheguei de noite eu tive que levar meu filho para o hospital, ele estava com uma mancha no olho (faz uma mímica de um desenho redondo no olho)...saí e levei o moleque no Hospital Santa Marcelina chegou lá e a moça perguntou qual era o problema. Eu disse que era consulta e que eu não sabia de nada, que o pai bateu nele e que era para olhar o olho dele, não queria que ele ficasse cego, ele era tão inocente! Eu estava com o coração limpo, não estava defendendo meu marido. Eu disse que tinha sido o pai dele, aí começou a fazer uma consulta diferente, foi para uma sala que tinha um monte de gente que não era enfermeira. Era assistente social. Foi lá e me chamou, fui com o menino na sala e a moça falou: “Esta daqui é a consulta, o pai que bateu”. A médica disse vem aqui para a moça e deu uns papéis, disse para ir na delegacia e para um homem fazer um negócio lá.” (Lichia).

Margarida foi socorrida, depois de um desmaio, no serviço de saúde da região. A filha também apresentou sinais de alergia associada ao nervosismo após a violência:

“Ele levantou, veio aqui na cozinha e pegou uma faca (para agredir meu filho). Aí eu não vi mais nada. Quando acordei, eu estava no hospital, porque meus vizinhos tinham me socorrido. Acordei querendo o meu filho, achava que ele tinha feito alguma coisa, a menina já ruim porque ela tem um problema de alergia, quando fica nervosa, começa a se coçar. Ela já estava tomando soro por causa da alergia.” (Margarida).

5.4 JUSTIÇA

5.4.1 Meu primeiro contato: com que Lei eu vou?

Esta subcategoria descreve como ocorreu o primeiro contato que estas mulheres, após a violência, tiveram com os meios jurídicos e jurisdicionais disponíveis e com a própria legislação.

Bromélia diz que já conhecia seus direitos e por isso pôde procurar por atendimento sozinha:

“Eu preferi buscar atendimento direto, pois eu sabia mais ou menos dos meus direitos. Depois me instruíram e me falaram que eu teria direito a tudo perante a lei e aí eu fiquei um pouco mais tranqüila.” (Bromélia).

O CCM, juntamente com a Polícia Militar e a DDM, também foi apontado como um dos lugares para conhecer a legislação:

“A polícia veio, falaram que eu tinha que ir à delegacia da mulher, fazer boletim de ocorrência contra ele, eu fui, fiz o Boletim de ocorrência. Fui fazer corpo de delito. Na delegacia da mulher eles me deram um papelzinho do Centro de Cidadania da Mulher – Itaquera”. (Junco).

Rosa não foi orientada sobre os direitos e deveres que teria:

“Eles não falaram nada, simplesmente fizeram o boletim. Eu fui encaminhada para um exame no (bairro) Arthur Alvim, mas eu não fui fazer. Porque eu foquei mais na separação. Corri atrás de separar logo. Mas estamos morando juntos ainda. Estou aguardando, ele não sabe que eu fiz isso. É sigiloso”. (Rosa)

Lichia desconhecia o procedimento a ser seguido e se sentia perdida sem conhecimento da legislação:

“Eles me atenderam (na DDM) e chamaram uma moça. Eles pedem para falar o que é, o motivo, o que eu estou querendo. Falei que estava querendo a ajuda deles, no início eu não conhecia nada mesmo, em relação à Delegacia da Mulher. Ela perguntou o que é que eu queria e tudo... eu falei: “Moça eu quero ajuda de vocês, porque meu relacionamento não dá mais e eu corro risco, estou em uma família que está desestruturada”. Ela falou que tudo bem, era só contar o que ele fez. Falei tudo. Ela perguntou: “O que é que você quer?” e eu respondi: “Quero que a Justiça me ajude para eu ter um lar e ficar com meus filhos mas não com meu marido”. Ela fez o boletim e eu assinei. Ela me deu uma folha, ficou com outra, disse para eu ir na Casa de Cidadania, que é esta aqui. Disse: “Vai lá e conversa com eles para eles te darem uma orientação”. Infelizmente ela viu que eu não estava

por dentro de nada, estava buscando ajuda para sair de uma situação e precisava de alguém.” (Lichia).

Na DDM, Violeta conheceu a Lei Maria da Penha, aplicável a seu caso:

“Foi na Delegacia da Mulher que me falaram da Lei Maria da Penha, falaram do CCM, que lá a gente poderia ter um acompanhamento, se eu queria... Eu falei que sim.” (Violeta).

Junco, diferente das demais colaboradoras, que buscaram informações através de órgãos jurisdicionais ou jurídicos, obteve informações com uma colega:

“Eu estava chorando muito, com medo, apavorada. Ele falou que ia me denunciar por abandono de lar, que eu ia perder a causa, que eu ia perder todos os direitos. Fui me informar e minha colega falou: “Vai na delegacia da mulher, denuncia ele por ameaça, faz o boletim de ocorrência, porque se acontecer já está ciente”. (Junco).

5.4.2 A separação do casal, moradia e pensão dos filhos

A separação do casal, a moradia e o pedido de pensão para os filhos são considerados parte do caminho a ser trilhado por essas mulheres para obter uma segurança jurídica ao deixar a violência.

Bromélia diz que sua separação não foi demorada e foi realizada pela Procuradoria de Assistência Judiciária:

“Depois, movi o processo de separação, já saiu a minha separação e a pensão da menina, foi pela procuradoria. Me indicaram para o procurador, que é da advocacia. Aqui em Itaquera. Foi rápido, até. Porque, assim, direto na defensoria demora em torno de uns 3 a 4 meses.” (Bromélia).

Junco narra como conseguiu retirar o agressor (ex-marido) da residência da família:

“No dia da audiência eu falei para o Juiz que eu queria que tirasse ele de dentro de casa, que ele falava que nenhum Juiz no mundo tirava ele de dentro de casa. Por causa dessa agressão que ele fez comigo, o Juiz conseguiu tirar ele. A doutora falou assim: “vamos ver se nós não vamos tirar ele!”. Tirei ele de dentro de casa...” (Junco).

Girassol teve dúvidas sobre seu direito de permanecer com seus filhos na casa alugada pelo casal:

“Me deram o cartãozinho lá do centro de.... das mulheres lá, o CCM. Fui a pé para Itaquera, no CCM, quando cheguei falei com elas, elas falaram comigo, tinha até um advogado. Perguntei “Se eu sair, eu perco o

direito? Porque essa casa é de aluguel não é minha, não é dele. Falaram que era melhor eu ficar, se não eu perdia o direito e tal.” (Girassol).

Em outro momento, Girassol descreve a vontade de retornar à casa alugada pelo casal, pois estava morando na residência de uma colega. Na audiência, a Justiça determinou a saída do agressor e o direito de Girassol e sua filha retornarem à antiga casa:

“Conversei com o advogado e ele disse “o que você quer?”, eu disse “Eu quero que ele saia da casa, porque eu estou na casa da minha colega e a qualquer momento eu posso sair, que a gente não está bem, a menina fica chorando, a menina nervosa, está indo ruim na escola dela. Ela está muito nervosa, estou achando que ela está com manchas no corpo, não está legal para ela, se ele me bateu quem vai para o meio da rua é ele não eu, eu tenho a menina”. E ele disse que ia falar com o Juiz. O Juiz me deu tudo e mandou ele sair. A defensoria Pública veio com a polícia e ele saiu, quando ele saiu ela mandou ele me dar a chave, ele saiu só com as roupas, com uma mochilinha cheia de roupas e eu fiquei com a casa”. (Girassol).

Violeta narra a separação em fato do casal, mas ressalta a dificuldade de continuar convivendo na mesma residência:

“Fizemos a separação primeiro, a gente se separou “de corpos”, porque ele continuou morando aqui e também continuaram as brigas”. (Violeta).

Violeta relata seu alívio quando deu entrada em sua separação judicial, pensão alimentícia da filha, bem como a regulamentação das visitas:

“Ela me encaminhou para um advogado, para a defensoria, esta advogada é que encaminhou meu processo de divórcio, de separação, de tudo o que tem direito. Neste momento eu já sabia exatamente o que eu queria, que era me separar no papel legalmente, dar entrada na pensão da menina, porque até então ele nunca deixou de dar a pensão, mas depois disso eu achei melhor deixar tudo certo. A visita eu tinha falado para ele que eu não queria mais, que ele viesse aqui. Então ficou certo que ele iria visitar conforme o Juiz determinasse. Quando eu cheguei para dar entrada no processo de separação, de pensão e de tudo, eu já estava mais aliviada, tranquila, sabia bem o que ia fazer.” (Violeta).

Jasmim relata que o mesmo depoimento da DDM foi utilizado como base do processo de divórcio e, além disso, entrou com o pedido de pensão alimentícia para os filhos:

“Nessa conversa (com a procuradora do CCM) eu descrevi todo o depoimento que eu tinha falado lá na Delegacia da Mulher e passei para ela. Levei os documentos e foi onde ela começou a entrar com a ação de divórcio e ação pra pensão das crianças...” (Jasmim).

Em seu depoimento, Margarida diz que o marido não queria sair da casa e ameaçava de morte qualquer um que abordasse o assunto:

“E ele sempre dizendo que não saía da casa, mas nem morto. Que eu podia chamar a polícia, fizesse o que quisesse, mas ele não saía e quem começasse a falar daquele dia em diante ia apanhar. Que se mulher, filho, vizinho, quem se intrometesse ia morrer no pau.” (Margarida).

Porém, na busca de seus direitos, questionou a própria COHAB sobre o direito de permanecer na casa construída por meio de um mutirão:

“Respondi que ia ver se tinha que ser assim mesmo, porque nossa casa é de prefeitura, nós que fizemos a casa num mutirão. Eu fui à COHAB ver se era isso mesmo e lá me falaram que não, que a casa é da mulher, principalmente quando não é paga, que ele tinha que sair. Para eu ter essa casa, tive que ir em reuniões durante seis anos e três para construir. Eu trabalhava na Guilherme Jorge na época. Trabalhava a semana inteira e aos sábados, domingos e feriados tinha que vir trabalhar aqui, trabalhei grávida desse meu filho, depois trabalhei com criança pequena. Quando ele nasceu, tive que levar o menino para Minas para ficar com a minha mãe, porque eu trabalhava e não tinha quem cuidasse dele. E ele (marido) não fazia nada da vida, então foi tudo eu quem fez. Tudo eu.” (Margarida).

5.4.3 A Lei Maria da Penha

Atualmente, a Lei Maria da Penha é a legislação mais utilizada para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Em seu relato, Bromélia diz que a Lei Maria da Penha foi aplicada ao seu caso, mas que tinha pouco conhecimento da legislação:

“Falaram que eu poderia abrir um processo contra ele, por causa da Lei da Maria da Penha. Eu não tinha conhecimento dessa Lei, sabia, assim, pela televisão, mas nada a fundo. Não tinha prestado atenção, não sabia detalhes.” (Bromélia)

Girassol relata que foi informada sobre a Lei Maria da Penha:

“A moça lá da recepção me disse sobre a Lei Maria da Penha, me deu um papelzinho para ir lá na Defensoria, onde eu fui e conversei.” (Girassol).

Lichia descreve a Lei Maria da Penha como uma ajuda à mulher e ressalta a seriedade dessa legislação e de todo o processo envolvido:

“Porque você sabe que quando você pede uma ajuda, hoje chama Lei Maria da Penha, quando você parte para essa você primeiro tem que saber se é isso mesmo que você quer, não é bem uma brincadeira, tenho isso na minha cabeça, os advogados que estão aqui... eles já estão se doando para me ajudar, eu não vou pagar, porque condições não tenho, eu já venho atrás porque não tenho condições, então não é uma brincadeira, eles não estão aqui pra me atender hoje e amanhã deixar o caso como se fosse uma brincadeira.” (Lichia).

Jasmim demonstra a aplicação da Lei Maria da Penha em seu caso:

“Lá na Delegacia da Mulher eu expliquei tudo o que tinha acontecido. Naquele dia eles fizeram o boletim de ocorrência, não precisei fazer exame de corpo de delito, porque ele me agrediu e não me machucou. Não me deixou marcas. Porque ele é esperto, ele me batia, mas não me deixava marcas. Ele me dava tapas na cara, empurrão...Esse tipo de coisa. Ele falava assim “eu não vou te machucar porque se eu deixar hematoma eu vou ser preso”, só que aí ele estava enganado. Porque hoje em dia não há necessidade de ser machucada. Ele não tinha conhecimento disso. Lá na Delegacia da Mulher de Itaquera, conversei e a delegada me orientou...” (Jasmim).

5.4.4 O papel da Justiça na perspectiva das mulheres

A aplicação da legislação ao caso concreto cria inquietações que refletem nas expectativas dessas mulheres frente ao papel da Justiça.

Em seu relato, Girassol acredita que o ex-marido será preso frente a qualquer ocorrência:

“Eu estava atrás do boletim, está aqui, eu fui na Delegacia da Mulher porque você me bateu e eu não sou saco de pancada. Na primeira eu dei chance e eu perdoei, mas agora você fez a segunda e essa segunda está aqui, qualquer coisinha que você fizer eu já abri a ocorrência lá, qualquer coisinha que acontecer você vai preso”. Avisei a ele, eu fui boa porque avisei: “Qualquer coisinha que você fizer, você sabe que é só eu ligar para a polícia que ela vem te buscar e você já desce”. (Girassol).

Lichia crê que a Justiça, através do advogado, vai ajudá-la a recuperar sua moradia:

“Agora faz 30 dias que eu saí, fico triste porque eu não tenho casa no momento, mas pedi para o rapaz (advogado) e ele vai me ajudar.” (Lichia).

Violeta relata seu alívio ao dar entrada aos processos de separação e pensão alimentícia para a filha. Além disso, acredita que o nome do ex-marido está sendo assistido e caso ele faça algo será punido:

“Estou me sentindo mais aliviada agora. Porque eu já dei entrada na minha separação. Até então eu não era separada, mas já dei entrada na separação, a pensão dela agora é pela Lei, pela justiça, estas coisas todas. A gente se sente mais amparada. Ele sabe que agora está sendo assistido, porque eu fiz a denúncia. Ele sabe que eu fiz, então o nome dele está registrado, qualquer coisa que ele faça...” (Violeta).

Jasmim preferiu que o delegado conversasse com o seu ex-marido, pois acreditava que ao lavrar o boletim de ocorrência ele seria imediatamente preso:

“O delegado conversou com ele, mas... entrou por aqui e saiu por ali... O delegado disse que ele tinha que parar com isso, deu os maiores conselhos para ele, mas o delegado viu que ele é cabeça dura e que com ele não tinha negócio. E o delegado falou assim “olha, é o seguinte, eu vou liberar você”. Porque na verdade não tive coragem de fazer um boletim de ocorrência para ele ser preso.” (Jasmim).

Em outro momento, já fortalecida, Jasmim diz que a Justiça serve de amparo às mulheres nessa situação:

“Que outras mulheres também tenham a atitude que eu tive de não ter medo... de nada... Tocar a bola para a frente porque é para isso que serve a Justiça.” (Jasmim).

Margarida desacreditava no poder da Justiça, mudando sua opinião quando a mesma a protege:

“E lá no CCM, Graças a Deus, a partir daquele dia que eu fui, o rapaz que me atendeu falou “não ele não vai ficar....logo você vai ver, logo ele sai”. Na verdade, eu não acreditava, juro que eu não acreditava, que até advogado particular eu tinha colocado para tirar ele de casa e não tiraram. O advogado falou para mim que como ele era alcoólatra, e alcoolismo é doença, tinha que se tratar. Falou que ninguém tirava ele de casa. Mas, Graças a Deus, não foram dois meses, acho que dois meses e pouco, o oficial de justiça veio e tirou.” (Margarida).

5.4.5 O papel da mídia no conhecimento da Lei Maria da Penha

A mídia, em especial o seu principal veículo a televisão, faz parte da vida dessas mulheres, servindo de multiplicador no conhecimento da legislação.

Em seus relatos, Bromélia e Jasmim narram conhecimento superficial sobre a Lei Maria da Penha, proveniente de programas de televisão:

“Falaram que eu poderia abrir um processo contra ele, por causa da Lei da Maria da Penha. Eu não tinha conhecimento dessa Lei, sabia, assim, pela televisão, mas nada a fundo.” (Bromélia)

“Na verdade, eu não tinha conhecimento dessas coisas, da Lei Maria da Penha, só mesmo das coisas que a gente vê sempre na televisão, mas assim por escrito, detalhadamente, não.” (Jasmim).

Girassol considera-se informada sobre a Lei Maria da Penha, pois assistia sempre programas com este tema, inclusive recomendando-os ao agressor:

“Sempre assistia na televisão a Lei Maria da Penha e eu avisava: “Esse programa é bom pra você assistir.” e ele falava: “Não”. Ia dormir, eu ficava assistindo, gosto de ficar informada. Porque isso é uma coisa importante.” (Girassol).

5.4.6 A lei é justa?

Os relatos seguintes foram agrupados frente às dificuldades de aplicar o que a Lei determina.

Junco demonstra dificuldade em seguir a orientação dada na DDM para entregar, pessoalmente, a intimação ao seu agressor:

“A Delegacia mandou uma intimação para ele comparecer lá, ele foi. Eu falei assim: “Mas como eu vou entregar essa intimação, se eu não posso encontrar com ele?”. Fui entregar, ele marcou para me encontrar, eu falei “Encontro com você se for num lugar que tem alguém da sua família” (Junco).

A morosidade dos sistemas de apoio contra a violência dificulta o andamento dos procedimentos:

“E depois eu fui no fórum de novo querer reabrir o processo, mas agora começa o final de ano”... (Junco).

“Quando eu liguei (para a polícia) e falei que queria que tirasse ele de dentro da minha casa, a pessoa perguntou para mim: “Mas ele está sendo agressivo?”. Eu falei que não, então disseram que eu deveria aguardar um pouco. Esperar... que a polícia chegue até aí. Com isso ele pegou e me bateu e quando a polícia chegou ele não estava mais lá, tinha ido embora”. (Violeta).

“Isso foi no dia de Finados, 2 de Novembro, se eu não me engano, não tinha como eu ligar para a delegacia da mulher porque no feriado eles não atendem”. (Jasmim).

“Aí passei a ir em um lugar que tinha lá em Itaquera, que também atende esses assuntos, mas tinha que agendar com 6 meses. Agendei 6 meses antes, daí não deu, tinha que esperar passar o carnaval, tinha que esperar passar sabe... e foi agravando o assunto e o meu caso, não dava mais para esperar.” (Margarida).

Lichia relata a dificuldade em arrolar testemunhas que não sejam familiares:

“Pedi ajuda na Delegacia e ele disse que eu tinha que ter testemunha, que não fosse familiar... ficou complicado e eu quis ficar fraca de novo, me abati de novo.” (Lichia).

Em seu depoimento, Margarida relata a dificuldade no atendimento caso a violência física não tenha sido, ainda, consumada:

“Cheguei a ir à Delegacia da Mulher uma vez, aquela que tem aqui, acho que é São Miguel, perto do Cemitério da Saudade, mas a moça que me atendeu disse que eu tinha que chegar lá com o braço quebrado, cega, isso foi o que ela me falou....eu ainda falei para ela “minha filha, se é o meu caso, se tem que ser como você está falando, eu já tinha que ir direto era para o cemitério”.

Porque tinha que chegar lá do jeito que ela falou que era, então desisti de ir lá. E, aquela ali não me atendeu de jeito nenhum.” (Margarida).

Margarida narra sua inquietação em relação às visitas paternas, já regulamentadas, à filha:

“Ele é um alcoólatra, não trabalha, não faz nada da vida...Agora eu não sei como a gente vai ficar, porque até agora ainda não veio carta nenhuma, veio uma essa semana passada que eu não gostei. Não achei justo o juiz dar o direito a ele de ficar com a menina. Agora, nessas férias, ele pode ficar com a menina e ela tem que ficar com ele o final de semana, tem que passar com ele. Mas eu não quero porque ele é um alcoólatra, não tem endereço. Como vou deixar minha filha viver com um homem desse? Ainda falei, a minha filha ficando com ele, vai ser mais uma Isabela (refere-se ao caso Isabela Nardoni) jogada pela janela. Eu não quero.” (Margarida)

5.5 DEIXANDO A VIOLÊNCIA

5.5.1 O momento da virada

Os relatos a seguir descrevem o momento que a mulher em situação de violência toma a atitude de deixar para trás a violência sofrida.

As sucessões de ameaças de morte não intimidaram Bromélia, que em seu relato demonstra como resolveu enfrentar o marido:

“E assim, quando ele falou isso eu falei: ‘olha, se você continuar com isso, continuar com essa ameaça, eu vou na delegacia e vou abrir o boletim de ocorrência’, quando ele levantou, ele estava na mesa... nossa... super bravo, quase me bateu e falou: ‘se você continuar com essa história eu vou te matar. Eu falei: ‘tá bom’. Ai eu peguei a mala, coloquei umas roupas minhas, da L. e saí para a delegacia novamente, abri o boletim de ocorrência...” (Bromélia).

Junco narra o medo do ex-marido no momento que resolveu tomar uma atitude contra a violência sofrida:

“Nesse dia eu tive que tomar uma atitude, eu falei assim, peguei no braço dele e falei: ‘eu quero falar com você!’. Nós morávamos só em um comodinho lá nos fundos, eu falei assim: ‘eu quero falar com você agora!’, ele falou assim: ‘não, depois, eu vou descer ali no bar e depois eu volto’. Ai eu falei: ‘não, eu quero falar com você agora!’. Peguei no braço dele e fechei a porta, pensei comigo, o que acontecer vai acontecer agora, porque eu estou decidida a tomar uma atitude. Ele falou ‘o que aconteceu?’, olhou pra mim com cara de medo, de susto. Acho que ele pensou assim ‘ela mudou, por que?’.... ‘Eu senti que ele tinha estranhado a minha atitude, a partir desse dia eu comecei a tomar atitude. Eu falei: ‘se você não mudar, você sabe o que vai acontecer? Eu vou pegar os meus filhos, porque eu não dependo de você e vou cair fora’. (Junco).

Girassol narra que o momento de saturação ocorreu durante uma discussão em que ele alegava infidelidade conjugal dela:

“Ai eu fui, não agüentei, a coisa que mais me dói é que ele fica me dando homem sem eu ter, só vivo do meu trabalho e para a casa, e ele ficava me dando. Dizia que eu tinha caso com o meu compadre. O meu compadre é o segundo pai da minha filha e eu tenho como se fosse o meu cunhado. Eu disse: ‘Olha eu não tenho ninguém, eu não tenho ninguém.’ (Girassol).

Em seu relato, Lichia o momento em que saiu de casa, apenas com as roupas do corpo:

“...Eu vou matar os meninos! Eu mesmo criei eu mesmo como”. Pensei: quem? meus filhos? Você criou, você vai comer, não te pertence em nome de Jesus. Ele deve estar com o demônio. Falo mesmo porque já pensou você criar seus filhos, você tem certeza que é teu filho, teu filho é teu sangue, teu filho é você... a vida é individual, mas filho não deixa nunca de ser filho, então você não vai comer ele, você criou ele não te pertence, ele pertence à Deus. Mas ele dizia: “Vou sim, passo um tempo preso e depois me solto”. Eu pensei: quer saber? Vou sair dessa casa, esperei dois dias porque eu trabalho, meus filhos comigo. Esperei dois dias e depois em uma noite levei uma cama pra dormir, deixei minhas coisas em casa, nós saímos só com o corpo...” (Lichia).

Margarida relata o momento que resolveu denunciar o marido, por causa da ameaça de morte contra o filho:

“Quando foi em abril, acho que lá pelo dia 15 de abril, ele pegou a faca, pegou uma faca para o meu filho. Nesse momento eu falei “agora não dá mais”. Foi onde procurei ajuda para tirar ele de casa, foi por isso.” (Margarida).

5.5.2 O motivo pelo qual deixei para trás a violência

Vários motivos foram apontados como relevantes para deixar para trás a relação de violência. Diferente da subcategoria anterior, onde foram registrados os momentos da tomada de decisão, aqui os motivos são perpetuados na história de cada mulher.

O motivo que motivou Lichia a procurar ajuda foi a certeza que poderia viver sem o ex-marido:

“O que me motivou a procurar o CCM foi eu ter a certeza que vivo sem ele.” (Lichia).

Em seu relato Violeta diz que o fato de não serem mais casados influenciou na decisão:

“Na terceira eu tomei atitude porque, na verdade, eu não queria que ele ficasse mais aqui, na minha casa. A gente não era casado, eu estava dando abrigo para ele e eu não queria mais. Ele me xingou, me bateu e eu ainda ter que aturar isso aqui. Porque eu não era mais casada com ele.” (Violeta).

A humilhação na frente da vizinhança e dos filhos foi o motivo apontado por Jasmim e Bromélia:

“Meus filhos presenciaram tudo, a vizinhança inteira viu. Foi onde tomei uma atitude. Cansada de ser humilhada, de estar apanhando, falei não, eu vou dar um basta nisso.” (Jasmim).

“Quando foi na segunda e última agressão, na verdade não ocorreu uma agressão, mas ocorreu uma ameaça, eu já estava disposta a separar. Eu falei: “não, não dá mais, não adianta eu querer tentar levar um casamento e ele continuar desse jeito”, ou seja, eu estou sofrendo, e a minha filha por tabela, porque ela está vendo tudo isso, está vendo meu sofrimento e consequentemente está virando uma bola de neve”. (Bromélia)

Os relatos a seguir ressaltam a preocupação com os filhos como grande motivador:

“Mas depois, também, quando eu tomei a decisão eu falei: “não, eu tenho que tomar essa decisão, por mim e por ela”, porque ela está sendo afetada por isso (a filha)”. (Bromélia)

“Eu falei “olha, a partir de hoje se você relar o dedo no meu filho eu vou te entregar para a polícia, porque isso aqui é crime, se eu te denunciar você vai preso, porque você não tem o direito de ficar fazendo isso com o meu filho, eu fico trabalhando o dia inteiro para sustentar você e a casa e os meus filhos e você não tem o direito de fazer isso!”. (Junco).

“Então era muito difícil, o menino (filho) não podia atender um telefone, não podia ligar a televisão, não podia nada. Ele querendo que o menino saísse de casa, dizia que o filho que tinha de sair. Mas não tem condições, como eu vou por o meu filho maravilhoso para rua? E se meu filho se revolta e vira alguma coisa no mundo, a culpa é minha?” (Margarida).

Além da preocupação com os filhos, Lichia se sentia sem apoio do ex-marido:

“Ele não sabe o mundo de São Paulo como é. Eu venho de lá, mas aprendi muito. Lá não tem dois mundos. Se eu não seguir pelo bom não posso seguir pelo mal. Lá de qualquer jeito tem que ser pelo bom, porque lá era a roça, agora aqui em São Paulo, aqui tem dois caminhos.... Ou você ensina seus filhos que esse caminho é melhor, o outro está disponível, ele pode seguir... Meu marido não viu isso, para poder resgatar os nossos filhos... Então o que é que eu fui resgatando sozinha, fui buscando sozinha, orientando sozinha, cuidando sozinha, me preocupando sozinha, para que vou querer um esposo dessa forma?” (Lichia).

“Meu marido nunca quis olhar meu filho quando fui trabalhar, nunca buscou na escola, isso foi acabando com meu casamento”. (Lichia).

Bromélia aponta, ainda, o desgaste do casamento provocado pelas situações narradas anteriormente, assim como Violeta e Girassol:

“Fui embora depois da ameaça, por vários motivos. Igual eu falei, meu casamento foi desgastando, eu fui vendo que eu estava sofrendo, eu estava

querendo manter um casamento que na verdade não existia, então o meu amor foi morrendo, chegou um dia que eu falei: “nossa meu, o que eu estou fazendo aqui?”, uma pessoa que não me ama, que eu não estou amando mais”. (Bromélia).

“Sempre foi assim, mas conforme vai passando o tempo, vai desgastando. Você pensa: “Poxa!”. Eu trabalho, saio de casa cedo, chego tarde...por quê?... Nos separamos por desgaste, porque o fato era sempre a mesma coisa, o dinheiro”. (Violeta).

“Acabou, a primeira chance eu dei, a segunda também dei e toda minha vida ele me ameaçou, chegava bêbado e ele me ameaçava, me ameaçava”. (Girassol).

A falta de liberdade é a alegação dada por Rosa para deixar a violência:

“E eu, acho que para mim, quando a pessoa chega em um ponto não dá mais. Porque eu acho que não tenho nem mais liberdade”. (Rosa).

5.5.3 Suporte na violência

A experiência da violência é difícil de ser vivenciada, é um caminho solitário e muitas vezes privado. Deixar para trás a violência depende, muitas vezes, do apoio recebido.

A família foi apontada como o principal suporte dessas mulheres para deixar a violência:

“Foi difícil para minha família aceitar isso. Da minha mãe, do meu pai. Porque eles queriam a todo modo, que eu já saísse de lá, não voltasse mais, porque eu sou a única filha mulher, irmã caçula e tal. É o bibelô, ninguém vai fazer mal.” (Bromélia).

“Um dia eu estava me preparando pra ir embora com as crianças, já tinha até falado na firma que eu ia pra Fortaleza, meu irmão já tinha até arranjado casa pra mim lá, escola pras crianças, ele falou: “Venha pra cá, porque aqui eu não tenho ninguém”, eu, Deus e meus filhos, somente. Não tenho ninguém da minha família, toda lá de Fortaleza.” (Junco).

“Só quem sabe é minha mãe, que mora na rua da minha casa. Só que ela faz tratamento com quimioterapia, radioterapia. Cheguei a ir pra casa deles, ficar lá um pouco.” (Rosa).

“Eu aproveitei um momento em que ele saiu, peguei as minhas coisas, peguei meus filhos e fui para casa do meu pai, fiquei durante uns sete dias lá. Ele viu que realmente eu não ia voltar para cá, que ia ter que ficar na casa do meu pai porque com ele eu não ficaria de maneira alguma...aí ele teve que sair daqui.” (Jasmim).

Até mesmo a família do agressor pode servir de suporte, como no caso de Junco:

“A família dele também me apoiou pelo que eu sofri.” (Junco).

Os amigos ou colegas auxiliaram a saída e a permanência dessas mulheres longe da violência:

“Até que um dia minha colega falou assim: “se você não tomar uma atitude contra o seu marido, eu vou tomar, eu vou denunciar você e ele, porque você está deixando ele maltratar seus filhos, você é dona da casa, você não toma atitude”. Eu falava que eu tinha medo, ela falou assim: “pois você vai ter que tomar atitude”. (Junco).

“Tinha uma colega minha que falou que ele estava louco, desesperado, me procurando, tinha me procurado com todas as pessoas que ele conhecia, mas não tinha me achado, ninguém falava onde que eu estava... Ela falou: “tu não pisa pro lado de cá, porque se ele te achar vai ser fatal”. Aí eu não dei notícia pra cá, minha colega falou assim: “Vai na Delegacia da Mulher”, que era lá na Vila Jacuí, perto do Cemitério da Saudade... “Vai lá”. (Junco).

“Eu liguei então para minha colega, ela disse que estava com uma casa vaga que eu poderia ir passar uns dias lá, porque ela estava para vender a casa e disse “Você pode passar uns dias aqui, mas só não deixa você ficar aqui porque estou para vender a casa, quando o meu inventário sair você vai ter que sair”. Eu falei “Está certo, só enquanto eu me arrumo”. Fui para lá e fiquei.” (Girassol).

“Tive que sair daqui para ir dormir na casa da minha vizinha, foi onde minha vizinha ligou para a polícia umas 9 horas da manhã.” (Jasmim).

“Saí lá da minha casa, porque meu marido falou que vai matar os meus filhos. Estou na casa do meu irmão, não queria mais ficar em casa, pois ele fala assim: “Quando você chegar do serviço você vai achar um assassino aqui”. Eu falei: “Não vou!” e ele disse que eu ia sim.” (Lichia).

A fé e a Igreja serviram de apoio a essas mulheres:

“Eu sou uma pessoa muito religiosa, tenho muita fé em Deus...” (Girassol).

“A gente que é serva de Deus não tem que aceitar esse tipo de coisa. Nenhum de nós, nem a gente, nem aquele que não está na presença de Deus. Deus não permite essas coisas (as agressões).” (Jasmim).

Além da contribuição da Igreja, Jasmim encontra acalento em uma irmã de fé:

“Porque a igreja me ajudou muito, muito, muito. Na verdade tem uma irmã que congrega comigo, que mora até aqui em frente, e eu sempre contava para ela o que acontecia e ela me ajudou muito. A Igreja também, eu sempre fui dessa igreja e é importante ter um apoio. Mas primeiramente o apoio de Deus. Primeiramente...Porque ele é lindo, não só na minha vida que sou serva de Deus, mas na vida de qualquer um, porque que ele ama a todos nós... Mas é importante a gente ter também uma pessoa para conversar, pelo menos um ombro para gente desabafar, chorar um pouco...a oração dos membros da minha igreja também que é importante.” (Jasmim).

A família e os amigos auxiliaram Bromélia, porém a Igreja surge como um apoio suplementar:

“Meus amigos, a minha mãe, minha família me tiraram disso (da depressão). Eu até pensei em acabar comigo. É bem complicado. Às vezes eu ainda me vejo em uma situação meio depressiva, mas aí eu me apego muito em Deus, me apego à minha família, na minha filha. Minha mãe vai na Congregação (Congregação Cristã do Brasil) e eu, é difícil ir, mas quando eu vou, não vou em outra, que é lá que eu me sinto bem, é lá que eu gosto.”. (Bromélia).

A visualização de casos semelhantes forma uma rede de apoio, como no caso de Junco:

“Lá no CCM mesmo eu voltei e uma advogada me acompanhou, a assistente social também, eu vi cada caso um diferente do outro. Você pensa que o seu caso é o único e no final, quando você vai pra essas reuniões, que eu fui em várias reuniões lá, para tomar a decisão certa, vi que tem caso pior do que o meu.” (Junco).

A psicóloga também foi apontada como ajuda externa para deixar a violência:

“A psicóloga me ajudou muito, porque comecei a ver as coisas de uma outra forma. Que eu sou independente, que não dependo de ninguém, que trabalho, me sustento, sustento a minha filha. Mas as vezes você fica só, fica naquele mundo que você não conhece nada mais.” (Violeta).

Até mesmo a vizinhança que comete atos ilícitos e domina a região, passa a ser um aliado no combate à violência, apoiando a decisão de Jasmim:

“Ele acabou saindo por livre e espontânea pressão, porque como a gente mora aqui numa área que tem pessoas que lidam com...entendeu? Então o pessoal aqui não gosta de certas bagunças, eles não apóiam esse tipo de atitude. Eles falaram com ele “você sai daqui e deixa ela. Deixa ela na casa dela e você sai.” Foi aí que ele tomou a atitude de sair de casa.” (Jasmim).

A entrevistadora também foi citada como auxiliadora na manutenção da vida fora da violência:

“Relações de família são muito complicadas, por isso que eu te falo... as famílias da gente quando acontecem estas coisas que estão acontecendo na minha vida, as famílias não sabem das intimidades do casal, muitas vezes eu tenho coisas em mim que eu só falei para você e que eu nunca falei pra ela. Ela pode ser minha mãe, mas eu nunca falei para ela.” (Lichia).

5.5.4 A reestrutura do conceito de família

Ao deixar a violência para trás, há necessidade de reestruturar o conceito de família, que antes era formada pelo casal e filhos.

Os filhos são apontados como a única família agora existente:

“Eu falo para ela (minha filha) não gritar comigo, eu não quero gritar com ela, somos só nós duas e temos que nos entender, conversar.” (Girassol).

“...Porque na verdade, sou só eu e ela (minha filha)”. (Violeta).

“...mas graças a Deus, só eu e meus dois filhos...” (Margarida).

Fora os filhos, a presença de Deus é marcante na tentativa de reestruturação familiar:

“Em alguns momentos o que sobra pra gente é fé e família. É a única coisa que a gente tem no final.” (Bromélia).

“Sou eu e Deus agora.... e eles, meus filhos....” (Jasmim).

5.5.5 Independência financeira

A independência financeira é um fator relevante no recomeço da vida e também na tomada de decisão para abandonar a violência.

Junco relata que sempre trabalhou fora, considerando-se uma boa profissional, orgulha-se de ser inteligente e independente financeiramente:

“Eu sempre trabalhei fora e ele dificilmente trabalhava, eu sempre assumi...ele trabalhava como temporário, parava e eu nunca parei a minha atividade fora, sustentava tudo...Eu trabalhava com costura numa fábrica muito grande, ganhava bem, graças à Deus. Eu sempre fui uma boa profissional...” (Junco).

“Nem pensão do menino eu pedi. E vou levando. Eu falei: “Mulher não é só aquela que se sente orgulhosa de ser mulher, porque é mulher, não. Tem que ser mulher e ser inteligente também para trabalhar e saber assumir o seu lugar”. Eu não dependo de ninguém, nem dos meus filhos, nem do marido, nem de ninguém, minha vida financeira é independente de qualquer coisa”. (Junco).

Girassol esforça-se trabalhando até mesmo nos finais de semana, além de seu trabalho regular:

“Eu saio de manhãzinha, 15 para às oito, deixo a menina aqui na escola em frente, vou para meu trabalho que é lá em frente a do Carmo. Uma escola que eu faço faxina, que eu trabalho lá. Sou faxineira, saio de lá cinco horas já passo aqui, pego a menina, subo e tranco o meu portão, só saio lá fora se alguém me chama, para atender alguém, fico fazendo as minhas coisas aqui e finais de semana eu faço faxina, eu passo roupa pra quem me chama”. (Girassol).

Violeta sempre trabalhou e não aceita dar satisfações ao ex-marido:

“...eu sempre trabalhei, desde os meus 14 anos... Eu trabalho, tenho minha vida e não tenho porque ficar dando satisfação para uma pessoa. Eu não dependo dele, porque se eu fosse uma mulher que ficasse dentro de casa cuidando de casa e de filhos, aí tudo bem! Mas eu saia cedo, e como tinha filha ele falava que eu só trabalhava, Será que ele queria dizer que eu não podia mais trabalhar? Complicado”. (Violeta).

Jasmim trabalha regularmente como faxineira e considera o emprego uma providência divina que a mantém longe da violência:

“Porque eu trabalho de faxineira na Estação de Guaianazes, antes eu trabalhava como autônoma, de diarista. Foi Deus que preparou esse emprego para mim, registrado e tudo. Isso é que tem me ajudado.” (Jasmim).

Margarida relata a ajuda do filho, além de seu próprio trabalho para o sustento da casa:

“Meu filho trabalha, me ajuda, eu também trabalho, mas quem mais mantém a casa é ele, sustenta de tudo em casa e está muito bom.” (Margarida).

5.5.6 Meu trabalho, minha vida

O trabalho surge como um ícone na história de vida dessas mulheres que muitas vezes superaram inúmeras dificuldades para manter sua produtividade.

Bromélia e Girassol relatam que nunca faltaram no emprego, apesar das agressões:

*“Eu nunca cheguei a faltar do meu trabalho por causa das agressões.”
(Bromélia)*

“Apesar disso eu nunca faltei no meu trabalho, procuro me organizar, eu ia trabalhar mesmo doente, nunca faltei no trabalho, porque o dia que eu faltar é um dia que vai diminuir o meu dinheiro e diminuindo aquele meu dinheiro vai ser ruim pra mim e pra ela. Tenho minhas contas para pagar e gosto das minhas coisas tudo direitinho.” (Girassol).

Jasmim também não faltava em suas atividades laborais, porém conta de sua dificuldade de concentração:

“Ele estava me prejudicando até no trabalho....Na verdade, eu não faltava, mas estava meio perturbada...desnorteada...” (Jasmim).

Margarida foi a única que relatou faltas em seu emprego, motivadas por doenças desencadeadas pela violência que vivia, bem como denota preocupação com a filha, que muitas vezes teve que carregar consigo:

“Cheguei a faltar do trabalho um monte de vezes. Quando eu estava muito alterada (pressão arterial), muito ruim, eu deixava de ir no trabalho. Ficava preocupada de deixar a menina para ir trabalhar. Muitas vezes a levei comigo no serviço. Hoje não, hoje está tudo bem, graças a Deus.” (Margarida).

5.5.7 Encontrando o “eu”

A crença em si mesma e em sua capacidade como mulher foi reencontrada após a violência.

Hoje Bromélia se sente capacitada a enfrentar novas situações:

“Me sinto mais mulher, mais capaz. Hoje eu vejo: “caramba, eu tenho capacidade, eu posso”. Basta eu me esforçar, eu consigo. (Bromélia).

Junco, além de se sentir fortalecida, também demonstra orgulho pela tomada de decisão:

“Desde aquele dia que eu fui embora só com as crianças e deixei ele sozinho, ele falou: “É, você é doida mesmo, você é capaz de fazer mesmo” (risos), já foi processado, por causa de que ele me agrediu. Ele falou assim: “Você já fez coisa comigo, hein!”, eu falei: “Ainda bem que eu reagi, porque se eu não tivesse reagido até hoje eu estava sofrendo”, sofrendo as ameaças dele...Até mesmo se um dia ele voltar, eu me sinto mais eu, entendeu?” (Junco).

“...eu fico orgulhosa de ter descoberto a maneira certa de agir, a hora certa e o caminho certo” (Junco).

Violeta descreve o recomeço da própria vida:

“Mas quando ele saiu daqui foi a melhor coisa, eu me senti mais aliviada, então vivi minha vida... Deus escreve certo por linhas tortas, foi até melhor ter acontecido isso mesmo, porque eu não ia suportar ele aqui dentro. Eu não ia poder ter minha liberdade.” (Violeta).

Girassol confia em si mesma para vencer as dificuldades:

“A verdade é que é muito difícil, está sendo muito difícil, mas eu tenho muita força tenho muita garra” (Girassol).

Margarida “nasceu de novo”:

“Na verdade eu nasci de novo! Eu me sinto muito bem, porque é a paz, é a paz que você tem dentro de casa, só eu e meus dois filhos. É muito bom, muito bom mesmo, eu vendo Avon, vendo lingerie, trabalho fora.” (Margarida).

Jasmim encontrou seu “eu”, mas com perdas:

“Foi aí que fiquei deprimida. Comecei a...não sei...só Deus mesmo para reverter este quadro comigo. Porque eu era uma pessoa tão doce...e isso tudo ele tirou de mim.” (Jasmim).

5.6 SONHOS

5.6.1 Antes da violência: um sonho que não consegui realizar

Como todo relacionamento, os depoimentos apresentam expectativas de sucesso no relacionamento, hoje ceifado pela violência.

Bromélia relata que o casamento era bom:

“Lá eu fiquei casada por quase 6 anos, fui casada durante 5 anos e 10 meses, onde teve fruto a minha filha L. E... foi assim, durante o casamento, foi tudo bom e tal...” (Bromélia).

Junco narra que o ex-marido aceitou o filho de um relacionamento anterior, casando com ela legalmente:

“Ele casou comigo numa boa, nós casamos, não juntamos porque eu achei que não era legal, entendeu? Naquela época se fosse para juntar, eu preferia continuar sendo mãe solteira sem casar. Ai nós casamos, no início ele aceitou numa boa...” (Junco).

O desejo de ter uma família juntou Girassol e o ex-marido no início da relação:

“Que quando ele era solteiro ficava chorando que queria ter uma família, que queria ser pai, que ninguém queria ele.” (Girassol).

O casamento de Jasmim era um “mar de rosas” no princípio:

“Porque você vê, no início, quando eu casei, tudo era mil maravilhas. No começo de todo casamento tudo sempre é um mar de rosas.” (Jasmim).

Lichia descreve seu casamento como uma sucessão de sonhos não realizados:

“Minha historia de vida não é fácil, é um pouquinho complicada, me casei com o sonho que ate hoje não consegui realizar. Seria ter uma família, muito completa, muito educada, cidadãos bons”. (Lichia).

“Tive sonhos...ah, como tive sonhos! Eu vou conseguir, vou ficar velha junto do meu marido, eu quero acabar do lado dele, porque quando me casei meu sonho era muito grande, como todas as mulheres têm. Eu venho de uma estrutura muito diferente de São Paulo, as meninas que moram no Nordeste têm uma estrutura diferente das meninas que moram na capital de São Paulo”. (Lichia).

5.6.2 Depois da violência: uma vida melhor

Após a violência e do encontro do “eu”, resta o recomeço, o início de uma vida melhor.

Segundo os relatos de Junco e Margarida, a vida está mais calma e melhor:

“Agora está sossegado, estou levando a minha vida, sossegada, não dependo dele pra nada, depois que ele saiu de casa minha vida sempre foi melhorando entendeu? Então me sinto feliz, pelo o que eu fiz com ele, ele aprendeu.” (Junco).

“...paz e sossego, muito bom, muito bom mesmo... hoje é muito bom, nossa.... maravilhoso... Agora eu peço a Deus que fique assim para sempre, porque é muito bom. Posso dormir sossegada....Agora só sossego, graças a Deus.” (Margarida).

Rosa só quer voltar a ter uma vida normal:

“Comigo eu penso em resolver logo o problema, para depois eu seguir minha vida. Trabalhar, viver normalmente”. (Rosa).

Girassol sente pena do ex-marido, mas faz planos em conjunto com a filha para viver um futuro diferente:

“Agora por mim eu não sinto mais nada por ele, só dó. Dó pelo que ele está passando, porque ele quis e não porque eu quisesse, Deus sabe que não era isso que eu queria para ele, eu queria o melhor pra ele. Meu futuro é só cuidar da minha filha, ter o meu trabalho e procurar dá o melhor para ela, o melhor do que eu tiver para ela, só penso nela, em primeiro lugar é Deus e em segundo a minha filha.” (Girassol).

Lichia também faz planos para o futuro:

“Não consegui (estudar), mas eu vou conseguir, sou nova, mas até agora eu estou nova, vou fazer quarenta, eu vou estudar. Eu vim para São Paulo atrás de uma vida bem melhor, para trabalhar e também para dar estudo para meus filhos.” (Lichia).

Com a autoridade dentro de casa recuperada, Jasmim inicia uma jornada de liberdade:

“Porque...a gente tem a nossa casa...tanto homem como mulher tem a liberdade de mandar e desmandar, tem que ter autoridade dentro da sua casa. E isso eu não tinha, entendeu?....” (Jasmim).

Os depoimentos das mulheres vítimas de violência demonstram a longa e penosa permanência delas na situação de violência, chegando a perdurar por anos.

A maioria dessas mulheres, no entanto, não demonstra dependência econômica do parceiro, muitas vezes atuando como chefe de família.

A preocupação principal dessas mulheres, conforme os relatos apresentados, foi com a idéia de família, especialmente com relação aos filhos. Muitas vezes a tomada de decisão para abandonar o ciclo da violência foi relacionada quando a agressão estendeu-se aos filhos.

Interessante observar que o mesmo motivo alegado para permanência no relacionamento, ou seja, a manutenção do casamento e da idéia de família foi o catalisador para quebra da relação, motivado pela destruição do conceito de família pela violência do parceiro, devido às constantes repetições de atos agressivos e da efetivação do ciclo violento.

A tomada da decisão não efetiva a saída definitiva do ciclo da violência, caracterizados por idas e vindas na relação problemática.

A questão do apoio à mulher ao deixar a violência foi de extrema relevância, porém percebe-se a importância do suporte contínuo para que ela consiga permanecer fora do ciclo.

O apoio foi proveniente de várias fontes, porém a família, os amigos e a Igreja tiveram especial destaque, com maior ou menor relevância.

Os meios jurídicos e jurisdicionais tiveram um impacto positivo no amparo e manutenção dessas mulheres fora da situação de violência.

Apesar das dificuldades encontradas essas mulheres conseguiram reconstruir suas vidas, mesmo de maneira diferente do sonhado no início do relacionamento.

Da experiência relatada por essas mulheres e após a categorização dos domínios culturais, emergiram três temas centrais “vivenciando a violência”, “buscando ajuda” e “renascendo para a vida”.

A violência contra a mulher é um assunto amplamente abrangente o que faz, por si só, com que os temas estejam interligados e sobrepostos, para melhor compreensão, encontra-se na figura seguinte uma representação gráfica dos grandes temas.

Figura 13- Representação Gráfica da Violência

6.1 VIVENCIANDO A VIOLÊNCIA

A violência contra a mulher é fenômeno universal que atinge, indistintamente, todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas, indiferente aos níveis de desenvolvimento econômico e social.

O grande tema “vivenciando a violência” abarca como questões centrais a vivência das mulheres e o convívio com as diferentes faces da violência.

Analisando as narrativas deste estudo, pudemos observar que todos os tipos de agressões sofridas encaixavam-se em uma grande categoria: a violência doméstica.

Em todos os casos estudados, o vínculo com o agressor foi sempre o mesmo, do tipo civil, já que todos eram maridos ou companheiros dessas mulheres.

Nota-se que todas as relações analisadas perduraram por um longo tempo, mostrando a dificuldade da tomada de decisão, a permanência no ciclo da violência e o poder da violência simbólica.

A violência contra a mulher pode advir de várias formas. Nos relatos encontramos a violência patrimonial, física, sexual, psicológica e moral, direcionada às colaboradoras ou a seus filhos.

O caso de Margarida é um exemplo típico de abuso patrimonial. O ex-marido exigia pagamento para qualquer conserto que tivesse que efetuar na residência de sua moradia, chegando ao ponto de proibir o ingresso de outras pessoas na residência para arrumar o banheiro.

A violência patrimonial é caracterizada por provocar dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens ou valores da vítima, sempre utilizando da boa-fé e, nos casos relatados, aproveitando da posição de companheiro dentro da residência do casal.

Muitas vezes, a vítima da violência patrimonial entrega seus bens para o agressor, porém não baseada em uma vontade espontânea, mas sim eivada do vício por meio de ameaças e violências psicológicas constantes ou então estimuladas por histórias fantasiosas relatadas pelo companheiro.

Tal fato contribui para que a mulher tenha dificuldade no abandono do agressor, com o decréscimo de sua condição patrimonial.

Em alguns relatos pôde ser percebida a presença simultânea de dois tipos de violência, a patrimonial, com conseqüente decréscimo financeiro e também a psicológica, pela relação que impedia a mulher de trabalhar.

Ainda na seara dos tipos de violência encontrados nos relatos, destacaram-se a violência psicológica e a violência moral, como as mais comuns para essas mulheres, presentes em todos os depoimentos. Como muitas vezes são concomitantes, essas duas classificações foram unificadas nesse estudo, quando das categorias culturais.

Na violência moral identificada nos relatos foram empregadas ações para caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação dessas mulheres.

No relato de Girassol percebemos a imputação de suposta traição dela através do termo “ele...ficava me dando homem”. O termo “me dando homem” foi frequentemente utilizado pela colaboradora e é de uso comum no local onde vive. Tem o sentido de imputar à mulher infidelidade conjugal. Tal fato provocou grande revolta nesta colaboradora, deixando clara a violência moral pelo agressor ter imputado, frente ao grupo cultural onde vive, a presunção de que ela seria infiel.

Na comunidade estudada, a infidelidade conjugal é considerada um outro tipo de violência moral, que parte do pressuposto cultural, já que há uma quebra do preconizado no casamento, desatando os laços de fidelidade e expondo sua situação para a comunidade onde vive.

A grande problemática dos casais analisados com relação à infidelidade é o que a acompanha e não o ato em si. A escolha e a presença de outras pessoas na vida sexual do casal podem ser aceitas desde que não entrem em confronto com os aspectos morais de cada um.

A problemática para essas mulheres com relação à infidelidade que lhe é imputada ou que é submetida como esposa, está na exposição que tal ato provoca na comunidade e na família em que está inserida, situação esta classificada como desrespeitosa e ridícula.

Já nos casos relatados de violência psicológica pudemos verificar que tal agressão se reveste de diferentes formas, dentre as quais se destacam a ameaça de morte, com emprego de armas ou não.

A ameaça, instrumento da violência psicológica, não é só direcionada à mulher, mas também pode se apresentar de forma indireta, muitas vezes através de

ameaça aos filhos. O agressor, desta forma, minimiza a reação da vítima colocando a família, o bem mais valorizado destas mulheres, em risco.

A violência familiar, ainda que psicológica, ocasiona os mais diferentes danos e interfere na integridade física, mental, moral e social de todos seus integrantes.

Enquanto a violência psicológica e moral deixam marcas invisíveis a olho nu, a violência física deixa lesões de fácil identificação, mediante exame de corpo de delito.

Verificou-se em todos os relatos a preponderância da violência física como forma de agressão, manifestada de diversas formas, como empurrões, tapas, beliscões, pontapés; ou ainda com o uso de arma para provocar lesões físicas.

Estas lesões físicas não foram dirigidas somente às mulheres, mas também aos filhos, que sofriam agressões constantes, as quais dificultavam o convívio familiar e provocavam agressões psicológicas contínuas à mulher.

No caso de Lichia, o ex-marido era extremamente violento com seu filho, chegando, muitas vezes, a quebrar objetos nas costas da criança, assim como no caso de Junco.

As consequências da violência física se estendem para a saúde da criança e/ou do adolescente, podendo ser vistas imediatamente pelas marcas visíveis e características do uso da violência física ou pela perpetuação por toda a vida, mediante o desenvolvimento de quadros depressivos e problemas psicológicos.

Outro tipo de violência identificada foi a sexual, presente nos relatos como uma triste realidade de Lichia e Jasmim, apesar de nunca denunciadas.

Como observado, são várias as faces da violência, sendo que o excesso no uso de álcool ou drogas tem relação com todos os tipos encontrados. Todas as mulheres entrevistadas relacionaram o uso do álcool à violência, em geral de maneira direta, excetuando Rosa que faz uma ligação indireta do agressor com a bebida, dizendo que o pai do agressor abusava do álcool rotineiramente.

Apesar dessa relação indireta com o uso do álcool, os reflexos são quase congênitos, trazendo a tona, possivelmente, uma história de violência e álcool anteriormente vivida, a qual acaba por refletir na vivência do relacionamento.

Mesmo que não exista violência física, o uso excessivo do álcool ou drogas torna a pessoa ausente, negligenciando, assim, a criação dos filhos, o que influencia na base da estrutura familiar.

Percebe-se que o uso do álcool muitas vezes é usado como desculpa para o ato agressivo do companheiro e aceito como justificativa para permanecer no relacionamento em uma crença do “não vai acontecer de novo”.

Durante o desenrolar do estudo, pessoas que não vivenciam histórias de violência ou que não convivem diretamente com situações de violência contra a mulher, fizeram questionamentos acerca do tema desta pesquisa, com algumas perguntas rotineiras: Por que as mulheres “protegem” seus agressores pela minimização de seus atos? Por que elas permanecem nesta perigosa situação de violência?

A minimização dos atos violentos está intimamente ligada a perda da autoestima, a inserção dentro do ciclo da violência e a violência simbólica.

Na maioria das vezes, a mulher quer acreditar que o agressor não irá repetir o ato, pois todas suas crenças nos valores familiares são destruídas com a história da violência. Dessa forma, o sonho de um relacionamento estável influencia na negação dessa conduta.

A violência doméstica funciona em um ciclo macabro, composto por várias fases, que não tem um tempo certo de duração.

Uma das fases é caracterizada pelo aumento da tensão, em que as tensões são acumuladas pelo agressor que não consegue ou não encontra escopo para resolvê-las, criam um ambiente perigoso por seu comportamento agressivo, indiferente ao esforço da vítima para apaziguar os confrontos.

Nessa fase é comum o uso concomitante de violência psicológica e moral, conforme explicado anteriormente, pela imputação de suposta infidelidade e exaltações de condutas cotidianas ligadas à vítima e sua família.

Transcorrida esta etapa ocorre uma explosão ou o ataque propriamente dito, com o uso de violência psicológica e moral acompanhada da violência física. Esta fase é agravada com o passar dos anos.

Na última fase o agressor faz inúmeras promessas de mudança de comportamento, tornando-se calmo e gentil. O casal, nessa fase, pode passar por inúmeras experiências satisfatórias, dando a falsa impressão de recomeço do relacionamento.

Infelizmente este ciclo demora a ser percebido e mais ainda para ser quebrado, podendo perdurar por anos, conforme verificado nos depoimentos.

A perpetuação do ciclo está interligada às consequências da violência psicológica e moral sofrida, resultando na autoestima baixa e, dificultando a quebra do círculo.

A autoestima e o autoconceito estão ligados já que somente formando conceitos acerca de si mesmo, podemos manifestar aquilo que sentimos, pelos comportamentos e emoções.

Logo, chegamos à conclusão de que as mulheres entrevistadas sofreram mutações em seu autoconceito e manifestaram isso por meio da baixa autoestima.

Todas as mulheres participantes deste estudo sofreram com a relação entre violência e baixa autoestima, pois a violência moral e psicológica tem suas consequências exatamente na percepção de nós mesmos.

A ocorrência de violência psicológica, moral, física e até sexual desencadearam ou agravaram em algumas das colaboradoras doenças, como depressão e hipertensão arterial.

Dessa forma, percebemos que a violência contra a mulher, retratada em suas diferentes formas, possui interfaces complexas de serem analisadas, esbarrando em conceitos culturais, psicológicos, sociais e individuais.

6.2 BUSCANDO AJUDA

Após a análise do primeiro tema, “vivenciando a violência”, chegamos ao segundo tema “buscando ajuda”. Os parágrafos seguintes abordam o caminho que essas mulheres percorreram para seu atendimento, bem como suas análises dos meios jurídicos e jurisdicionais a que foram submetidas.

O primeiro atendimento da mulher vítima de violência é extremamente relevante para a condução adequada do caso, mas pelo relato dessas mulheres notamos que não há uniformização do local onde a vítima pode ser atendida.

Segundo recomendação da Central de Atendimento à Mulher – telefone “180”⁵, o procedimento correto é a procura de uma Delegacia de Polícia,

⁵ Ligação efetuada pela própria autora no dia 31 de Janeiro de 2010, domingo, às 22h30min. Após contato telefônico, a atendente aconselha à procura de uma Delegacia de Polícia, preferencialmente a DDM.

preferencialmente uma DDM. Tal procedimento foi seguido por Bromélia, Rosa e Girassol que compareceram a uma DDM, assim que sofreram a agressão.

Em caso de lesões físicas graves, a mulher deve ser encaminhada previamente ao hospital e após a Delegacia.

Ainda segundo a mesma recomendação, caso haja impossibilidade de comparecimento à Delegacia, a mulher vítima de violência pode requisitar uma viatura policial, através do número de telefone para emergências “190”, para comparecimento no local.

Interessante comentarmos o caso de Bromélia que em um segundo atendimento procurou uma Delegacia de Polícia não especializada. O delegado recusou seu caso. A criação da DDM não exclui a competência concorrente dos distritos policiais para a investigação desses crimes, ou seja, a delegacia não especializada deveria atender o caso de Bromélia, porém na prática tornou-se comum encaminharem as queixas para a DDM, sob a alegação de “um atendimento mais adequado”.

Obviamente que o atendimento da DDM, por ser especializado, evita maiores constrangimentos em face da situação que a mulher foi submetida pela violência, porém o ato de não proporcionar atendimento torna-se uma prática cruel e desumana, além de um atentado à lei em vigor.

Outro ponto a ser registrado é o despreparo dos policiais militares para o atendimento de tais ocorrências, bem como a orientação errônea para encaminhar o atendimento exclusivamente para a DDM.

Após conseguir atendimento adequado, a trajetória dessas mulheres acaba de começar ao se depararem com a morosidade dos principais órgãos de atendimento, presente nos depoimentos de Lichia, Bromélia, Rosa e Girassol, que reclamam do demorado atendimento da DDM.

Outro ponto negativo exposto pelas mulheres é o fato da DDM encontrar-se fechada aos finais de semana, quando ocorre a maioria das agressões.

Ainda com relação ao atendimento prestado pela DDM, Margarida narra, em dois momentos, o despreparo de uma funcionária ao sugerir que o filho do casal, vítima de violência física e ameaças de morte, não poderia ser atendido naquela unidade.

Porém, encontram-se dentre as atribuições da DDM o atendimento à criança e o adolescente ou, ao menos, a orientação e encaminhamento aos órgãos competentes, o que não foi realizado no caso de Margarida.

O atendimento da DDM foi classificado na maioria dos relatos, como moroso, mas altamente qualificado. Entende-se que tal fato pode estar relacionado ao fato de que as funcionárias das DDM onde foram colhidos os boletins de ocorrência das colaboradoras passaram por um curso de “Sensibilização de gênero” promovido pelo CCM, em diversas datas, provocando um balanço positivo na relação com essas mulheres.

A primeira orientação recebida por essas mulheres no que se refere à legislação aplicada ao caso foi feita, muitas vezes, pela equipe da DDM, que esclarecia dúvidas da aplicabilidade da Lei e também encaminhava para outros serviços de apoio à mulher vítima de violência, como o CCM.

Em todos os relatos, as colaboradoras ressaltam o acompanhamento de seu caso pelo CCM de Itaquera. A qualificação das funcionárias, o atendimento acolhedor e apoio foram opiniões unânimes na narrativa dessas mulheres.

As opiniões demonstradas sobre o CCM demonstram o alcance de seu principal objetivo, a criação de um espaço coletivo para promoção da cidadania, da igualdade e dos direitos das mulheres.

Tal objetivo não seria passível de ser alcançado sem articulação da chamada “rede” de apoio, que é integrada por diversas matrizes de atendimento à mulher vítima de violência.

Em Itaquera, conforme a descrição feita, a articulação da rede é sempre uma preocupação de todos os agentes envolvidos.

O CCM de Itaquera tem exercido a função de anfitrião neste contexto, servindo de articulador e ponto de apoio para toda a rede da Zona Leste do Município de São Paulo.

Ainda nesta esfera, o convênio estabelecido entre o CCM de Itaquera e a Procuradoria de Assistência Judiciária proporcionou a orientação direta a essas mulheres sobre os direitos relacionados à moradia, pensão dos filhos, separação, divórcio e dissolução de união estável, além de outros encaminhamentos. Percebe-se que questões relacionadas à moradia, bem como relativas aos filhos, figuraram como primordiais para as mulheres.

O conhecimento da legislação que ampara a mulher vítima de violência é importante a partir do momento em que tem sua construção sedimentada no intercâmbio, reflexão, análise individual e grupal das situações por elas vividas.

A sociedade, sedimentada em seu direito, exige cada vez mais respostas rápidas da Justiça. O acesso à Justiça muitas vezes se expressa em um total desconhecimento pela maioria da população sobre seu funcionamento e mecanismo de garantia de seus conhecimentos.

Rosa demonstrou desconhecimento frente à falta de orientação. Tal fato possivelmente a levou à desistência do processo, manifestado por sua ausência no exame de corpo de delito que atrasou o alcance de seus direitos e de sua família. Já Lichia narra um total desconhecimento da legislação.

Na ânsia por conhecimento, as colaboradoras procuraram auxílio em várias frentes, como Junco, que procurou ampliar seus saberes com uma colega.

Já Bromélia confiou em seu próprio conhecimento no acesso à Justiça, porém tranqüilizou-se ao saber da garantia de seus direitos, por meio de nova orientação.

A Lei Maria da Penha apareceu como suporte importante para essas mulheres, pois todas as colaboradoras puderam ser beneficiadas por esta lei. O conhecimento de tal legislação tornou-se popular por meio da televisão, como citado em alguns relatos.

Porém a questão é se a Lei percebida pelas mulheres entrevistadas, é realmente aplicada como deveria ser.

Junco afirmou que foi orientada pela DDM a entregar a intimação diretamente ao seu agressor, porém tal fato é expressamente proibido segundo a Lei Maria da Penha.

Já Margarida relatou a dificuldade de receber atendimento no caso de violência psicológica e moral.

A Lei Maria da Penha prevê a sua aplicação em vários tipos de violência, dentre elas a psicológica, motivo pelo qual o atendimento, além de inadequado e prejudicial a esta mulher, foi baseado em uma conduta pautada pela ilegalidade.

Os atos anteriores, além de ilegais, podem ser enquadrados como uma violência institucional. A violência institucional é frequentemente cometida contra grupos mais vulneráveis, exercida pelos próprios serviços públicos, em forma de

ação ou omissão. Pode incluir desde a falta de acesso aos serviços, quanto à má qualidade dos serviços prestados.

Outro ponto interessante para ser discutido foi a orientação errônea que Lichia recebeu na DDM, com relação às testemunhas que deveriam ser levadas para provar sua versão.

A presença de testemunhas não familiares em uma situação de violência doméstica, que ocorre no ambiente privado, é uma proeza difícil de ser realizada.

Ao mesmo tempo em que os erros, inaceitáveis, surgem nos relatos, percebe-se que a esperança perdura nessas mulheres. Há uma infinita confiança, muitas vezes excessiva, do poder da Justiça, embalada pelo desconhecimento da aplicação da lei na prática.

Violeta, bem como Girassol, relataram a crença em sua segurança, pois os nomes de seus ex-maridos constaram no registro de agressores. Assim como inúmeras mulheres, elas repetem o pedido de ajuda que pensam ser possível pela aplicação imediata da Lei. Na realidade a proteção nem sempre é efetiva, apesar do previsto na legislação.

Porém, o combate à violência contra a mulher excede o contexto policial. É um processo interdisciplinar que abrange delegacias, centros, abrigos e que tem seu cunho centrado na saúde, como parte de uma grande rede de articulação.

Pelo exposto, a correlação entre violência e doença é inerente, expressado pelo relato de Lichia, que a apontou o desenvolvimento de uma depressão.

É importante salientar o papel do profissional de saúde, em especial dos enfermeiros. A mulher fragilizada demais para buscar outros tipos de proteção, acaba procurando os serviços de saúde para o atendimento, não por motivos relacionados diretamente à violência sofrida, porém mostrando sinais desta.

O profissional de saúde, assim, deve estar apto a ouvir, ver e acolher o sofrimento das vítimas, olhando além dos sintomas alegados pela paciente.

Neste contexto, os instrumentos para humanização devem ser utilizados por todos os profissionais envolvidos, principalmente os enfermeiros, preconizando a observação, a escuta, solidariedade, conceitos que vão além da técnica, pois muitas vezes, a paciente demonstra medo frente à situação.

É importante promover a atenção integral que compreenda a criação de um processo de monitoramento, que avalie regularmente o acesso e a qualidade do

cuidado prestado nas instituições de saúde. Tal processo deve identificar e prevenir a violência institucional, do próprio sistema de saúde e seus profissionais, assim como detectar o desenvolvimento rotineiro de cursos de capacitação dos profissionais de saúde para o atendimento das mulheres que sofrem violência, promovendo assim uma ação afirmativa em saúde.

Tecendo uma correlação entre o direito e a saúde da mulher vítima de violência, a notificação compulsória aparece como um dos itens mais importantes. Trata-se de um registro sistemático e organizado feito em formulário próprio, utilizado em casos de conhecimento, suspeita ou comprovação de violência contra a mulher. Não é necessário conhecer o agressor, mas é obrigatório o preenchimento deste documento por parte do profissional de saúde.

No relato de Lichia pudemos identificar o procedimento relativo à notificação compulsória realizado no Hospital Santa Marcelina, após agressão do pai contra seu filho.

As consequências da violência para essas crianças e adolescentes podem ser imediatas, de médio e de longo prazo, existindo a possibilidade de desenvolvimento de doenças associadas a processos psicológicos, de difícil diagnóstico.

No caso de Margarida, a filha passou a desencadear processo alérgico associado ao estresse da violência.

Pelo exposto, observamos a dura trajetória dessas mulheres em busca do atendimento adequado, frente às inúmeras dificuldades na compreensão da legislação, bem como a importância da interface entre os pontos de atendimento à mulher vítima de violência.

6.3 RENASCENDO PARA A VIDA

Neste último tema abordaremos os tópicos relacionados à decisão de deixar para trás a história de violência e como essas mulheres recuperaram sua identidade, ao retomarem seus sonhos e o caminho para uma nova vida.

Não é fácil deixar a violência para trás, a violência é endêmica e circular, mas em algum momento, esse círculo se rompe, no momento da tomada de decisão.

O momento da decisão é estabelecido em um curto espaço de tempo; mas que advêm de uma longa jornada de sofrimento, em que a mulher, cansada de ser humilhada e violentada das mais diversas formas, resolve se rebelar, manifestando seu desejo de sair daquela situação insuportável.

Porém os motivos para se deixar a violência são muito mais complexos do que aqueles alegados nos relatos dos momentos que ensejaram a efetiva denúncia, como pudemos verificar nos depoimentos de Violeta, Bromélia e Girassol. A preocupação com os filhos foi apontada como um dos motivos principais para a quebra do ciclo de violência.

Outro motivo relevante foi o desgaste do casamento provocado pelas inúmeras agressões como motivo para deixarem o relacionamento e a quebra do ciclo ao perceberem que os agressores não iriam mudar o seu comportamento.

Dessa forma, o receio e o apego, que antes surgiam como obstáculos para abandonar a situação de violência, em dado momento, tornam-se catalisadores da quebra do ciclo da violência.

Para essas mulheres, a decisão é apenas o início da jornada, seguida por inúmeros desafios como verificamos no tema anterior. Para quebrar o ciclo da violência é imprescindível a presença e a força dos principais órgãos jurídicos e jurisdicionais, além do apoio de outras fontes, como família e amigos.

Como dito anteriormente, a violência gera sentimentos de vergonha, medo e negação, situados no âmbito privado da família.

A legislação oferece seus instrumentos para apoiar essas mulheres, porém o que as leva a permanecer ou não nessa situação é a questão cultural, psicológica e a violência simbólica, tendendo ao isolamento no convívio social.

Assim, a família, os amigos e outras pessoas do convívio social têm importante papel no apoio na tomada de decisão dessa mulher. É importante ressaltar que o suporte contínuo para evitar o retorno ao ciclo.

A identificação com outras mulheres em semelhante situação pode funcionar como uma experiência positiva, semelhante à terapia em grupo desenvolvida com mulheres vítimas de violência doméstica. A rede social formada pelas próprias mulheres, facilitadoras, ajuda na superação da violência, na manutenção da tomada de decisão e no restabelecimento de sua própria identidade.

A fé e a Igreja também serviram de apoio a essas mulheres, pois em alguns casos elas não apresentavam apoio efetivo das respectivas famílias, constituindo uma nova identificação familiar, a família de “Deus”.

Um dos pilares que sustentaram a manutenção da decisão do abandono da violência foi a independência econômica e o reconhecimento do trabalho como forma de superação. As mulheres entrevistadas, em sua maioria, afirmaram raramente faltar em seu emprego e quando o fizeram, justificaram motivos de saúde. Tal fato se deve a função de provedora da família, papel destinado à grande parte das colaboradoras, mesmo quando inseridas no relacionamento violento.

Apesar disso, abandonar a violência é uma tarefa difícil, pois há que se ter consciência de suas limitações e qualidades existentes. Isso proporciona a ampliação da visão global no resgate de valores e reconstrução de conceitos sobre o “eu” e de futuros encaminhamentos.

Nos relatos apresentados, o fortalecimento psicológico surgiu como controle da própria vida e a transformação dessas mulheres.

No passado, os sonhos de um bom relacionamento eram as expectativas do futuro de todas as colaboradoras, que acreditavam em casamentos duradouros e “felizes para sempre”.

Porém, nem sempre o presente acolhe as expectativas do passado, como retratado pela colaboradora Lichia, que se frustrou ao perceber a sucessão de “sonhos não realizados” com o relacionamento.

Após o abandono da situação de violência, essas mulheres criaram novas expectativas, baseadas nos modelos de reestruturação familiar, agora composta somente por elas e seus filhos.

Esse movimento é uma adaptação natural que requer uma realidade socialmente compartilhada. Ou seja, a reestruturação familiar traz um novo significado para o que ocorreu, dando sentido ao futuro.

Com novas perspectivas, resta voltar ao sonho de uma vida melhor, retomando antigos valores.

Desta forma, o mundo não é o que pensamos, mas nossas experiências, erros e acertos. O sentido da vida está em renovarmos nossos sonhos, fazendo dela uma experiência única.

7 AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA

Mediante os relatos apresentados e o agrupamento deles em categorias e temas, surge a necessidade de uma reflexão para compreender o significado dos conteúdos, situando-os no contexto do estudo.

Este estudo teve como base a vivência de mulheres em situação de violência doméstica e familiar e, assim, compreender suas interpretações sob a ótica cultural a que estão expostas.

O conceito de violência é variável de grupo para grupo, existindo desta forma várias noções de violência e suas faces, porém sempre encarada como uma forma de poder (Leal, 2004).

Este poder que manifesta a violência é permeado pela cultura, que traz significado de como a violência deve ser vivenciada, os níveis que o sofrimento tem para cada indivíduo e os parâmetros sociais.

A cultura se desenvolve na esfera humana, no conhecimento das condutas, códigos e pensamentos atribuídos a cada sociedade. Ela é fruto do meio social, altera e cria códigos de comportamentos, entre eles, altera a percepção e dilemas morais.

Neste estudo, a etnografia foi utilizada para favorecer a interpretação dos fatos sociais, apoiados no conceito de cultura, valorizando as diferenças individuais e o ponto de vista dos sujeitos da pesquisa (Geertz, 1989).

O eixo deste estudo se situa no exemplificado pela colaboradora Violeta, que em seu relato coloca a frase que foi escolhida para compor o título deste trabalho “você não enxerga nada”, por sua relevância na compreensão de todos os relatos das colaboradoras.

Tal frase demonstra o conceito de violência simbólica à que estamos submetidos e nem sempre de maneira explícita. Na história da humanidade, em todas as sociedades houve a perpetuação deste tipo de violência.

A violência simbólica é definida por Leal (2004) como uma “internalização por parte daquele que sofre a dominação da necessidade desta dominação e do reconhecimento de um papel necessariamente subalterno e passivo”.

Tal força é arraigada no conceito de poder simbólico, que de acordo com Bourdieu (2002) surge para impor significados que são aceitos como legítimos.

O cenário descortinado pelos relatos demonstra uma cultura arraigada na violência contra a mulher. O sistema socialmente constituído é denominado como um “*habitus*”. A subjetividade do ser feminino e masculino, a experiência individual

destas mulheres faz com que este sistema seja reforçado cada vez mais pela organização social, que diferencia socialmente os homens e as mulheres. Desta forma, opera o poder simbólico conservador na realidade dessas mulheres (Bourdieu, 1999).

Este “habitus” proposto por Bourdieu (1999) são alimentados pela comunidade onde elas vivem, pela linguagem, educação informal, socialização e reconhecimento de seu papel denominado dentro da sociedade, reiterada pela família, delegacias, igrejas, hospitais e outras instituições relevantes para a formação desta mulher.

Dentro deste contexto, as mulheres envolvem-se em esquemas culturais frutos desta incorporação da ordem simbólica, produto deste poder. Seus atos de conhecimento, então, são contaminados por esta adesão ao poder, culminando na violência simbólica (Bourdieu, 1999).

A violência simbólica é caracterizada pela invisibilidade, por não enxergar, pela submissão encantada, ela é “doce e quase sempre invisível” (Bourdieu, 1999).

Ainda segundo este autor, sua definição é a aceitação de um papel subalterno e passivo frente a uma força de dominação, fundamentada nas crenças sociais, centrada na posição do espaço social pelo indivíduo, seguindo papéis dominantes.

Desta forma, esta dominação não se exerce através da força, do consentimento, da coerção, mas da adesão do papel de dominado e dominante, através de categorias construídas culturalmente, resultante de incorporações das classificações, da aculturação, de que o ser humano desenvolve.

A dominação simbólica encontra acalento para desenvolver-se através dos “habitus”, em uma relação que só pode ser percebida através da visualização dos efeitos decorrentes em cada grupo cultural e da ordem social para os homens e para as mulheres.

O poder simbólico é disseminado então desta forma, exercido como “magia”, desde que com as predisposições já posicionadas. A aceitação de limites pelos dominados, a afirmação do poder pelos dominantes revelam como esta força atua de modo prático. (Bourdieu, 1999).

A dominação opera como uma inscrição nas coisas, nos corpos através de um sistema de estruturas, impondo aos dominados limitações à sua capacidade de se libertar deste esquema.

Na realidade esta relação não pode

“se sustar com um simples esforço de vontade, alicerçado em uma tomada de consciência libertadora, de acordo com um viés intelectualista que desconhece...a inércia resulta da inscrição das estruturas sociais no próprio corpo ” (Bourdieu, 1999).

Mesmo quando as pressões externas são abolidas, o fato é que tais inclinações marcadas no próprio corpo social podem sobreviver ainda por muito tempo (Carvalho, 2006).

Assim, os relatos apresentados encontram alicerce na teoria de Bourdieu (1999), na compreensão da violência simbólica como eixo central.

A permanência na violência pode ser também compreendida relacionando o proposto por Walker (1979), em seu ciclo da violência.

O ciclo costuma acontecer várias vezes. Nos relatos apresentados muitas vezes o ciclo se repetiu, já que todas as mulheres entrevistadas tinham tentado manter o relacionamento, no mínimo de duas a três vezes, antes do rompimento definitivo.

O uso excessivo de álcool ou drogas foi apontado, direta ou indiretamente, por todas as mulheres como fator presente agravando ou motivando à violência, sendo esta uma relação facilmente identificável de acordo com Zilberman e Blume (2005).

Fortes e Cardo (1991), que dizem que as consequências da ingestão do álcool refletem alterações na conduta social, sintomas agressivos, diminuição na comunicação familiar e modificações dos hábitos.

De acordo com Neves (2004) existem várias distinções e termos usados para classificar o relacionamento com a bebida, porém todos dizem respeito aos graus de tolerância e as atitudes de cada um, sendo que em várias sociedades não é o uso do álcool que é condenável, mas o comportamento de desvio do indivíduo frente ao uso deste.

É necessário compreender que nem todos os agressores citados nos relatos podem ser classificados como “doentes alcoólicos”, mas todos bebem rotineiramente e excessivamente.

Há que considerar dois campos para analisar o uso da bebida. O primeiro está relacionado com o cenário biomédico da dependência, e o outro com os problemas sociais causados pelo uso do álcool (Souza, Garnelo, 2006).

Ainda segundo os autores, é tênue a linha que separa o beber problemático do beber social, muito mais relacionado aos problemas sociais e dimensões socioculturais que podem ser prejudicadas, variando no grupo sócio cultural que estão inseridos.

Nesta esfera dos problemas causados pelo excesso do álcool, Campos (2009), pautado pela força patológica que o álcool pode assumir, deixa claro que do uso excessivo do álcool transforma as relações que o alcoólico tem com a família e o trabalho, de modo a se tornar, muitas vezes, uma “doença de família”, segundo relatos de doentes crônicos.

A identificação do álcool como doença faz também a perda da “qualidade moral de cuidar de si e de prover sua família por meio do trabalho” (Campos, 2005).

Foram várias as tentativas de justificar o ato agressivo do ex-companheiro, dentre elas o uso de bebida alcoólica e as más-amizades “de bar”. Desculpas foram aceitas por repetidas vezes, mantendo o ciclo de violência ativo.

Para que o ciclo continue ativo é necessário um terreno fértil, eivado de agressões psicológicas. Neste prisma, todos os depoimentos tiveram uma característica em comum: a presença da violência psicológica antes da agressão física propriamente dita. A agressão psicológica e moral reduz a autoestima da envolvida, resultando em um enfraquecimento de como ela se percebe, ou seja, em seu autoconceito.

O conceito de autoestima vem da psicologia e abrange a avaliação subjetiva que o indivíduo faz de si mesmo, como sendo internamente negativa ou positiva (Sedikides, Gregg, 2003). Pode se manifestar pelas emoções, comportamentos, condições psicológicas, traço de personalidade e crenças, ligadas ao segmento da reinterpretação cultural.

Segundo Burns (1986), o autoconceito abrange imagens daquilo que pensamos, nossas metas e a percepção dos outros sobre nós mesmos. O pensamento do que você quer ser sob a ótica de seu próprio julgamento, juntamente com o que os outros pensam de você, formam uma teia de comportamentos que são individuais.

Constatou-se que, apesar da baixa autoestima, todas as mulheres tinham uma história de independência financeira, fator que influenciou positivamente quando do abandono da violência. Em alguns casos, o agressor tentou coibir o acesso ao campo de trabalho dessas mulheres, bem como controlar os ganhos das

mesmas, cumulando em uma violência patrimonial e mais uma vez psicológica, por torná-las reféns de sua vontade com a perda do patrimônio próprio.

Segundo Minayo (2006), a violência psicológica e moral ocorrem principalmente no espaço intrafamiliar, fato que podemos observar nos relatos das colaboradoras, já que o critério de inclusão foi a ocorrência de violência doméstica, que rotineiramente ocorre no campo privado. Este campo é o preferido pela violência simbólica, onde opera em sua força total, com pouca ou nenhuma interferência do Poder Público nas relações familiares, consideradas como brigas “cotidianas”.

Tal fato pode ser demonstrado no relato de Girassol que pediu ajuda à vizinha para que ela chamasse a Polícia durante a ocorrência e não foi atendida, pois segundo a própria colaboradora “*deixou ele se acalmar*”.

Esta violência é denominada como “secundária” por permear as ações e interações cotidianas entre as pessoas, sempre determinadas pela percepção cultural do grupo onde ocorre estabelecida sob uma base denominada de violência fundadora, que suplanta as demais, efetivas ou latentes (Girard, 1990).

Dos tipos de violência sofridos pelas colaboradoras, a violência psicológica e moral foram aquelas que causaram maiores consequências, principalmente pela exposição prolongada. Enquanto a violência física ocorreu poucas vezes, em uma média de três agressões por relato, a violência psicológica e moral ocorreram continuamente. A violência sexual também esteve presente nos depoimentos de Jasmim e Lichia, porém nenhuma delas denunciou o caso à Polícia ou à algum profissional de saúde.

Segundo Signori e Madureira (2007) as consequências da violência moral e psicológica podem ser maiores do que as da agressão física, pois permanecem por mais tempo do que uma simples lesão, mas nem sempre são percebidas como uma agressão pela própria ofendida, inclusive pela cultura relacionada à violência simbólica da ocorrência diária e aceita da constante desvalorização.

A violência psicológica, mais que a física, trouxe o desenvolvimento de doenças crônicas e quadros depressivos, geralmente associados aos eventos violentos a que as colaboradoras rotineiramente eram submetidas, como exemplificado por Lichia, que desenvolveu quadro depressivo, enquanto Margarida e Girassol relataram picos de hipertensão durante a vivência na violência.

A OMS, desde 1980, trata a violência como “uma questão de saúde pública, não somente do ponto de vista dos traumatismos físicos, mas também dos sérios efeitos para a saúde mental de quem a sofre” (Alves, Coura-Filho, 2001).

Apesar das constantes visitas aos serviços de saúde da região, essas mulheres relataram que não compartilharam a história de violência com os profissionais de saúde, sequer sendo abordadas sobre a possibilidade dessa ocorrência.

Sabe-se que a atual proposta do Programa de Saúde da Família apresenta condições para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, com base na promoção da saúde e na multidisciplinaridade de suas ações. A prática, porém, diz que o despreparo, a qualificação insuficiente e as dificuldades de assimilação de novos conceitos e práticas voltadas às ações coletivas, dificultam o atendimento a essas mulheres da forma preconizada (Andrade, Fonseca, 2008).

A enfermagem tem um papel preponderante no atendimento à mulher vítima de violência, por se ocupar diretamente dos cuidados, em uma assistência contínua a essa mulher (Nakamura, Santos, 2007).

A falta da percepção da ocorrência da violência ou o descaso e preconceito na condução do caso por parte do profissional de saúde pode ser encarado como mais uma violência, a institucional, a qual acaba sendo exposta pela negligência (Herrera, Agoff, 2006).

Sendo assim, o profissional de saúde, especialmente o enfermeiro, deve desenvolver aptidões além das assistenciais, voltadas para o respeito à cidadania daqueles a quem atendem, através de uma visão complexa e humanista (Silva, Tonelli, Lacerda, 2003).

Porém, o atendimento adequado à mulher vítima de violência não esbarra somente nas ações de humanização preconizadas na assistência por profissionais de saúde, mas também em uma questão legal.

O preenchimento do documento de notificação compulsória nos casos de violência contra a mulher e contra a criança e o adolescente é obrigatório, possibilitando o mapeamento das formas de violência, dos agentes e das proporções. Tal controle possibilita ao Estado subsidiar ações de combate à violência, já que é uma obrigação estatal e somente pela legislação é possível tipificar, coibir e punir estas condutas (Gonçalves, Ferreira, 2002).

A responsabilidade jurídica do profissional de saúde com relação ao preenchimento esbarra na Lei Federal n. 10.788/03, Brasil (2003b), que em seu artigo 5º preconiza:

Art. 5º A inobservância das obrigações estabelecidas nesta Lei constitui infração da legislação referente à saúde pública, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Pela interpretação deste artigo podemos dizer que além do previsto na parte penal, o profissional de saúde também ficaria sujeito às penas relativas em seu Código de Exercício Profissional a que esteja submetido.

Quanto à sanção penal, o artigo 66 da Lei de Contravenções Penais (Decreto Lei 3.688 de 1941), Brasil (1941), estipula em seu capítulo “Das Contravenções Referentes à administração Pública”:

“Art. 66. Deixar de comunicar à autoridade competente:
II – crime de ação pública, de que teve conhecimento no exercício da medicina ou de outra profissão sanitária, desde que a ação penal não dependa de representação e a comunicação não exponha o cliente a procedimento criminal.”

Logo, é uma contravenção penal sujeita à pena pecuniária a ausência de notificação à autoridade competente de qualquer crime que o profissional de saúde tenha tido conhecimento em seu exercício profissional.

A notificação compulsória deve ser tratada com sigilo, não sendo divulgada a identidade da vítima. Os profissionais de saúde estão proibidos de divulgar estas informações, de acordo com o artigo 3º, sendo que a identificação da vítima só será possível em casos excepcionais, de risco à vítima ou à comunidade, com permissão da autoridade sanitária e com conhecimento prévio da vítima.

Apesar da existência desta Lei Federal, para viabilizar seu funcionamento foi necessária a criação da Portaria n. 2.406, de 05 de novembro de 2004, do Ministério da Saúde, que instituiu o serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher e aprovou a ficha de notificação compulsória em todo o Brasil (Brasil, 2004b).

De acordo com a orientação dada na Portaria, o preenchimento deve ocorrer na unidade de saúde onde foi atendida a vítima. Após, a ficha de notificação deve ser remetida ao Serviço de Vigilância Epidemiológica ou ao Serviço da Secretaria Municipal de Saúde onde os dados serão inseridos em aplicativos próprios e depois encaminhados à Secretaria de Vigilância em Saúde.

Percebemos que os dados são bastante simples de serem preenchidos, porém raramente o são. A dificuldade para o preenchimento esbarra na valorização dada pelos profissionais de saúde nas consequências da violência contra a mulher e da violência familiar como algo simbólico que não pertence à sua alçada.

Em todos os depoimentos das mulheres apenas uma relata o procedimento da notificação compulsória durante o atendimento de saúde, mas não relativa à sua própria agressão e sim no caso de agressão contra seu filho. O que chama atenção nestes dados não é a presença da notificação, mas sim a ausência desta.

A notificação compulsória da violência contra a criança e o adolescente é amparada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasil (1990), que em seu artigo 13, prevê a obrigação no preenchimento de tal instrumento até mesmo nos casos suspeitos de maus-tratos.

Porém, é sabido que há uma concomitância entre a agressão contra a criança e o adolescente e a agressão contra a mulher, no âmbito familiar (Pinto Júnior, 2005).

A valorização do conceito de família tradicional foi um dos motivos que levaram estas mulheres a manterem a aceitação da violência por anos. Essa violência, como descrito por Bourdieu (1999), traz incrustado o conceito do poder simbólico da violência como legítima, já que há sempre a existência do agressor e do agredido, no caso estudado, a mulher.

A agressão aos filhos foi relatada como uma violência insuportável por essas mulheres, contribuindo para a quebra do ciclo de violência. Encarada assim como uma quebra de seu valor cultural, em que eram permitidas às agressões contra si, mas não aos filhos.

Diante desse quadro, o apoio social proveniente de familiares, amigos e membros da igreja, constituiu o principal arrimo para manutenção da tomada de decisão dessas mulheres no sentido de deixarem para trás a vivência de violência.

Em alguns casos, houve dificuldade para conseguir apoio familiar, frente ao histórico familiar desordenado. Fatores como doenças crônicas dos familiares, distância, desconhecimento do caso, baixo nível sócio-cultural e alcoolismo, dificultaram a ajuda, sempre misturados à vergonha dessas mulheres de expor a situação em que se encontravam.

Apesar de, em alguns relatos, ter havido apoio familiar, percebeu-se uma tendência ao isolamento por parte dessas mulheres no momento dos procedimentos de denúncia da violência. Segundo Zandonai (2009), a mulher agredida tende a se isolar, e com a diminuição das relações sociais, não vê outra realidade além da vivenciada *“não enxergando mais nada”*.

Em todos os relatos encontramos o apoio do Estado, através da DDM ou do CCM. Todos os casos foram denunciados, mesmo que não todas as agressões.

Porém, a falta de estrutura do Poder Estatal com relação à segurança dessas mulheres, levou com que Jasmim tivesse a colaboração de um traficante de seu bairro para manter o ex-marido longe de sua casa.

As mulheres residentes na periferia, como a dos casos relatados, acabam sendo agredidas por outras três formas: violência pelo tráfico, violência policial e falta de acesso aos serviços do Estado, além de carregarem a culpa por não conseguirem manter a estrutura familiar (Anistia Internacional, 2008).

Jasmim não concordava com a prática do tráfico, mas ao mesmo tempo sentia-se aliviada pela proteção da lei paralela, conhecida como *“lei do tráfico”*, que visa punir quem desrespeita as regras impostas pelos traficantes, aproveitando dessa forma, para perpetuar a lei do silêncio (Lei do tráfico..., 2002).

Outro alicerce para deixar a violência foi a Igreja, na pessoa de seus irmãos ou como símbolo de Fé e crença em Deus.

O apego à religião como fortalecedor nos momentos difíceis na vida dessas mulheres demonstram o contexto cultural brasileiro.

Segundo Alves (1992)

“a religião está mais próxima de nossa experiência pessoal do que desejamos admitir. O estudo da religião, portanto, longe de ser uma janela que se abre apenas para panoramas externos, é como um espelho em que nos vemos”.

Ainda, podemos verificar que

“a experiência religiosa é constantemente desafiada a inculturar-se incessantemente, ou seja, a entrar incessantemente e a dizer-se dentro de uma nova matriz cultural” (Bingemer, 2004).

A religião cristã no Brasil costuma classificar a violência contra a mulher como algo privado, que não merece sua interferência. Carvalho (2002) afirma que a *“violência doméstica faz parte dos segredos bem guardados de muitas famílias*

cristãs”, fazendo com que as mulheres suportem caladas a violência, mais uma expressão da violência simbólica.

Porém, nos relatos apresentados notou-se uma tendência à mudança, quando Jasmim, Girassol e Bromélia expuseram o relevante apoio da Igreja.

Interessante o relato de Jasmim, que afirmou que Deus não gostaria de sua permanência na situação de violência.

Em conversa informal com um ancião (pastor, bispo) da Igreja Congregação Cristã do Brasil, perguntei quais eram as premissas desta Igreja ao receber um relato de uma irmã que se encontrasse em situação de violência. A resposta foi a seguinte

“Caso o agressor seja da mesma igreja, fazemos uma aproximação e discussão através de uma reunião, explicando os ensinamentos divinos. Porém, se o agressor não pertencer à religião, se submeterá à lei dos homens. A lei dos homens serve para ser cumprida e todos os servos de Deus devem pautar-se pela legalidade de seus atos”.

Tal conversa foi induzida pelo interesse desta pesquisadora ao relatado por Jasmim.

A Lei dos homens à que se refere a Igreja pode ser chamada hoje de “Lei Maria da Penha”, segundo alegações das próprias mulheres.

Todos os casos denunciados junto à DDM tiveram seu enquadramento na égide da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006a).

Por ser uma lei relativamente nova, com foco na proteção à mulher vítima de violência, a Lei Maria da Penha apresenta problemas em sua aplicação, conforme já exposto anteriormente e não seria diferente na prática relatada pelas colaboradoras.

A falta de orientação adequada pelos policiais sobre a trajetória para a denúncia foi uma das queixas frequentes. Em um dos casos, o Delegado chegou a afirmar que não poderia atender a mulher na delegacia comum.

Obviamente que o atendimento em uma DDM é preferível, mas por força da Lei não é possível excluir o acesso da mulher às outras delegacias. Segundo Santos (2010), “Na prática tornou-se regra os policiais nos distritos empurrarem as queixosas para as delegacias da mulher”.

O atendimento da DDM, de modo geral, foi elogiado pelas mulheres, especialmente com relação ao acolhimento e orientação jurídica e psicológica, mas

todos os atendimentos tiveram críticas quanto à demora para início do atendimento, quando a mulher encontra-se mais fragilizada.

Possivelmente a demora relatada se dá pela “carência de recursos humanos, material e financeiro” nas DDM (Pasinato, Macdowell, 2010).

Observou-se que a maioria das agressões ocorreu no período noturno e aos finais de semana, quando a DDM está fechada.

Inclusive me foi pedido por uma das mulheres que relatasse tal fato na tese, fundamentando que outras mulheres não deveriam passar por esta situação e que a divulgação se fazia necessário.

Tal fato é comprovado pela pesquisa do Núcleo Integral de Atendimento à Mulher – NIAM (2010), “a maioria das agressões ocorre durante os finais de semana e feriados, e com frequência, à noite”.

Segundo Okabayashi e Noritomi (2000), são frequentes as agressões aos finais de semana, predominando entre o sábado e o domingo (34%), bem como no período noturno (49%). Tal fato corrobora com uso abusivo de álcool, perpetuando a prática de atos tentados ou consumados de homicídio.

Quanto à aplicação da Lei Maria da Penha, os relatos trouxeram à tona práticas não condizentes com o previsto na própria Lei, mas que sequer foram percebidas pelas mulheres, que desconhecem o conteúdo específico da lei.

No caso de Junco, a DDM orientou que a entrega da notificação relativa à denúncia da agressão fosse feita pela própria, pessoalmente ao agressor, o que se percebe ser prática ilegal, conforme parágrafo único do artigo 21 da Lei Maria da Penha.

Art. 21. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, semprejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

Parágrafo único. A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

Em seu depoimento Lichia narra a necessidade de testemunhas não familiares para a condução do processo. Ora, as agressões ocorreram dentro do âmbito doméstico/privado sem outras testemunhas que não-familiares para serem arroladas. O fato de a violência doméstica ser um tipo de violência simbólica aceita como “briga cotidiana de marido e mulher” dificulta inclusive o arrolamento de outras pessoas que preferem não comprometer-se com a Justiça.

Apesar das falhas explicitadas anteriormente, as mulheres demonstraram uma expectativa positiva com relação a força da Justiça, muitas vezes crendo que seus agressores serão mantidos sob a vigilância atenta dos órgãos jurídicos.

Similar foi o caso da cabeleireira assassinada “Maria Islaine de Moraes”, que provou que nem sempre a crença na Lei leva à sua proteção efetiva.

Maria Islaine teve sua morte estampada nas manchetes dos principais jornais nacionais, através de um filme macabro, gravado por uma câmera no salão onde era proprietária.

As ameaças constantes de morte pelo ex-marido totalizaram oito boletins de ocorrência devidamente lavrados sob a Lei Maria da Penha.

Porém, no dia 20 de janeiro de 2010, desrespeitando ordem judicial, o borracheiro Fábio Willian da Silva a matou com oito tiros (Portal do Correio, 2010).

Algumas das mulheres deste estudo chegaram a sofrer tentativas de homicídio e perseguições após a denúncia, contudo a expectativa com relação à Justiça permanece inalterada, apesar da busca de alternativas de apoio.

Apesar de todas as dificuldades relatadas as colaboradoras deste estudo podem ser consideradas vitoriosas por conseguirem quebrar o temido ciclo da violência.

A tarefa agora é reconstruir sua vida e seus sonhos, mesmo que algumas mulheres deste estudo não se conformem com a quebra do “*sonho não realizado*”.

Não há uma garantia de que todas essas mulheres permanecerão fora do ciclo da violência, pois, como verificado, há uma tendência a retomar o relacionamento anterior.

Porém, a conscientização dessas mulheres de seus direitos, de sua trajetória e o apoio de várias frentes para reconstruir sua vida são os pilares para a manutenção desta decisão.

A experiência de vida dessas mulheres, eivada de conflitos e dificuldades, serve hoje para fortalecimento e manutenção de uma vida fora da violência, longe daquilo que foi compreendido como um imenso obstáculo.

A reestruturação de novos conceitos é difícil de ser realizada, mas possível. Há perdas, mas essas mulheres conseguiram visualizar novas possibilidades. A construção de um novo conceito de família, agora composto de filhos e mãe foi apontada como uma preocupação constante, porém despontou como o maior ganho, pela paz na família.

Dessa forma, “o mundo de um ser humano não pode ser compreendido pela descrição do ambiente ou das coisas que o compõem. O ambiente é apenas um dos elementos do mundo, na realidade, o mundo é uma estrutura de relacionamentos importantes, na qual um indivíduo existe e de cujo plano participa” (Pinto Júnior, 2005).

Neste ínterim, vemos a cultura permeando todos os caminhos do grupo estudado, desde a percepção do sofrimento até a reestruturação e construção de novos sonhos.

Este estudo buscou a compreensão da vivência das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que tenham sido atendidas no CCM de Itaquera. Procurou-se articular a metodologia, os objetivos e o referencial teórico adequado.

A análise foi realizada à luz da antropologia, que serviu de arrimo para a construção das categorias culturais e, após, os temas culturais, os quais foram debatidos mediante conceitos de Bourdieu.

A escolha pelo método qualitativo garantiu uma visibilidade diferente sobre a questão, lançando luz à necessidade de quebras de paradigmas culturais inseridos no contexto estudado.

A pesquisa qualitativa buscou compreender e desvendar as relações humanas, com foco no universo de significados, motivos, crenças, valores, atitudes e hábitos dos indivíduos (Minayo, 1997).

A escolha pela antropologia remonta ao conceito de cultura, como um “sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas em que eles são expressos ou encarnados” (Burke, 1989).

Dessa forma, surge o potencial de metamorfose, fazendo com que os diversos papéis de domínio sofram uma interação, trazendo à realidade as identidades em seus diversos prismas, contextualizadas dentro de uma estabilidade relativa (Velho, 2003).

Pelos depoimentos estudados, organizados em três grandes temas, pudemos analisar a vivência dessas mulheres, o trajeto percorrido em busca de apoio, as dificuldades e acalentos, finalizando com a reconstrução de seus sonhos.

A violência contra a mulher é resultado de características individuais, contextuais e ambientais que, se presentes, aumentam a sua possibilidade. O contexto cultural em que essas violências ocorrem pode moldar os padrões e variações nas taxas de violência.

Considera-se que uma história de violência deixa marcas invisíveis, muitas vezes de difícil diagnóstico, só aparentes pelo início da reconstrução do “eu”, quando são reveladas por quem as sente.

Quando na situação de violência essas mulheres acabam tendo que optar entre a procura de ajuda em centros de amparo às mulheres vítimas de violência doméstica, a procura de seus direitos ou a permanência na situação de violência, com tendências ao agravo.

O excesso no uso do álcool e drogas foi apontado como catalisador das violências vividas e serviu como justificativa para a conduta agressiva.

Vítimas frequentes de violência, essas mulheres perceberam que sua situação não chegaria ao fim. O início do fortalecimento de sua autoestima, mediante apoio social, psicológico, judicial e jurisdicional, bem como a preocupação com a prole foram os principais fatores apontados pelas colaboradoras para deixarem a violência para trás.

Neste contexto, a Lei Maria da Penha surgiu como um diploma jurídico relevante para essas mulheres, adequado à realidade de cada uma das colaboradoras.

O atendimento jurídico e jurisdicional disponível na região, prestado por meio da DDM, UBS, CCM serviram como instrumentos para concretizar a tomada de decisão dessa mulher.

Interessante notar que a mulher tem um papel relevante na ruptura do círculo vicioso da violência, pois os métodos jurídicos e jurisdicionais adquirem força somente através da denúncia.

O atendimento jurídico e jurisdicional deve ser feito de maneira integral, a partir da oferta de serviços distribuídos em redes de apoio que sejam efetivas e controladas por órgãos governamentais. A realidade encontrada nos depoimentos confronta com o modelo preconizado na legislação, expondo a desorganização do sistema, bem como o despreparo de profissionais na orientação das mulheres, apesar da boa vontade de alguns.

Os obstáculos encontrados resultam, basicamente, em duas vertentes, na dificuldade financeira para custeio do processo como um todo e na mudança cultural necessária à valorização do combate à violência conta a mulher como um problema de ordem pública.

Tal fato resulta na dificuldade interpretativa das principais legislações ligadas à defesa da mulher vítima de violência, que geram discussões doutrinárias e jurisprudenciais contraditórias aos direitos humanos.

Devido à complexidade e a abrangência do tema violência contra a mulher, que geralmente ocorre no âmbito privado, nota-se a importância da sociedade civil e de gestores regionais na busca de novos focos do problema.

Para a erradicação de fato da violência doméstica contra a mulher, são necessárias, além de medidas punitivas, ações que estejam voltadas para a

prevenção, e, ainda, medidas de apoio que permitam à vítima, assistência social e jurídica, necessárias à sua recomposição após a violência sofrida (Barsted, 1998).

Há que existir uma verdadeira mudança da situação social dessas mulheres, em que devem ser valorizadas suas expectativas, necessidades e sentimentos, que resgate uma atenção humanizada e menos reprimida. Dessa forma, cria-se uma consciência da relação de poder, respeitando valores éticos e individuais (Barrientos, 1998).

Outra reconstrução envolve o conceito de saúde, que deve ser entendido de maneira a abarcar os aspectos sociais, culturais e singulares de cada indivíduo.

A violência, vista como um problema de saúde pública encaixa-se no contexto de ser percebida de acordo com raízes culturais, construída mediante critérios subjetivos determinados pelas diferenças interpretativas e intersubjetivas (Gualda, Bergamasco, 2004).

Atuando como um dos pilares regionais na promoção à atenção integral à mulher de violência, surge o CCM de Itaquera, que por meio da valorização da cidadania, transforma essas mulheres em multiplicadoras do conhecimento, além de atuar como ponte entre a sociedade civil e os serviços oferecidos na rede de apoio, daí os inúmeros depoimentos positivos na avaliação de seu atendimento.

Outro fator relevante é o papel do CCM de Itaquera no treinamento das equipes envolvidas no processo de cuidado à mulher vítima de violência, pela interlocução de várias entidades da região leste do município de São Paulo, como a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, o serviço de saúde regional, as DDM, as escolas públicas de ensino e os informantes-chave da própria comunidade habitada por essas mulheres.

O conhecimento da rede de apoio que ampara a mulher e a análise de sua trajetória surgem como instrumentos para que, através da informação, outras mulheres consigam cortar o ciclo da violência.

De acordo com Freire e Grandino (1999),

“as bases da atenção em rede propõem uma ampliação de seus construtos em direção à atenção primária e preventiva da saúde integral dos sujeitos. Esforços são necessários na busca de interlocução com outros campos do saber (antropologia, sociologia e educação) e na concretização de ações que reconheçam novos emergentes sociais.”

Ao deixar definitivamente para trás a história de violência, as mulheres conseguiram reconstruir o seu “eu”, mesmo que carreguem em seu interior o sofrimento vivido e as perdas irreparáveis.

O crescimento vivido pelo enfrentamento da violência, trouxe, no entanto, novas expectativas. Sonhos de uma vida melhor, uma vida sem violência.

O resultado dessa pesquisa foi à expressão viva do sofrimento à recuperação, da baixa autoestima à reconstrução do “eu”, histórias de mulheres e sua experiência na violência.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS⁶

Adorno S. Os aprendizes do poder: bacharelismo liberal na política brasileira. São Paulo: Paz e Terra; 1988.

Alves AM, Coura-Filho P. Avaliação das ações de atenção as mulheres sob violência no espaço familiar, atendidas no Centro de Apoio à Mulher (Belo Horizonte) entre 1996 e 1998. Ciênc Saúde Coletiva. 2001;6(1):243-57.

Alves R. O que é religião ? 15ª ed. São Paulo: Brasiliense ; 1992.

Andrade CJM, Fonseca RMGS. Considerações sobre violência doméstica: gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. Rev Esc Enferm USP. [periódico na Internet]. 2008 [citado 2010 fev. 10];42(3):591-5. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n3/v42n3a24.pdf>

Angulo-Tuesta AJ. Gênero e violência no âmbito doméstico: a perspectiva dos profissionais de saúde [dissertação]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 1997.

Anistia Internacional. Stop Violence Against Women: correspondents write features for news amnesty, 2004. [text on the Internet]. [cited 2010 Feb 15]. Available from: <http://www.amnesty.org/es/library/info/ACT77/097/2004/en>

Anistia Internacional. Por trás do silêncio: experiências de mulheres com a violência urbana no Brasil [texto na Internet]. [citado 2008 jan. 19]. Disponível em: <http://www.br.amnesty.org/?q=node/316>

Ardaillon D, Debert GG. Quando a vítima é mulher: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídios. Brasília: CNDM; 1987.

Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1979.

Barrientos DMS. Mulher & saúde: buscando uma visão generificada na percepção das usuárias acerca do exame ginecológico [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 1998.

⁶ De acordo com o estilo Vancouver

Barsted LAL. Uma vida sem violência é um direito nosso. Brasília: Nações Unidas/Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos; 1998.

Baztán AA. Etnografia: metodologia cualitativa en la investigación sociocultural. Barcelona: Marcombo ; 1995. Etnografia; p. 3-20.

Belsky J. Child maltreatment: an ecological integration. Am Psychol. 1980;35(4):320-35.

Bingemer MC. Argila e o espírito. Rio de Janeiro: Garamond ; 2004.

Boudieu P. A dominação masculina. 2ª ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1999.

Brandão ER. Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da Delegacia da Mulher. Physis Rev Saúde Coletiva. 2006;16(2):207-31.

Brasil. Câmara dos Deputados. Convenção do Belém do Pará. 10 anos da adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações;1994

Brasil. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado; 1988.

Brasil. Código Penal Brasileiro, 1940. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2009.

Brasil. Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei de Contravenções Penais [legislação na Internet]. [citado 2009 dez. 22]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3688.htm>

Brasil. Decreto n. 5099, de 3 de junho de 2004. Institui os serviços de referência sentinela [legislação na Internet]. Brasília; 2004c. [citado 2010 fev. 27]. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=238728>

Brasil. Decreto n. 49.135, de 15 de janeiro de 2008. Cria os Centros de Cidadania da Mulher [legislação na Internet]. Brasília ; 2008. [citado 2010 fev. 27]. Disponível em:

ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpssesp/bibliote/informe_eletronico/2008/iels.jan.08/iels12/M_DC-49135_150108.pdf)

Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. São Paulo: Cortez; 1990.

Brasil. Lei n. 10.455, de 13 de maio de 2002. Modifica o parágrafo único do art. 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995. Diário Oficial da União, Brasília, 14 maio 2002.

Brasil. Lei n. 10.714 de 13 de agosto de 2003. Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 14 ago. 2003a.

Brasil. Lei n. 10.788, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, no caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados [legislação na Internet]. Brasília; 2003b. [citado 2010 jan. 2]. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/violenciacontramulher.htm>

Brasil. Lei n. 10.886, de 17 de junho de 2004. Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica". Diário Oficial da União, Brasília, 18 jun. 2004a.

Brasil. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha: cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 8 ago. 2006a.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília; 2005. p. 120-1.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.406, de 5 de novembro de 2004. Institui o serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher e aprova instrumento e fluxo para notificação [legislação na Internet]. Brasília; 2004b. [citado 2010 fev. 27]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2406_05_11_2004.html

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n.1384, de 13 de junho de 2006. Institui incentivo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a vigilância de acidentes e violências em serviços sentinela, com recursos da secretaria de

vigilância em saúde (SVS) [legislação na Internet]. Brasília; 2006b. [citado 2010 fev. 27]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1384_12_06_2007.html

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n.1356, de 23 de junho de 2006. Institui incentivo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a vigilância de acidentes e violências em serviços sentinela, com recursos da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) [legislação na Internet]. Brasília; 2006c. [citado 2010 fev. 27]. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1356.htm>

Brasil. Portal Domínio Público [homepage na Internet]. [citado 2010 fev. 15]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/>

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Norma Técnica Especializadas de Padronização das Delegacias Atendimento à Mulher [texto na Internet]. Brasília; 2006d [citado 2010 fev. 4]. Disponível em: www.presidencia.gov.br/spmulheres

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Central de Atendimento às Mulheres. SPM divulga balanço de 2009 do Ligue 180 [texto na Internet]. Brasília; 2010. [citado 2010 jan.25]. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/noticias/ultimas_noticias/not_spm_divulga_balanco_central_2009/

Brasil. Projeto de lei n. 4559 de 2004. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [legislação na Internet]. Brasília; 2004b. [citado 2008 jan. 8]. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?CodTeor=256085>

Brasil. Projeto de lei n. 37 de 2006. Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher [legislação na Internet]. Brasília; 2006b [citado 2008 jan.8]. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/pdf/plc37_2006.pdf

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial nº. 1097042, em trâmite, interposto em decorrência de ação criminal proposta em face de José Antonio da Silva Bueno, por crime de lesão corporal [processo na Internet]. [citado 2010 fev. 27]. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/webstj/processo/Justica/detalhe.asp?numreg=200802279706&pv=010000000000&tp=51>

Burke P. Cultura popular na idade moderna. São Paulo: Companhia das Letras; 1989.

Burns RB. The self-concept. 4th ed. London: Longman; 1986.

Cabette ELS. Anotações críticas sobre a lei de violência doméstica e familiar contra a mulher. Jus Navigandi [periódico na Internet]. 2006 [citado 2008 jun. 3];10(1146). Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8822>

Campbell JC. Health consequences of intimate partner violence. Lancet 2002;359:1331-6.

Campos EA. Alcoolismo, doença e pessoa: uma etnografia da Associação de ex-bebedores Alcoólicos Anônimos [tese]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 2005.

Campos EA. Alcoolismo: doença e significado em Alcoólicos Anônimos. Rev Etnográfica. 2009;13(1):103-24.

Carvalho ER. Família em crise, enfrentando problemas no lar cristão. São Paulo: ABU; 2002.

Carvalho MEP. Pierre Bourdieu sobre gênero e educação [texto na Internet]. 2006. [citado 2010 jan.20]. Disponível em: http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero1/arquivos/artigos/pierre_bourdieu.htm

Castells M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra ; 1999. v. 1.

Cauhé S. Entrevistas y cuestionarios. In: Baztán AA, editor. Etnografia: metodologia cualitativa en la investigación sociocultural. Barcelona: Marcombo; 1995. p.171.

Cecconello AM, De Antoni C, Koller SH. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. Psicol Estud. 2003;8(n.esp):45-54.

Cordeiro F, Heilborn ML, Cabral CS, Moraes CL. Entre negociação e conflito: gênero e coerção sexual em três capitais brasileiras. Ciênc Saúde Coletiva [periódico na Internet]. 2009 [citado 2010 fev. 24];14(4):1051-62. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n4/a07v14n4.pdf>

Correa M. Morte em família: representação jurídica de papéis sociais. São Paulo: Graal; 1983.

Day VP, Telles LEB, Zoratto PH, Azambuja MRF, Machado DA, Silveira MB, et al. Domestic violence and its manifestations. Rev Psiquiatr Rio Gd Sul. 2003;25 Supl.1: 9-21.

De Ferrante FG, Santos MA, Vieira EM. Violência contra a mulher: percepção dos médicos das Unidades Básicas de Saúde da cidade de Ribeirão Preto, São Paulo. Interface Comun Saúde Educ [periódico na Internet]. 2009 [citado 2010 fev. 24];13(31):287-99. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v13n31/a05v1331.pdf>

Deeke LP, Boing AF, Oliveira WF, Coelho EBS. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. Saude Soc [periódico na Internet]. 2009 [citado 2010 fev. 24] ;18(2):248-58. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n2/08.pdf>

Denzin NK, Lincon IS. Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed; 2006. Introdução; p. 16.

Deslandes S, Gomes R, Silva CMP. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. Cad Saúde Pública. 2000;16(1):129-37.

Dias MB. A Lei Maria da Penha na Justiça. São Paulo: RT; 2007.

Faundes A, Parpinelli MA, Cecatti JG. Mortalidade de mulheres em idade fértil em Campinas, São Paulo (1985-1994). Cad Saúde Pública. 2000;16(3):671-9.

Fortbes JRA, Cardo NW. Alcoolismo: diagnóstico e tratamento. São Paulo: Sarvier; 1991.

Foucault M. Microfísica do poder. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal; 1979.

Freire AB, Grandino PJ. Atenção em rede: o psicólogo e a comunidade. Rev Psicol Instituc Social. 1999;1(1):23-35.

Fundação SEADE. Dados da Subprefeitura de Itaquera [texto na Internet]. São Paulo; 2000. [citado 2010 fe. 15]. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/mspitaquera.pdf>

Fundação Perseu Abramo. A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo; 2004. p. 149-59.

Garcia-Moreno C. Dilemmas and opportunities for an appropriate health-service response to violence against women. *Lancet* 2002;359:1509-14.

Geertz CA. A interpretativa das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Geertz CA. Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; 1989.

Girard R. A violência e o sagrado. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista; 1990..

Gonçalves HS, Ferreira AL. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais da saúde. *Cad Saúde Pública*. 2002;18(1):315-9.

Gregori MF. Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra/Anpocs; 1983.

Gualda DMR. Eu conheço minha natureza: um estudo etnográfico da vivência do parto [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem ; Universidade de São Paulo; 2003.

Gualda DMR, Bergamasco RB. Enfermagem, cultura e o processo saúde-doença. São Paulo: Ícone; 2004. Processo saúde-doença: evolução de um conceito; p. 25-37.

Guimaraes I. Violencia de genero. In: Lima CA, coordenadora. Violencia faz mal a saude. Brasília: Ministerio da Saúde ; 2005. p.105-9.

Hartigan P. La OPS enfoca el problema de la violencia contra la mujer. *Rev Panam Salud Publica*. 1997;2(4):290-4.

Heise L. Violence against women: the hidden health burden. [Relatório preparado para o Banco Mundial]. Washington, DC, World Bank ; 1994..

Herrera C, Agoff C. Dilemas del personal médico ante la violencia de pareja en México. Cad Saude Publica. 2006;22(11):2349-57.
Herskovits ML. Antropologia cultural. São Paulo: Mestre Jou ; 1963.

Instituto Patrícia Galvão. IBOPE. Percepção e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher: pesquisa Ibope/Instituto Patrícia Galvão. São Paulo ; 2006.

Janesick VJ. The dance of qualitative research design: methafor, methodolatry and meaning. In: Denzin NK, Lincoln YS. Handbook of qualitative research. London: Sage; 1994. p. 209-19.

Kofes S. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações [texto na Internet]. Belo Horizonte; 1992. [citado 2010 fev. 15]. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/files/cadpagu/Cad01/pagu01.03.pdf>

Kronbauer JFD, Meneghel SN. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. Rev Saúde Pública [periódico na Internet]. 2005 [citado 2010 fev. 23];39(5):695-701. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n5/26287.pdf>

Kleinman A. Patients and healers in the context of culture. Berkeley: University of Califórnia Press; 1980.

Lavinas L. Gênero, cidadania e adolescência. In: Madeira FR. Quem mandou nascer mulher? Rio de Janeiro: Record/Rosas; 1997. p. 11-44.

Lei do tráfico faz justiça paralela nos morros do Rio. Folha Online [periódico na Internet]. São Paulo, 9 jun. 2002. [citado 2009 nov. 16]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u52560.shtml>

Leininger MM. Culture care diversity: a theory of nursing. New York: National League for Nursing Press; 1991.

Leal OF. A violência e suas formas [texto na Internet]. 2004. [citado 2010 jan. 20]. Disponível: http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/Portal/portal_detalhe.asp?campo=2454

Melo ZM, Silva DM, Caldas MT. Violência intrafamiliar: crimes contra a mulher na área metropolitana do Recife. *Psicol Estud* [periódico na Internet]. 2009 [citado 2010 fev. 24] ;14(1):111-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n1/a14v14n1.pdf>

Milani RG, Loureiro SR. Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do Conselho Tutelar. *Rev Psicol Ciênc Profissão*. 2008;28(1):50-67.

Minayo MCS, organizadora. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes;1997.

Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec; 2004.

Minayo MCS. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2006.
Monteiro CFS, Souza IEO. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. *Texto Contexto Enferm*. 2007;16(1):26-31.

Movimento Nossa São Paulo. Indicadores básicos da cidade de São Paulo, 2009 [texto na Internet]. São Paulo ; 2009. [citado 2010 jan. 15]. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/files/CadernoIndicadores2009.pdf>

Nakamura E, Santos JQ. Depressão infantil: abordagem antropológica. *Rev Saúde Pública* [periódico na Internet]. 2007 [citado 2010 fev. 10];41(1):53-60. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n1/5092.pdf>

Neves DP. Alcoolismo: acusação ou diagnóstico ? *Cad Saúde Pública*. 2004;20(1):7-36.

Núcleo Integral de Atendimento da Mulher (NIAM). Mulheres terão atendimento especial na delegacia contra a violência [texto na Internet]. Rezende ; 2006. [citado 2010 fev. 22]. Disponível em: http://www.resende.rj.gov.br/page/noticias_detalhe.asp?cod=637

Oguisso T, Schmidt MJ. Sobre a elaboração das normas jurídicas. *Rev Esc Enferm*. 1999;33(1):175-85.

Okabayashi AMH, Noritomi R. Do silente ao manifesto: a violencia contra a mulher e a relacao de gênero. *Rev IMESC* [periódico na Internet]. 2000 [citado 2010 fev. 6];(2):67-77. Disponível em: www.imesc.sp.gov.br/pdf/art5rev2.pdf

Okada MM. Violência doméstica contra a mulher: estudo com puerperas atendidas em uma maternidade filantrópica [dissertação]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2007.

Organização das Nações Unidas (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, visou declarar os direitos humanos fundamentais a todas as pessoas [texto na Internet]. Paris ; 1948. [citado 2010 fev. 27]. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php

Organização das Nações Unidas (ONU). Conferência Mundial para os Direitos Humanos. Conferência que visou discutir o reconhecimento dos direitos das mulheres e que a violência de gênero fosse incluída na discussão ; 1993 ; Viena [evento na Internet]. [citado 2010 fev. 27]. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declarações-e-Tratados-Internacionais-de-Proteção/declaracao-e-programa-de-acao-de-viena.html>

Organização das Nações Unidas (ONU). Conferencia Internacional de População e Desenvolvimento ;1994 set. 5-13 ; Cairo, Egito [evento na Internet]. [citado 2009 dez. 22]. Disponível em: <http://www.iisd.ca/cairo.html>

Organização das Nações Unidas (ONU). Conferência Mundial sobre as Mulheres. Declaração do Programa de Ação de Beijing ; 1995 set. 4-15 ; Beijing [evento na Internet]. [citado 2009 dez. 22]. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20S.pdf>

Organização das Nações Unidas (ONU). Violência contra mulher ainda é constante na América Latina texto na Internet]. Santiago ; 2007. [citado 2010 fev. 22]. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2007/11/26/ult34u193798.jhtm>

Organização Mundial da Saúde (OMS). Violência contra a mulher e saúde no Brasil: 2000/2001 [texto na Internet]. [citado 2010 fev. 22]. Disponível em: <http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=82>

Organizacion Panamericana de La Salud (OPAS). Violencia contra la mujer: un tema de salud prioritario. Washington: Division de Salud Familiar y Reproductiva, Division de Salud y Desarrollo Humano; 1998.

Organização dos Estados Americanos (OEA). Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório Anual 2000. Relatório n.54/01. Caso 12.051. Maria da Penha Maia Fernandes [texto na Internet]. Brasil ; 2001. [citado 2009 dez. 22]. Disponível em: <http://www.cidh.org/annualrep/2000port/12051.htm>

Pasinato W, MacDowell CS. Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil, 2008. Este mapeo es el primer producto del proyecto, que se ejecuta entre los años 2007 y 2009 [texto na Internet]. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de Campinas; 2010. [citado 2010 jan. 20]. Disponível em: <http://www.ceplaes.org.ec/AccesoJusticia/docs/MAPEO%20Brasil.pdf>

Patel V, Kirkwood BR, Pednekar S, Pereira B, Barros P, Fernandes J, et al. Gender disadvantage and reproductive health risk factors for common mental disorders in women: a community survey in India. *Arch Gen Psychiatry*. 2006;63(4):404-13.

Patterson GR, Capaldi DM. Antisocial parents: unskilled and vulnerable. In: Cowan PA, Hetherington M, organizadores. *Family transitions*. New Jersey: Lawrence Erlbaum; 1991. p. 195-218.

Peacock J. *The anthropological lens*. Cambridge University Press; 1986.
Pinto Junior AA. *Violencia sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico*. São Paulo: Vetor; 2005.

Portal do Correio [periódico na Internet]. 23 jan. 2010. [citado 2010 fev. 6]. Gravações mostram ameaças de borracheiro que matou ex-mulher. Disponível em: <http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matLer.asp?newsId=118523>

Praça NS, Gualda DMR. Cuidar da saúde da família: responsabilidade da mulher moradora em uma favela. *Fam Saúde Desenvol* [periódico na Internet]. 2000 [citado 2009 out. 21];2(1). Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/refased/article/view/4895>

Rabelo MC, Alves PC, Souza IM. *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. p. 171-85.

Reichenheim ME, Hasselmann MH, Moraes CL. Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Ciênc Saúde Coletiva*. 1999;4(1):109-21.

Reichenheim ME, Dias AS, Moraes CL. Co-ocorrência de violência física conjugal e contra filhos em serviços de saúde. *Rev Saúde Pública*. 2006;40(4):595-603.

Ribeiro WS, Andreoli SB, Ferri CP, Prince Martin MJJ. Exposição à violência e problemas de saúde mental em países em desenvolvimento: uma revisão da literatura. *Rev Bras Psiquiatr.* 2009;31 Supl 2:S49-57.

Richardson RJ. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas; 2007. Rio Grande do Sul. Tribunal de Justiça. Ação criminal proposta em face de Maria Elisabete Schneider Mallmann, e, em co-autoria, Clodover Mallmann, em trâmite perante a terceira vara criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, sob o n. 70031408305, cuja matéria dispõe sobre crimes dolosos e culposos contra pessoa [processo na Internet]. [citado 2010 fev. 27]. Disponível em: http://www3.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_provinc.php?entrancia=2&comarca=700&num_processo=700314083051&code=2046

Santos CM. Delegacias da Mulher em São Paulo: percursos e percalços [texto na Internet]. [citado 2010 jan. 31]. Disponível em: http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=164&catid=1:artigos-assinados&Itemid=5

Santos CM. "En-gendering the police: women's police stations and feminism in São Paulo". *Latin Am Res Rev.* 2004;39(3):29-55.

São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal de Saúde. Portaria n. 1.328, de 28 de agosto de 2007. Implanta o Sistema de Informação para a Vigilância de Violências e Acidentes – SIVVA, no Município de São Paulo [legislação na Internet]. São Paulo; 2007a. [citado 2010 fev. 27]. Disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=28082007P%20013282007SMS

São Paulo (Cidade). Prefeitura do Município. Sumário de Dados 2004: Itaquera [texto na Internet]. São Paulo; 2004. [citado 2009 dez. 22]. Disponível em: http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/governo/sumario_dados/ZL_ITAQUERA_Caderno23.pdf

São Paulo (Cidade). Prefeitura do Município. Sistema de Informação para a Vigilância de Violências e Acidentes (SIVVA): manual de preenchimento de ficha de notificação de casos suspeitos ou confirmados. São Paulo; 2007b.

São Paulo (Cidade). Decreto n. 49.135, de 15 de janeiro de 2008. Cria Centros de Cidadania da Mulher, vinculando-as às Subprefeituras de Parelheiros, Itaquera, Perus, Capela do Socorro e Santo Amaro [legislação na Internet]. São Paulo; 2008. [citado 2009 dez. 22]. Disponível em: ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpssp/bibliote/informe_eletronico/2008/iels.jan.08/iels12/M_DC-49135_150108.pdf

São Paulo (Estado). Decreto 23.769 de 6 de agosto de 1985. Cria a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher [legislação na Internet]. São Paulo; 1985. [citado 2009 dez. 20]. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1985/decreto%20n.23.769,%20de%2006.08.1985.htm>

São Paulo (Estado). Decreto n. 48.495, de 5 de julho de 2007. Institui o Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Diário Oficial do Estado de São Paulo, n. 123, 6 set. 2007.

Schaiber LB, D'Oliveira AFPL, Couto MT, Hanada H, Kiss LB, Durand JG, et al. Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo. Rev Saúde Pública. 2007;41(3):359-67.

Schraiber LB, D'Oliveira AFLP. Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde. Interface Comum Saúde Educ. 1999;3(5):11-26.

Schaiber LB, D'Oliveira AFPL, Franca Junior I, Diniz S, Portella AP, Ludemir AB, et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. Rev Saúde Pública. 2007;41(5):797-807.

Schraiber LB D'Oliveira AF, Hanada H, Figueiredo W, Couto M, Kiss L, Durand J, et al. Violência vivida: a dor que não tem nome. Interface Comun Saúde Educ. 2003;7(12):41-54.

Schraiber LB, D' Oliveira AF, Pires L, Couto MT. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. Cad Saúde Pública. 2009;25 Supl 2:S205-16.

Scott JW. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press; 1988.

Scott J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educ Realidade 1990;16(2):5-22.

Sedikides C, Gregg AP. "Portraits of the self." In: Hogg MA, Cooper J, editors. Sage handbook of social psychology. Londres: Sage; 2003. p. 110-38.

Signori M, Madureira V. A violência contra a mulher na perspectiva de policiais militares: espaço para a promoção da saúde. *Acta Sci Health Sci* [periódico na Internet]. 2007 [citado 2010 fev. 27];29(1):7-18. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/view/100/334>

Silva LL, Coelho EBS, Caponi SNC. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface Comum Saúde Educ*. 2007;11(21):93-103.

Silva MB, Gervásio M, Tonelli ALN, Lacerda MR. Instrumentos do cuidado humanizado de enfermagem: uma reflexão. *Cogitare Enferm*. 2003;8(1):59-64.

Silverman D. *Qualitative research: theory, method and practice*. London: Sage; 2004.

Simons R, Whitbeck LB, Conger RD, Chyi-In W. Intergenerational transmission of harsh parenting. *Develop Psychol*. 1991;27(1):159-71.

Soares LE. *Violência contra a mulher: um estudo comparativo*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos Iser; 1993.

Solano Porras J. Psicotrauma y estrés postraumático: su valoración como daño psicológico o moral dentro del proceso civil y penal. *Med Leg (Costa Rica)* [periódico na Internet]. 2003 [citado 2010 fev. 24];20(2):69-75. Disponível em: http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-00152003000200007&lng=pt&nrm=iso

Souza MLP, Garnelo L. Desconstruindo o alcoolismo: notas a partir da construção do objeto de pesquisa no contexto indígena. *Rev Latinoam Psicopat Fund*. 2006;9(2):279-92.

Spradley J. *The ethnography interview*. New York: Holt Rinehart and Winston; 1979.
Strathern M. *The gender of the gift*. Berkeley: University of California Press ; 1988.

Themis. Assessoria e Estudos de Gênero. Pesquisa IBOPE/THEMIS sobre a Lei Maria da Penha e 180 Disque Denúncia [texto na Internet]. [citado 2010 fev. 24]. Disponível em: <http://themis.org.br/index.php?mod=noticias&act=view&id=1218596401>

Velho G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ; 2003. p.21-22.

Victora CG, Knauth DR, Hassin MNA. Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo; 2000.

Walker L. The battered woman. New York: Harper and Row; 1979.

World Health Organization (WHO). Sexual violence facts [text on the Internet]. [cited 2010 Jan 15]. Available from: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/global_campaign/en/sexualviolencefacts.pdf

Zalmar A, coordenadora. Pesquisa domiciliar de vitimização na cidade do Rio de Janeiro: 2005/2006. Relatório final [texto na Internet]. Rio de Janeiro: NUPEVI ; 2007. [citado 2010 fev. 14]. Disponível em: www.ims.uerj.br/nupevi

Zandonai B. Vítimas de violência doméstica buscam suporte para voltar à vida social. Jornal Comunicação [periódico na Internet]. Curitiba, 4 out. 2009. [citado 2009 nov. 16]. Disponível em: <http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/7257>

Zilberman ML, Blume SB. Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas. Rev Bras Psiquiatr. 2005;27 Supl:51-5.

ANEXO A – LEI MARIA DA PENHA

LEI MARIA DA PENHA

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao

acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

TÍTULO II

DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II

DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

CONTRA A MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno

desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

TÍTULO III

DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO II

DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças

Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

CAPÍTULO III

DO ATENDIMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL

Art. 10. Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV - determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;

V - ouvir o agressor e as testemunhas;

VI - ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;

VII - remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:

- I - qualificação da ofendida e do agressor;
- II - nome e idade dos dependentes;
- III - descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no § 1º o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.

§ 3º Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

TÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitem com o estabelecido nesta Lei.

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 15. É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta Lei, o Juizado:

- I - do seu domicílio ou de sua residência;
- II - do lugar do fato em que se baseou a demanda;
- III - do domicílio do agressor.

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;

II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;

III - comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

§ 3º Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 21. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

Parágrafo único. A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

Seção II

Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Seção III

Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV - determinar a separação de corpos.

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

CAPÍTULO III

DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 25. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 26. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I - requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;

II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO IV

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Art. 27. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta Lei.

Art. 28. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

TÍTULO V

DA EQUIPE DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR

Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 31. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 32. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33. Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.

Parágrafo único. Será garantido o direito de preferência, nas varas criminais, para o processo e o julgamento das causas referidas no caput.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 36. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios desta Lei.

Art. 37. A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta Lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.

Parágrafo único. O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz quando entender que não há outra entidade com representatividade adequada para o ajuizamento da demanda coletiva.

Art. 38. As estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres.

Parágrafo único. As Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal poderão remeter suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei.

Art. 40. As obrigações previstas nesta Lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 42. O art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 313.

IV - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.” (NR)

Art. 43. A alínea f do inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61.

II -

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

..... ” (NR)

Art. 44. O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 129.

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

.....§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.” (NR)

Art. 45. O art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152.

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.” (NR)

Art. 46. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Dilma Rousseff

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.8.2006

ANEXO B - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419 - CEP 05403-000
Tel.: (011) 3061-7548/8858 - Fax: (011) 3061-7548 -
São Paulo - SP - Brasil
e-mail: edipesq@usp.br

São Paulo, 22 de maio de 2009.

Ilm.^a Sr.^a

Evelyn Priscila Santinon

Ref.: Processo nº 820/2009/CEP-EEUSP

Prezada Senhora,

Em atenção à solicitação referente à análise do projeto “**Vivência das em situação de violência sobre a Lei Maria da Penha**”, informamos que o mesmo foi considerado aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (CEP/EEUSP).

Analizado sob o aspecto ético-legal, atende às exigências da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Esclarecemos que após o término da pesquisa, os resultados obtidos deverão ser encaminhados ao CEP/EEUSP, para serem anexados ao processo.

Atenciosamente,

Maria Fat Fernandes
Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Prado Fernandes
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Evelyn Priscila Santinon e sou aluna de Doutorado em Ciências da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, programa chamado de Interunidades e tenho como orientadora a Profa. Dra. Dulce Maria Rosa Gualda.

Gostaria de convidá-la a participar da pesquisa do meu doutorado chamada “Você não enxerga nada”: a experiência de mulheres vítimas de violência doméstica e a Lei Maria da Penha”, que tem como principal objetivo compreender a sua experiência como mulher e vítima da violência doméstica e familiar.

Esses dados irão nos ajudar a contribuir para a divulgação de meios jurídicos e jurisdicionais (leis e locais para atendimento), melhorar a assistência integral à mulher vítima de violência doméstica na região leste do Município de São Paulo e viabilizar novas políticas públicas no tema violência contra a mulher.

Se você quiser participar dessa pesquisa, a entrevista poderá ser feita no local onde você escolher e o horário será combinado entre nós, conforme o que melhor lhe convier.

Essa pesquisa é composta por alguns dados gerais de identificação em relação à você mesma, a sua história e sua experiência com relação à situação de violência que você vive ou viveu.

A sua entrevista terá que ser gravada, para que possam ser aproveitadas todas as coisas que você falar, mas você tem a garantia que essa conversa será sigilosa, utilizada apenas para uso de trabalhos científicos e se você quiser retirar alguma coisa da entrevista, mesmo depois de gravada, pode fazê-lo sem nenhuma preocupação.

Caso você concorde em participar, leia atentamente a próxima página, pergunte sobre qualquer coisa que não entender e assine o documento, autorizando dessa forma que os dados colhidos na sua entrevista sejam utilizados nessa pesquisa.

Eu, _____, declaro que concordo em participar da pesquisa intitulada “ **Você não enxerga nada**”: a experiência de mulheres vítimas de violência doméstica e a Lei Maria da Penha” que tem como finalidade

desenvolver uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de compreender a experiência de mulheres vítimas da violência doméstica e familiar.

Declaro, ainda, que fui esclarecida sob os seguintes aspectos:

1. Estou participando por minha livre vontade e concordo que a minha entrevista seja gravada e os dados colhidos sejam usados para fins de pesquisa, podendo ser publicados em revistas científicas, divulgados nos meios acadêmicos (universidades, escolas) e/ou apresentados em eventos (congressos, seminários e outros);
2. Minha participação é espontânea, portanto estou participando porque quero e concordo com que os dados de minha entrevista sejam usados para os fins da pesquisa;
3. Tenho a garantia da pesquisadora (Evelyn Priscila Santinon) que as informações que darei durante a entrevista não serão divulgadas para outro fim, a não ser para o uso na pesquisa, sei também que tudo o que falar será relatado da forma como o fiz pela pesquisadora e que não serei identificada pelo meu nome verdadeiro nessa entrevista; dessa forma, as pessoas que lerem essa pesquisa não poderão saber que fui eu que relatei aquela experiência ;
4. Sei que posso ser sincera em meus relatos para essa pesquisa e desistir a qualquer hora de participar dela e que, se isso acontecer, não terei qualquer tipo de punição, prejuízo ou consequência ;
5. Que a pesquisadora (Evelyn Priscila Santinon) estará disponível para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários sobre esse trabalho, durante o tempo que essa pesquisa demorar e que posso encontrá-la no endereço e telefone que estão escritos logo abaixo.
6. Que vou ficar com uma cópia deste termo de consentimento, permanecendo a outra cópia com a pesquisadora.

São Paulo, ____ de _____ de ____.

Assinatura da colaboradora da pesquisa

Endereço: _____

Idade: _____ RG: _____

Evelyn Priscila Santinon

Pesquisadora

e-mail: evelynsantinon@usp.br

Endereço e telefone da pesquisadora para contato:**Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**

Pós-graduação - Telefone (11) 3061-7533

Rua Dr Enéas de Carvalho Aguiar, 419 - Cep 05422-970

S. Paulo/SP.

Endereço e telefone do Comitê de Ética em Pesquisa:***Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo******Tel: 3061-7548 – Comitê de Ética em Pesquisa***

R. Dr Enéas de Carvalho Aguiar, 419, cep 05422-970

S. Paulo/SP